

AGOSTO de 2012

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Kwanza estável	7
1.2 Quem poupa, ganha	7
1.3 Rendimento mínimo para as famílias que vivem na pobreza	7
1.4 Família Angolana esta cansada	8
1.5 Nas aldeias e comunas a situação está muito difícil	9
1.6 Os governos nunca conseguirão acabar com a pobreza mas sim diminuir os níveis	9
1.7 C.G.S.I.L.A contra 500 como salário mínimo	10
1.8 Camponeses do Huambo recebem crédito agrícola	10
1.9 MPLA propõe 3.500 kz para pobres	11
2. MICROFINANÇAS	12
2.1 Crédito dirigido a quem menos tem	12
2.2 Microcrédito beneficia centens de jovens	12
2.3 Fundo de risco inicia operações	13
2.4 Banco Sol	14
2.5 Questões Ignoradas	14
2.6 Microcrédito chega a supermercados e universidades de luanda	14
2.7 BNA quer mais de 5 milhões de angolanos bancarizados até 2013	15
2.8 Os caminhos da bancarização	16
2.9 BNI disponibiliza 3 milhões de USD para o microcrédito pelo fácil cred	16
2.10 Programa de micro-crédito do executivo abrangeu centenas de jovens na Ganda	17
2.11 BNI lança no mercado financeiro nova família de crédito	18
2.12 BNI cria sociedade de microcrédito	19
3. MERCADO INFORMAL	20
3.1 INADEC realiza campanha sobre controlo de pragas Artigo	20
3.2 Mercado dos Correios na festa da democracia	20
3.3 Unita fez campanha nos mercados de luanda	20
3.4 Zungueiras registadas no município de Viana	21
3.5 Kixikila, o que está a bater	21
3.6 Parlamento vota alteração da lei do OG E	22
3.7 Papel do INAPEM é apoiar e educar o empresariado	22
3.8 Utentes preferem filas nos Postos de Emissão do BI	23
3.9 Zungar com bujingangas	24
3.10 Redutores perigosos vendidos no mercado	25
3.11 Zungueiras com dias contados	26
3.12 Cazenga tem novo mercado	26
3.13 Exploradores ilegais multados na Quibala	26
3.14 Pretendemos reduzir a taxa de informalidade da economia	27
3.15 Mercado municipal abre ao público dentro de dias	30
3.16 Inaugurados vários jangos e um mercado	30
3.17 Kupapatas: a morte sobre duas rodas	30
3.18 Inaugurado novo mercado	31
3.19 Regresso de mercado Roque Santeiro e os apelos à ingerência	32

4.	OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	33
4.1	Comissões de moradores acusadas de extorsão	33
4.2	Parlamento vota alteração da lei do OG E	34
4.3	Alteração á lei do orçamento foi aprovada pelo parlamento	35
4.4	OGE para 2013 vai conter cenário de médio prazo	36
4.5	Grupo de Jovens recebe crédito para montar um negócio	38
4.6	Petróleo representa 80% das receitas totais	38
4.7	Câmara de Despachantes de Angola recebe explicações sobre tributação	40
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	41
5.1	Comissões de moradores acusadas de extorsão	41
5.2	Os comités do MPLA junto das administrações	42
5.3	Makas passam pelas autoridades tradicionais	43
5.4	Central de atendimento em línguas nacionais	44
5.5	Tentativas frustradas	44
5.6	Operação dispendiosa, fiabilidade garantida	47
5.7	Cenário populacional	48
5.8	Um outro rumo através dos números	48
5.9	Defendida maior divulgação do recenseamento da população	49
5.10	Ministro da Administração do Território anunciou a criação de novos municípios	50
5.11	As lideranças políticas angolanas não valorizam a evolução da consciência cívica	50
5.12	INE aposta na comunicação multimédia para censo populacional	52
5.13	Estudantes universitários aprendem a pesquisar	53
5.14	Gasosa	53
5.15	A importância da cunha	54
5.16	Sexta Conservatória e os seus velhos problemas	54
5.17	Coordenador quer novo soba	55
5.18	Demolição imediata	55
5.19	Estágios comunitários potenciam estudantes	56
5.20	Actualização cartográfica está em fase de conclusão	56
5.21	Executivo descentraliza gestão financeira de Cabinda	57
5.22	Um olhar sobre as eleições	57
6.	URBANISMO E HABITAÇÃO	59
6.1	Casas novas para deputados na cidade do Kilamba	59
6.2	A miragem da casa própria	59
6.3	Imobiliário em Africa atrai investidores	60
6.4	Crédito dirigido a quem menos tem	60
6.5	Luanda, a mais cara de Africa	61
6.6	Municípios erguem o futuro com novas casas	61
6.7	Angola	62
6.8	Casas evolutivas no município de Ambaca	63
6.9	Sonho da casa própria mais próximo da juventude	64
6.10	Casas para juventude com fim para este mês	65
6.11	Inauguradas novas salas em capelo	65
6.12	A miragem da casa própria	65
6.13	Luanda, a mais cara de África	66
6.14	Outros projectos habitacionais	67
6.15	A família Angolana esta cansada	67
6.16	Nas aldeias e comunas a situação está muito difícil	68
6.17	Chicomba fomenta a construção de casas sociais	68
6.18	País tem as rendas mais caras de Africa	69

6.19	Cuito aguarda com entusiasmo a nova centralidade	69
6.20	Projecto habitacional de Chibodo começa a entregar casas este mês	71
6.21	Primeira centena de casas fica pronta até Dezembro	71
6.22	Trabalhadores da Sonangol vem casas pelo binóculo	72
6.23	Coordenador quer novo soba	72
6.24	Decorre a requalificação dos bairros do município	73
6.25	Comunidade Khoisan recebe casas	73
6.26	Municípios do Cuvelai e Namacunde foram contemplados	74
6.27	O mercado de valores mobiliários em Angola e o papel da CMC	74
6.28	Os inquilinos resolúveis do Kilamba	76
6.29	Renda resolúvel foi aplicada no Nova Vida e falhou	76
6.30	Mais habitações são construídas no próximo ano nos municípios	79
6.31	Rede pública no condomínio Lar do Patriota	79
6.32	Requalificação do Cazenga e Sambizanga em destaque no Fórum Urbano Mundial	80

7. TERRA

81

7.1	Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacucaco	81
7.2	Demolição imediata	81
7.3	Desconhecidos causam pânico no condomínio Sólida	81
7.4	Populares cobram promessas	83
7.5	Polícia desalojada por falta de pagamento	84
7.6	Governo dividiu terrenos para construção dirigida	85
7.7	Terras aráveis são entregues a agricultores	85
7.8	Panguila em crise	85
7.9	Município e administração disputam terreno	86
7.10	Desconhecidos vendem terrenos na barra do Dande	87

8. SERVIÇOS BÁSICOS

89

8.1	Nível de água do rio Coporolo está a preocupar os agricultores	89
8.2	Zonas rurais e subúrbios têm melhor abastecimento	89
8.3	Habitantes de mulenguelo consomem água potável	89
8.4	Problemas de saneamento básico deixam governador preocupado	89
8.5	E no Rangel detritos assustam Bento Bento	90
8.6	Ataque ao lixo	90
8.7	Município vai contar com rede pública	91
8.8	Virei está a recuperar fontes de água	91
8.9	Maior oferta de água na Quilemba e Bibala	92
8.10	Novo sistema de água em fase de conclusão	92
8.11	Governadora da província inaugura novo fontanário	92
8.12	Programa Água para Todos já chegou às três comunas	93
8.13	Lembelele reclama falta de água potável e energia eléctrica	93
8.14	Água em abundância nas torneiras de Tomboco	94
8.15	Mais água potável nas comunidades	95
8.16	Habitantes da capital do país vendem lixo às autoridades	96
8.17	Água potável corre nas torneiras de Quiongua	96
8.18	Senhoras lideram o negócio	97
8.19	Rede de distribuição beneficia de obras	97
8.20	GPL paga 50 kz por 50 kg de lixo	97
8.21	Bento Bento lança programa de limpeza	99
8.22	Capital produz quatro milhões de quilos diários	99
8.23	Água potável a jorrar das torneiras de Cahombo	99
8.24	Demorou mas chegou!	100

9. GÉNERO E VIOLENCIA

101

9.1	Incumprimentos de prestação de mesada lideram causas de conflitos familiares	101
9.2	Governos devem aumentar a participação das mulheres na resolução de conflitos	101
9.3	Marginais sem tempo de agirem	101
9.4	Polícia põe 70 mil nas ruas	103
9.5	Angola é o décimo país no mundo com mais mulheres nos órgãos de decisão	103
9.6	Recolhidas mais de 200 armas de fogo	104
9.7	Galardoadas mulheres sindicalistas	104
9.8	Parque eólico é instalado no Tômbwa	104
9.9	Conflito Familiar: Mesada Irregular pode Justificar Causa	105
9.10	Ele tirou-me o olho	105
9.11	Violência doméstica faz mais de 120 vítimas	106
9.12	Depois de um aborto mal feito Enfermeiro mata gestante na Sonefe	108
9.13	Menina de 15 nos disposta a ter a criança	109
9.14	Populares fazem justiça por mãos próprias	109
9.15	Marginais assaltam escolas	110
9.16	Polícia do Zaire impõe controlo do armamento das empresas	110
9.17	Delinquentes atacam Zango	111
9.18	A violência gera violência	111
9.19	O Drama dos agentes de protecção física	112

10. AMBIENTE

114

10.1	Nível de água do rio Coporolo está a preocupar os agricultores	114
10.2	Petrolífera inicia consulta pública para estudos de impacto ambiental	114
10.3	Parque eólico é instalado no Tômbwa	115
10.4	Exploradores ilegais multados na Quibala	115
10.5	Meteorologia divulga em setembro informações sobre o estado do clima	115
10.6	Chuva de Luanda prevista para Novembro	116
10.7	INAMET prevê subida gradual da temperatura	116
10.8	Inaugurado Centro Regional no Huambo para estudo das alterações climáticas	117

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Kwanza estável

Nova Gazeta

04 de Agosto de 2012

Durante os próximos dois anos, a moeda angolana deverá manter-se estável face ao dólar, de acordo com estudo recente da revista 'Economist Intelligence Unit'. As reservas nacionais atingiram, em Maio do corrente ano, o máximo dos últimos dois anos, 33 mil milhões de dólares, impulsionadas, sobretudo pelo aumento da produção petrolífera e pelo aumento do preço do petróleo no mercado internacional. A previsão da 'Economist' é que face a estes indicadores e as políticas praticadas pelo BNA, o kwanza deverá manter-se estável em relação ao dólar nos próximos dois anos, embora existam riscos relativamente a esta previsão.

1.2 Quem poupa, ganha

Nova Gazeta

04 de Agosto de 2012

As baixas taxas de juros praticados pelos bancos nos depósitos a prazo não incentivam a poupança. Guardar dinheiro no garrafão ou debaixo do colchão é a alternativa. Mas ainda há o mercado informal.

Quem tem 100 dólares pode fazer uma poupança no banco para mexer apenas no prazo acordado. Regra geral para cada 100 mil kwanzas aplicados, no prazo de 15 dias, a taxa de juro é de um por cento; o mesmo valor se permanecer no banco durante 360 dias cresce quatro por cento, ou seja, ganha-se apenas quatro mil kwanzas, o que pode ser pouco, considerando a taxa de inflação.

O presidente da Associação dos Industriais de Angola (AIA), José Severino, pensa que os bancos estão a "ser injustos" com os clientes que aplicam o dinheiro numa conta a prazo, porque "perdem devido à inflação que ronda os 10 por cento".

A conta a prazo é ainda o único serviço de poupança que os bancos colocam a disposição dos clientes que queiram poupar dinheiro, porém, a taxa de juro não é atractiva e desincentiva. Para José Severino, os bancos, mesmo sabendo que estão a colocar obstáculos à economia, "mantêm essas taxas".

Outra forma de poupar dinheiro passaria "pela criação por parte do Governo do mercado de capitais onde as pessoas pudessem comprar acções", defende José Severino que, sabendo que não há essa fórmula, as pessoas optam pela "compra de dólares ou a aplicação do dinheiro na compra de bens preciosos como ouro ou diamantes".

A falta de mecanismos formais de poupança, aliada ao facto de cerca de 36 por cento da população angolana ser pobre, faz levantar a questão: como poupar. Segundo o técnico superior de gestão, André Samuel, "as pessoas podem sempre poupar dinheiro independentemente dos seus rendimentos, começando a economizar aos poucos". O primeiro passo é saber quanto se ganha e quanto se gasta. Ultrapassada essa fase, faz-se um orçamento para que se saiba a cada mês quanto se pode gastar. O segredo está em evitar sempre gastar mais do que se ganha ou contrair dívidas.

Por outro lado, apesar de considerar que investimento não é a mesma coisa que poupar, aconselha-se, a quem tenha dinheiro e não queira depositar num banco, a investir em negócios. "Investir é correr risco, mas o dinheiro também pode crescer", sugere André Samuel.

1.3 Rendimento mínimo para as famílias que vivem na pobreza

Jornal de Angola

06 de Agosto de 2012

A campanha eleitoral na rádio e na televisão continua a viver de repetições. Para poupar, a maior parte dos concorrentes leva para a televisão o que já disse na rádio. O que foi dito no princípio é repetido todos os dias, fastidiosamente. Afinal, quem tanto reclamou por visibilidade nos órgãos de comunicação social públicos, tem muito pouco para dizer, mesmo numa altura em que devia haver muita ideia e muito projecto para revelar.

Abel Chivukuvuku disse ontem o que já tinha dito há dois dias: "31 de Agosto é amanhã". Se fosse verdade, estávamos todos bem. Mas ainda faltam muitos dias para os angolanos se deslocarem às assembleias de voto e fazerem as suas escolhas. Para alguns concorrentes, é notório que preencher os dez minutos de rádio e cinco de televisão, é uma empreitada do outro mundo.

O MPLA apresentou uma proposta de largo alcance social. Se ganhar as eleições, o seu Executivo vai institucionalizar em Angola o rendimento mínimo. Os angolanos que vivem na pobreza recebem do

Estado um subsídio mas em troca as famílias apoiadas são obrigadas a matricular os filhos nas escolas e a levá-los a consultas de rotina aos centros de saúde.

Milhares de angolanos vão sair da pobreza e muitos mais milhares de crianças vão seguramente ir à escola e ter cuidados de saúde.

A UNITA, o maior partido da oposição, responde a coisas sérias reproduzindo calúnias contra o MPLA. O PRS pede aos angolanos "muita atenção com as ofertas de farras e cerveja barata". As imagens na televisão, são péssimas. O nível é demasiado baixo para ser considerado amador. O maior equívoco é cometido, todos os dias, pela CASA -CE. A coligação diz aos ouvintes e telespectadores: "Quer mudar o regime? Vote CASA-CE". Alguém tem de explicar lá em casa que as eleições são para eleger deputados e o Presidente da República e não para mudar o regime. É muito menos para rasgar a Constituição da República. A democracia não permite golpes de Estado constitucionais.

1.4 Família Angolana esta cansada

Angolense

10 de Agosto de 2012

Estão decorridos mais do que 18 meses de indescritível sofrimento, amargura e asfixiante desilusão; é impossível acreditar que governados angolanos sejam abusiva e agressivamente maltratados por governantes eleitos ... além do que constatamos e, por isso, escrevemos; seguem-se diversas impressões das vítimas directas que terão sido "escorraçadas como se fossem bois"... Esta é a simples verdade: 37 anos depois da Proclamação da Independência Nacional, nostálgica recordação dum considerável sucesso da Música Popular Angolana criada e interpretada pelo consagrado cantor - Santocas.

Todavia, o caso que abordamos não reflete o mínimo de harmonia porque os horrores do sofrimento continuam perseguindo muitas famílias angolanas.

"Acantonadas: 3 famílias numa só casa"

Determinado "inquilino da desgraça" lamenta: "com a minha família, viver numa casa com outras duas famílias isso me arreia - todos os dias, sinto que tal casa tornou-se uma cova onde vivo como morto; por favor, estamos a pedir que os representantes do Governo venham cá para nos separar caso contrário o nosso enterro será antecipado".

Não conseguindo conter a impetuosa fluidez das lágrimas de profunda dor, certa moradora revelou-nos: "aqui, vivemos no meio da doença: calhamos com vizinhos estranhos que não conseguem manter a higiene caseira ... queremos viver separados porque somos três famílias diferentes mas forçadas a viver juntos na mesma casa, isso é mais do que desgraça". "Estamos aqui, no Sector 9 onde numa casa estão acantonadas três famílias, cada com os seus hábitos outros vizinhos nem sabem tratar da higiene; utilizamos a mesma casa de banho e, enfim, é horrível porque estamos condenadas a sujeitar vários tipos de doenças ... o membros do Governo prometeram-nos uma estadia provisória, depois cada família teria a sua própria casa mas, postas aqui, deram ordens: três famílias juntam-se para ocupar uma casa.

Conforme nos foi dito pela Arquitecta, aqui, só viveríamos durante três meses. Infelizmente, aqui, já estamos há um ano e 8 meses", revelou-nos outra "acantonada" na desgraça. Além de outros riscos, as desesperadas famílias do Panguila fazem uso corrente da gasolina para venda e utilização no funcionamento de geradores. "Imaginem, cada família com as suas crianças; quando saímos de casa, sentimo-nos apavoradas e se acontecer uma infelicidade? .. as crianças dormem na sala; por isso, o risco é grande", afirmou a evocada.

Contra tanta desgraça

Aqui, já vieram muitos jornalistas mas agentes da Polícia Nacional impedem que os mesmos nos entrevistem. Aqui, não podemos manifestar as nossas inquietações. Por isso, por nós, o Governo deve fazer algo porque está próxima a data das Eleições ... através da TVZimbo, em Março, anunciaram que as nossas casas já estão prontas mas, afinal, só foram bocas".

Dispondo-se, sem receios de retaliações, outra interlocutora Adelina Sebastião disse: "vivi na área favela e, com a minha família, fui transferida para as casas de tecto vermelho onde parecemos entulhos de pessoas ... quando chegamos, aqui, fomos recebidas com agentes da Polícias - todos armados, com cães, enfim, fomos maltratadas como marginais. Ninguém pode se sentir satisfeita com "Eles nos garantiram casas mas, agora, não se importam em saber como estamos a viver; construíram o Kilamba que, afinal, mais parece um histórico museu do que vila residencial; quem é que vive lá? ninguém. O Kilamba foi construído para o estrangeiro ver enquanto o angolano está a sofrer".

Essas condições. Seria bom que os membros do Governo pensassem um pouco; viver aqui, será que um deles aceitaria ... a mãe ou o pai deles nunca aceitariam viver numa casa três famílias".

1.5 Nas aldeias e comunas a situação está muito difícil

Angolense

10 de Agosto de 2012

Sobre tais inquietações, Zeca Taka declarou: "a Família Angolana está cansada, os membros do Governo devem prestar especial atenção aos governados; a situação não está boa. Eles nos garantiram casas mas, agora, não se importam em saber como estamos a viver; construíram o Kilamba que, afinal, mais parece um "histórico museu" do que vila residencial; quem é que vive lá? Ninguém.

"Cá em Luanda, o cidadão está em condições de viver actualizado porque aqui a Informação circula mas, nas aldeias e comunas, a situação está muito difícil; com tudo isso, estamos cansados porque eles governantes prometem mas nunca cumprem; Emprego, nada - Habitação: o próprio agente da Polícia, também, não tem casa ... ", Desferiu Zeca Taka.

1.6 Os governos nunca conseguiram acabar com a pobreza mas sim diminuir os níveis

O continente

10 de Agosto de 2012

Pela sondagem feita a nível do mundo, e o interesse científico, constatasse que o mundo é construído de pobres e ricos isto desde a milhares de anos, pese embora em pleno século XXI existirem partidos políticos convencendo os povos de cada país que caso alcancem o poder acabarão com a pobreza, enquanto a história nos diz que enquanto não se respeitar a dignidade humana a cem por cento e Concomitantemente haver amor ao próximo no verdadeiro sentido a nível do universo é impossível por causa do tráfico de influência, onde o rico quer sempre mais despreciando o pobre para o poder servir. Portanto, pertencemos a uma geração intermédia com luzes do passado e catapultando para as gerações vindouras por isso, deixem de brincadeiras e acabem com a terminologia vamos acabar com a pobreza, vamos erradicar a pobreza, nenhum governo ou Estado assim o fará, mesmo que tenha tal intenção porque um Estado tem tarefas dentro daquilo que é o programa de governação, é obrigatório velar pelo crescimento económico bem como o seu desenvolvimento. Nesta senda surgem uma série de fatores, e esta recai aos mais desfavorecidos, os pobres, e num país com bom crescimento económico e desenvolvimento económico aberto para as

políticas de investimento, aqui nos perguntamos todos, quem trabalhará para os tais investidores, certamente que são pessoas com um nível inferior e nunca ao mesmo nível nesta discrepância colocam-se os pobres. Não digo que os Estados não lutem sobre a pobreza no mundo, e é dever de quem está a representar o povo criar política para satisfação destes. Mas há terminologia que se devia ter mais cuidado a explicar porque existem várias classes dentro do nível de pobreza, que são: o paupérrimo, miserável e remediado. Aqui os representantes dos povos devem cuidadosamente explicar quais das classes conseguiram erradicar, sabemos que no mundo existe países que já acabaram com certos níveis de pobreza acima referenciados, mas que não conseguem acabar com a pobreza até aos dias de hoje. As Nações Unidas têm realizado vários encontros sobre o Desenvolvimento Sustentável e se todos estadistas e não só acatassem bem as decisões saídas das reuniões estaríamos seguros que nos próximos decénios a sustentabilidade do planeta Terra para o bem-estar das futuras gerações estaria garantida.

Muito recentemente realizou-se uma conferência sobre a economia verde que deve ser vista como um instrumento eficaz que contribui para a erradicação da pobreza, auto-suficiência alimentar e resposta satisfatória aos problemas sociais e de qualidade de vida das populações.

As bases da economia verde devem ser construídas a partir das experiências nacionais em relação à gestão nacional e sustentável dos recursos naturais em prol da satisfação das necessidades básicas da população. As organizações têm um papel importante que integram o sistema das Nações Unidas como veículo de transmissão de tecnologias e de assistência técnica para o alcance das metas internacionais acordadas em matéria de desenvolvimento, mas considera ser necessário adequa-lo ao novo contexto das Nações. De referir que todos nós devemos apoiar a transformação do programa das Nações Unidas dentro de uma comissão de Desenvolvimento Sustentável em conselho de alto nível, para efectivação, alcançando o desenvolvimento sustentável, ao combate à pobreza e a equidade do género. Deve haver organizações dentro das universidades com programas dentro da sociedade civil, sector privado e das comunidades locais, nesta tarefa.

Assim, qualquer decisão política a aprovar os vários programas para diminuir o índice de pobreza deve-se pautar pelo respeito pela soberania, igualdade e solidariedade entre os Estados e o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. De salientar que o conjunto de políticas devem

definir as prioridades e estratégias de desenvolvimento de cada Estados. Os Estados devem defender uma posição para identificar os desafios reais emergentes para o rápido desenvolvimento do continente e recomendar a renovação dos compromissos políticos para o desenvolvimento sustentável e a implementação da economia verde em todos os países. De acordo com os programas deve-se reafirmar e continuar os esforços para, no quadro da reconstrução nacional de qualquer Estado e o crescimento económico, implementar os objectivos de desenvolvimento do Milénio, tendo em evidência os compromissos internacionais subsequentes em prol do desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva deve-se ter registo no domínio social, uma melhor prestação de serviço a nível da saúde, educação infra-estrutura, redução de morte materno-infantil.

O Estado ao fazer a cooperação com qualquer país deve demonstrar programas de que são capazes de fazer as mudanças necessárias para a recolha de contribuição de diferentes actores da sociedade civil para a definição de estratégias eficazes no sentido da erradicação da pobreza nas zonas rurais. Este deve ser o principal objetivo de qualquer encontro onde se aborda o tema pobreza. Deve haver o enriquecimento de programas estratégicos de combate à pobreza como esforços de acções multissetorial para a criação de condições sociais básicas nas comunidades. A reflexão incide sobre os objectivos de desenvolvimento do Milénio que enfatizam como condição indispensável para o acesso e disponibilidade alimentar variadas e de qualidade aos serviços básicos económicos, havendo uma descentralização do combate à pobreza para diminuir os níveis.

1.7 C.G.S.I.L.A contra 500 como salário mínimo

Angolense

17 de Agosto de 2012

Refira-se que a UNITA prometeu no seu programa de governo 50 mil Kwanzas como salario mínimo nacional caso vença às eleições marcadas para 31 de Agosto de 2012.

Falando durante uma conferência de imprensa, o Presidente da CGSILA, Manuel Maria Difuiila, considerou que a proposta dos partidos políticos de garantirem 500 dólares como salario mínimo, é uma falsa propaganda para conseguirem mais eleitores.

Segundo contou o responsável, a CGSILA foi a primeira a falar do salário mínimo em Angola, através

de um estudo feito em 1997. "O mesmo concluiu que o salário mínimo de cada funcionário público poderia ser de 560 usd, porque o Estado era o principal empregador".

Entretanto, passados anos, conforme Manuel Difuiila, reconhece que a organização que dirige cometeu um erro por ter definido aquele valor como salário mínimo nacional. "Se os estudos estão errados orqu Kwanzas por várias razões, invocando como exemplo, a crise financeira mundial. "O salário mínimo não pode ser instrumento de propaganda eleitoral", disse, acrescentando que ao invés de se criar empregos vai se promover o desemprego. Aquele sindicalista pediu aos partidos que ao fazerem estas promessas, primeiramente, deveriam fazer um estudo mais Profundo sobre o assunto, como por exemplo, conhecer todos os sectores, de uma forma real e não superficial. "Estes são projectôs de gabinetes, não basta dizer que vamos pagar estes valores porque a realidade de 1997, é diferente de hoje", disse. Ainda nesta linha de pensa- mento, Diflula diz que o contexto em exigiam 560 dólares é muito, diferente, porque hoje para além do estado o sector privado é um dos potenciais empregadores.

1.8 Camponeses do Huambo recebem crédito agrícola

Jornl de Angola

19 de Agosto de 2012

Mais de oito mil famílias camponesas tiveram acesso ao crédito agrícola no Huambo, nos últimos quatro anos, num valor global de dois mil milhões de kwanzas, disse o director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pesca, Ermitério Tiago.

O crédito foi concedido pelos bancos BAI, BCI, BPC e Sol, e destina-se a apoiar os agricultores no aumento da produção de alimentos na província. "Podemos dizer que fomos privilegiando a assistência técnica aos camponeses e a organização comunitária, agregando as pessoas nas cooperativas e associações, para melhor serem informados e terem acesso aos diferentes benefícios que normalmente são postos à sua disposição", referiu.

Emitério Tiago salientou que os preparativos para a campanha agrícola 2012/2013 já começaram e grande parte dos meios estão disponíveis na direcção provincial, estimando-se que mais de 380 mil famílias tenham acesso ao programa.

A direcção provincial vai continuar a privilegiar os agricultores e camponeses com meios, como fertilizantes e animais para tracção, e incrementar as

áreas de intervenção de correcção de solos e aplicação de calcários nas regiões onde os níveis de acidez são consideráveis, acrescentou.

Com a intervenção e ajuda aos produtores, os níveis de produção têm aumentado, chegando a atingir hoje, em algumas lavras, quatro toneladas de produtos diversos, contra os 700 quilos que eram obtidos normalmente pelos camponeses.

Para a nova campanha agrícola, as previsões são no sentido de vir a haver uma maior intervenção no município de Catchiungo e o alargamento do trabalho aos municípios do Huambo, Bailundo, Lomumbu e Tchicala Tcholohanga.

O director da Agricultura disse que tem a nível local o calcário necessário para as zonas de intervenção e a maioria dos equipamentos já chegaram à província, faltando apenas alguns acessórios adicionais que, normalmente, são necessários para este tipo de actividade.

1.9 MPLA propõe 3.500 kz para pobres

Agora

25 de Agosto de 2012

A iniciativa está contida no programa de governação do MPLA, visando suprir as dificuldades dos pobres e desempregados.

Numa altura em que o nível de vida no país é considerado bastante alto, tal como o é a pobreza, o partido no poder resolveu propor um subsídio de desemprego e pobreza que varia entre os 3.500 e os 15 mil kwanzas.

Não são ainda conhecidos os critérios que terão servido de base para o referido cálculo, mas sabe-se que a orientação terá saído da presidência da acessória da Presidência da República para contrapor ao subsídio de desemprego proposto pela UNITA.

De acordo com o programa do MPLA, para se ter acesso ao referido subsídio, os cidadãos terão que obedecer a duas condições: a primeira é a de que o desempregado ou pobre contemplado terá que levar com regularidade os filhos ao posto médico. A segunda será levar os filhos à escola.

A proposta que tinha sido anunciada pelo secretário para a política económica do Partido, Manuel Nunes Júnior está a dividir a opinião pública.

Se por um lado o MPLA considera que a medida é prova de que está preocupado com a questão da

protecção dos grupos sociais mais vulneráveis, por outro, analistas independentes consideram a medida um 'abuso' ao 'Zé povinho', tendo em conta os actuais níveis de carência de vida.

O sociólogo André Mendes (A.M.) entende que antes de ser feita uma proposta desta natureza, o 'maioritário' deveria proceder a um estudo, baseado nos actuais índices de pobreza.

Ao fazer a apresentação deste desiderato, Manuel Júnior considerou que o Executivo pretende que o rendimento das pessoas aumente por via de actividades produtivas, pela iniciativa privada, assim como pelo acesso aos programas do Estado. Distribuir melhor a riqueza nacional para todos os angolanos é o objectivo.

Entretanto, a justificação dada por Abraão Gourgel, segundo a qual o país cresceu nos últimos anos, encerra um grande contraste com os preços.

A.M. questiona o que faria uma família pobre com um agregado de pelo menos quatro pessoas com esse valor. "Será que uma família nestas condições faria alguma coisa?", retorquiu

o académico.

Na opinião do analista, o titular da Economia terá acertado quando considerou que foram criadas muitas infra-estruturas, mas ao nível micro económico, social e da distribuição do rendimento, houve tímidos avanços.

Refira-se que para além do tão propalado programa mínimo, o MPLA prevê ainda medidas como os incentivos específicos para apoiar a agricultura familiar; implementação de projectos de desenvolvimento rural para a produção de alimentos e matérias-primas nos segmentos da agricultura, pecuária e pesca; criação de um subsídio de assistência social orientado para o idoso em lares da terceira idade.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Crédito dirigido a quem menos tem

Nova Gazeta

04 de Agosto de 2012

O crédito habitacional, específico para estes projectos, destina-se a famílias consideradas de renda baixa ou a casais jovens e destinam-se à aquisição ou construção.

O agregado familiar é um instrumento-chave para o acesso de juros bonificados. Segundo o regulamento, não podem aceder ao crédito os agregados familiares cujo rendimento mensal seja superior ao salário mínimo nacional da Função Pública multiplicado por 42 meses, ou seja, 3600 dólares.

A intenção desta medida visa facilitar o acesso ao crédito por parte das famílias mais carenciadas, uma vez que o pagamento deverá ser em 30 anos. Tem vantagens quem tenha constituído até a data da publicação do regulamento em DR, uma conta – poupança com montante mínimo de 10% do valor da residência. Os bancos estão autorizados a conceder para primeira prestação 40% do valor da casa.

2.2 Microcrédito beneficia centens de jovens

Jornal de Angola

08 de Agosto de 2012

Jovens empreendedores do município do Sumbe, província do Kwanza-Sul, depois de serem submetidos a uma acção formativa de gestão de pequenos negócios beneficiaram do programa de concessão do microcrédito do empreendedorismo na comunidade.

Este programa, que beneficiou 246 jovens, inclui a atribuição de crédito "Sol Amigo", tutelado pelo Ministério do Emprego e Segurança Social (MAPESS), através do Banco Sol, cujo valor cedido a cada beneficiário atinge os cinco mil dólares, podendo aumentar se houver uma evolução positiva do negócio junto das comunidades.

O programa de concessão do microcrédito ao empreendedorismo na comunidade, desde o seu início em 2008, contemplou em todo o país um universo de 8 mil e 320 beneficiários.

Beneficiários do programa

O beneficiário Valentino André, ligado ao ramo da construção civil, visivelmente satisfeito, disse que com este valor vai ampliar o seu negócio para o tornar mais rentável e criar mais postos de trabalho assim como para transmitir experiência aos demais colegas, contribuindo para o Programa de Combate à Pobreza.

Albertina Augusta, por seu lado, louvou a iniciativa do Executivo e espera que esta acção seja extensiva a mais empreendedores das restantes circunscricões da província.

Estando atualmente desempregada, mas inserida no mercado informal, Albertina Augusta disse que este dinheiro já me possibilita acrescentar nas pequenas poupanças a fim de alargar o leque de mercadorias para a sua comercialização na minha bancada no mercado do Chingo". Matias Adriano disse que está satisfeito com o lançamento do programa de concessão do crédito do empreendedorismo na comunidade e considerou-o como uma mola impulsionadora para gerar emprego e sustentar as micro ou pequenas empresas.

O beneficiário que é proprietário de um posto de venda de medicamentos e uma cantina, referiu que "o valor recebido vai ser empregue no sentido de melhorar o atendimento dos clientes e ampliar as infra-estruturas". O programa, disse, vai contribuir para a redução da delinquência juvenil, miséria, desemprego e outras práticas delituosas, por isso, louvou o Executivo a prosseguir com iniciativas do género.

Empreendedorismo

O programa de empreendedorismo na comunidade nasceu de uma orientação do Chefe do Executivo angolano, José Eduardo dos Santos, principiou em 2008 e está totalmente implantado nas províncias, decorrendo em parceria com os bancos comerciais Sol, BAI micro- finanças e BCI. Visa disseminar a cultura do empreendedorismo, através de acções de formação de modo a permitir, que os empreendedores possam identificar e implantar oportunidade de negócio geradoras de rendimento e proporcionando ofertas de bens e serviços ás comunidades.

O director de Incubadoras de Empresas de Luanda, Jacinto Ferreira Domingos, que presidiu o acto, que o MAPESS, a par das acções de formação profissional, está desde Agosto de 2008 a desenvolver um programa de empreendedorismo na comunidade.

O responsável deu a conhecer que o mesmo programa comporta a componente de formação profissional, onde os empreendedores aprendem noções inerentes a construção nacional e à formação empresarial, considera a mais importante.

O director de incubadoras de empresas de Luanda explicou que a introdução da componente da concessão de microcrédito se deveu ao facto de na maior parte dos casos, em condições normais, os pequenos empreendedores terem sido incapazes de obter créditos junto de agências bancárias, visto que os bancos exigem a apresentação de garantias, traduzidas em bens, recursos financeiros ou avalista.

O MAPESS, para o caso, estabeleceu um convénio com vários bancos e no Sumbe fê-lo com o Banco Sol que, permitiu a abertura de um produto denominado "Sol Amigo", programa de crédito, cujo montante vai cem mil a 500 mil kwanzas.

Jacinto Ferreira Domingos encorajou os empreendedores a aplicar da melhor forma os recursos e conhecimentos adquiridos para a prática dos seus negócios.

Administração do Sumbe

A administradora municipal adjunta do Sumbe, EÍsa Sara Lialunga, agradeceu ao conselho da administração do Banco Sol e ao Ministério da Administração Pública e Segurança Social a implantação deste programa porque, segundo considerou, "vai permitir a inserção de mais empreendedores no mercado do emprego, criar postos de trabalho e serviços, assim como contribuindo combate à pobreza".

"O empreendedor é alguém versátil dotado de habilidades, capacidades, espírito criativo capaz de iniciar e desenvolver uma actividade geradora de rendimentos, criando para si e terceiros oportunidades de inserção na vida profissional e laboral", esclareceu a responsável.

2.3 Fundo de risco inicia operações

Jornal de Angola

09 de Agosto de 2012

O ministro da Economia, Abraão Gourgel, e o Banco de Investimento Kwanza formalizaram ontem, em Luanda, o arranque do Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA), destinado a financiar o programa "Angola Investe", de desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas.

O ministro da Economia e o responsável da Sociedade Kwanza Gestão de Projectos Empresariais, do Banco Kwanza Investe, Alvaro Jorge Mendes, assinaram ontem um acordo que marcou o início das operações do FACRA.

Abraão Gourgel disse, após a assinatura do acordo, que o FACRA é a terceira iniciativa de financiamento do programa "Angola Investe", além das destinadas à bonificação de juros e do fundo de garantia já instituído.

"O FACRA é um instrumento poderoso para a diversificação da economia e modernização das empresas. O instrumento vai proporcionar maturidade aos investimentos para maior internacionalização das empresas nacionais", referiu.

Abraão Gourgel apontou como objetivos do Fundo Activo de Capital de Risco, a concessão de fundos estáveis de financiamento de longo prazo para as micro, pequenas e médias empresas, com elevado potencial de crescimento desde a sua fase inicial.

O ministro da Economia definiu o FACRA como um instrumento fundamental para a criação de empregos e o aumento do grau de inclusão tecnológica. "As empresas apoiadas pelo Fundo Activo de Capital de Risco Angolano têm sete vezes mais capacidade de gerar empregos que outras empresas", estimou.

Álvaro Jorge Mendes explicou que a Sociedade Kwanza Gestão de Projectos Empresariais vai efectuar a gestão do fundo, estimulando a inovação e a competitividade nas pequenas empresas nacionais. "A gestão do fundo será feita pelo Banco Kwanza Investe, utilizando as melhores práticas internacionais, alinhada aos interesses do país", realçou.

O Banco Kwanza direcciona as suas actividades para a banca de investimentos. Reúne os padrões internacionais e uma rede especializada de peritos para gerir o fundo com responsabilidade, afirmou Álvaro Jorge Mendes. "Assumimos o compromisso de assegurar e respeitar os interesses do país, através de uma gestão transparente e profissional", prometeu.

O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano foi criado ao abrigo do Decreto Presidencial nº 108/12 de 7 de Junho, como suporte para a inovação e empreendedorismo nas micro, pequenas e médias empresas.

2.4 Banco Sol

Agora

11 de Agosto de 2012

O Banco Sol, no Lubango, têm uma operacionalidade que não permite enchentes nos balcões, como as que ocorrem em outras instituições bancárias locais, ou mesmo de Luanda. Na agência situada nos 'Laureanos', apenas para exemplificar, o atendimento personalizado deixa o cliente satisfeito e com desejo de domiciliar ali os seus 'patacos' ainda que os juros não sejam dos mais atractivos, um problema extensivo a praticamente todos os bancos comerciais que operam no mercado. Uma outra boa notícia é que o Sol de que é Pca o economista Coutinho Nobre, disponibilizou, no primeiro semestre, 148 milhões de dólares em micro-crédito, sendo que a estratégia assenta em 'largar' para as pequenas e médias empresas, cerca de 1 milhão de dólares mensais. O crédito agrícola de campanha e o financiamento aos Programa' Angola investe' e 'Empreendedorismo na comunidade' são outros pacotes de investimento do banco. Se estes forem susceptíveis de alavancar a economia, então, boa sorte!

2.5 Questões Ignoradas

Folha 8

18 de Agosto de 2012

Para esta semana, trazemos à baila mais umas questões embaraçosas do engenheiro Fernando Pacheco (Coordenador do OPSA) "(...)Onde estão os dois mil campos de futebol prometidos em Fevereiro de 2010?

Para quando a Bolsa de Valores sempre anunciada e sempre adiada?

Quem se deu conta da "autêntica revolução" que iria ser provocada pelo crédito agrícola, anunciada em Julho de 2010? Por onde se perdeu o relançamento da cultura de algodão no Kuanza-Sul?

E a fábrica que iria produzir mais de 200 mil toneladas de açúcar e 35 a 50 MW de energia a partir de 2012 em Malanje?

O que se fez para mitigar o problema do trânsito em Luanda, agora já vivido noutras cidades como Lubango e Soyo?

Que explicação para desastres como os Nosso Super e a Aldeia Nova?

Que se fez para a democratização do país prometida ao Papa Bento XVI?

2.6 Microcrédito chega a supermercados e universidades de luanda

Novo Jornal

24 de Agosto de 2012

O crédito ao consumo apresenta-se como um novo proouro que o Banco de Negócios Internacional (BNI) prevê lançar em breve, mediante protocolos a serem assinados com vários supermercados e universidades de Luanda, através da "FacilCred", um balcão não bancário especializado em micro-crédito, inaugurado nesta segunda-feira, 20, em Luanda.

O anúncio foi feito pela administradora executiva da FacilCred, Judite Correia, à margem da cerimónia que assinalou a abertura oficial da instituição que vai centralizar as operações de 50 agências do BNI, que numa primeira fase inicia com balcões mais próximos.

O crédito Fácil Supermercado que visa fazer face à necessidade de fundos para a realização de compras, destina-se a particulares, cujo valor varia entre os 25 mil e um milhão de kwanzas.

Este produto bancário consiste no pagamento directo pelo BNI aos supermercados fornecedores para, conforme deixou a entender a administradora da FacilCred, evitar eventuais desvios.

A FacilCred, é uma sociedade financeira a quem competirá agilizar e controlar a implementação do .Micro-crédito, contará também com outros produtos de micro-crédito, nomeadamente, o crédito FácilSolidário, Fácil Estudante e o Fácil Empreendedor, com montantes mínimos de crédito a disponibilizar de 10 mil, 25 mil e 50 mil kwanzas respectivamente e o valor máximo de um milhão para ambos os pacotes. Num valor global a disponibilizar de três milhões de dólares, Judite Correia considera o montante "muito bom", uma vez que por via de regra as sociedades bancárias dispõem de apenas um capital mínimo de 25 mil dólares, e o facto do Banco de Negócios Internacional avançar esse montante significa que está a fazer uma "boa aposta" e com fundos próprios.

Para acompanhar o processo, o BNI vai introduzir a figura do agente de crédito, cujo papel consiste em acompanhar e monitorar o processo junto dos credores a implementação e conclusão do micro-crédito.

"O agente de crédito terá um papel fundamental no terreno. Além do questionário sócio-económico que vamos realizar a qualquer pessoa que venha a pedir crédito, iremos depois também aferir essas informações no local e fazer o acompanhamento até à sua completa conclusão, através do agente de crédito", observou..

A gestora da FacilCred, que se escusou a mencionar as taxas de juro a serem praticadas, salientou que serão analisadas caso a caso, na base do estabelecido nas regras contidas no Aviso nº 8/2012; do Banco Nacional de Angola.

Judite Correia, que defende prioridade dos pobres no acesso ao micro-crédito, afirma que a taxa de bancarização no país situa-se em apenas 22 por cento.

"Mesmo estes 22 por cento já bancarizados ainda estão numa fase inicial, já que existem ainda muito poucos produtos bancários acessíveis", destacou Judite Correia. "Acredito que isso vai ajudar a melhorar a vida das pessoas e é uma maneira mais barata de combater a pobreza. Vamos dispor de mais gente empregada, maior número de produtos nacionais para satisfazer a procura interna e simultaneamente baixar a taxa de inflação que ronda os 10 por cento e que o . Governo pretende que baixe para um dígito, ou oito por cento nos próximos anos", frisou. Questionada sobre o eventual sucesso do micro-crédito, Judite Correia mostrou-se optimista, porquanto avança como exemplo um determinado supermercado de Luanda que concede micro-crédito às mulheres "zungueiras", cuja taxa de reembolso é de 100 por cento.

2.7 BNA quer mais de 5 milhões de angolanos bancarizados até 2013

Expansão

24 de Agosto de 2012

O Banco Nacional de Angola (BNA) pretende que, até Dezembro de 2013, o número de cidadãos nacionais com conta bancária ronde os 5 529 970, que corresponde atualmente a 30% da população angolana, considerando os últimos dados demográficos do Instituto Nacional de Estatística. O desafio foi assumido, recentemente, pelo governador do banco central, José de Lima Massano. Atualmente, estimativas oficiais apontam para uma taxa de bancarização na ordem dos 22%.

"Volta e meia, temos estado a falar de taxas relativamente superiores, mas vamos aqui ser realistas. O nosso sentido é que os níveis de bancarização continuem a crescer, A meta que

assumimos publicamente é de até ao final do próximo ano atingirmos os 30% da nossa população", disse Massano a jornalistas, à margem da inauguração da nova sede do Banco de Negócios Internacional.

De acordo com o homem forte do BNA, as dificuldades no processo de bancarização decorrem do nível de literacia financeira da população, da expansão dos serviços financeiros, do nível de rendimento dos cidadãos e de um conjunto de limitações que, no entanto, não especificou. José Massano fez saber que esforços estão em curso, no sentido de se estimular a adesão da população aos serviços financeiros e, por esta via, aumentar os níveis de bancarização.

"O sentido de parceria com as instituições financeiras tem sido instrumental para que a bancarização continue a ocorrer. Nós continuamos bastante otimistas relativamente ao programa", sustentou.

O órgão regulador do mercado bancário desenvolve, desde Agosto de 2011, em parceria com nove bancos comerciais, de signadamente o BFA, BPC, BCI, BMF, BIC, B I, BCA, BRK e o Banco Sol, o programa Bankita, que, além da vertente educativa, permite também aos cidadãos procederem à abertura de contas bancárias com a quantia mínima de 100 Kz, contra os 20000 Kz exigidos anteriormente.

Na visão de Amílcar Silva, presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), para quem o Sistema bancário angolano se está a consolidar, melhorando a sua oferta de serviços e fazendo a Inclusão bancária, de forma palatina mas segura, o Bankita é um programa que está a ter muito sucesso, com grande adesão, não apenas dos cidadãos, como também dos bancos.

Sobre a existência de alguns bancos que se recusam a abrir contas com apenas 100 Kz, o presidente da ABANC considerou ser normal que tal aconteça em qualquer sistema, atendendo à estratégia adoptada por cada player.

"Nós temos 23 bancos com diversas estratégias e objectivos.

Uns ocupando espaços grandes, outros pequenos. Dos 23, cinco têm 75% do mercado bancário, mas os outros ocupam nichos de negócios muito importantes e estabelecem uma sã concorrência que beneficia os clientes. Os clientes têm e estar atentos a esta concorrência, no sentido de optarem por aquelas instituições que os possam servir melhor", aconselhou o líder associativo.

Alguns indicadores oficiais

No período de Janeiro a Julho de 2011, o programa de bancarização dos salários da função pública permitiu aumentar a percentagem de servidores públicos bancarizados de 37,5% para 86,7%.

Importância da bancarização

Comentando ao *Expansão*, o especialista em assuntos financeiros João Fonseca referiu' que a bancarização desempenha dois papéis importantes: na inclusão social, tendo impacto na redução da pobreza e no aumento do grau de monetarização da economia nacional.

Acrescentou que o grau de monetarização está ligado ao aumento da eficácia da política monetária; "ao permitir reduzir a massa monetária em circulação e utilizar esta para a cobertura das necessidades do crescimento do tecido produtivo, quer através de crédito, quer através da promoção da captação da poupança".

O administrador do Banco Angolano de Investimento (BAI) explicou que, em termos gerais, a taxa de bancarização está muito relacionada com o grau de desenvolvimento da economia. No caso de Angola, disse, não somente o grau de informalidade do sector não-petrolífero é elevado (refletido, por exemplo, na elevada preferência por transações a dinheiro, mesmo que tal acarrete mais riscos), como também uma grande parte da população depende da economia rural.

Num quadro mais específico, recordou Fonseca, estudos sobre a matéria em 2010 apontavam como limitação principal para a abertura de conta a dificuldade na obtenção de documentos de identificação pessoal, situação esta que, no seu entender, tem vindo a melhorar. Uma outra limitação decorre dos elevados custos de investimento e operacionais para a instalação e funcionamento de agências bancárias fora da província de Luanda, especialmente nas zonas rui fez saber o especia

2.8 Os caminhos da bancarização

Expansão

24 de Agosto de 2012

No seu desafio para aumentar os níveis de bancarização no País, para além do programa Bankita, lançado em 2011, o BNA procedeu à regulamentação das remessas de valores, que não exigem a abertura de conta bancária, e dos cartões de pagamento, em especial dos cartões pré-pagos, em que o titular não precisa de ter conta bancária,

facilitando as transacções de baixo valor, quer levantamentos quer transferências.

Por exemplo, uma pessoa, em Luanda, pode recarregar um cartão pré-pago de uma pessoa que esteja no Lubango. Neste momento, está em curso a preparação da regulamentação do correspondente bancário e o estudo sobre a utilização do telemóvel para pagamentos. A par destes meios, realça-se também a cada vez maior disponibilização de serviços nos caixas automáticos (ATM), havendo já algumas entidades a permitir

o pagamento de facturas através destes, como é o caso da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), e até mesmo em pequenas cantinas comerciais já se usa também os Terminais de Pagamento Automático.(TPA), fruto do programa Bankita.

Existem ainda outras iniciativas a nível do Governo central, como seja o programa de bancarização dos salários da função pública, iniciado em 2010, o Balcão Único do Empreendedor (BUE) iniciado este ano, e os programas de microcrédito. No caso do BUE, para além de obtenção de documentos de identificação, este programa permite a abertura de conta bancária sem necessidade de depósito antecipado.

2.9 BNI disponibiliza 3 milhões de USD para o microcrédito pelo fácil cred

Expansão

24 de Agosto de 2012

O Banco de Negócios Internacional (BNI) disponibilizou 3 milhões USD para o microcrédito, no âmbito do seu programa interno, que visa o combate à pobreza, à exclusão social e a promoção do emprego. A gestão do referido montante estará a cargo da nova sociedade de microcréditos do banco (FacilCred), inaugurada na passada segunda-feira (20/08), em Luanda, a quem competirá coordenar e analisar as solicitações de créditos, nos 50 balcões da instituição bancária.

"É uma espécie de central, onde se vai coordenar todos os 50 balcões do BNI. É uma sociedade financeira e não um banco como tal. Portanto, não pode receber depósitos", esclareceu a administradora executiva da FacilCred, Judite Correia, à margem da cerimónia inaugural.

A responsável apontou o facto de representar baixos custos e de se poder usar em todas as redes de balcões já existentes, por forma a se capitalizar

melhor, como as principais vantagens do programa do microcrédito do BNI.

A sociedade FacilCred comporta quatro produtos, designadamente Fácil Supermercados, FacilSolidário, Fácil Estudante e Facil Empreendedor. Judite Correia considera, no entanto, ser este um meio de tirar as pessoas da rua, combater a exclusão social e aumentar o emprego, na medida em que, como disse, "permite ter um mercado mais alargado, mais contribuintes fiscais e mais consumidores".

Questionada sobre a taxa de reembolso, sem entrar em detalhes, a administradora executiva do FacilCred limitou-se a afirmar que a mesma vai obedecer a lei sobre a matéria em vigor. "Nós temos uma lei que estabelece o regime para o microcrédito, que é o Aviso n. 008 do Banco Nacional de Angola", garantiu.

Judite Correia fez saber, no entanto, que a FacilCred pode emprestar apenas até 10 000 USD por pessoa ou grupo solidário, com prazos de reembolso que vão de três meses a um ano, conforme orienta o Aviso o 08 do baco central.

Em termos de recursos humanos, informou que a sociedade de microcrédito do B I arrancou com cinco colaboradores, mas com perspectivas de crescimento, à medida que o negócio for se desenvolvendo. Neste momento, para dar resposta às solicitações, a FacilCred conta também com a rede front-office do banco.

Solução eficaz no combate à pobreza

Ao discursar no acto que marcou a inauguração FacilCred, o presidente do conselho de administração do BNI, instituição que detém a sociedade, Mário Palhares, considerou o microcrédito como "um instrumento privilegiado" na luta contra a exclusão social e promoção do emprego. Acrescentou que, no caso de Angola, o microcrédito se afigura como uma "solução eficaz" na promoção de pequenos negócios e consequente melhoria do bem-estar social dos cidadãos, contribuindo, também, para o repovoamento do interior do País e para o aumento da produção nacional. Deste modo, defendeu, elimina-se ainda a carência da oferta interna e a dependência do exterior.

"Os objectivos consensuais do desenvolvimento e do progresso, que passam pelo aumento da taxa de emprego, melhoria da qualificação dos angolanos, o crescimento da produtividade e da competitividade, a criação de uma sociedade de conhecimento e de inclusão, são também comunga- dos pelo BNI", frisou.

Recordou que o microcrédito tem como objecto primário as pessoas, sendo que a criação de empresa é um instrumento da sua valorização. "É mais vasto do que o crédito às microempresas, não se podendo confundir nem limitar a estas", advogou. Assim, concluiu, os clientes que normalmente estariam excluídos do crédito tradicional terão acesso a uma fonte de financiamento para as suas necessidades, com prazos e taxas compatíveis com o seu perfil e riscos.

Neste contexto, Palhares salienta que é propósito da FacilCred atingir aqueles cidadãos que não têm oportunidade de integrarem o sistema bancário. Estimativas do Banco Nacional de Angola (BNA), avançadas recentemente, apontam para uma taxa de bancarização no País a rondar os 22%.

Por seu turno, António André Lopes, vice-governador do BNA, que testemunhou a inauguração da nova sociedade de microcrédito, afirmou que com o FacilCred o BNI põe à disposição dos micro empreendedores soluções de financiamento às suas actividades. Reforçou que, por intermédio da referida sociedade de microcrédito, se poderá ter mais recursos no mercado para as pessoas que desenvolvem pequenos negócios.

"Este acto acaba por ser um conforto para o Banco Nacional de Angola, pois faz jus às preocupações do Executivo e do órgão regulador do mercado bancário local, que se prendem com a inclusão financeira e com o aumento dos níveis de bancarização", realçou.

2.10 Programa de micro-crédito do executivo abrangue centenas de jovens na Ganda

Jornal de Angola
28 de Agosto de 2012

Centenas de Jovens empreendedores do município da Ganda, Benguela, receberam microcrédito através do programa de Empreendedorismo na Comunidade, depois de serem submetidos a uma acção formativa de gestão de pequenos negócios.

Sebastião Lukinda, vice-ministro da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, disse aos beneficiários que, com o crédito recebido, estão em condições para desenvolverem os seus negócios e melhorarem as suas condições de vida.

"Alguns dos nossos detratores dirão que estão a aproximar-se as eleições e o Executivo vem com crédito para enganar a população", alertou o vice-

ministro, lembrando que se trata da actividade normal do Executivo.

Uma das missões do Executivo, acrescentou, é contribuir para a promoção, desenvolvimento e melhoria das condições de vida da população. Por isso, se o crédito recebido pelo empreendedores for bem aplicado, daqui a algum tempo a vida da população vai melhorar.

Sebastião Lukinda aconselhou aqueles que receberam crédito a cumprirem as condições contratuais estabelecidas com o banco credor e a, no momento certo, reembolsarem os valores recebidos. O cumprimento dos acordos vai permitir que outros beneficiem do programa. "Este é um processo de reprodução do qual todos têm de beneficiar", disse.

Satisfação dos beneficiários

Benedito Caluvi, um beneficiário do programa, agradeceu o Executivo por fomentar o auto emprego e potenciar as microempresas.

"Estou satisfeito com o lançamento do programa de Empreendedorismo na Comunidade e vou trabalhar para ter rendimentos e, ao mesmo tempo, honrar os compromissos assumidos com o banco", disse Benedito Caluvi.

Verónica Chipepe, outra beneficiária, sublinhou que, com o lançamento do programa de crédito, o Executivo vai consolidar o combate à pobreza no seio da população. "Este tipo de acções está direccionado para desenvolver as comunidades, combater a pobreza e gerar empregos", referiu.

Paulino Bandede, ligado ao ramo da agro-pecuária, adiantou que, com o valor que recebeu, vai ampliar o seu negócio para o tomar mais rentável e criar postos de trabalho para empregar jovens município necessitados de emprego.

Empreendedorismo

O director adjunto do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP), António Agostinho Pereira, afirmou que este programa tem como objectivo disseminar a cultura da formação de negócios, através da associação entre a formação e o financiamento.

Tal, acrescentou António Pereira, é feito de modo a permitir que os empreendedores identifiquem e apliquem projectos de negócio susceptíveis de gerar oferta de bens e serviços às comunidades.

Com este programa também se complementa a formação profissional dos jovens saídos dos centros

de formação, com oportunidade de inserção directa no mercado de trabalho através de iniciativas de negócios locais.

No município da Ganda, o programa que beneficiou 250 jovens, inclui a atribuição do crédito "Sol-Amigo", tutelado pelo Ministério do MAPESS por intermédio do Banco Sol e que cede valores a cada beneficiário, situados entre os 100 mil e os 500 mil kwanzas. O programa de concessão do microcrédito ao Empreendedorismo na Comunidade, teve início em 2008, no município do Cazenga, e já abrangeu 9.320 beneficiários.

2.11 BNI lança no mercado financeiro nova família de crédito

O Continente

31 de Agosto de 2012

O Banco de Negócio Internacional (BNI) procedeu recentemente, ao lançamento da sua mais nova sociedade de micro crédito, denominada FacilCred, que visa oferecer mais oportunidades aos micro-empresendedores, através de novas soluções de financiamento às actividades que desenvolvem.

De acordo com o presidente da nova sociedade de microcrédito, Mário Palhares, que falava à imprensa, após o acto oficial de inauguração da sede do FacilCred, o surgimento desta sociedade vem demonstrar o interesse que existe por parte do sistema financeiro em pôr a disposição dos micro-empresendedores financiamento para dar soluções às suas actividades. "O FacilCred terá como público alvo aquela franja populacional que não tem acesso ao sistema bancário", disse, acrescentando que "a actual taxa de bancarização no país é equivalente a 22%, existindo, assim, uma parte significativa da população que ainda está fora do sistema bancário".

O gestor disse também que o BNI dispõe de outros serviços bancários no mercado, como é o caso do "FacilSolidário", "FacilEmpresendedor", "FacilEstudante" e o "FacilSupermercado".

Com a entrada do FácilCred, Mário Palhares salientou que, além do questionário socioeconómico submetido aos interessados, a sociedade criou a figura do agente de crédito, que vai colher as informações no terreno, fazendo o acompanhamento até a completa conclusão do crédito.

O FacilCred vem fazer jus às preocupações do Executivo Angolano, no sentido de aumentar os níveis de empreendedorismo na sociedade e o

crescimento do empresariado nacional, bem como aumentar os recursos disponíveis.

Localizado na rua Comandante Che Guevara, no bairro Maculusso, a FacilCred, designação atribuída à referida sociedade, consta do vasto programa de expansão do BNI.

O BNI obteve autorização para a sua constituição pelo BNA, em 2005, mas só em 2006 deu início à sua actividade económica, posicionando-se no mercado como o primeiro banco de especialidade.

2.12 BNI cria sociedade de microcrédito

Agora

31 de Agosto de 2012

A nova sociedade de microcrédito do Banco de Negócios Internacional, denominada Facil-Cred, arrancou, recentemente, com a oferta do Fácil-Supermercado, Fácil-Solidário, Fácil-Estudante e Fácil-Empreendedorismo.

O Bni disponibilizou 3 milhões de dólares para o projecto, no âmbito do seu programa interno, que visa o combate à pobreza, exclusão social e promoção do emprego.

A gestão do referido montante estará a cargo da nova sociedade de microcrédito, Facil-Cred, a quem competirá coordenar e analisar as solicitações de créditos, nos 50 balcões daquela instituição bancária. Trata-se de uma central que coordenará todos os 50 balcões do Bni e não receberá depósitos.

A sociedade Facil-Cred comporta os quatro produtos, designadamente Fácil-Supermercados, Fácil-Solidário, Fácil-Estudante e Fácil-Empreendedor. No entanto, a gestão do banco assegura ser este um meio de tirar as pessoas da rua, combater a exclusão social e aumentar o emprego, na medida em que, permite ter um mercado mais alargado, mais contribuintes fiscais e mais consumidores.

Quanto à taxa de reembolso, obedecerá à lei sobre a matéria em vigor. A FacilCred pode emprestar apenas até 10 mil dólares por pessoa ou grupo solidário, com prazos de reembolso que vão de três meses a um ano, conforme o 'Aviso n.º 8' do Bna.

Em termos de recursos humanos, a sociedade de micro-crédito do Bni arrancou com cinco colaboradores, mas com perspectivas de crescer, à medida que o negócio for se desenvolvendo.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 INADEC realiza campanha sobre controlo de pragas Artigo

O Independente

04 de Agosto de 2012

Uma campanha sobre o controlo de pragas nos estabelecimentos comerciais teve início na semana finda, no distrito urbano do Rangel, em Luanda, uma iniciativa do Instituto Nacional de Defesa ao Consumidor (Inadec). No âmbito da campanha, decordo sob o lema "Inadec pela saúde, segurança física do consumidor e pelo ambiente", foram efetuadas vistorias nos diversos estabelecimentos comerciais de grande porte do município do Rangel. A anteceder a jornada de campo, gestores e representantes de empresa e estabelecimentos comerciais sétima" importância sobre o combate de pragas". "Controle de pragas, consequências da ausência de controlo de pragas, de mosquitos, ratos, gatos, formigas e cupins" foram os temas destacados na palestra.

Os participantes abordaram ainda assuntos como a necessidade da desinfestação periódica dos estabelecimentos comerciais e os tipos de produtos usados para cada praga.

Na ocasião, a chefe de Secção de Estudos do Mercado do Inadec, Anta Graciete da Costa, disse à Angop que a camanha culminará no final do mês.

3.2 Mercado dos Correios na festa da democracia

Jornal de Angola

08 de Agosto 2012

Vendedoras e pequenos comerciantes do Mercado dos Correios, município do Kilamba Kiaxi, tiveram ontem contacto com o manifesto eleitoral do MPLA e o seu programa de governação.

Maria Kaposso, coordenadora da comissão de vendedoras e pequenos comerciantes da estrutura da campanha eleitoral do Comité Provincial de Luanda do MPLA, disse que um dos objectivos do encontro foi divulgar as linhas de força do programa de governo. As vendedoras foram informadas das eleições e do apoio ao "candidato do povo", José Eduardo dos Santos. Maria Kaposso informou que o

partido vai levar a mensagem da vitória a outros mercados. As vendedoras dos Correios receberam material de propaganda e brindes.

No âmbito da campanha, alguns membros do comité provincial entregaram capacetes de protecção a motociclistas da capital. A cerimónia decorreu na rua Deolinda Rodrigues, em frente às instalações do Comité Provincial do MPLA, e foi coordenada por Bento Bento.

3.3 Unita fez campanha nos mercados de luanda

Jornal de Angola

08 de Agosto de 2012

A UNITA realizou ontem em Luanda actividades de mobilização dos eleitores em alguns mercados informais da cidade de Luanda. Um grupo partiu do Município de Viana e passou pelos mercados da Madeira, Artesanato e Pedalé. Outro grupo partiu de São Paulo e percorreu em caravana automóvel algumas ruas da cidade.

A primeira paragem foi no mercado do Prenda, seguindo depois para a ilha do Cabo. Mihaela Weba, que lidera a lista da UNITA em Luanda, disse ao Jornal de Angola que a mensagem para os eleitores incidiu no programa de governo onde se destaca a saúde, educação, o salário mínimo nacional de 50.000 kwanzas e o subsídio de desemprego de dez mil kwanzas.

Para Mihaela Weba, a mensagem do seu partido "está a ser bem recebida, em virtude das pessoas quererem mudança", por "as suas necessidades básicas não estarem a ser garantidas". A candidata justificou que nesta fase da campanha o seu partido incide o trabalho nos mercados porque "é onde está o povo que vota". Apontou como dificuldades, nestes primeiros dias da campanha, o facto de determinadas pessoas, que considerou de "inimigos da democracia", estarem a rasgar os panfletos da UNITA. A UNITA repudiou ontem em comunicado as declarações do ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama, que na qualidade de membro do MPLA terá dito que "os que tentarem lutar contra o MPLA ou o seu presidente vão ser varridos" e exigiu à Comissão Nacional Eleitoral que tome medidas quanto a este episódio.

De acordo com o documento, as declarações "são indignas de um membro do governo e completamente inaceitáveis num Estado Democrático de Direito". O maior partido na

oposição considera ainda "inaceitável apelar o partido no governo de construtor e a UNITA de destruidora como se de uma guerra se estivesse a falar". O documento considera ainda que as declarações são "uma violação do Código de Conduta Eleitoral" e "contribuem para o agravamento de tensões latentes que configuram actos de incitação à violência".

Lista de Cabinda

O cabeça de lista da UNITA pelo círculo de Cabinda, Raul Danda, pediu aos apoiantes do seu partido para votarem de forma consciente nas eleições gerais de 31 de Agosto. Raul Danda sublinhou que os militantes da UNITA devem "votar bem" porque o partido vai garantir a mudança pretendida. O político, que falava num comício realizado no campo do Cabassango, que marcou o início da campanha eleitoral da UNITA em Cabinda, referiu que a sua organização tem um programa de mudança para o bem-estar social.

A lista dos deputados pelo círculo provincial de Cabinda tem Raul Danda à cabeça e integra José Lembe, Estêvão Pedro, João Manuel e Carlos Codila. Pelo círculo nacional, em Cabinda, a UNITA apresenta Alexandre Sambo, Ana Maria Vieira e Maria Odila Barros.

Apresentação no Huambo

O secretário provincial da UNITA no Huambo, Liberty Tchiyaca, apresentou sábado, no pavilhão do Petro, o programa e manifesto eleitoral aos militantes.

"O manifesto da mudança apresentado aos cidadãos angolanos foi inspirado numa longa experiência acumulada desde 1966, que vai conduzir as linhas estruturantes do programa da UNITA para mudar Angola e melhorar a vida de todos os angolanos", disse. Durante a actividade foram também apresentados os candidatos a deputados da UNITA pelo círculo eleitoral provincial do Huambo.

3.4 Zungueiras registadas no município de Viana

Jornal de Angola
08 de Agosto de 2012

A Liga das Mulheres de Negócios do Município de Viana, em Luanda, está a registar, há uma semana, zungueiras para passarem a funcionar nos dois mercados em construção.

A presidente da associação, Nanga Ambrósio, disse à Angop que o trabalho já permitiu o registo de 50 mulheres. Além disso, estão a ser informadas sobre as vantagens de serem membros da associação, uma das condições para que sejam posteriormente colocadas num dos dois novos mercados, em construção no Bairro Zango III e no Quilómetros 12.

O registo é disciplinar o comércio das zungueiras com a sua retirada das ruas para locais próprios para a venda. Nanga Ambrósio referiu que o mercado informal pode ser uma grande fonte de captação de receitas pelo Estado, resultante do pagamento de impostos por parte das zungueiras que devem estar organizadas em mercados ou feiras.

"O Estado sai a ganhar se cada uma delas pagar uma taxa simbólica", declarou a presidente da Liga, para quem a presença de vende doras ambulantes é uma das causas do amontoar de resíduos sólidos em algumas áreas de Luanda.

A Liga das Mulheres de Negócios do Município de Viana existe há seis anos e controla, atualmente, mais de três mil associadas enquadradas em várias áreas.

Viana, que está localizada a 30 quilómetros da cidade capital, é um dos maiores municípios da província de Luanda.

3.5 Kixikila, o que está a bater

Nova Gazeta
09 de Agosto de 2012

A kixikila é um método informal de poupar dinheiro para comprar, em pouco tempo, aquilo que se pretende. Consiste num grupo de colegas de trabalho, vizinhos ou amigos que se unem numa espécie de cooperativa com um objectivo comum e regras pré-estabelecidas.

Todos aceitam dar a cada uma das pessoas, de forma rotativa, um valor percentual do seu rendimento mensal ou semanal conforme o acordo.

Por exemplo, se três colegas querem comprar casa no valor de seis mil dólares, dois deles dão dois mil dólares ao primeiro para satisfazer o seu objectivo. No mês seguinte, quem recebe é outro e assim sucessivamente. É uma prática antiga que se iniciou no mercado informal e já entrou em muitas empresas onde é feita entre colegas.

3.6 Parlamento vota alteração da lei do OGE

Jornal de Angola
08 de Agosto de 2012

Os deputados à Assembleia Nacional reúnem-se hoje, no Palácio dos Congressos, na sua 13ª reunião ordinária, para apreciar e votar o projecto de lei de Alteração à lei - quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013.

Em declarações aos jornalistas, à margem do encontro, a porta-voz do Grupo Parlamentar do MPLA, Ruth Mendes, anunciou que o prazo para aprovação do OGE-2013 do eleitoral. "Havia necessidade de se criar um quadro constitucional que permitisse que o Orçamento Geral do Estado fosse aprovado num prazo mais longo", esclareceu, salientando que a proposta de alteração vai até 15 de Fevereiro de 2013.

Grupo parlamentar do MPLA

Para uma análise detalhada dos 17 pontos constantes da plenária de hoje, o grupo parlamentar do A plenária de hoje vai ainda apreciar e votar as propostas de Lei de Bases de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, Lei do Transporte e Armazenamento de Petróleo Bruto e Gás natural e os Projetos de Resolução que aprovam os tratados entre Angola e a Zâmbia, sobre auxílio mútuo em matéria penal, extradição e transferência de pessoas condenadas a penas privativas da liberdade.

Os deputados vão avaliar também os projetos de resolução que aprovam os acordos celebrados entre a República de Angola e a República do Congo referentes à área de desenvolvimento do Lianzi, o acordo de partilha de rendimento e os protocolos aduaneiros e de imigração.

Na mesa dos deputados vão estar ainda os projetos de resolução referentes à substituição de membros das comissões provinciais eleitorais de Cabinda e Namibe, proposto pela Nova Democracia União Eleitoral e das comissões municipais eleitorais de várias localidades da província da Huíla.

3.7 Papel do INAPEM é apoiar e educar o empresariado

Africa Today
Agosto de 2012

África Today: O INAPEM é a entidade responsável pelo apoio às pequenas e médias empresas em Angola. Que tipo de funções desempenha e de que forma é que ajuda as companhias?

Maria Ruth António Chitas: O INAPEM tem a função de certificar ou cadastrar as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME). O Instituto dá formação, consultadoria e procederá à incubação de empresas estrutura especializada para empreendedores que serve para abrigar, educar e auxiliar na criação e fortalecimento - dessas mesmas empresas. A incubação está particularmente configurada para estimular, agilizar e favorecer a transferência de resultados de pesquisa para atividades produtivas. Ou seja, as incubadoras servem para evitar a mortalidade das MPME. Até agora assistiu-se à criação de empresas que passados dois ou três meses deixavam de existir. Não havia um programa de incentivo para poderem prosseguir ou apostar em formação. A nova perspectiva do INAPEM consagra-se num programa de formação e consultadoria das MPME.

Como é que uma empresa pode obter financiamento no INAPEM?

Não o pode fazer, uma vez que quem financia são os bancos comerciais, a quem deverá recorrer, no âmbito do programa. O INAPEM faz parte dos intervenientes do processo de certificação de empresas que tem como suporte o programa do Executivo Angola Investe, e o protocolo assinado entre os bancos e o Ministério da Economia e Finanças. Uma empresa cadastrada poderá posteriormente pedir formação ou consultoria ao Instituto.

Uma pequena e uma média empresa?

MICRO EMPRESAS: Até 10 trabalhadores Volume de receitas anuais até 250 mil dólares

PEQUENAS EMPRESAS: Entre 10 a 1 00 trabalhadores; Volume de receitas anuais entre 250 mil e 1 milhão de dólares. MÉDIAS EMPRESAS: Mais de 100 trabalhadores; Volume de receitas anuais entre 1 milhão a 3 milhões de dólares

É um processo moroso?

É relativo. Depende muito do que o empreendedor apresentar ao banco. Se o projecto estiver bem estruturado é atendido, mas se não estiver o banco

nem tem forma de o analisar. Complemento isso com a minha experiência bancária: muitos dos projetos que vi entrar nos bancos não apresentavam condições para serem analisados. Um dos papéis do INAPEM é ajudar os empreendedores na documentação que têm de entregar nestes pedidos de crédito. A formação do Instituto incide sobre várias áreas, nomeadamente na forma como administrar a empresa e gerir o pequeno negócio.

Estão previstas novas instalações que permitam uma melhor funcionalidade dos cursos de formação? Sim. A sede do INAPEM vai mudar, dentro de pouco tempo, para novas instalações, e a área actual ficará reservada para formação. Também está prevista a instalação de incubadoras, já que a sua função essencial é a formação e fomento empresarial.

Trata-se de um processo que se limita apenas a Luanda?

Não, está em todo o país. Há centros de serviço do INAPEM em todas as províncias de Angola.

3.8 Utentes preferem filas nos Postos de Emissão do BI

O País

11 de Agosto de 2012

Com o alargamento do tempo de serviço nos sectores de identidade das sete e meia para as

20 horas, esperava-se que estes sectores não registassem grandes afluências pela madrugada. Entretanto, segundo apurou O PAÍS, através de uma ronda realizada Segunda-feira, 6, entre às 05h:12 e as nove horas, principalmente no posto do Prenda, no bairro com mesmo nome, município de Luanda, uma boa parte dos populares abordados prefere madrugar por razões que considera muito pessoal.

Francisco Kanga, morador do bairro Morro Bento I, município de Belas, disse ter saído de casa quando faltava um quarto de hora para as cinco" tendo chegado ao sector de identificação do Prenda 15 minutos depois.

"Mesmo sabendo que agora se atende até à noite, cheguei cedo, primeiro porque somos muitos os que precisamos destes serviços, segundo, porque tenho outros trabalhos a fazer", argumentou o cidadão que pretendia tratar do Certificado do Registo Criminal.

Referindo-se às vantagens do novo horário, Francisco Kanga disse ter constatado que o mesmo veio aumentar a dinâmica de trabalho por parte dos

trabalhadores, devido à redução do tempo de serviço destes, já que agora actuam por regime de turnos.

Importa referir que no Sector-de Identidade do Prenda, um grupo composto por oito pessoas está destacado para o primeiro turno, que vai das 07h:30 às 13h:30ras, sendo que o segundo, supostamente constituído por um número menor, se responsabiliza pelo período subsequente, cujo término acontece às 20hOO, isto de acordo com um funcionário que, pedindo anonimato, procurou esclarecer sobre a nova escala de trabalho, acrescentando que ele e os seus colegas não têm problemas em chegar a tempo ao local de trabalho.

Quem não tem dúvida sobre isso é Francisco Kanga, que alegou ter testemunhado, por três dias, a chegada cedo da referida equipa de trabalho.

"No capítulo da pontualidade, é preciso reconhecer que estes trabalhadores são um exemplo, porque, pelo menos nos três dias que estive aqui, os serviços começaram rigorosamente às 07h:30", garantiu o entrevistado, tendo acrescentado que os funcionários chegam sempre antes da hora indicada, a fim de não comprometerem o seu novo horário.

Curiosamente, O PAÍS registou a chegada de seis dos oito operadores de serviços do Prenda entre as 07h:14 e às sete e meia, sendo que as duas funcionárias que faltavam nas contas ultrapassaram entre um e três minutos a hora de início da jornada, uma situação que os seguranças ali destacados justificaram com a "luta" que elas travam em busca de um lugar para estacionamento das respectivas viaturas.

"Elas chegaram mesmo cedo, mas tiveram de ficar mais cinco minutos à espera de encontrar um lugar para parar o carro", explicou um dos guardas, que teve, logo a seguir, de atender ao chamamento de um colega do sector que precisava da lista onde constavam os nomes dos utentes. Afinal, à medida que as pessoas vão chegando têm de contactar imediatamente os seguranças para lhe disponibilizarem o caderno onde devem escrever os seus nomes. O responsável pela ordem de entrada dos utentes serve-se deste meio para organizar a sua tarefa.

Na opinião de Francisco Kanga esta é a única alteração que não veio ajudar, porque os seguranças não têm competência para elaborar a lista com justiça.

"Eu preferia que continuasse a ser com antes: o indivíduo chegava e ocupava um lugar aqui nos bancos, para depois o operador fazer entrar as

peças com base na ordem de chegada, pois isso de vir e ter de dar o nome ao homem da protecção física suscita muitas dúvidas", reparou, chamando a atenção da equipa desta reportagem para o facto de ser o número 51, apesar de ter encontrado menos de 30 elementos no local.

Por sua vez, Paulo Fernandes, de 50 anos, que pretendia tratar o Bilhete de Identidade (BI) revelou que muitas são as ocasiões em que os agentes da guarda preenchem a lista em contrapartida de algum dinheiro. Acontece que os intermediários dos serviços teimam em abandonar posto do Prenda.

"Para além do segurança, existem aqui alguns jovens que recebem dinheiro de elementos que chegam tarde para os registar na frente da lista, então, contanto que chegues muito cedo, é difícil ser um dos dez primeiros", queixou-se Paulo Fernandes, que diz ter chegado muito antes do seu companheiro Francisco Kanga.

Quando os intermediários vêem as suas propostas negadas pelos guardas entram em conflitos com estes, prometendo prejudicar as suas tarefas até que os chefes do sector solicitem a sua retirada do posto, soube este jornal por meio do seu interlocutor, que confirmou, na hora, as suas alegações a um dos seguranças em serviço.

O morador do bairro Cassequel disse ter madrugado por desconfiar das enchentes habituais e, consequentemente, da morosidade.

Mas admitiu ter ouvido registo que deixam esses males para atrás, prontificando-se, por isso, em madrugar para ver tudo com os seus próprios olhos, como fez questão de referir, a fim de ir descansado, nas próximas ocasiões.

Em relação ao novo horário, Paulo Fernandes acredita que a decisão de implementá-lo foi fruto de um acordo entre os dirigentes do órgão reitor e dos seus funcionários, daí que recomende a estes últimos que arquem com as suas responsabilidades e não se fiem nas habituais desculpas do congestionamento do trânsito, na cidade de Luanda, vulgarmente conhecido como engarrafamento.

"É preciso sair muito cedo de casa para se aproveitar aquele momento em que ainda não há engarrafamento nas vias", sublinhou. À semelhança de Francisco Kanga, Paulo Fernandes quer que os dirigentes do sector do Prenda voltem ao antigo sistema de entrada, que consistia na ordem de chegada e ocupação de um lugar nos bancos aí dispostos e não por meio da lista no caderno do segurança.

3.9 Zungar com bujingangas

A Capital

11 de Agosto de 2012

Quem pelas ruas de Luanda passa depara-se com muitas situações. Algumas precisam de uma atenção um pouco mais refinada para serem vistas ao passo que outras não, uma vez que são situações que despertam a atenção de qualquer mortal. Estou a falar concretamente, do número exagerado de jovens que deambula pelas ruas da capital a vender bugingangas na zunga. Não é preciso entrevistar um a um para saber as suas idades uma vez que a olho nu percebe-se, rapidamente, que são maioritariamente jovens, de ambos os sexos, cujas idades andam à volta dos 15 aos 30 anos. Eles vendem de tudo desde alimentos até aparelhos electrónicos. Ocupam passeios, passagens superiores e inferiores e nalguns casos chegam mesmo a disputar as estradas com os automobilistas. Enfim, é gente que não brinca em serviço, é gente que procura a todo o custo e risco ganhar a vida.

A juventude é, no meu entender, um tesouro muito lindo que uma economia pode ter. A juventude é 'a força motriz; é um dos principais factores do progresso das sociedades. O nosso país deve, portanto, alegrar-se por possuir uma população maioritariamente jovem. Há países europeus que gostavam de ter uma população jovem como a nossa.

Mas porque é que temos boa parte da juventude na rua a vender bujingangas?

Dentre as várias razões eu destaco duas: a primeira tem a ver com os rendimentos que os zungueiros obtêm na rua. Tenho certeza absoluta que na zunga faz-se algum dinheiro. E tem mais: os rendimentos dos zungueiros, pelo menos até aqui, não têm sido objecto de tributação por parte da administração fiscal o que constitui perdas financeiras para o Estado. Temos ainda a questão da sua segurança social que, tarde ou cedo, poderá constituir-se num autêntico passivo para o Estado.

A segunda razão tem a ver com as oportunidades em termos de bons empregos que são disponibilizados para a nossa juventude. A nossa economia tem crescido bem e isto já não é segredo para ninguém, aliás tenho certeza que já devemos ter compatriotas completamente surdos de tanto ouvir isso. E quando uma economia está a crescer, significa dizer também que há mais gente a trabalhar e a contribuir para o PIB. Ou seja, uma economia em crescimento tende a providenciar mais postos de trabalho o que faz aumentar o seu produto interno bruto. E à medida que os cidadãos vão beneficiando dos empregos que

a economia em crescimento vai gerando, a sua condição de vida tende a melhorar. Me parece que, para além da facilidade de obtenção de lucros na rua, as melhores oportunidades de emprego que vão surgindo no nosso país não têm sido para a nossa juventude. E se não têm sido para ela, então, tem sido para alguém que não é a nossa juventude o que não é salutar. É preciso que o nosso país preste a devida atenção sobre esse assunto (o emprego condigno da juventude), porque só desta forma é que poderemos converter o crescimento em desenvolvimento, ou seja, só desta forma é que os cidadãos (sobretudo a juventude) começarão a sentir o crescimento em suas próprias vidas. O termo emprego condigno aparece aqui para enfatizar a qualidade dos mesmos. Já tem havido, de facto, algum emprego no nosso país, porém muitos deles não encerram a componente qualidade e dignidade visto que as remunerações que os mesmos apresentam quando são divididos pelos preços de mercado não sobra nada para a poupança o que é preocupante. Muito preocupante mesmo porque é da poupança de todos os agentes económicos que depende o investimento em qualquer economia. E enquanto estivermos com uma poupança deficiente o investimento em Angola será sempre algo de desconfiar.

Nesta conformidade, será completamente estratégico providenciar um salário que esteja mais ou menos ao nível dos preços de mercado, por um lado e providenciar bons empregos para os cidadãos nacionais por outro lado, visto que Angola é mesmo dos angolanos e são eles que devem beneficiar das melhores oportunidades e das melhores remunerações.

Muitas vezes, algumas pessoas e instituições colocam a questão da formação ou da experiência para justificar os seus comportamentos antipatrióticos de não empregar e remunerar condignamente os nacionais.

Na verdade, muitos estrangeiros que ocupam determinados postos de trabalho no nosso país (e que não são poucos) não nasceram com os conhecimentos que possuem, eles aprenderam de algum lugar do qual, jovens angolanos, também podem aprender, bastando apenas que lhe sejam dadas oportunidades. É urgente que criemos mecanismos concretos para empregar e remunerar com a máxima dignidade o maior número possível de Angolanos. O sector dos petróleos tem sido, e infelizmente, um dos sectores onde tudo e alguma coisa acontece contra os quadros e jovens angolanos. São vários os relatos de reclamações que dão conta das disparidades salariais e outros benefícios sociais entre os nacionais e os estrangeiros. Muitos ministérios se não estão repletos de estrangeiros a fazer serviços de assessoria ou consultoria pelo menos recorrem, com

frequência, a eles para determinados serviços que muitos deles ficariam mais barato e se calhar com mais qualidade se por nacionais fossem feitos.

A criação de bons empregos (empregos qualitativos e quantitativos) para os nacionais é pois uma mais-valia económica para o país, pois retira a juventude da rua, melhora a sua condição social, garante um futuro menos tumultuoso aos cidadãos e ao Estado e aumenta a arrecadação de mais impostos.

3.10 Redutores perigosos vendidos no mercado

Jornal de Angola
17 de Agosto de 2012

O Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) alerta, numa nota enviada ontem à redacção do Jornal de Angola, para a venda, no mercado informal, de redutores para botijas de gás doméstico que "representam um iminente perigo de acidente".

Estes redutores, que se apresentam como se fossem da Jabelec, garante o INADEC, têm "origem e qualidade duvidosa" e "características adulteradas no diâmetro superior", diferente do equipamento do género fornecido pela Sonangol, o que "permite a fuga de gás ao serem instalados nas botijas".

O comunicado refere que o Ministério dos Petróleos confirmou as suspeitas do INADEC antes destas evidências terem sido denunciadas e pede aos consumidores que estejam atentos "no acto de compra" e a denunciarem às autoridades os locais onde se vendam redutores e mangueiras falsas muitas vezes com o símbolo da Sonangol.

O INADEC tem uma linha telefónica de apoio ao consumidor, pela qual recebe semanalmente dezenas de reclamações e de denúncias, o que lhe permite reunir as irregularidades verificadas na venda de bens e de serviços.

O instituto tem um programa de inspecção permanente de estabelecimentos comerciais com vista a detectar anomalias que representem ameaça pública para os consumidores, com o que já apresentou dezenas de alertas.

3.11 Zungueiras com dias contados

Agora

18 de Agosto de 2012

Muitos vendedores ainda continuam a comercializar a sua mercadoria ao longo das vias públicas. Nos Kwanzas, os vendedores comercializam nos passeios e na rotunda, dificultando o tráfego automóvel naquela via.

A administração do Cazenga assumiu a responsabilidade de construir mais mercados a nível do município. No Hoji ya Henda está em curso a construção, de raiz, de mais um mercado e será chamado Nova Luz. Trata-se de uma infra-estrutura que terá 64 metros de largura 74 de comprimento e será instalado no sector seis com capacidade de albergar mais de 400 vendedores.

Isabel Manuel, vendedora ambulante na avenida Ngola Kiluange, disse ao AGORA que estar satisfeita por estar em curso a construção de mais um mercado. Para ela, muita gente está na 'zumga' por falta de lugares para comercializar os seus produtos correndo o risco de serem atropelados e outros assaltadas pelos meliantes.

A 'zungueira' entende que com o surgimento de mais mercados tudo ficará nos eixos. A administradora comunal, disse ao AGORA que as obras estão a correr a bom ritmo.

A construção do mercado decorre da necessidade de acomodar todos os vendedores ambulantes, evitando os riscos, não só de perdas materiais mais também humanas.

Branca Nunes, indicou que o mercado será concluído, ainda este ano, com todas condições necessárias, desde o saneamento básico à segurança, para que os utentes exerçam a sua atividade à vontade.

3.12 Cazenga tem novo mercado

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2012

Um novo mercado, destinado aos vendedores que comercializam os seus produtos ao longo da avenida Ngola Kiluanje, no município do Cazenga, em Luanda, entra em funcionamento brevemente.

O Nova Luz, que está a ser erguido na comuna do Hoji ya Henda, possui 64 metros de largura e 34 de comprimento, e tem capacidade para albergar 400 vendedores.

A administradora comunal, Branca Nunes, disse ontem à imprensa que o mercado vai acomodar de forma digna as vendedoras que se encontram instadas nas ruas e contrariar a venda ambulante.

"Temos orientação do Governo Provincial de Luanda para acomodar todas as pessoas em locais que permitam a comercialização de produtos em condições aceitáveis de higiene e, fundamentalmente, em segurança", afirmou.

Branca Nunes referiu que no espaço estão a ser criadas todas as condições, desde o saneamento básico, balneários, bancadas, câmaras frigoríficas e naves, para, assim que as obras terminem, ser feito o enquadramento das pessoas no local. Neste momento, adiantou ainda, estão a ser feitas acções de sensibilização no sentido levar as pessoas a desistam de vender junto das estradas e praticarem venda ambulante e mostrar-lhes que existem locais preparados para o exercício dessa actividade.

O Cazenga é um dos sete municípios de Luanda e possui pelo menos dois milhões de habitantes, distribuídos nas comunas do Tala Ha-di, Cazenga e Hoji ya Henda.

3.13 Exploradores ilegais multados na Quibala

Jornal de Angola

15 de Agosto de 2012

A representação do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no município da Quibala, Kwanza-Sul, vai sancionar, com multas equivalentes a seis mil dólares, os cidadãos que continuarem a explorar, ilegalmente os recursos florestais.

O chefe de fiscalização municipal do IDF, Domingos João, disse ontem que a instituição pretende, com esta medida, desincentivar a prática. Entre as grandes preocupações, destaca-se a exploração anárquica de carvão vegetal e a caça furtiva na região. Domingos João sustentou que a procura do lucro fácil e o índice de pobreza são factores que concorrem para a queima de carvão e caça furtiva.

Anível do município estão a exercer a actividade, de forma legal, apenas seis concessionários, que é um Número insignificante, dada a extensão do município.

Outra questão que inquieta o chefe de secção de fiscalização do ID F tem a ver com o facto de a instituição contar apenas com dois fiscais, quando necessita de 12 Domingos João apelou ao fim das queimadas, uma vez que estas são responsáveis pela deterioração dos solos, prejudicando igualmente a

agricultura, que é fonte de rendimento e de sobrevivência das famílias camponesas.

A nível da Quibala, as infrações ocorrem, com maior incidência, nas comunas de Cariango e do Lonhe, onde se regista a caça em grande escala de animais, principalmente de cabras do mato, veados e lebres.

3.14 Pretendemos reduzir a taxa de informalidade da economia

Expansão

24 de Agosto de 2012

O coordenador técnico do programa de Apoio ao pequeno negócio (PROAPEN) revela terem existido constrangimentos na execução do programa devido a problemas de ordem administrativa e aponta as medidas tomadas para sanar os transtornos causados. Aponta ainda que uma das grandes metas do programa é a redução dos níveis de informalidade na economia.

Desde que se deu início ao programa PROAPEN, que constrangimentos terão já sido identificados no decorrer da sua execução?

É necessário dar a conhecer que o programa tem três componentes, sendo o BUE, que permite a ' legalização das empresas a custo zero, uma delas. Depois temos a componente do financiamento e, por último, a formação gratuita, embora esta última seja pouco divulgada.

O que constatamos é que, ao contrário do que se pensa, o programa tem adesão mesmo não financiando diretamente em dinheiro ou mediante o pagamento da factura proforma ao fornecedor. Desta forma, somente os microempreendedores mais sérios aderem ao programa. Tivemos problemas em financiar as pessoas interessadas, porque não conseguíamos cumprir o estipulado na lei, que é constituir empresas em cinco dias úteis. Havia um constrangimento no processo de construção de empresas que nos impedia de financiar, e fomos constatando que os problemas eram os mesmos em quase todos os BUE. Em todos os balcões temos problemas com a Internet. Nesses serviços onde a Internet é indispensável, a largura de banda não tem sido suficiente. A título de exemplo, há dificuldade para a emissão do número de identificação fiscal, NIF, do tipo 2, que é o cartão de contribuinte de empresas. O que temos feito para transpor a situação é aceitar o número de contribuinte pessoal. Outra falha identificada foi, por exemplo, naqueles BUE onde toda a cadeia funciona, mas a Imprensa Nacional tem algum problema, dada a insuficiência

da Internet. Assim, o processo do indivíduo vai de todo o modo para o banco onde vai receber todo o financiamento pela via do PROAPEN, e o BUE emite uma declaração, alertando que está pendente a publicação na Imprensa Nacional.

Quando começaram a ser tomadas estas medidas e quais foram os resultados alcançados?

Com todas estas acções efectuadas, tivemos resultados práticos e imediatos. Tomámos esta decisão no dia 25 de Julho e, passado algum tempo, calculámos cerca de 782 beneficiários e um volume de crédito de 5 milhões USD. Depois tomámos a decisão de contornarmos aqueles procedimentos que, não sendo essenciais para que o banco conceda ou não o empréstimo, são essenciais para que a empresa esteja legalmente constituída. Depois de tomarmos esta medida, o número subiu para 3432 empresas constituídas, e o volume de crédito concedido passou de 5 milhões USD para 22,3 milhões USD.

Disse que um dos transtornos era precisamente o facto de não se conseguir cumprir com o que estava estipulado na lei, que é constituir empresas em cinco dias úteis. Segundo o nosso jurista, a lei prevê no mínimo cinco dias úteis para licenciamento de constituição de empresas. Ter a empresa legalmente constituída era um pré-requisito para aceder ao financiamento, porque este programa tem uma visão mais alargada, que é a redução da economia informal. Pretendemos reduzir a taxa de informalidade da economia. Como a maior parte da população que age na informalidade, apesar de obter rendimento, não tem possibilidade de constituir empresa no Guiché Único da Empresa, o BUE vem dar resposta a esta população. O que pretendemos é que o BUE resolva e que não seja um constrangimento. Como o problema está do lado do serviço público por nós prestado, então devemos assumir o problema e contornar aqueles serviços que não estamos a conseguir solucionar. Como não conseguimos constituir a empresa em cinco dias úteis, talvez em um mês consigamos. Aquela declaração tem um prazo de seis meses não renováveis, julgamos ser mais do que suficiente para que o BUE possa constituir a empresa.

Existem outros mecanismos que ainda possam ser aplicados de maneira a estender este crescimento de forma mais célere?

Este é um processo e, como tal, é dinâmico. Não existe um modelo definitivo para resolver estes problemas, até porque alguns vão surgindo com o tempo. Alguns problemas são consequência da realidade do País. Até há pouco tempo, tudo estava concentrado no Guiché Único da Empresa e era

apenas um, mas agora são três. Ao pormos os balcões em cada município e províncias, pusemos à descoberta as insuficiências de todo um sistema, desde a emissão de sinal de Internet à afirmação do sinal, à criação de infra-estruturas e outras fragilidades. Ainda que quiséssemos, não podemos-queimar etapas. Vamos continuar a ter problemas com o-pessoal que trabalha no BUE, porque a formação é contínua e o grau de assimilação destas pessoas não é o mesmo. O nosso plano é ajudar as pessoas que queiram abrir pequenos negócios, mas queremos fazer isto de forma organizada, pela via da formalização.

E, como vimos até ao momento, não é possível formalizar tudo em cinco dias. Por isso, vamos emitir documentos alternativos, sem deixar de ter em conta o número de contribuinte. Vamos financiar esses microempreendedores no tempo que for possível. Os documentos ser-lhes-ão entregues, mas repare que não teremos uma afluência desta magnitude para sempre.

O que quer dizer com isso?

Os BUE vão conhecer a dada altura um pico. Agora estão em 3432 empresas criadas em apenas algumas semanas, o que representa um crescimento de mais de 200%. Quando tivermos de abrir os BUE em outras províncias e municípios, este número continuará a crescer. Não é possível ter cidadãos a legalizar as suas actividades indefinidamente, e também há a questão do financiamento. As pessoas, ao receberem o financiamento, têm cinco anos para fazerem o retorno. A visão inicial era de dois anos de reembolso, inclusive a taxa mais alta era de 5%, e agora é de 2%. O período de reembolso é de 60 meses, e o tecto máximo é de 679 mil Kz, com uma possibilidade de 5% de fundo de maneiço.

Qual é o montante disponível para esta operação e qual a previsão de beneficiários até ao final de 2012?

O valor inicialmente disponível foi de 196 milhões USD, dos quais cerca de 22 milhões USD já foram concedidos até ao momento. A julgar pela velocidade registada na formalização das empresas, é só uma questão de multiplicarmos. Estou em crer que, até ao final do ano, podemos chegar aos 10 mil ou 15 mil beneficiários, porque, se em duas semanas tivemos mais de 1500 beneficiários com os BUE que temos, imagine como será se tivermos em conta os que estão a ser abertos.

Deste número de empresas que já foram financiadas, quais os sectores que mais se destacaram?

Entre todos os sectores de prestação de serviços, em particular, o serviço de mototáxi está no topo,

seguido pelo comércio de bebidas, onde financiamos com vasilhames, não com a bebida. Depois a lista segue e é extensa, mas podemos ainda citar o sector do entretenimento e os projetos de disc-jockey os cibercafés.

O sexo feminino está em grande na adesão ao BUE?

As estatísticas mundiais mostram que a maior adesão ao microcrédito e a taxa de sucessos é rras mulheres, e não nos homens. Aqui também se verifica o mesmo quadro. Em outros programas que temos, como o crédito agrícola de campanha, a maior parte dos beneficiários também são as mulheres, e a experiência que temos, com bancos privados, demonstra que elas são as que mais reembolsam, talvez por um sentido de responsabilidade maior.

Falou que um dos objectivos do PROAPEN é o combate à informalidade. Entretanto, em que pé está o programa neste aspecto?

Não tenho este dado, e ainda é muito cedo para fazer comparação, porque ainda não cobrimos nem 40% do território nacional. Já temos bastantes BUE, mas penso que ainda faltam. Por outro lado, estaríamos a

ver o problema de forma isolada. Ou seja, esta não é a única medida que visa combater a informalidade. Temos de ver que há muitos cidadãos que de forma irregular têm legalizado as suas actividades antes, durante e depois de existir o programa de apoio ao pequeno negócio. Por isso, teria de ser um trabalho conjunto com o Ministério do Comércio e como Instituto Nacional de Estatística e talvez até com a Imprensa Nacional para termos uma ideia deste impacto, porque isto também tem que ver com o crescimento populacional. Se tivermos um número de empresas constituídas, mas o crescimento da população triplicar e não levarmos este dado em conta, podemos ficar com a percepção, em termos absolutos, de que a informalidade tenha reduzido, quando na verdade até aumentou. Logo, não é tão simples como parece.

Quanto à criação de emprego e à redução da taxa de desemprego, podia explicar qual é propriamente a visão do ministério?

Vamos partir do princípio de que a taxa de desemprego em Angola seja relativamente alta, porque temos um grupo de pessoas que têm emprego, quer seja no Estado ou no privado, e um grupo de pessoas que estão desempregadas. Deste grupo de pessoas que estão desempregadas; que constitui a tal elevada taxa de desemprego, há um grupo que dá vida ao sector informal. Eles estão desempregados porque não constam na estatística,

não têm um emprego legalmente constituído, formalmente reconhecido. Mas eles realizam uma actividade económica. Isso é só para desmistificar a ideia de que a taxa de desemprego vai nos dar a noção do número de pobres que não têm nenhum rendimento, o que não é verdade.

As pessoas que estão no mercado têm rendimento, alguns até superiores ao daquelas que trabalham. Essas pessoas que estão no sector informal e aquelas que nem sequer realizam uma actividade mas que, se calhar, têm uma formação e não sabem, por exemplo, por onde começar ao constituírem legalmente o seu negócio, passam formalmente a fazer parte da estatística de empregados. A outra parte é o facto de estas pessoas criarem empregos para outros cidadãos. Assim, automaticamente, o número de desempregado reduz. Recebemos aqui, no Ministério da Economia, uma associação, que nos mostrou que tinha uma pequena sala onde ensinava a costurar e vendia aquela roupa, mas que não podia ter mais pessoas porque não tinha máquinas para costurar. Decidimos então que, se eles adquirissem as máquinas com o nosso financiamento, estariam obviamente a constituir emprego para as outras pessoas.

E como avaliar a situação, no caso de indivíduos que tenham passado por uma formação técnico-profissional?

Os formandos do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional, INEFOP, depois de terminarem a formação, passam automaticamente para a lista de desempregados, e só de lá saem quando o INEFOP ou o MAPESS são informados de que estas pessoas já conseguiram o emprego. Queremos que estas pessoas, que receberam formação, adiram ao BUE, porque estamos em crer que estas pessoas têm maior probabilidade não só de fazer reembolso como também de evoluir, . em termos de empresas, de micro para pequenas e, quem sabe?, médias empresas.

Mencionou que a formação entre os componentes do programa é aquela que é menos solicitada, embora seja gratuita.

O que estará na base desta situação?

Tem tido pouca afluência, porque não é obrigatório e, sendo assim, o cidadão acha que é uma perda de tempo receber a formação. Não acreditamos que seja zero a adesão, mas a maior parte dos jovens não estão interessados.

Mas disse, e bem, que os que receberam formação são os que estão em melhores condições para fazer o reembolso? Nós convidamos os formandos do INEFOP a aderirem ao programa, mas também

achamos que o cidadão deve ser livre. Estamos em algumas províncias onde as pessoas fazem comparações desse programa com outros que não tiveram sucesso. E a minha preocupação é fazer entender que os programas são implementados e eles recebem financiamento, depois têm de fazer retorno. A probabilidade de as pessoas fazerem o retorno está abaixo de 50%, mas ninguém fala disso. O sucesso deste programa está mais do lado beneficiário do que do lado de quem implementa, porque a parte de implementação está feita e já passou agora, pois já absorveu 3432 beneficiários. Está na mão destes aproveitar esta janela que se abre. Ao não reembolsarem o financiamento, além do que prevê a lei, existem outras desvantagens, entre elas, a de constarem na lista negra das instituições financeiras, principalmente depois da criação da central de risco. Com isso podem perder a oportunidade de se candidatar a futuros créditos.

Quer com isso dizer que o sucesso deste programa está agora a depender dos beneficiários?

Temos fé, e os bancos devem acreditar nestes angolanos de baixa renda que praticam a económica informal e estão aqui com vontade de trabalhar. Mas é o retorno que vai provar, caso tenhamos 100% ou 10%, se tínhamos, ou não, razão. Provar que eles são realmente microempreendedores e que merecem ser financiados, e acabar com o mito de que os bancos atendem uns e não outros ... Isso está nas mãos do microempreendedor, e de mais ninguém.

Com esta camada da população, que estava esquecida e excluída do sistema financeiro, e agora passa a estar incluída, o sector privado fica atento e, quando ficar provado que vale a pena investir neste sector, havemos de notar que a banca privada há-de ter taxa de juro semelhante, porque já sabe que funciona. Mas tudo isso só funciona na base da confiança.

Qual seria o volume a ser reembolsado, num prazo de cinco anos, para garantir a continuidade das microempresas? .

Penso que pelo menos 80% do capital investido já iria garantir a continuidade do programa e iria com certeza despertar o surgimento de outros, sem dúvida alguma.

Qual é o desempenho dos bancos que operaram neste processo?

Quanto ao desempenho dos bancos, temos dois operadores, o BPC e o BCI. No PROAPEN, são apenas estes dois bancos por serem públicos e, nesta fase, temos o BCI com maior desempenho em relação ao BPC. Estou a falar concretamente que o

BCI já vai, até ao momento, com um financiamento na ordem dos 14,3 milhões USD, enquanto o BPC está com um financiamento de apenas 8 milhões USD. A diferença tem estado agora a diminuir, pois já foi mais acentuada. Mas estamos em crer que os constrangimentos que existem estão a ser ultrapassados.

3.15 Mercado municipal abre ao público dentro de dias

Jornal de Angola

20 de Agosto de 2012

A construção do mercado municipal da Cahama, iniciada no princípio do ano para proporcionar maior segurança sanitária e comodidade aos vendedores e clientes, encontra-se em fase de acabamento.

Actualmente, os trabalhos incidem na pintura da estrutura e bancadas, colocação de portas e janelas nos restaurantes e quiosques. O mercado, com capacidade para acolher mais de mil vendedores, vai melhorar as condições de trabalho e de conservação dos produtos comercializados. O mercado, a ser inaugurado nos próximos dias, está dividido em dez secções, entre as quais a de produtos agrícolas, material didáctico, de construção civil, roupas e bebidas.

A administradora municipal da Cahama Margarida Ulisavo, salientou que o mercado vai assegurar a aquisição de produtos com maior higiene e melhorar a prestação de serviço à população.

"A construção deste mercado vai contribuir para a minimização das condições de vida da população local", salientou. Com uma população estimada em 65.549 habitantes, o município da Cahama está dividido administrativamente por duas comunas e 16 aldeias.

3.16 Inaugurados vários jangos e um mercado

Jornal de Angola

21 de Agosto de 2012

A comuna de Calumbo tem, desde o fim-de-semana, um mercado rural e cinco jangos comunitários inaugurados pelo administrador municipal de Viana.

Os jangos estão instalados no bairro Kakila, em Mbanza Calumbo na sede comunal.

O administrador José Moreno lembrou que o programa de combate à pobreza promovido pelo Executivo pretende o desenvolvimento rural e a

melhoria da qualidade de vida das pessoas com menos possibilidades económicas.

O mercado chama-se "Mamãs de Calumbo" em homenagem às mulheres da zona que até aqui vendiam os produtos do campo e o peixe ao ar livre, sem condições de higiene e de comodidade.

3.17 Kupapatas: a morte sobre duas rodas

Agora

25 de Agosto de 2012

O elevado número de cidadãos desocupados provenientes das FAA e das FALA (ex-braço armado da UNITA), veio adensar ainda mais as ténues esperanças de muitas famílias para mitigar a fome.

A liberdade de locomoção entre distâncias curtas, originou o surgimento de um meio de transporte versátil, barato e fácil de aquisição. Antes uma actividade que era exercida por uns poucos utentes de motorizadas, cuja cilindrada não passava dos 50 cc, isto nos idos de 1980 na 'Cidade Vida' - Huambo, Benguela, Kuito e Lubango, outras urbes se seguiram e a actividade foi fluindo. Estamos a falar concretamente do serviço de táxis feito pelos popularmente conhecidos 'kupapatas', termo da língua umbundo que quer dizer apalpar.

Hoje, como prova de que os empregos não abundam para muitos, o serviço de táxi com duas ou três rodas tornou-se no ganha-pão de muitas famílias. Este segmento de mercado tem vantagens e também algumas desvantagens. Dentre as vantagens podemos citar o facto de esses transportadores prestarem um serviço ao domicílio, não importando o local da carga e descarga.

Com a abertura do mercado asiático, mormente o chinês, de onde provêm a maior parte desses meios rolantes, é fácil encontrar-se em cada esquina uma moto para qualquer serviço de carga.

O grande óbice desses motoqueiros é, na maior parte dos casos, a falta de documentos, tanto os que os habilitem para a sua condução, assim como daqueles passados pelas autoridades municipais. As autoridades policiais têm chamado constantemente a atenção para o escrupuloso cumprimento das regras que a circulação rodoviária impõe, visando uma condução mais responsável e cuidada mas, os nossos 'valentinos rossis' ignoram, desafiando tudo e todos, incluindo determinadas leis da física.

São cada manobras e acrobacias, ultrapassagens à direita e à esquerda, bruscas mudanças de direcção

sem a devida sinalização, etc., que é de arrepiar quando se vêem em acção.

Para se ter uma mínima noção do comportamento desses motoqueiros da 'desgraça', basta consultar os comandos policiais dos municípios, no piquete de trânsito ou ainda o serviço de urgências dos hospitais municipais. É que de hora em hora, ou menos que isso, entram acidentados em estado crítico, estes, os que ainda têm a felicidade de serem socorridos, porque na maior parte dos casos, esses acidentes são fatais. Não cumprem ou respeitam as regras de trânsito, não usam capacetes, estão sempre indocumentados, falta-lhes aptidão para a condução, enfim, uma série de insuficiências e incumprimentos que só poderiam mesmo redundar em cenas dramáticas, enlutando muitos lares e famílias.

Na maior parte das vezes, quando confrontados com este seu comportamento inusitado e irresponsável, respondem com um sorriso surdo, acelerando ainda mais.

Congregados numa associação que se assume como sua representante, a Amotrang, esta tinha em carteira a criação de uma escola de condução para a sua habilitação. Não conseguimos apurar se essa intenção teve pernas para andar porque, da sua sede nada se vislumbra e das pessoas contactadas nenhuma estava autorizada para falar sobre o assunto. Era necessário ter-se ordens superiores. O certo mesmo é que em contacto com alguns motoqueiros, de sua verdade, acusam a Amotrang de nada fazer por eles e só serem utilizados para passeatas do MPLA, recebendo como pagamento ou em troca pelos seus serviços umas camisolas e uns poucos litros de gasolina, que se esgotam durante o percurso. Dizem-se muito desamparados e que assim procedem (condução sem regras) "é só mesmo na pressa de se ganhar algum porque a vida está muito difícil. Demos tanto por este país e hoje ninguém nos liga. Agora que as eleições estão aí, até já prometem que vão dividir melhor. Afinal de contas tudo sempre foi para eles. Grandes aldrabões!" - desabafou um deles. Todos incluem-se no exército de desmobilizados. Entendem e reconhecem que procedem mal mas, porque, às vezes a polícia fecha os olhos para isso, eles pensam que está tudo numa boa.

Isto descrito nestas linhas, poderá parecer algo de menos importância, e que talvez se possam confundir com alguns meninos irrequietos mais as suas tropelias.

A caracterização desses últimos, que se podem incluir num círculo restrito de meninos de papai que, à altas horas da noite tomam de assalto as maiores avenidas das cidades com as suas diabólicas "rachas", embora

também sejam práticas reprováveis, essas, pelo menos, não põem em risco directo, cidadãos inocentes. Ao contrário destes, os "bumbadores", na banga e na ânsia de facturarem ao máximo, levam á garupa duas ou mais pessoas, quando não estão crianças incluídas.

Portanto, em matéria de colisões de meios rolantes, é mais razoável que ocorram entre veículos automóveis. Contudo, hoje tudo mudou por cá. Tornou-Kupapatse normalíssimo ocorrerem colisões entre motorizadas, onde o pára-choques é, indubitavelmente, a cabeça do condutor e dos seus penduras. E como sempre circulam sem capacetes, está-se logo a ver qual é o resultado. É por estas e outras que se torna imperioso que as autoridades afins ponham ordem no circo .

3.18 Inaugurado novo mercado

Semanário Factual

De 25 de Agosto a 01 de Setembro de 2012

Baptizada pelo nome de "Mercado Comunal Mamãs Calumbo", a infra-estrutura foi inaugurada pelo administrador municipal de Viana, José Moreno, no passado sábado, 18, no âmbito do governo de combate à pobreza e desenvolvimento rural.

O mercado, com espaço para duas mil vendedeiras, está dividido em vários sectores, alimentício, de venda de produtos do campo, pescados e produtos diversos e oferece um vasto espaço para o estacionamento de viaturas.

De acordo com a vendedeira Suzana da Costa, a construção do mercado vem oferecer maior e melhores condições de trabalhos e higiene às suas colegas, visto que, em tempo anterior, a venda era feita a céu aberto, expondo os produtos a todo tipo de contaminação.

No fim dos trabalhos, o administrador de Viana, José Moreno, apelou para o voto responsável, no sentido de o Executivo dar continuidade aos trabalhos que têm sido desenvolvidos em prol do melhoramento das condições de vida dos cidadãos, bem como do combate à pobreza.

3.19 Regresso de mercado Roque Santeiro e os apelos à ingerência

Jornal de Angola

27 de Agosto de 2012

A campanha eleitoral entrou na fase decisiva e o populismo está cada vez mais presente. Abel Chivukuvuku anda a prometer que "com a CASA-CE no poder o mercado Roque Santeiro é devolvido às nossas mães". Mesmo partindo do princípio que esta declaração rende votos, é seguro que também faz perder muitos. O saldo final é capaz de ser negativo.

Os que querem uma Luanda urbanizada, ordenada, sem mercados informais onde não existem as mínimas condições para vendedores e clientes, se estavam a pensar votar na CASA-CE vão pensar duas vezes. Os mercados informais são aquilo a que o economista Emanuel Carneiro chama "a maquina tritadora da economia real". Um líder político que promete uma monstruosidade como o Roque Santeiro tem uma estranha noção do que é governar Angola.

Fernando Heitor, economista da UNITA e candidato a deputado, resolveu ir além do que sabe e fez uma afirmação que é completamente falsa: "a UNITA, desde a sua fundação, optou sempre pela economia de mercado". Não é preciso mentir. A UNITA em 1966 içou a bandeira do maoísmo e assim se manteve até ao 25 de Abril de 1974, altura em que se apresentou como "o movimento dos brancos" sendo Jonas Savimbi o "muata da paz". Só em 1992 ele apareceu como pistoleiro e a UNITA aprendeu a lição da "economia de mercado".

Mas a sua interpretação do que é a "economia de mercado" foi uma catástrofe. As tropas da UNITA destruíram pontes, empresas, estradas, barragens, caminhos-de-ferro, semearam minas nas lavras e picadas. A UNITA arrasou a economia e os mercados.

Samakuva pediu "à comunidade internacional" que ajude Angola a ter eleições livres. Os rebeldes da Síria também pedem à comunidade internacional para bombardear o seu país. É o mesmo princípio. Angola vai fazer eleições livres e justas mas sem a interferência dos falidos internacionais. Os embaixadores com vontade de participar nas nossas eleições que tenham paciência. Aqui não há espaço para ingerências.

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Comissões de moradores acusadas de extorsão

O País

03 de Agosto e 2012

Os presidentes das comissões de moradores e chefes de sectores dos bairros Boa Fé (filiais da Caop A, B e c), Quilometro 9 (filiais do sector A, B, C, D e F), Mulenvos de Baixo e 1º de Maio, em Viana, são acusados de estarem a extorquir os munícipes em troca de celeridade na emissão de documentos, em parceria com os funcionários da administração municipal.

A equipa de reportagem de O PAÍS apurou, durante uma ronda efetuada a estas instituições, nesta quarta-feira, que cada uma delas tem uma tabela de preços que varia em função da especificidade da documentação.

O montante arrecadado é supostamente repartido entre o funcionário da administração que assegura a celeridade na emissão do documento e o quadro da agremiação que faz o levantamento (em caso de deslocação).

O jovem António dos Santos está entre os munícipes do Quilómetro Nove, em Viana, que teve que desembolsar 13 mil Kwanzas aos funcionários da comissão de moradores para tratar a declaração que comprove que o mesmo reside naquela área há mais de cinco anos, junto da administração daquele município no momento em que pretendiam legalizar as suas residências ou parcelas de terra.

No documento a que tivemos acesso, assinada pela presidente da referida comissão, Filomena Van-Dúnem, consta que ele reside ali há mais de cinco anos, o que não corresponde à verdade, dado só ter adquirido a parcela de terra de 20 metros de largura e 30 de cumprimentos há seis meses.

António dos Santos explicou que a tabela de preços que se encontra fixada naquela repartição diz que os interessados devem desembolsar simplesmente dez mil Kwanzas pela declaração, mas os técnicos da comissão que fazem a averiguação exigem o pagamento de mais três mil Kwanzas.

Apesar da sua parcela de terra estar a menos de um quilómetro da filial do sector C e de ter postos a sua viatura à disposição deles, não teve que pagar o valor atrás mencionado. Tudo porque classificavam o seu trabalho como difícil, atendendo a que têm de convencer a vizinhança a participar do inquérito feito para comprovar a titularidade do espaço pelo requerente antes de passar o documento.

"O mais caricato é que tudo isto não passou de conversa fiada. Ao chegarmos ao local, prestaram mais atenção a uma obra que estava a ser erguida sem o consentimento deles e da fiscalização do que a fazer o trabalho a que se propuseram", declarou.

A declaração que o habilitará a legalizar a parcela de terra foi -lhe entregue dois dias depois, com um espaço em branco para as testemunhas, à sua escolha, assinarem sem terem sequer sido inquiridas. Por falta de uma máquina fotocopadora na instituição o cidadão foi orientado a procurar um sítio onde pudesse reproduzi-lo e entregar urna fotocópia para constar dos arquivos, o que não aconteceu.

A outra irregularidade que consta no documento está relacionada com o facto de as suas coordenadas geográficas não corresponderem à realidade. Visto que o espaço se encontra numa ruela, sem nome e número, os supostos técnicos identificaram-na como estando situada na mesma rua onde está um estabelecimento comercial denominado Baquita Ncose.

"Isso só demonstra mas uma vez que não existe ainda um mecanismo adequado para conter o surgimento de litígios de terrenos vendidos a duas pessoas ou mais, porque as comissões de moradores que deviam exercer um grande papel neste sentido estão mais preocupada em extorquir os cidadãos", considerou. Acrescentou acreditar "que os fiscais agem deste jeito propositadamente para serem ser chamados novamente para resolver os conflitos e cobrarem os cinco mil Kwanzas estipulado pela mediação e mais três mil pela deslocação de cada um deles".

Facilidades a preços altos

Na instalação da comissão do sector A do Quilómetro Nove encontra-se ainda fixada a tabela de preços criada em Maio de 2010 pelo antigo presidente, António Lopes Silvestre, já falecido. De modo a gerar uma certa harmonia e dada a eficácia do método criado pelo malogrado, a actual presidente optou por não alterá -la. Os preços variam de mil e 50 a 30 mil Kwanzas em função da especificidade da declaração. O primeiro montante, que é o mais baixo, está relacionado com o pedido de declaração de óbito.

Na tabela de preços a que tivemos acesso constata -se que a seguir àquela declaração figuram os mil e 550 Kwanzas cobrados pela emissão de Agregado Familiar, Atestado de Residência, Cartão de Contribuinte e Declaração Comprobativa (normal). A seguir estão os dois mil e 50 Kwanzas cobrados pelas declarações comprovativas de união de facto e de perda de documentos.

É visível ainda que os empresários que pretendem abrir uma stand de automóveis ou motorizadas devem pagar 30 mil Kwanzas pela declaração de comércio, 28 mil Kwanzas pela declaração para venda de produtos diversos em armazéns, 23 mil Kwanzas para a declaração de loja, 12 mil Kwanzas para a declaração de lanchonete e nove mil Kwanzas para a declaração de cantina. Na referida lista, os estrangeiros também são chamados a fazer o pagamento de dois mil e 500 Kwanzas pelo senso, entre outros valores e documentos.

O momento em que for tratar de uma das declarações comerciais, o município recebe a garantia que não terá problemas nenhum com a Polícia Económica e a fiscalização por falta de alvará comercial, por ser emitido pela área comercial da administração municipal de Viana.

Já no sector A, B e C do bairro da Boa Fé, também em Viana, os interessados em tratar da declaração de ocupação de terreno devem pagar nove mil Kwanzas aos responsáveis das referidas comissões de moradores.

Segundo uma cidadã que adquiriu recentemente uma parcela de terra no sector B daquele bairro, para erguer um estabelecimento comercial os funcionários daquela agremiação exigiram simplesmente o pagamento de cinco mil Kwanzas pela emissão da declaração e o documento de compra passado pelo antigo proprietário.

A senhora, que só aceitou falar à nossa reportagem sob anonimato, disse que teve ainda que desembolsar quatro mil Kwanzas pela deslocação. Embora também tenha sido efectuada no seu automóvel.

Contou que comprou a parcela de terra de 15 metros de largura e 20 de comprimentos ao preço de 18 mil dólares. Apesar de o vendedor ter passado apenas uma declaração de cedência, a senhora mostrou-se bastante confiante que conseguirá legalizar a parcela junto da administração municipal.

Na porta da sede da subcomissão de moradores do sector 1, do bairro Caop C, está fixado um anúncio, datado de 15 de Janeiro de 2011, dizendo que se trata de Agregado Familiar, Atestado de Residência,

declaração para legalização de terreno e declarações para todos os efeitos.

Areia provoca notificação

Quem teve sorte foi o jovem Manuel Alexandre, morador do bairro de Mulenvos de Baixo, que não pagou nenhuma soma monetária aos funcionários da comissão de moradores para proceder à ocupação efectiva do terreno que possui há cerca de seis anos. Conta que esteve prestes a pagar uma elevada quantia financeira por ter sido notificado, em Abril último, pelos membros da comissão de moradores da sua área por ter descarregado uma carrada de areia defronte à sua casa, sem o consentimento daqueles.

Manuel Alexandre acrescentou que, apesar de a areia não estar a obstruir o caminho, os supostos fiscais exigiram a presença dele numa reunião com o coordenador do bairro onde seria abordado o valor a ser pago. O que lhe pareceu não ser normal porque os fiscais são orientados a advertir a população ou a passar a multa assim que descobrirem a infracção.

Por outro lado, a exigência não lhe caiu bem pelo facto de a maioria dos seus vizinhos procederem do mesmo modo enquanto estão a fazer as obras em casas, sem embaraçar a passagem na via pública. " Não cheguei a comparecer na reunião e recusei pagar qualquer soma monetária porque um dos meus familiares, que trabalha na repartição de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, alertou-me de que seria golpe" , lembrou.

Diante de tal situação, o município de Viana optou por confrontar os supostos responsáveis do bairro e como eles não tiveram argumentos suficientes para o convencer a proceder de modo contrário e se recusaram a Dirigir-se à repartição de fiscalização do município, acabou por não pagar. Contactados pela nossa equipa de reportagem para prestarem explicações sobre o assunto, o chefe do sector B, do bairro da Boa Fé, recusou -se à prestar informações sem o consentimento do administrador municipal, José Moreno.

4.2 Parlamento vota alteração da lei do OGE

Jornal de Angola
08 de Agosto de 2012

Os deputados à Assembleia Nacional reúnem-se hoje, no Palácio dos Congressos, na sua 13ª reunião ordinária, para apreciar e votar o projecto de lei de Alteração à lei - quadro do Orçamento Geral do Estado para 2013.

Em declarações aos jornalistas, à margem do encontro, a porta-voz do Grupo Parlamentar do MPLA, Ruth Mendes, anunciou que o prazo para aprovação do OGE-2013 do eleitoral. "Havia necessidade de se criar um quadro constitucional que permitisse que o Orçamento Geral do Estado fosse aprovado num prazo mais longo", esclareceu, salientando que a proposta de alteração vai até 15 de Fevereiro de 2013.

Grupo parlamentar do MPLA

Para uma análise detalhada dos 17 pontos constantes da plenária de hoje, o grupo parlamentar do A plenária de hoje vai ainda apreciar e votar as propostas de Lei de Bases de Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança, Lei do Transporte e Armazenamento de Petróleo Bruto e Gás natural e os Projetos de Resolução que aprovam os tratados entre Angola e a Zâmbia, sobre auxílio mútuo em matéria penal, extradição e transferência de pessoas condenadas a penas privativas da liberdade.

Os deputados vão avaliar também os projetos de resolução que aprovam os acordos celebrados entre a República de Angola e a República do Congo referentes à área de desenvolvimento do Lianzi, o acordo de partilha de rendimento e os protocolos aduaneiros e de imigração.

Na mesa dos deputados vão estar ainda os projetos de resolução referentes à substituição de membros das comissões provinciais eleitorais de Cabinda e Namibe, proposto pela Nova Democracia União Eleitoral e das comissões municipais eleitorais de várias localidades da província da Huíla.

4.3 Alteração á lei do orçamento foi aprovada pelo parlamento

Jornal de Angola

09 de Agosto de 2012

A Assembleia Nacional aprovou ontem, por unanimidade, o projecto de Lei de alteração à Lei-Quadro do Orçamento Geral do Estado, medida que vem assegurar o normal e regular funcionamento da preparação e a provação do OGE.

A deputada Ruth Mendes, que apresentou o documento, disse que a alteração do diploma permite que, em todos os anos em que haja eleições, a apresentação do Projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado seja feita até 15 de Dezembro e a votação, pelo Parlamento, até 15 de Fevereiro.

Antes, o documento devia ser entregue ao Parlamento até 15 de Outubro e a aprovação dava-se em Dezembro. Ruth Mendes, integrante da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, explicou que a alteração consagra o alargamento do período para apresentação do Projecto de Lei do Orçamento Geral do Estado para o ano subsequente.

Protecção a criança

Ainda na sessão de ontem os deputados aprovaram, por unanimidade, a proposta de Lei de Bases da Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança.

O diploma reforça o quadro legal e institucional destinado a implementar os compromissos e responsabilidades assumidas pelo Estado e pela sociedade colocando a criança em prioridade absoluta.

O ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, disse que a Lei reflecte o elevado grau de consenso alcançado pelo Estado e pela sociedade em relação à criança, tendo destacado os onze compromissos que definem o conjunto de tarefas essenciais que devem ser desenvolvidas a favor da criança.

A Lei destaca os direitos da criança, ajustando-os à realidade social e cultural de Angola. João Baptista Kussumua disse que dentre as tarefas, uma particular atenção é dada à primeira infância. "Este escalão etário é essencial para que a criança possa ter um desenvolvimento pleno", explicou. O deputado João Pinto, da bancada parlamentar do MPLA, felicitou a iniciativa do Executivo e afirmou que a Lei contribui para a defesa dos direitos da criança.

Clarisse Caputo, deputada da bancada parlamentar da UNITA, também saudou a incitativa, declarando que havia necessidade de ser criado um diploma sobre o desenvolvimento integral da criança na sociedade.

A deputada sugeriu algumas emendas ao diploma e questionou o ministro sobre o apoio às mulheres Grávidas. Em resposta, João Baptista Kussumua disse que o Estado deve promover "as necessárias medidas" de apoio alimentar e psicossocial à mulher grávida, através da criação de subsídios para as gestantes. Para ter acesso a esse apoio é preciso fazer provas da sua situação de particular carência e adoptar medidas de planeamento familiar recomendadas no Sistema Nacional de Saúde.

Legislação dos Petróleos

Na sessão orientada pelo presidente da Assembleia Nacional, António Paulo Kassoma, os deputados Aprovaram ainda a proposta de Lei sobre o

Transporte e Armazenamento do Petróleo Bruto e Gás Natural.

O ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, disse que o diploma vai definir as regras de acesso ao exercício das actividades de armazenamento e transporte do petróleo bruto e gás natural visando assegurar o seu regular funcionamento e desenvolvimento sustentável. O ministro disse que o diploma vai cobrir as lacunas legislativas existentes na actividade petrolífera e contribuir para a harmonização do exercício de diversas actividades económicas, estabelecendo soluções para eventuais conflitos emergentes entre os usuários da terra. Os deputados aprovaram também o projecto de Resolução que define a alteração ao protocolo de acordo entre Angola e a República do Congo, o Projecto de Resolução que aprova o acordo de participação relativo à partilha do prospecto geológico na República do Congo.

O ministro dos Petróleos disse que os acordos celebrados pelos dois países reforçam as relações de cooperação no domínio económico entre as duas partes e permitem explorar as oportunidades do novo cenário mundial. Botelho de Vasconcelos afirmou que a natureza transfronteiriça da utilização pressupõe a aplicação de um regime jurídico, fiscal e aduaneiro único que tenha em conta os interesses dos dois Estados e das empresas participantes.

Botelho de Vasconcelos disse que as estreitas relações políticas e diplomáticas entre os dois países permitem a definição do quadro necessário para aprovação da decisão final de investimento e consequente início de produção da área de desenvolvimento inutilizado.

Movimentação de deputados

Os parlamentares apreciaram ainda o projecto de resolução sobre a movimentação de deputados e votaram a proposta que aprova a substituição de membros da Comissão Provincial Eleitoral de Luanda propostos pela UNITA.

Foi também apreciado o projecto que aprova a substituição, por falecimento, de membros da Comissão Municipal Eleitoral da Ganda, na província de Benguela, proposto igualmente pela bancada parlamentar da UNITA.

Na agenda de 10 pontos, constou ainda a aprovação da resolução sobre a substituição de membros das comissões provinciais eleitorais de Cabinda e Namibe, proposta pela Nova Democracia.

4.4 OGE para 2013 vai conter cenário de médio prazo

O País

10 de Agosto de 2012

O Orçamento Geral do Estado (OGE) vai incluir, pela primeira vez, um cenário 'macrofiscal' de médio prazo para o período 2013-2017, cuja formulação contará com a assistência técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI). A iniciativa reflecte a intenção das autoridades de reforçar a médio prazo os mecanismos para proteger os gastos públicos prioritários da volatilidade das receitas petrolíferas e consta do último relatório do FMI sobre a economia nacional, o qual corresponde aos contactos bilaterais que mantém com cada um dos seus membros anualmente. O documento refere que o facto de o Orçamento passar a estar ancorado num quadro fiscal de médio prazo constitui um 'passo crítico', facultando aos decisores políticos ponderar melhor a opção entre o aumento do investimento público e o aumento do stock de reservas. De acordo com o FMI, as autoridades angolanas consideram que o saldo corrente primário não petrolífero poderá constituir uma 'âncora' alternativa à formulação orçamental, partindo da premissa que as despesas em investimento gerarão retornos futuros, incluindo o aumento das receitas fiscais.

Orçamento suplementar

De acordo com o documento, as autoridades angolanas admitem a possibilidade da apresentação de um orçamento suplementar para o corrente ano. O FMI reconhece ter sido conseguida uma forte redução do défice primário não petrolífero em 2009-2010, embora considere que se verificou em 2011 um relativo recuo neste domínio para o que contribuíram despesas 'superiores às esperadas' em bens e serviços, a concessão de subsídios e a incorporação de operações 'parafiscais' realizadas pela concessionária em nome do Governo. Assim, no último trimestre de 2011, despesas em bens e serviços e operações parafiscais realizadas pela Sonangol contribuíram para ampliar o défice primário não petrolífero de 43,6% para 48,2% do PIB não petrolífero. Apesar de o Executivo ter tomado medidas para aumentar o grau de informação respeitante à transferência das receitas petrolíferas para o Orçamento - Decreto Presidencial N° 58/11- os dados preliminares sugerem, refere o documento, que as transferências das receitas petrolíferas para o Orçamento em 2012 continuaram a registar atrasos. Aliás, o relatório refere que as autoridades angolanas atribuíram o aumento das despesas verificado no último trimestre de 2011 às operações parafiscais realizadas pela petrolífera estatal

e aos atrasos na execução orçamental, reconhecendo que os custos associados às subvenções se situaram significativamente acima dos níveis orçamentados, chamando entretanto a atenção para o facto de ter sido produzida nova legislação destinada a reduzir os encargos orçamentais com a subsídição. O FMI recomenda que sejam prosseguidos os esforços para conferir maior 'governança' e transparência aos fluxos de fundos relacionados com as receitas petrolíferas, classificando como 'essencial' o empenhamento das autoridades em eliminar progressivamente e incorporar no quadro orçamental as operações para-fiscais conduzidas pela Sonangol.

O FMI reconhece terem sido realizados progressos no que respeita à reconciliação das receitas petrolíferas de 2011, acrescentando que esses esforços continuam a ser reflectidos nos primeiros dados de 2012. Por outro lado, o FMI considera que as transferências das receitas fiscais por parte da Sonangol para o Orçamento devem ser mais 'previsíveis', assinalando que o stock das receitas petrolíferas respeitantes a 2011 devidas pela Sonangol ao Tesouro se situaram em USD 3,1 biliões no final de 2011. Para o FMI as autoridades deverão continuar a fortalecer o ambiente institucional e evitar a acumulação de novos recebimentos em 2012. O FMI salienta ainda que o estabelecimento do Fundo Petrolífero para as Infraestruturas representa 'um primeiro passo' no sentido da mitigação do impacto da volatilidade das receitas petrolíferas sobre as despesas de investimento. A médio prazo, adianta o documento, as autoridades terão de criar 'espaço fiscal' para apoiar o reforço das despesas de investimento num quadro em que os recursos serão mais reduzidos.

O aumento esperado das receitas fiscais não petrolíferas em resultado das reformas realizadas no plano da administração fiscal, não compensará, na totalidade, o declínio das receitas petrolíferas decorrente da evolução do preço do petróleo e das projecções existentes para a produção. O documento refere que as despesas correntes deverão manter-se estáveis mas que as despesas de capital deverão subir para 3% do PIB por volta de 2017 à medida que as autoridades implementem o seu plano de desenvolvimento. Em resultado, o actual equilíbrio fiscal vai volver-se em défice até 2016.

Riscos da volatilidade das receitas petrolíferas

O FMI sublinha que, face aos riscos implicados pela dependência das receitas petrolíferas, a política económica deverá prosseguir o esforço de transformação estrutural e diversificação da economia, tirando partido do 'vasto' potencial existente com vista a suportar uma lógica de crescimento inclusivo e a

criação de emprego. Aliás, o Fundo nota, no que concerne aos riscos advenientes da volatilidade das receitas petrolíferas, que se os preços do petróleo continuarem a cair substancialmente, acima das projecções por si efectuadas para um período longo, Angola pode vir a confrontar-se com a situação de não conseguir prosseguir o esforço de acumulação de reservas. É adianta que se, por exemplo, até ao final do corrente ano, o preço do barril de petróleo se situar, em média, nos USD 85, o Executivo terá de rever em baixa o seu nível de depósitos a partir do terceiro trimestre e o nível de reservas estagnar-se. Este cenário poderá mesmo agravar-se, adianta o documento, caso a Sonangol atrase ainda mais a transferência das receitas petrolíferas para o Tesouro em 2012 ou se as fontes externas de financiamento 'secarem'.

Por outro lado, os esforços de diversificação da economia, ou seja, a aposta no sector não petrolífero, confronta-se com o facto de o crédito à economia ainda se situar num nível relativamente baixo (20% do PIB). O aumento do crédito concedido em cerca de 30% em 2011 ficou a dever-se sobretudo à expansão do crédito ao consumo a particulares, o qual registou um acréscimo significativo, passando a representar um quinto do crédito total. O FMI considera que o aumento do crédito a particulares, que ocorreu apesar das elevadas taxas de juro e dos elevados spreads bancários, reflecte 'elevados riscos de crédito e a concentração prevalecte no sector bancário'.

O FMI acentua que a posição externa do país evoluiu favoravelmente, tendo o saldo da balança corrente atingido 9,6% do PIB em 2011, o que permitiu que a dívida externa se reduzisse para 19,7% do PIB. Também o mercado cambial estabilizou dada a maior previsibilidade da oferta em divisas por parte do Banco Nacional de Angola (BNA) (cerca de USD 1 bilião mensalmente). 'O diferencial de inflação mais que compensou, refere o documento, a depreciação suave do Kwanza, originando uma apreciação da taxa de câmbio efectiva em cerca de 5%'.

Estimativas

De acordo com as novas projecções do FMI, a economia angolana, que terá crescido, segundo as últimas estimativas, 3,9% em 2011, irá crescer 6,8% este ano e 5% no próximo. Em 2012 o contributo do sector petrolífero será de 8,5% e o do não petrolífero de 6%. Já em 2013 o contributo do sector petrolífero será de 3% e do não petrolífero de 6,1%. A inflação (média anual) situar-se-á em 10,8% este ano, em linha com a meta das autoridades, recuando para 8,6% em 2013. As receitas públicas atingirão este ano 44,9% do produto interno (PIB), com uma contribuição da

ordem dos 34,4% por parte do sector petrolífero. Em 2013, as receitas públicas corresponderão a 41,3% do PIB, com um contributo de 29,7% da parte do sector petrolífero.

4.5 Grupo de Jovens recebe crédito para montar um negócio

Jornal de Angola

13 de Agosto de 2012

Um grupo de 210 jovens do município da Cela, província do Kwanza-Sul, recebeu apoio económico no âmbito do programa de empreendedorismo na comunidade, promovido pelo Ministério da Administração, Emprego e Segurança Social (MAPESS).

Aos jovens foram emprestados entre 100 mil a 500 mil kwanzas, cujo período de reembolso vai até -12 meses, com um período de carência de três meses. O governador provincial do Kwanza-Sul, Serafim do Prado, sublinhou que o Programa "Empreendedorismo na Comunidade" constitui uma oportunidade posta à disposição de cada um pelo Executivo angolano, através do apoio de acções de formação e de microcrédito.

O programa tem como objectivo espalhar a cultura do empreendedorismo, através de acções de formação, de modo a permitir que os empreendedores possam identificar e incrementar oportunidades de negócios geradoras de rendimentos e susceptíveis de propiciar a oferta de bens e serviços às comunidades, explicou o governador.

O director da Incubadora de Empresas do MAPESS, Jacinto Domingos, recordou que o programa empreendedorismo na comunidade é uma orientação do Chefe do Estado e participam nele os jovens que procuram o seu primeiro emprego ou aqueles que desenvolvem ou pretendem desenvolver actividades prestadoras de bens e serviços e geradoras de rendimentos.

Julieta João, que vai empregar o dinheiro numa boutique, disse que passou a ser possível melhorar o seu investimento, depois de esperar durante muitos anos por esta oportunidade. O programa contempla também uma formação adquirida nos Centros de Formação Profissional, com oportunidades de inserção directa no mercado.

4.6 Petróleo representa 80% das receitas totais

Novo Jornal

17 de Agosto 2012

Execução Orçamental

Em 2011, a política orçamental prosseguiu com os objectivos de reforço e compromisso de maior rigor e transparência na gestão dos seus recursos e qualidade das suas despesas, permitindo a recuperação da capacidade de investimentos públicos, maior eficiência na arrecadação das receitas fiscais, bem como a implementação da reforma tributária, com o programa PERT, cujo objectivo reside na melhoria do desempenho fiscal, consubstanciado na captação de novos contribuintes para o alargamento da base tributária. Foram, igualmente, regulamentadas a concessão de subsídios às instituições de utilidade pública e a estratégia do endividamento público, com prioridade para o pagamento de grande parte da dívida atrasada, efectuada nos anos anteriores.

Execução da Receita

Estima-se que, em 2011, as receitas totais arrecadadas tenham atingido cerca de Kz 3.929,4 mil milhões (42,2% do PIB), sendo que as receitas petrolíferas representaram cerca de 79% (Kz 3.106,1 mil milhões) das receitas totais, correspondendo a 33,4% do PIB, enquanto as receitas não petrolíferas alcançaram os Kz 701,2 mil milhões (7,5% do PIB), o que correspondeu a 18% do total das receitas.

De salientar que, em relação ao OGE inicial, as receitas totais preliminares executadas, representaram um aumento de cerca de Kz 525,2 mil milhões. Em relação a 2010, as receitas totais, cresceram cerca de 19,2% devido, essencialmente, ao aumento das receitas petrolíferas em cerca de 24%.

Execução da Despesa

Estima-se que as despesas totais, em 2011, alcançaram o valor de Kz 3.105,0 mil milhões, cerca de 33,4% do PIB, sendo que 78,4% corresponderam a despesas correntes e 21,6% a despesas de capital. Note-se que face ao OGE inicial (Kz 4.153,5 mil milhões), as despesas totais, observaram uma redução de cerca de 25%.

Comparando os dados preliminares de 2011 com o executado em 2010, registou-se um acréscimo de 11,7% (Kz 325,5 mil milhões). Entre as despesas correntes, destacam-se as despesas em bens e serviços, com um aumento de 20,8% em relação ao OGE inicial. Este item registou um aumento de

39,8%, em relação ao executado de 2010. O desempenho das contas fiscais em 2011, resultou num superavit do saldo corrente e do saldo na óptica de compromisso na ordem de Kz 1.494,0 mil milhões (16,1% do PIB) e Kz 824,3 mil milhões (8,9%), respectivamente. Por sua vez, o saldo primário não petrolífero, atingiu um défice de Kz 2.009,1 mil milhões, cerca de 23,2% do PIB.

Sistema de Pagamentos

O ano de 2011 foi marcado por acontecimentos significativos ao nível da regulamentação dos instrumentos e do desenvolvimento de novos subsistemas do Sistema de Pagamentos de Angola (SPA). Em relação aos instrumentos de pagamentos, o BNA publicou o Aviso nº09/2011, de 13 de Outubro, sobre cartões de pagamento, substituindo e completando a anterior regulamentação datada de 2007.

As Remessas de Valores foram igualmente objecto de regulamentação, pelo Aviso nº03/2011, de 2 de Junho. No âmbito da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCM), foi iniciada a implementação do Subsistema de Transferências a Crédito (STC), com a realização dos primeiros testes entre a EMIS, enquanto operadora do STC; e bancos participantes, o que permitirá aos clientes a realização de transferências interbancárias, com disponibilização dos recursos no mesmo dia. O BNA procedeu ainda à validação dos princípios funcionais em que assentará o Subsistema de Compensação de cheques (SCC), tendo em vista o seu desenvolvimento em 2012. No mesmo período foi igualmente destaque a actividade do Conselho Técnico do SPA, órgão de consulta do BNA.

Sistema de Liquidação por Bruto em Tempo Real

O ano de 2011 representou o sexto ano de funcionamento deste sistema de liquidação, iniciado a 18 de Novembro de 2005. Neste ano, registou-se um crescimento de 30% do número de operações liquidadas face ao ano anterior, explicado pelo aumento do número de operações ordenadas por clientes bancários (cerca de 63%), apesar de uma redução de cerca de 28% das outras operações interbancárias, para além de uma diminuição superior a 50% no valor das operações de redescrito e crédito intradiário do SIGMA.

Subsistemas de Compensação

Em 2011, os subsistemas de compensação da SPA reflectiram o dinamismo da economia e o consequente alargamento da base de utilizadores da rede Multicaixa, registando um crescimento global de

46% no número de operações de retalho e 36% no valor monetário correspondente. Os serviços da rede Multicaixa foram predominantes no número total de operações, com uma cobertura de 99%, enquanto o Serviço de Compensação de Valores, foi responsável por 78% do montante global das operações.

Em 2011, os cheques corresponderam a 89% do número de documentos compensados no SCV e 84% do total em numerário processado neste subsistema, enquanto as ordens de saque corresponderam, respectivamente, a 7% e 14%. A rede Multicaixa registou o maior número de operações processadas nos subsistemas da SPA, caracterizando-se como o subsistema de operações de retalho. Em 2011 foram processadas 57,9 milhões, operações financeiras com cartões Multicaixa, predominantemente levantamentos de numerário em ATM (44,7 milhões).

Regulamentação dos Instrumentos de Pagamento

Na área de controlo e acompanhamento dos instrumentos de pagamento, em 2011 foi publicado o Aviso nº 09/2011, de 13 de Outubro, sobre cartões de pagamento complementado pelas Directivas nº15/DSP/2011 e nº16/ DSP/2011, de 4 de Novembro que actualizou e aprofundou a anterior regulamentação sobre este instrumento de pagamento. Com o novo dispositivo regulamentar, foram clarificadas e detalhadas as regras a aplicar a cartões pré-pagos, de débito e de crédito, com especial relevância para os aspectos de transparência, defesa do consumidor e requisitos de informação ao BNA, sendo também estabelecidos limites para utilização no estrangeiro.

No contexto do SCV, o BNA emitiu as Directivas nº 19/DSP/2011 e nº 20/ DSP/2011, ambas de 28 de Dezembro, clarificando procedimentos a adoptar pelos bancos relativamente a cheques visados compensados e devolução de cheques, respectivamente.

Controlo e Acompanhamento do SPA

Tendo em consideração a relevância crescente das actividades de controlo e acompanhamento do SPA, sobretudo num contexto de profundas reformas estruturais, de que é exemplo a implementação dos subsistemas da Câmara de Compensação Automatizada de Angola (CCM), e de crescimento significativo da utilização de instrumentos de pagamento escriturais e desmaterializados, o BNA procedeu a uma reorganização do Departamento de Sistema de Pagamentos que passou pela criação da Divisão de Oversight.

No ano de 2011 procedeu-se à reactivação do Conselho Técnico do SPA (CTSPA), órgão de consulta do BNA no âmbito da sua regulamentação. No decorrer do ano foram efectuadas 3 reuniões da SPA com foco no processo de conclusão e implementação do Subsistema de Transferências a Crédito.

4.7 Câmara de Despachantes de Angola recebe explicações sobre tributação

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2012

A Associação da Câmara dos Despachantes de Angola tomou conhecimento ontem, em Luanda, do conteúdo da nova lei da reforma tributária, no que concerne ao código do Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT) e o Imposto de Consumo (IC).

O especialista do Projecto Executivo para a Reforma Tributária (PERT) José Dinis Dungo explicou aos despachantes o significado dos artigos da nova lei da reforma tributária, já que a sua aplicação tem suscitado algumas dúvidas.

No que respeita ao IRT, referiu que a dúvida dos despachantes consistia em como pagar este imposto enquanto trabalhadores liberais, uma vez que a nova lei trouxe mudanças. Na lei actual, os trabalhadores liberais estão sujeitos a pagar o IRT por conta própria, a uma base tributável de 70 por cento de rendimento do trabalho e 30 por cento que são deduzidos como despesas dos despachantes.

Uma taxa de 15 por cento vai incidir sobre o rendimento bruto do despachante. São consideradas despesas o pagamento das contas de electricidade, água, alimentação, selos, salário e outras.

As principais alterações introduzidas no IRT repercutem-se, por um lado, ao nível dos rendimentos sujeitos ao imposto e, por outro, numa repartição dos sujeitos passivos dos grupos A, B e C, aos quais passam a corresponder regras próprias para efeito de liquidação, entrega e pagamento ao Estado.

No grupo A, incluem-se as remunerações auferidas pelos trabalhadores por conta de outrem e pagas por uma entidade patronal, por força de vínculo laboral definido nos termos da Lei Geral do Trabalho.

O grupo B inclui as remunerações auferidas pelos trabalhadores por conta própria que desempenhem, de forma independente, actividades constantes da

lista de profissões anexa ao novo código do IRT e dos rendimentos auferidos pelos titulares de cargos de gerência e administração. No grupo C incluem-se as remunerações auferidas pelo desempenho de actividades industriais e comerciais.

Sobre o Imposto de Consumo, observou-se um alargamento com a introdução de outros serviços que não estavam na lei anterior. "A liquidação do IC incide sobre as novas operações sujeitas a tributação efectuadas, no acto do processamento das facturas equivalentes, pelos fornecedores de serviços", referiu José Dinis Dungo.

O especialista acrescentou que os montantes do imposto podem ser adicionados ao valor da factura equivalente, para efeitos de repercussão do imposto dos adquirentes de bens ou serviços.

No novo diploma da reforma tributária foram contemplados os serviços de produção, importação, leilões, prestação de serviços, o pagamento do imposto de consumo a uma taxa de cinco por cento, com a criação de áreas de estacionamento, de conferência, portuárias, viagens, segurança privada, serviços de internet, agricultura e pecuária" minerais, pescas e de silvicultura não transformados.

Na lei anterior, o pagamento do IC incluía apenas os serviços de hotelaria e similares.

O vice-presidente da Associação da Câmara dos Despachantes de Angola, Pedro Bequengue, reconheceu que o encontro veio acabar com as dúvidas em relação aos novos diplomas da reforma tributária, incluindo as taxas aplicadas.

Na nova lei sobre o IC prevê-se a isenção de imposto sobre os bens produzidos em Angola, quando os mesmos se encontrem isentos na importação.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Comissões de moradores acusadas de extorsão

O País

3 de Agosto e 2012

Os presidentes das comissões de moradores e chefes de sectores dos bairros Boa Fé (filiais da Caop A, B e c), Quilometro 9 (filiais do sector A, B, C, D e F), Mulenvos de Baixo e 1º de Maio, em Viana, são acusados de estarem a extorquir os munícipes em troca de celeridade na emissão de documentos, em parceria com os funcionários da administração municipal.

A equipa de reportagem de O PAÍS apurou, durante uma ronda efetuada a estas instituições, nesta quarta-feira, que cada uma delas tem uma tabela de preços que varia em função da especificidade da documentação.

O montante arrecadado é supostamente repartido entre o funcionário da administração que assegura a celeridade na emissão do documento e o quadro da agremiação que faz o levantamento (em caso de deslocação).

O jovem António dos Santos está entre os munícipes do Quilómetro Nove, em Viana, que teve que desembolsar 13 mil Kwanzas aos funcionários da comissão de moradores para tratar a declaração que comprove que o mesmo reside naquela área há mais de cinco anos, junto da administração daquele município no momento em que pretendiam legalizar as suas residências ou parcelas de terra.

No documento a que tivemos acesso, assinada pela presidente da referida comissão, Filomena Van-Dúnem, consta que ele reside ali há mais de cinco anos, o que não corresponde à verdade, dado só ter adquirido a parcela de terra de 20 metros de largura e 30 de cumprimentos há seis meses.

António dos Santos explicou que a tabela de preços que se encontra fixada naquela repartição diz que os interessados devem desembolsar simplesmente dez mil Kwanzas pela declaração, mas os técnicos da comissão que fazem a averiguação exigem o pagamento de mais três mil Kwanzas.

Apesar da sua parcela de terra estar a menos de um quilómetro da filial do sector C e de ter postos a sua

viatura à disposição deles, não teve que pagar o valor atrás mencionado. Tudo porque classificavam o seu trabalho como difícil, atendendo a que têm de convencer a vizinhança a participar do inquérito feito para comprovar a titularidade do espaço pelo requerente antes de passar o documento.

"O mais caricato é que tudo isto não passou de conversa fiada. Ao chegarmos ao local, prestaram mais atenção a uma obra que estava a ser erguida sem o consentimento deles e da fiscalização do que a fazer o trabalho a que se propuseram", declarou.

A declaração que o habilitará a legalizar a parcela de terra foi -lhe entregue dois dias depois, com um espaço em branco para as testemunhas, à sua escolha, assinarem sem terem sequer sido inquiridas. Por falta de uma máquina fotocopadora na instituição o cidadão foi orientado a procurar um sítio onde pudesse reproduzi-lo e entregar urna fotocópia para constar dos arquivos, o que não aconteceu.

A outra irregularidade que consta no documento está relacionada com o facto de as suas coordenadas geográficas não corresponderem à realidade. Visto que o espaço se encontra numa ruela, sem nome e número, os supostos técnicos identificaram-na como estando situada na mesma rua onde está um estabelecimento comercial denominado Baquita Ncose.

"Isso só demonstra mas uma vez que não existe ainda um mecanismo adequado para conter o surgimento de litígios de terrenos vendidos a duas pessoas ou mais, porque as comissões de moradores que deviam exercer um grande papel neste sentido estão mais preocupada em extorquir os cidadãos", considerou. Acrescentou acreditar "que os fiscais agem deste jeito proposadamente para serem ser chamados novamente para resolver os conflitos e cobrarem os cinco mil Kwanzas estipulado pela mediação e mais três mil pela deslocação de cada um deles".

Facilidades a preços altos

Na instalação da comissão do sector A do Quilómetro Nove encontra-se ainda fixada a tabela de preços criada em Maio de 2010 pelo antigo presidente, António Lopes Silvestre, já falecido. De modo a gerar uma certa harmonia e dada a eficácia do método criado pelo malogrado, a actual presidente optou por não alterá -la. Os preços variam de mil e 50 a 30 mil Kwanzas em função da especificidade da declaração. O primeiro montante, que é o mais baixo, está relacionado com o pedido de declaração de óbito.

Na tabela de preços a que tivemos acesso constata -se que a seguir àquela declaração figuram os mil e 550 Kwanzas cobrados pela emissão de Agregado Familiar, Atestado de Residência, Cartão de Contribuinte e Declaração Comprobativa (normal). A seguir estão os dois mil e 50 Kwanzas cobrados pelas declarações comprovativas de união de facto e de perda de documentos.

É visível ainda que os empresários que pretendem abrir uma stand de automóveis ou motorizadas devem pagar 30 mil Kwanzas pela declaração de comércio, 28 mil Kwanzas pela declaração para venda de produtos diversos em armazéns, 23 mil Kwanzas para a declaração de loja, 12 mil Kwanzas para a declaração de lanchonete e nove mil Kwanzas para a declaração de cantina. Na referida lista, os estrangeiros também são chamados a fazer o pagamento de dois mil e 500 Kwanzas pelo senso, entre outros valores e documentos.

O momento em que for tratar de uma das declarações comerciais, o município recebe a garantia que não terá problemas nenhum com a Polícia Económica e a fiscalização por falta de alvará comercial, por ser emitido pela área comercial da administração municipal de Viana.

Já no sector A, B e C do bairro da Boa Fé, também em Viana, os interessados em tratar da declaração de ocupação de terreno devem pagar nove mil Kwanzas aos responsáveis das referidas comissões de moradores.

Segundo uma cidadã que adquiriu recentemente uma parcela de terra no sector B daquele bairro, para erguer um estabelecimento comercial os funcionários daquela agremiação exigiram simplesmente o pagamento de cinco mil Kwanzas pela emissão da declaração e o documento de compra passado pelo antigo proprietário.

A senhora, que só aceitou falar à nossa reportagem sob anonimato, disse que teve ainda que desembolsar quatro mil Kwanzas pela deslocação. Embora também tenha sido efectuada no seu automóvel.

Contou que comprou a parcela de terra de 15 metros de largura e 20 de comprimentos ao preço de 18 mil dólares. Apesar de o vendedor ter passado apenas uma declaração de cedência, a senhora mostrou-se bastante confiante que conseguirá legalizar a parcela junto da administração municipal.

Na porta da sede da subcomissão de moradores do sector 1, do bairro Caop C, está fixado um anúncio, datado de 15 de Janeiro de 2011, dizendo que se trata de Agregado Familiar, Atestado de Residência,

declaração para legalização de terreno e declarações para todos os efeitos.

Areia provoca notificação

Quem teve sorte foi o jovem Manuel Alexandre, morador do bairro de Mulenvos de Baixo, que não pagou nenhuma soma monetária aos funcionários da comissão de moradores para proceder à ocupação efectiva do terreno que possui há cerca de seis anos. Conta que esteve prestes a pagar uma elevada quantia financeira por ter sido notificado, em Abril último, pelos membros da comissão de moradores da sua área por ter descarregado uma carrada de areia defronte à sua casa, sem o consentimento daqueles.

Manuel Alexandre acrescentou que, apesar de a areia não estar a obstruir o caminho, os supostos fiscais exigiram a presença dele numa reunião com o coordenador do bairro onde seria abordado o valor a ser pago. O que lhe pareceu não ser normal porque os fiscais são orientados a advertir a população ou a passar a multa assim que descobrirem a infracção.

Por outro lado, a exigência não lhe caiu bem pelo facto de a maioria dos seus vizinhos procederem do mesmo modo enquanto estão a fazer as obras em casas, sem embaraçar a passagem na via pública. " Não cheguei a comparecer na reunião e recusei pagar qualquer soma monetária porque um dos meus familiares, que trabalha na repartição de fiscalização do Governo Provincial de Luanda, alertou-me de que seria golpe" , lembrou.

Diante de tal situação, o município de Viana optou por confrontar os supostos responsáveis do bairro e como eles não tiveram argumentos suficientes para o convencer a proceder de modo contrário e se recusaram a Dirigir-se à repartição de fiscalização do município, acabou por não pagar. Contactados pela nossa equipa de reportagem para prestarem explicações sobre o assunto, o chefe do sector B, do bairro da Boa Fé, recusou -se à prestar informações sem o consentimento do administrador municipal, José Moreno.

5.2 Os comités do MPLA junto das administrações

O Continente

03 de Agosto de 2012

Tenho assistido ao longo dos anos uma aproximação não explicada para o povo ou sociedade angolana a instalação dos COMITÉS DO MPLA junto às administrações municipais de qualquer bairro de Luanda. Falo somente de Luanda, embora isso possa

vir acontecer em outros lugares de Angola, uma vez que isso possa aparentar uma prática por parte dos nossos CAMARADAS. Aconteceu isso nos novos bairros da nossa província e capital Luanda, em que num primeiro momento foi instalada a administração municipal e comunal, espaços estes onde se mantinham os encontros dos moradores para definirem algumas prioridades de benefícios, já que até a presente data que lavro esta matéria, em muitas comunas e bairros continuam sem luz, água canalizada, redes de drenagem e para não dizer asfalto nas ruas principais.

Não sei quais são os critérios que se usa para que estes comités possam ser instalados junto às administrações comunais e municipais que prestam serviços para todos os cidadãos de vários extractos políticos. Ao meu bom entendimento, todas as instituições que prestam serviços não devem ser partidárias mas sim, apartidárias. Além do mais, devemos ter a cultura de separar os espaços de actuação pública e outros de actuações partidárias. Já viram o que seria do nosso país e províncias se instalassem junto das administrações comités de todos os Partidos Políticos? Se o MPLA pode porque é que os outros partidos não podem? Aí se justifica a intolerância política dos CAMARADAS ou do sistema, porque se um dos partidos da oposição tivesse esta atitude seria enxovalhado, criticado, maltratado, enfim, todos os adjectivos e substantivos seriam atribuídos a ele. É necessário que se tome consciência das atribuições públicas e de outras que são de âmbitos partidários. Certamente, os casos mais candentes surgem nas atribuições de direitos de cada um e se falarmos na conjuntura, pode-se apontar a dos partidos políticos da oposição que procuram obter um espaço, as vezes não junto das administrações mas nas províncias, municípios, comunas, bairros até mesmo aldeias. Estes encontram vários entraves e as vezes dos principais dirigentes destas localidades alastrando as vezes nas autoridades tradicionais. Os partidos da oposição têm a missão de junto às populações levarem a mensagem de solidariedade, amor, carinho, irmandade e sobretudo de paz. Isto fortalecerá as nossas instituições e contribuirá na manutenção da perpetuação da paz e da harmonia social. São várias as "desordens" sociais de hoje, como corrupção, pobreza, fome, dentre outros. Para que haja uma sociedade mais humanizada e justa, todos devem possuir desde riquezas até direitos iguais, eliminando as diferenças e, conseqüentemente, todos os problemas actuais.

O povo angolano está a se preparar para mais uma escolha do futuro governo. Este futuro governo precisa ser um governo do povo e para o povo, deixando

de lado os interesses partidários, para que não criemos uma nostalgia à sociedade, recordando do passado colonial, embora muitos não vivenciaram este momento, mas dizem os mais-velhos que eram tempos de fartura. Embora vivia-se debaixo do jugo colonial, mas algo de bom passaram. Não estou a dizer que neste momento não vivenciamos bons momentos, mas deveria ser melhor.

O respeito as diferenças, seria um marco para a nossa convivência social. Todos se reviam num partido e numa Nação, gozando de direitos fundamentais e buscando cumprir com as suas obrigações. As campanhas eleitorais já deram o seu sinal de partida. Os partidos apurados para a corrida, afinaram seus discursos para esta grande competição. Mas não se esqueçam de uma coisa, "O CIVISMO". Porque pode parecer como sendo uma cena de caça talentos, mas exige-se muitas responsabilidades porque vão prometer ao povo coisas que necessitam. Buscando mais o nosso tema, alerto que deixem os outros partidos da oposição se instalarem desde que não seja junto de uma administração do Estado. O MPLA deveria fazer o mesmo, em retirar seus comités nestes lugares para que se cumprisse o princípio de igualdade de direitos. Devemos agir como cidadãos, em razão desse facto alarmante do crescimento das nossas consciências. Verdade seja esta é a triste realidade angolana que enfrenta graves entraves quanto ao posicionamento de outros partidos, sendo imprescindível a criação e a aplicação de medidas políticas, judiciais e institucionais eficazes, a fim de se combater a intolerância política, assim como a criação de mecanismos capazes de combater a raiz do problema apontado. Porque o partido que ganhar as próximas eleições vai formar o governo e este, como Estado terá a obrigação de garantir os direitos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte, ao

5.3 Makas passam pelas autoridades tradicionais

Agora

04 de Agosto de 2012

As dificuldade de acesso à justiça estão a levar muitos cidadãos a recorrer às autoridades tradicionais, nas comunidades., revela a publicação da Igreja Católica " Acesso à Justiça - Elementos para Reflexão" lançada está semana em Luanda

O documento diz que o recurso às instituições informais varia consoante o local e o nível de instrução, salientando que a sua escolha pode ser explicada com o facto de que em várias localidades as pessoas terem a informação de que apenas podem apresentar uma queixa à polícia acompanhadas de

uma declaração do soba ou do coordenador do bairro, que serve de "nota de encaminhamento".

A publicação recomenda ao Ministério da Administração do Território a definição urgente das atribuições e competências das autoridades tradicionais, evitando colisões com os órgãos do sistema formal.

Em declarações à imprensa, o diretor-geral do Mosaiko, padre Júlio Candeeiro, disse que a instituição já trabalhou em todo o país, desde o fim da guerra, em 2002, salientando que esta publicação traz sobretudo constatações de um estudo, que ainda não foi publicado, realizado nos municípios da Quibala, (Kuanza Sul), em N'Dalatando, capital do Kuanza Norte, no Cubal e Caimbambo (Benguela) e Kuito (Bié).

Segundo Júlio Candeeiro, durante o trabalho foram verificadas numerosas situações de crimes numa comunidade em que é o soba a decidir se há queixa à polícia.

"Muitas vezes a pessoa foi absolvida pelo tribunal, mas não pelo soba", exemplificou o padre.

Entre as várias constatações, o diretor-geral do Mosaiko considerou "gritante" a falta de advogados, nas províncias.

"Noventa por cento dos advogados está em Luanda e só algumas províncias têm advogados", referiu o padre.

Para colmatar a situação, a publicação recomenda ao Ministério da Justiça, ao Conselho Superior da Magistratura Judicial, à Ordem dos Advogados a formação de defensores oficiosos, para que o direito à defesa também seja efectivamente garantido às pessoas mais vulneráveis.

A publicação constatou também que a acusação de feitiçaria é uma das principais causas do cometimento de crimes em grande parte dos municípios do país, onde o adivinho é a figura central.

A fonte reconhece que a resolução desses casos se apresenta difícil ao Estado, porque a lei não prevê mecanismos para o efeito. "Muitas vezes, os próprios agentes do Estado têm uma crença enraizada no feitiço, o que os torna incapazes de tomar uma postura imparcial, acabando por encaminhar, consoante o contexto, o caso às autoridades tradicionais ou a grupos de direitos humanos".

Nesse sentido, recomendam aos Ministérios da Cultura e da Educação, às igrejas e à sociedade civil maior atenção a este fenómeno, bem como a criação

de programas de educação para a cidadania que ajudem as pessoas a interpretar os fenómenos sociais.

5.4 Central de atendimento em línguas nacionais

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

O Recenseamento Geral da População e Habitação - 2013 (RGPH) vai contar com o recurso a uma central de atendimento telefónico, com linha aberta, para tirar todas as dúvidas que a

população possa ter e, assim, concorrer para uma melhor eficiência de todo o processo.

Paulo Fonseca, chefe da Divisão de Recenseamento e Inquéritos do INE, disse ao *Semanário Angolense* que há probabilidade de se apresentar esse projecto no fim de Novembro do corrente ano. O responsável salientou que os que vão atender responderão

Ao atender em língua portuguesa e nas três línguas nacionais, identificadas como as mais faladas, no país: o quimbundu, o umbundu e o kicongo. Além destas, o projecto não pretende incluir outras línguas nacionais, sendo o atendimento previsto de graça.

Para o técnico do INE, em princípio, a empresa a ser contratada para operar o serviço poderá ser privada, com parceria angolana. O principal papel da firma a contratar será treinar o pessoal que será recrutado. «Nós vamos formar essas pessoas em matérias essenciais, para poder responder às exigências dos solicitantes», anunciou.

Na fase final do RGPH 2013, o recurso a call-centers, segundo Paulo Fonseca, ainda poderá servir para inquéritos, porque a partir daquele momento, pretende-se também testar a qualidade e o nível de cobertura do censo.

Entretanto, depois do censo propriamente dito, basicamente esse serviço de atendimento já não será necessário, pois a maior parte das perguntas vai surgir no âmbito do fornecimento de dados.

5.5 Tentativas frustradas

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

O censo vai permitir uma maior planificação e programação a todos os níveis, por haver vontade política para fazer o censo. Para Camilo Ceita, não é possível gerir sem medir. «O país tem executado

alguns projectos com dados do INE que melhoram a qualidade de vida dos angolanos e o recenseamento vem afinar aquilo que já tem sido feito».

Após a recolha das informações, resultantes de milhares de questionários em todas as províncias, elas serão centralizadas para Luanda com o fito de serem transformadas em informações electrónicas, só depois é que irão merecer o devido tratamento estatístico. Os resultados do censo serão conhecidos 18 meses depois. Para um cidadão com várias famílias, coisa comum em África, a contabilização será feita em função dos vários agregados familiares. «Mas vai ter que indicar a sua residência oficial. Pensamos que não vai haver muita gente nessas condições. Mas pode ser um indicador para que, depois, as autoridades possam ver se é um problema que tem influência na sociedade. O nosso trabalho é tirar a fotografia e entregar os resultados às autoridades competentes», salientou.

De acordo com a Lei do Sistema Estatístico Nacional, as informações prestadas pelos cidadãos vão ter carácter confidencial, sendo que os profissionais envolvidos na execução do censo estão obrigados, por lei, ao sigilo. Em caso de infracção podem ser responsabilizados civil e criminalmente. «Acreditamos também que não há interesse do cidadão em prestar informações falsas aos agentes recenseadores. Quanto mais informações certas, mais o país sairá a ganhar. O valor do ordenado do chefe de família, por exemplo. Se a esposa apercebe-se que ele, mensalmente, tem um salário que não corresponde ao que tem dito à mulher, pode gerar um conflito familiar. Daí que temos estratégias para fazer certas perguntas. Em vez de perguntarmos quanto ganha o chefe de família, perguntamos quanto gasta mensalmente. Assim já evitamos problemas no lar», elucidou.

Depois de duas tentativas frustradas, nas décadas de 80 e 90 do século passado, num clima de intensa guerra, nunca mais se realizou um censo populacional, registando-se, em consequência disso, um grande deficit de dados demográficos recentes. A intenção de se realizar o censo populacional em 2013 já data de algum tempo e aquando da realização do «IV Simpósio Internacional Sobre o Desenvolvimento da Estatística em África», decorrido em Fevereiro de 2009, em Luanda, sob o lema «Ronda de Recenseamento geral da População e Habitação no ano de 2010», o INE já previa a sua realização nos anos seguintes, dentro de uma ronda censitária que irá até 2014.

Também o ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, afirmara já, no princípio deste ano, que o censo geral da população angolana deveria ser realizado em 2013 e, de acordo com fontes oficiais, está previsto para o período que vai de 16 de Julho a 18 de Agosto dos próximos doze meses.

Há grande expectativa por parte da sociedade quanto à realização do censo, porquanto as actuais gerações não sabem quem e quantos angolanos são, quer por falta de dados e informação estatística sobre os mais variados aspectos da vida nacional ou ainda pelas falcatruas que se verificam na emissão de documentos vitais da nacionalidade angolana a favor de estrangeiros, em detrimento, do cidadão nacional. De acordo com especialistas, o censo geral da população que se pretende realizar no país em 2013, só será realmente credível se o mesmo tiver também em conta os diferentes grupos somáticos existentes no país e espelhar a realidade da população existente.

Os técnicos lembraram os procedimentos a ter sempre em conta quando se está em presença de sociedades multi-étnicas, raciais e culturais, citando os exemplos de países como Brasil, Cuba, México, EUA, Rússia e outros de diferente composição demográfica, cujas estatísticas espelham os diferentes grupos em termos quantitativos e percentuais. «Somos um país de negros, brancos e mestiços. O censo geral tem de mostrar quantos somos em cada um desses tipos somáticos e nos grupos etnolinguísticos, sob pena de ficar incompleto e, portanto, não espelhar a realidade demográfica do país», defendem.

Desde a independência, em 1975, a situação de guerra em que o país esteve mergulhado até 2002 não permitiu a realização desta operação estatística. A julgar pelos resultados dos diferentes censos populacionais, desde 1940 que Luanda duplica a sua população todos os 10 anos. No entanto, projecções da população provenientes de várias fontes, nomeadamente do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE) e da Divisão de População da Organização das Nações Unidas (ONU), calculadas com base nas taxas de crescimento dos censos realizados na época colonial, permitem mostrar a tendência dos efectivos populacionais do país.

Dados recentes organizados por Luís Filipe Colaço, um demógrafo angolano, apontam como projecções da população de Angola para 20.785 milhares (compreenda-se vinte milhões, setecentos e oitenta e cinco mil) de indivíduos em 2015, valores que sobem para 24.225 e 28.213 milhares de indivíduos respectivamente em 2020 e em 2025.

No entanto, constata-se uma ligeira diferença, para menos, entre os dados calculados pelo investigador

angolano e os da ONU, quanto aos anos de 2015 e 2020, observando-se o inverso em 2025. A revisão das projecções efectuada em 2010 pela Divisão de População da ONU, apontam para 21.842,4 milhares de indivíduos em 2015, 24.780,2 em 2020 e para 2025, ascendem a 27.766,5 milhares de indivíduos.

Entende-se por censo, ou recenseamento da população, um conjunto de operações que consistem em recolher, agrupar e publicitar dados demográficos, económicos e sociais relativos a um momento determinado dos habitantes de um país.

Contudo, a base de dados estatísticos disponíveis sobre a população angolana é bastante frágil e os dados demográficos existentes são poucos fiáveis.

Em relação às tendências de crescimento da população, pode presumir-se que a taxa observada nos anos 70 do século passado foi fortemente afectada pela subestimação registada no último recenseamento colonial, realizado no país em 1970 e agravada pela saída maciça dos portugueses, ocorrida naquela década.

Em 1980, segundo estimativas oficiais, a população atingia 7,7 milhões de habitantes, o que traduzia uma taxa média de crescimento de 3,2% em relação à década anterior.

Esta taxa era bastante elevada se tivermos em consideração a guerra civil e o êxodo maciço dos portugueses no momento da descolonização (1974-1975). Embora os dados não sejam fiáveis, estima-se que a população cresceu a uma taxa de 2,5% durante os anos 80, atingindo cerca de 9 milhões em 1989. A densidade da população é muito baixa situando-se nos 7,2 habitantes por km². As províncias mais povoadas são Huambo, Luanda, Bié, Malanje, Uíge e Kwanza-Sul. Os mais importantes centros urbanos são Luanda, com cerca de 3,5 milhões de habitantes, Huambo, Benguela, Lobito, Sumbe, Lubango, Malanje, Cabinda, Uíge, Kuito, Saurimo, Namibe, Ndalatando e Mbanza Kongo.

Evolução do homem e do espaço

Por altura da realização do IV Simpósio Internacional Sobre o Desenvolvimento da Estatística em África, em 2009, estimava-se, a população total de Angola em 18.409. 010 habitantes, conforme mencionado no Relatório -Económico de 2009 elaborado pelo Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN). Àquele quantitativo populacional correspondia uma taxa de crescimento demográfico de 2,9 %, uma taxa de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher, uma densidade populacional de 14,7 habitantes por km²,

enquanto a população rural representava cerca de 45 % do total da população.

O relatório alude para a existência de diferentes estimativas da população, algumas das quais apontando para uma população de Angola, no mesmo ano, superior à 22 milhões de pessoas. É provável que a população total do país, em 2010, rondasse os 19 milhões de habitantes.

De facto, estimativas feitas com base nos resultados do registo eleitoral de 2007 e divulgadas no Relatório Económico 2010, admitem uma taxa de crescimento demográfico entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade total de 5,8 crianças por mulher. A população cifrava-se em 18.943 milhares de habitantes, valor próximo dos 19.082 milhares de indivíduos projectados pela Divisão de População das Nações Unidas, conforme cenário da Revisão 2010.

A nota mais saliente relaciona-se com a grande concentração populacional de Luanda a qual corresponde, praticamente a 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007). Estima-se que entre 2000 e 2007 se tenha registado um aumento de 10 pontos percentuais na quantidade de pessoas que passaram a residir em Luanda, conforme Relatório Económico 2010, CEIC/UCAN, de Junho 2011.

O CEIC/UCAN alerta para o êxodo rural que o país regista, para o forte ritmo de urbanização, sobretudo depois de 2002, observado nas principais cidades, em particular Luanda. Estes fluxos imigratórios internos reflectem a procura de novas oportunidades de trabalho e de negócios entretanto proporcionados.

As diferentes taxas de crescimento de populações residentes nas zonas urbanas e rurais reflectem em mais alto grau, as vicissitudes do período compreendido entre 1970 -1990 durante o qual pelo menos 2/3 de qualquer crescimento registado da população foi produto das zonas urbanas do país.

Com a continuidade destas tendências identificadas, Angola poderia contar, no limiar do século XXI com 2/5 da sua população maioritariamente urbana.

Um critério possível para melhorar a ocupação do imenso espaço territorial, ainda segundo o CEIC, por razões de equilíbrio regional, reconciliação nacional e limitação de emigração fronteiriça era «estabelecer um valor desejável para o rácio população/ superfície de, por exemplo, 25 habitantes por km², devidamente bem distribuídos».

Como se sabe, está previsto para 2013 a realização do Recenseamento Geral da População e Habitação, operação estatística que permitirá, certamente, me-

lhor caracterizar a situação demográfica de Angola. As Nações Unidas apontam no relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010 um quantitativo populacional em Angola, em 2010, de 19 milhões de habitantes e uma taxa de crescimento natural de 3,25%. Para 2015 prevê-se um volume global de população em Angola de 21,7 milhões de pessoas de acordo com as Nações Unidas. As estimativas do Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC/UCAN), com base no registo eleitoral de 2007 anotam uma cifra bem próxima e avaliada em 18.043 milhares de habitantes considerando uma taxa de crescimento demográfico anual entre 2,7% e 2,9% e uma taxa média de fecundidade de 5,6 crianças por mulher, segundo o Relatório económico de 2010, CEIC/UCAN, Luanda, Junho de 2011.

A nota mais saliente relaciona-se com a grande concentração populacional de Luanda com praticamente 30% da população total do país (mais de 5 milhões habitantes em 2007) .

5.6 Operação dispendiosa, fiabilidade garantida

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

Para permitir uma melhor planificação das acções governativas, nos próximos anos, o Executivo vai gastar 100 milhões de dólares no Recenseamento Geral da População e Habitação. Será uma vasta operação a ser realizada a partir de Julho de 2013, conforme revelou, esta semana, o director do Instituto Nacional de Estatística (INE), Camilo Ceita. A realização do censo vai envolver cerca de 50.000 agentes recenseadores, número que pode ser acrescentado, se houver necessidade, depois da actualização cartográfica. Os candidatos seleccionados na primeira etapa foram os agentes cartográficos. Fez-se um concurso público e foram seleccionados os melhores, que passaram por uma formação e já estão a trabalhar. Em vésperas de realizar o censo-piloto agendado para Outubro com o objectivo de testar e corrigir toda a máquina do censo, desde a logística à formação de agentes, está em marcha o concurso para o recrutamento de recenseadores que vão trabalhar nas províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Uíge, Huambo, Namibe, Kwando-Kubango e Cunene, onde vai decorrer o censo-piloto.

O primeiro censo depois da independência do país é de uma importância muito significativa, porquanto vai fornecer a informação necessária para que os planos e programas políticos possam ser executados de forma sustentável. «Vamos sair das estimativas ou

projeções para um estado de informação concreta», afirmou o responsável, sublinhando que a informação real é necessária para o desenvolvimento sustentável, porque as prioridades vão ser melhor dirigidas e os projectos e programas vão ser melhor avaliados e executados. O último censo foi realizado em 1970, ainda no período colonial.

A organização do censo compreende várias etapas. A actualização cartográfica permite traçar os limites dos conglomerados, bairros, aldeias e sobados, para definir o número de pessoas que vai trabalhar no recenseamento, sobretudo recenseadores, assim como executar o mapa das secções. Segundo o director do INE, uma operação desta envergadura é, do ponto de vista económico e financeiro, dispendiosa, devendo ser realizada dentro dos padrões internacionais por serem os que garantem a fiabilidade do resultado. «Tem de haver uma legislação própria que, felizmente, já existe. Temos um Gabinete Central do Censo, formado por comissões de logística, formação, publicidade, marketing e administrativa. É essa estrutura que, a nível central, está a levar a bom porto as actividades de preparação do recenseamento», referiu.

O censo, conforme foi dito, já tem um fundo aprovado pelo Conselho de Ministros desde o ano passado, havendo por parte do INE uma previsão de custo na ordem dos 100 milhões de dólares. «A dinâmica do trabalho faz com que não seja possível ainda definir o orçamento», sublinhou Camilo Ceita. Sendo uma empreitada de grande porte, considerando que os últimos mapas de Angola foram feitos entre os anos 80 e 85, tendo o país sofrido várias transformações que fizeram com que aldeias que existiam numa determinada comuna deixassem de existir ou que deixaram de ter o tamanho que tinham, implica avaliar a realidade actual, pelo que é igualmente necessário Recursos Humanos qualificados. Vai depender do número de pessoas a contratar numa determinada área. As condições climáticas podem vir a atrapalhar o trabalho. Podemos ser forçados a aumentar as equipas e automaticamente aquilo que está previsto já é alterado. Esta é uma actividade muito dispendiosa em qualquer parte do mundo. É de louvar a disponibilidade do Executivo, porque, em África e na América Latina, são raros os governos que assumem a cem por cento as despesas com o censo. O Executivo está a assumir, até agora, todas as despesas do recenseamento da população», explicou o DG do INE .

5.7 Cenário populacional

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

A estrutura demográfica angolana caracteriza-se por uma população bastante jovem, com efeito pirâmide etária, apresentando a base bastante larga e o vértice estreito, forma que reflecte, principalmente, o número elevado de crianças que nascem. Um resultado natural da alta fecundidade que prevalece no país.

A fim de identificar alguns cálculos divulgados, é possível notar que a faixa etária que reúne a população mais jovem, menos de 15 anos, apresenta proporções que não se mostram, substancialmente, diferentes segundo o sexo e o local de habitação que, em todos os casos, correspondem quase à metade da população. No que diz respeito à camada da população potencialmente activa, 15-59 anos, sob o ponto de vista económico, é possível observar algumas diferenças, tanto em termos de proporções entre os sexos, como da participação própria, relativamente a esta faixa de idade que representa cada um dos totais consideráveis. Nos meios rurais, a proporção das mulheres em idade activa teria atingido, em 1990, 24,8% contra 17,6% para os homens. Nos meios urbanos, a diferença seria menos acentuada e corresponderia a 24,8% e 21,8% respectivamente de mulheres e de homens. A guerra civil causou enormes estragos no país desde 1975 por um lado, e provocou por outro, um movimento de migração interna orientada principalmente para as grandes cidades do país. Pode-se deduzir que as diferenças nessas percentagens reflectem uma selectividade por sexo a nível da população em idade activa que abandonava os meios rurais.

A esperança de vida à nascença, é muito baixa, com os indivíduos a não sobreviverem para além dos 40 anos, como resultado das elevadíssimas taxas de mortalidade infantil (150 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos) e de mortalidade infanto-juvenil (250 em 1000 nascimentos).

Uma outra face desta situação é a extrema juventude da população, em que 50% tem menos de 15 anos e 40% menos de 10 anos. Somente 2% da população tem 65 anos ou mais. A idade mediana da população angolana, ou seja a que divide a população em duas metades, é de apenas 15 anos, e a idade média é de 20 anos, valor que desce para 19 anos em Luanda. Esta estrutura etária determina uma elevada dependência da população em idade activa e a médio prazo, com uma oferta de mão-de-obra crescente.

Em contrapartida, o peso da população idosa (65 ou mais anos) não corresponde a 2,6% do total da população, não sendo portanto estranho que a idade média da população angolana ronde 22,8 anos

Tendo como fonte o cenário médio das projecções calculadas pela ONU, Revisão 2010, a população de Angola passará, de 16.480,0 milhares de indivíduos em 1 de Julho de 2005 para 42.333, 1 milhares em 1 de Julho 2050, isto é, quase multiplicará por três a sua dimensão. Prevê-se que a população ultrapasse os 30 milhões em meados de 2030.

A população idosa, considerada com idade igualou superior a 65 anos, mostra uma trajectória ascendente, duplicando o peso na população total: 2,5% em 2005, valor idêntico ao previsto para 2010, contra 5,0 % em 2050. No entanto, utilizando como população idosa, a que tem idade igualou superior a 60 anos a evolução será idêntica: 3,9% em 2005 e 7,9 % em 2050.

5.8 Um outro rumo através dos números

Semanário Angolense
04 de Agosto de 2012

Quaisquer estatísticas actuais sobre a população angolana são meras estimativas e os planos que têm sido elaborados com base nesses dados especulativos, embora possam até surtir os efeitos desejados, têm requerido habilidades de mestre para que não sejam autênticos tiros no escuro. Agora, 37 anos depois da independência, pela primeira vez, o recenseamento geral da população poderá, finalmente, ser um facto.

O Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH 2013) vai sair definitivamente do papel a 16 de Julho do próximo ano. Em preparação desde 2009, o RGPH não será um desafio pequeno, se olharmos para o quadro de partida das suas acções: falta de experiência prática do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de outros órgãos afins; falta de acesso ainda a muitas regiões remotas do interior do país; mapas desactualizados e sem cobertura nacional; toponímia desactualizada; carência de quadros especializados e debilidade do mercado comercial nacional.

Para descobrirmos quantos somos, onde estamos, como somos e sabermos os indicativos necessários para que qualquer estudo seja o mais eficiente possível ou que qualquer política venha a ter a mais ínfima margem de erro admissível no seu processo de implementação, o trabalho do INE já começou.

O RGPH será uma operação complexa de recolha, compilação, avaliação, análise e publicação de dados demográficos e socioeconómicos de todas as pessoas residentes no país e sobre todas as habitações existentes. O projecto vai produzir informações de forma exaustiva e desagregada para toda a população e disponibilizá-las para todo o país e todas as administrações.

Como princípios básicos para a realização do RGPH, vai levar-se em consideração a recolha individual de informação para cada indivíduo e cada habitação, a universalidade dentro do país (incluir todas as pessoas presentes e residentes no país e todo tipo de habitação), a simultaneidade - pelo facto de ser realizado em toda a extensão territorial num período de referência pré-definido, denominado de «Momento Censitário», zero hora de 16 Julho de 2013 -, e, por último, a periodicidade, será realizado em intervalos de tempo regulares, normalmente de 10 em 10 anos, conforme recomenda a Organização das Nações Unidas (ONU).

Metas traçadas

De acordo com o programa do RGPH, no que à recolha de informações diz respeito, o Censo Piloto estava traçado para acontecer até ao mês passado, visando testar toda a estrutura organizativa e logística operacional preparada, nomeadamente questionários, aplicativos informáticos, avaliação de resultados, etc., tendo como campo experimental as províncias do Uíge, Kwanza-Norte, Luanda, Bié, Moxico, Namibe e Cunene.

No projecto, objectiva-se que, 30 dias depois do Momento Censitário, que é o censo de facto, com início marcado para 16 de Julho de 2013, durante duas semanas, se proceda-se ao Inquérito Pós Censitário, uma etapa em que se pretende avaliar a exatidão da recolha e da qualidade da informação, assim como identificar e quantificar os erros de cobertura e conteúdo.

Para atingir de forma eficiente os seus objectivos, o RGPH estabeleceu como metas-chave, recrutar cerca de 56 mil pessoas para o período de recolha de informações; limitar os gastos do projecto em cerca de 90 milhões de dólares; produzir aproximadamente 42 mil mapas censitários ao fim da entrevista de um total estimado em 21 milhões de pessoas.

Todavia, para que tudo isso se venha a tornar realidade, as condições prévias mínimas necessárias estão no funcionamento do Gabinete Central do Censo (GCC), na disponibilidade atempada dos fundos, na actualização da cartografia censitária do país, na instalação e operacionalidade dos Serviços

Provinciais de Estatística (SPINE) nas 17 províncias, no recrutamento de equipas de coordenação provinciais, municipais e comunais e, por fim, na aquisição de bens e equipamentos para actualização cartográfica.

Somente vantagens

Com a realização do RGPH, as vantagens que as instituições têm são de grande relevância, a começar pela disponibilização de mapas geo-referenciados actualizados de cobertura nacional, que permitem o controlo das operações estatísticas, desde o tratamento, apresentação e disseminação interactiva dos resultados.

Outra mais-valia a considerar diz respeito à base de amostragem para suporte aos inquéritos por meio dos agregados familiares e o apoio aos inquéritos empresariais e industriais, a partir já do primeiro período inter censitário, isto é, 2013-2023. As instituições também só têm a ganhar com a diminuição do tempo de processamento de dados e a melhoria da qualidade de informação que o RGPH deve proporcionar.

Por outro lado, o desenvolvimento do trabalho do INE, implicará mais produção e maior disseminação de informação estatística oficial, que será um ganho para a democracia e governação em Angola, segundo o parecer do próprio Instituto Nacional de Estatística.

A mesma instituição anota que o seu desenvolvimento «beneficiará todos os sectores e comunidades, ao disporem de informação estatística relevante, fiável e oportuna para uma melhor avaliação das políticas, planos e programas em benefício da população e das futuras gerações».

No mais, os resultados esperados com o RGPH deixam expressas as oportunidades para a cartografia angolana: a lista codificada e geo-referenciada de todas as aglomerações populacionais do país e o todo o território angolano delimitado em secções censitárias. Enfim, saberemos quantos somos, onde estamos e como somos. Nada melhor para saber para onde vamos.

5.9 Defendida maior divulgação do recenseamento da população

Jornal de Angola

5 de Agosto de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) vai apostar, nos próximos dias, em processos de comunicação Multimédia e multilinguístico, para fazer chegar à

população as informações necessárias sobre o Recenseamento Geral da População e Habitação' previsto para 2013.

O coordenador da Subcomissão de Mobilização e Publicidade do Gabinete Central do Censo, António Bragança, que falava na abertura de um curso de formação de agentes que vão trabalhar no censo, disse que a intenção é abranger milhões de agregados, através de 14 línguas nacionais e com recurso a meios de difusão tradicionais, entre os quais a rádio, jornais e televisão.

Para tal, a publicidade do censo vai envolver figuras públicas, sobretudo desportistas, artistas, jornalistas, empresários, líderes políticos e religiosos, autoridades tradicionais e representantes de organismos da sociedade civil.

Esta Subcomissão elaborou, ainda, um manual destinado a potenciar o trabalho de sensibilização, particularmente no que concerne aos esclarecimentos sobre a importância e os objectivos da realização do censo.

António Bragança salientou que a realização do recenseamento é um processo muito importante na vida dos angolanos, porque vai permitir a obtenção de dados fiáveis sobre o país, principalmente aqueles que se prendem com as características da população e do parque habitacional.

5.10 Ministro da Administração do Território anunciou a criação de novos municípios

Jornal de Angola

11 de Agosto de 2012

O ministro da Administração do Território, Bornito de Sousa, admitiu ontem, em Luanda, a criação de novos municípios no país com vista a aproximar cada vez mais os serviços administrativos aos cidadãos.

Discursando na abertura da conferência internacional por ocasião do Dia Africano da Descentralização e Desenvolvimento Local, que ontem se assinalou, Bornito de Sousa disse que grande parte dos, novos municípios, segundo tudo indica, serão criados na região Leste, que tem sido menos desenvolvida por razões históricas.

Bornito de Sousa apontou a aprovação de orçamentos municipais adequados às necessidades de desenvolvimento social a nível local e a realização de eleições autárquicas em 2015, como algumas acções a executar pelo Executivo. O ministro considera o

desenvolvimento local como uma "peça fundamental", para que os índices de desenvolvimento humano sejam adequados às exigências mundiais.

"É a nível dos municípios e através do desenvolvimento local, que os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio podem facilmente ser atingidos", afirmou o ministro.

Por seu turno, o vice-ministro da Administração Local, Cremildo Paca, disse ser uma prioridade em termos de governação a implementação de um poder local autárquico na próxima legislatura. Cremildo Paca referiu que para a implementação de autarquias no país deve-se, primeiro, consolidar o censo populacional e habitacional em 2013, até 2014 produzir-se o pacote legislativo sobre as autarquias locais para em seguida submetê-lo à discussão no Parlamento e posterior promulgação pelo Chefe do Executivo.

Cremildo Paca falou também da necessidade da formação dos autarcas, e criação de infra-estruturas para implantação do poder autárquico. Sublinhou que o Estado angolano considera uma prioridade o processo de descentralização administrativa ao ponto da Constituição consagrar a criação e implementação de um poder local autónomo.

A conferência, que decorreu sob o lema "Financiamento da descentralização, prestação de serviços e do desenvolvimento", abordou temas relacionados com os benefícios da descentralização para a população, regime financeiro local, processo de desconcentração e descentralização em Angola, e a experiência namibiana sobre o ensino à distância dos agentes da administração local.

5.11 As lideranças políticas angolanas não valorizam a evolução da consciência cívica

A Capital

11 de Agosto de 2012

Como é que o OPSA avalia o curso da campanha eleitoral que começou há duas semanas?

O OPSA pensa emitir uma opinião geral sobre as eleições apenas depois destas terminadas e não sobre partes do processo.

Qual é a vossa visão sobre as propostas apresentadas pelas nove formações concorrentes? Há algum realismo ou já se começa a assistir a promessas que dificilmente serão cumpridas depois de quatro anos de mandato?

Todos os partidos políticos fazem promessas que à partida já sabem que não vão cumprir. Mas é interessante verificar que há propostas do partido no poder que mostram que, perante o irrealismo de 2008, agora houve mais cuidado, exagerado até. É o caso da produção anual de cereais cuja meta baixou de 15 milhões de toneladas por ano para 2,5 milhões.

O último comunicado do OPSA aponta uma certa vitimização e acusações gratuitas. Referem-se concretamente a que partidos ou coligações? Haverá razão para essas desconfianças ou o processo está a ser devidamente encaminhado?

Refere-se a todos os partidos que ponham em causa o processo e as instituições sem fundamentos, mas também aos que acusam outros de má-fé e de quererem desestabilizar o país sem apresentarem provas. Tudo isso gera desconfiança no processo e um clima de mal-estar entre os cidadãos.

A UNITA prometeu algumas medidas que têm agitado alguns sectores da vida política caso os resultados não sejam divulgados a partir das assembleias de voto. Trata-se de algum exagero?

Não conheço as razões de fundo da UNITA, e como não há contraditório na nossa comunicação social torna-se difícil um juízo fundamentado.

Como é que tem visto o trabalho do juiz Silva Neto à frente da Comissão Nacional Eleitoral?

Não faço avaliações nem emito opiniões de carácter pessoal sobre pessoas que exercem cargos públicos. Acho que o trabalho da CNE só deverá ser avaliado globalmente no final.

Mas a CNE, tal como fez na semana passada, deveria emitir uma opinião sobre o facto de vários órgãos de comunicação social não estarem a ser isentos e imparciais, o que poderá dar argumentos a quem quiser pôr em causa o processo. É melhor prevenir do que remediar.

Quando apontam o desequilíbrio entre o MPLA e os partidos da oposição, tanto em termos financeiros como meios de propaganda, admitem que esse partido é o vencedor antecipado das eleições de 2012?

Como pode tirar tal conclusão do que foi dito? O OPSA apenas constatou um facto e alertou para ele, nada mais.

Acreditam que o partido maioritário poderá conseguir um 'score' semelhante ao de há quatro anos?

Infelizmente no nosso país não há sondagens, como acontece nos outros, por isso qualquer opinião será mera especulação.

O que pensa do slogan da campanha dos camaradas: "Crescer Mais e Distribuir Melhor"?

Sobre este assunto dei a minha opinião pessoal em dois artigos publicados no Novo Jornal. É sempre possível distribuir melhor, mas é difícil perceber porque até agora a distribuição não tem sido bem feita, e porque não se aborda a questão da corrupção, cujo combate, prometido em 2008, foi um dos insucessos da actual legislatura, e é uma das razões da má distribuição actual.

O que é que se pode esperar da CASA-CE?

Esta parece ser uma pergunta de futurologia, tema que não é da minha lavra. Poderia ter uma opinião mais fundamentada se a comunicação social apresentasse debates de ideias entre os principais concorrentes, mas infelizmente é a propaganda que prevalece. De todo o modo, o aparecimento da CASA é um facto político novo, que trouxe mais vida e substância ao confronto político e eleitoral.

Até que ponto a saída de Chivukuvuku pode ter fragilizado a UNITA?

A resposta vai no mesmo sentido da anterior. O que faz a comunicação social para me ajudar a ter uma opinião? Este não é mais um facto que mereceria um debate contraditório?

Acha que a tese de que os dois principais concorrentes, nomeadamente o MPLA e a UNITA, ainda têm bastiões exclusivos mantém-se?

Não percebo bem a pergunta, mas se o que pretende saber é se continuarão a ter eleitores fiéis, acho que sim. Se a pergunta se refere a uma eventual distribuição geográfica ou "étnica" do voto, acho que não. O país está a mudar e só os mais distraídos não se dão conta disso.

Os conteúdos apresentados pelos partidos políticos durante os tempos de antena na Rádio Nacional de Angola e na Televisão Pública o satisfazem?

De um modo geral, não, e refiro-me a todos, sem excepção. Esta minha opinião deve ser restrita à TPA, pois não tenho ouvido a Rádio Nacional.

À margem disso, como tem visto a actuação dos diferentes órgãos de comunicação públicos e privados?

Já disse antes. Salvo algumas excepções, os que leio e oiço (estão longe de ser todos) não estão a fazer um bom trabalho. Desde logo porque não se apresentam isentos e imparciais como diz a lei, nem respeitam a ética e a deontologia, e usam e abusam da manipulação. O mais grave é o que se passa com os órgãos públicos, pois sendo natural que refiram as acções e realizações do Governo, não podem tomar partido e fazer propaganda sistemática a favor de um dos concorrentes e muito menos achincalhar os outros, ou melhor, alguns dos outros. Isto retira credibilidade ao processo e pode servir de argumento a acusações futuras de injustiça dos resultados. O OPSA manifestou a sua apreensão e aconselhou as instituições responsáveis a tomarem medidas para corrigir tal situação.

Como tem sido o papel da sociedade civil neste processo?

A sociedade civil não é homogénea.

Uma parte tem tomado claramente partido pelo partido no poder e faz campanha a seu favor, e outra contra ele. Isso não é bom. A sociedade civil deve ser independente em relação aos poderes políticos pois essa é a sua essência. Quem quiser fazer política partidária é livre de o fazer, mas não deve proteger-se ou esconder-se debaixo do guarda-chuva da sociedade civil. Felizmente há ainda organizações da sociedade civil que se mantêm fiéis à ética cívica e têm tido actuação independente. É uma atitude que não é fácil, pois os apelos ao desvio são muito fortes.

Acredita que a campanha de educação cívica realizada pela CNE terá surtido os efeitos necessários?

Pelo que conheço ela tem sido mais dirigida aos aspectos técnicos dos registos e da votação, ficaria mais feliz se tivesse tido uma abordagem mais dirigida a questões da cidadania.

O cidadão tem sido alvo de muita manipulação por parte dos agentes eleitorais e a CNE poderia mitigar os efeitos de tal manipulação com uma acção mais pedagógica.

Qual deve ser a mensagem dos políticos nesta altura, tendo em conta que já ouvimos relatos preocupantes vindos de algumas províncias?

Principalmente os mais importantes e com mais responsabilidades no xadrez político deveriam fazer o seu trabalho com base no bom senso e na lei e evitar referências a factos do passado que a reconciliação nacional já deveria ter enterrado. O que está agora em causa são os problemas actuais da sociedade. Sei que é pedir demasiado porque os nossos políticos já

mostrarem ter pouco fair play, mas deveria haver mais ética e respeito pelo outro.

Avançaram reiteradas vezes que a democracia não é só o acto de votar. Será que os angolanos já compreendem isso, depois de terem passado por dois processos eleitorais?

Dois processos eleitorais representam muito pouco para a caminhada na construção da democracia, que será muito longa. Mas tenho dito que as lideranças políticas angolanas não valorizam a evolução da consciência cívica e política dos angolanos em geral.

Como é que encara o posicionamento das diferentes confissões religiosas no processo em curso?

Só posso pronunciar-me pelo que tenho visto, lido e ouvido. Infelizmente tem havido intervenções infelizes que indiciam algumas tomadas de posição pessoais a favor de um dos concorrentes. Isso pode dar motivo a interpretações incorrectas e pouco benéficas para a credibilidade das instituições em causa e de todo o processo eleitoral.

5.12 INE aposta na comunicação multimédia para censo populacional

Agora

11 de Agosto de 2012

O Instituto Nacional de Estatística (INE) apostará no processo de comunicação multimédia e multilinguística para fazer chegar à população a importância do Recenseamento Geral da População e Habitação

Este facto foi avançado pelo coordenador da subcomissão de mobilização e publicidade do Gabinete Central do Censo, António Bragança, durante um curso de formação de agentes ligados ao censo, tendo esclareceu que a intenção é abranger milhões de agregados e envolverá a comunicação em cerca de catorze línguas nacionais.

Para o efeito far-se-á recurso ao uso dos medias tradicionais como a televisão, rádio, jornais, revistas, boletins, brochuras, manuais e panfletos ou cartazes publicitários, que serão distribuídos nas paragens de autocarros, aeroportos, recintos desportivos, culturais e táxis.

O responsável referiu-se, ainda, ao envolvimento de figuras públicas, como desportistas, artistas, jornalistas, empresários, líderes políticos e religiosos, autoridades tradicionais e representantes de organismos da sociedade civil.

A comunicação deve consubstanciar-se em mensagens educativas, visando persuadir toda a população no país a responder os questionários", reforçou, avançando igualmente que a subcomissão que dirige elaborou um manual destinado a potenciar o trabalho de sensibilização, particularmente no que concerne aos esclarecimentos sobre a importância e os objectivos da realização do RGPH-2013.

"A realização do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH-2013) em que o Ministério da Comunicação Social participa ativamente, coordenando a Subcomissão de Mobilização e Publicidade do Gabinete Central do Censo (GCC) é um momento importante na vida dos angolanos, pois é com esta operação estatística que se obtém a mais fiável imagem do país, fundamentalmente no que concerne as características da sua população e do parque habitacional", asseverou, realçando igualmente que constitui a grande oportunidade que o sistema estatístico nacional tem para estar em contacto com toda a população e reforçar o seu importante papel social como produtor das informações necessárias para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

"A estratégia constitui a base sobre a qual os fluxos de trabalho na sequência da comunicação estão ser desenvolvidos tais como marketing, relações com os medias, sensibilização e mobilização da população", acrescentou.

Para que o recenseamento alcance os objectivos pretendidos, torna-se necessário um amplo movimento de sensibilização, visando assegurar a participação massiva da população que, estando bem informada, estará habilitada a prestar informações corretas.

5.13 Estudantes universitários aprendem a pesquisar

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

Durante o período de férias, 30 estudantes universitários de instituições públicas e privadas de Angola estão a beneficiar de uma acção formativa sobre métodos de pesquisa científica para trabalhos de fim de curso.

A acção formativa é uma organização da ONG angolana Development Workshop (DW), que está a acontecer no auditório da faculdade de Direito, desde ontem, dia 16, terminando no final da tarde de hoje, sexta-feira.

Segundo o comunicado de imprensa da DW, durante este período, os estudantes serão enquadrados nos projectos de campo que as diversas organizações não-governamentais promovem. "Durante os estágios, alguns estudantes aproveitam a oportunidade para recolher dados que subsidiam os seus trabalhos de elaboração de monografias de fim do curso".

Pela "pertinência e importância do tema" e em "apoio aos estudantes universitários angolanos", a DW resolveu apostar na realização deste evento, dentro do "âmbito do seu programa e com apoio da área social da empresa petrolífera BP Angola, e os seus associados do bloco 31". "Este seminário é mais um reforço do compromisso social destas empresas, em parceria com as entidades de direito e na aposta do reforço da qualidade do ensino superior no país".

A DW tem vindo a implementar, há mais de 10 anos, um projecto piloto de apoio a estudantes universitários, denominado "programa de estágios comunitários".

No final da referida acção formativa serão entregues certificados aos 30 estudantes que participaram na edição passada e que são provenientes de várias províncias, concretamente de Luanda (14 alunos), Kwanza-Sul e Cabinda (dois cada uma), Huíla, Huambo e Benguela (quatro cada). Nesta acção participaram mais estudantes do sexo feminino (16), sendo os restantes 14 do sexo masculino.

5.14 Gasosa

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

As reclamações não param. São várias e por muitos factores. Um homem, que preferiu falar sob anonimato, disse que para conseguir tirar o seu assento de nascimento em três dias teve de pagar sete mil kwanzas a um jovem que colabora com alguns funcionários da conservatória. Tentámos passar-nos por alguém que pretendia tirar um assento de nascimento e questionámos o homem. "Queres tratar o teu assento de nascimento? Olha este meu é do bisno, aquele jovem que está ali foi quem tratou dele e só fez três dias", apontou o homem.

O Novo jornal soube que, por regra, tratar de um assento de nascimento pela via normal custa quase 4.000 kwanzas e demora 15 dias até o documento estar pronto. Se a pessoa quiser urgência tem de pagar cerca de 7.000 mil kwanzas e o processo demora apenas três dias. Tudo estaria certo, se não fosse o facto de termos constatado que o documento tratado pela via urgente tem estampado no papel o mesmo valor do documento que é tratado por via

normal. Portanto, é dinheiro a mais que alguém mete no bolso. O NJ constatou ainda que o assento de nascimento é o documento que a maioria das pessoas pretende tratar e aquele em torno do qual existem mais reclamações. No seu caso, Isabel Adão teve de pagar 8.000 Kwanzas para ter, em menos de três dias, o seu assento de nascimento.

5.15 A importância da cunha

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

Na sexta Conservatória cada pessoa tem as suas reclamações. Marta de Jesus foi àquela repartição pública na esperança de registar a sua filha cassule. A mulher contou ao Novo Jornal que estava ali, desde as primeiras horas da manhã. Até às 11h 00 ainda não tinha sido atendida porque, segundo ela, muitos dos que afluem à conservatória vão com referência de nomes de outras pessoas conhecidas dos funcionários, que, assim, as priorizam no atendimento.

"Estou aqui, desde as 6h 00 da manhã, infelizmente ainda não fui atendida. Tem gente aqui que está a ser atendida logo que chega, mas eu não. Muitas dessas pessoas são conhecidas dos funcionários e trazem alguns nomes de pessoas já conhecidas também", denunciou a jovem, com o rosto triste de tanta espera.

Quem compartilha da opinião de Maria de Jesus é o senhor António Cadete que pretendia tratar do registo de propriedade de um terreno. Só que o funcionário que o havia de atender não compareceu ao trabalho e o assunto que António queria ver resolvido não podia ser tratado por outro trabalhador, segundo nos explicou o homem, que aparentava ter 50 anos.

5.16 Sexta Conservatória e os seus velhos problemas

Novo Jornal

17 de Agosto de 2012

O SISTEMA BUROCRÁTICO vigente em Angola tem tirado o "sono" a muita gente, principalmente nas conservatórias. Não é fácil tratar documentos, num curto espaço de tempo, como constatou o Novo Jornal junto de várias pessoas. A sexta Conservatória, localizada no município do Cazenga, não foge à regra. É preciso ter nervos de aço e paciência quase sem limites ..

Cédulas falsas, documentos do registo civil tratados por cunha, documentos extraviados, morosidade na entrega de assentos de nascimento. Estas são algumas das reclamações ouvidas todos os dias na sexta Conservatória de Luanda.

O clima vivido naquele órgão do Ministério da Justiça é "desesperador". Apesar de ser uma das conservatórias de Luanda mais criticadas e uma das que mais manchetes ocupa nos órgãos de informação, pelo facto de não prestar um bom atendimento aos cidadãos, os munícipes não vêem melhorias desde a sua criação. Parece que as queixas caem em saco roto. E os problemas persistem, quando não se agravam.

A sexta Conservatória começou por funcionar na rua direita do Patrício, no Cazenga, mas devido a uma forte chuva, que abalou a cidade de Luanda, o serviço foi transferido para o Mercado do Asa Branca, onde permanece até hoje. Devido a essa calamidade natural, muitos documentos perderam-se, porque as instalações ficaram todas inundadas, o que agravou, um problema que, de preocupante, se transformou em crónico. Não é difícil encontrar a conservatória no interior do mercado. Logo à entrada, do lado direito, as pessoas deparam-se com uma enchente fora do normal. Mais uns passos e vê-se um quintal pequeno, gradeado de cor vermelho. O aglomerado de pessoas denuncia a sexta Conservatória. Para infelicidade de muitos, não há nenhum funcionário daquele serviço no quintal a prestar quaisquer informações às pessoas, ou simplesmente a orientá-las. Cada um safa-se como pode. Os atropelos acabam por ser inevitáveis.

Do lado do quintal gradeado estão algumas janelinhas, através das quais os cidadãos se dirigem aos funcionários para pedirem informações. Só que as pessoas ficam durante vários minutos a tentar alcançar as janelas, porque todos querem ser atendidos ao mesmo tempo e a enchente torna o espaço caótico.

Do outro lado do gradeamento, deparamo-nos com nova enchente. Também aqui, os munícipes são atendidos através das janelas. Perde-se a conta aos que de minuto a minuto, procuram os serviços daquela repartição. Infelizmente, nem todos resolvem os seus assuntos

no mesmo dia. É o caso de Maria José, que se viu obrigada a voltar para casa, depois de lhe terem dito que a cédula do seu filho era falsa. A mulher ficou sem perceber a notícia que lhe deram, porque o filho foi registado numa das maternidades de Luanda, aquando da campanha gratuita de registo dos recém-nascidos. "Mas como é que é possível a cédula ser falsa se eu tratei dela na maternidade?", questionou a

mulher a quem de direito. Ficou sem resposta e com o mesmo problema em mãos.

Paulo Joaquim pretendia tirar um assento de nascimento para concluir o processo de casamento. O jovem, que está prestes a casar, encontrou um impasse na organização dos documentos, porque naquele dia não havia nenhuma funcionária que o quisesse atender. O jovem não soube explicar as razões.

"Eu quero tratar do assento de nascimento urgente, porque preciso dar entrada do processo na conservatória a tempo, senão corro o risco de não me casar este ano", desabafou indignado, com ânsia de sair daquele local com o documento na mão.

5.17 Coordenador quer novo soba

O País

17 de Agosto de 2012

Insatisfeito com a forma como decorreu o processo que ditou a transferência do soba e da sua família para o Zango IV; o coordenador do bairro Museu da Escravatura, revelou a este jornal, Terça-feira, 14, a intenção dos moradores se reunirem nos próximos dias para juntos elegerem um novo soba.

"Temos de eleger um novo soba, porque aquele nos abandonou aqui" disse o coordenador, tendo acrescentado que ele e o seu povo se sentem traídos pelo pai do bairro.

O coordenador lembrou que, quando a equipa da administração do município de Belas se dirigiu para o bairro pela primeira vez, alegou que apareceria na Quarta-feira, 8, para negociar com os responsáveis e a população sobre o procedimento do desalojamento.

"Eu tinha pedido ao mais velho soba para não assinar nenhum documento, sem a minha presença", assegurou ter pedido repetidas vezes ao decano.

No dia combinado para as negociações, os moradores do Museu estavam prontos, mas o elenco de Belas não apareceu.

O espanto do coordenador foi observar, por volta das nove horas do Sábado a seguir, o soba e a sua família com as coisas meio-arrumadas, o que o obrigou a questionar os integrantes da administração sobre o que se estava a passar.

"Um deles disse-me que iam precisar da parte onde vive o soba com urgência", contou, tendo informado que ainda inquiriu o homem sobre o porquê da falha no dia em que deviam negociar.

Um momento de silêncio complementado com alegações que tinham a ver com a ocupação da administradora de Belas noutros assuntos foram dados como resposta ao responsável do bairro, que ousou perguntar ao soba o que tinham combinado sobre as negociações.

"Mais velho soba, como é que ficamos então, sem nós nos sentarmos para abordar acerca da vossa estadia lá, vocês aqui vivem da pesca, mas o soba me disse que já tinha conversado ou negociado sem o meu conhecimento", queixou-se, assegurando que as oito das 64 famílias que controlam eram somente familiares do velho Daniel Francisco.

Quando se apercebeu que ao soba e a sua família não foram dadas as devidas indemnizações, o coordenador tentou contactar o senhor Kiteque mas um suposto colega deste atendeu -o, dizendo que iriam para o bairro a fim de acertar sobre o assunto.

"Até hoje não apareceu ninguém e pessoal lá já está a ressentir-se das consequências", referiu, adiantando que o seu propósito era evitar estas e outras situações.

Há três anos na coordenação do bairro, confessou nunca ter enfrentado um problema do género, mas assumiu que a situação lhe serviu de lição, para acautelar o seu povo a não se envolver em qualquer

negociação sem a intervenção dos coordenadores.

5.18 Demolição imediata

O País

17 de Agosto de 2012

Por sua vez, José Floriano Capamba, «Catuca», um dos netos do soba Daniel Francisco, disse ter notado que os homens da administração estavam com muita pressa em demolir as casas, de tal modo que apressaram também o pessoal a desarrumar os seus haveres.

"Eles chegaram, partiram todas as casas daquele lado e disseram que já havia casas no Zango v, para onde vão 'todos do Museu", declarou Catuca, que contabilizou uma equipa administrativa composta por oito elementos, incluindo o maquinista.

Segundo Catuca, que ainda não foi ver o novo habitat do avô por questões de trabalho, a sua situação ficará um pouco complicada, pois, a viver no Zango, não conseguirá chegar cedo ao local de trabalho.

"por isso optei falar com o meu chefe para ficar em casa dele, para não perder o emprego", desafogou.

Crianças ficam para estudar

Se José Capanda teve tempo para escolher ficar com o patrão o mesmo não se pode dizer das crianças da família do soba, que se verão obrigadas a voltar para o Museu da Escravatura ou para bairros da cercania, tão logo recomecem as aulas.

"Não temos escolha, os nossos filhos terão de viver próximo das suas escolas, para não perderem o ano lectivo", disse um dos encarregados, alegando que os responsáveis do desalojamento nunca ligam a esses pormenores da educação dos pequenos.

Os pais dos petizes preferirão arrendar uma residência nos bairros mais próximos, nomeadamente, o da Bela -Vista, do Matadouro, flores-ta e Quilómetro 30, uma vez que as crianças estudam na escola primária do Ramiro.

5.19 Estágios comunitários potenciam estudantes

Jornal de Angola
18 de Agosto de 2012

O director de Investigação Científica da Universidade Agostinho Neto, João Cadete, disse ontem, em Luanda, que o Programa de estágios comunitários é uma iniciativa que ajuda a potenciar a capacidade académica dos estudantes universitários.

João Cadete, que falava durante a sessão de encerramento do Programa de Estágios Comunitários da edição 2011/2012, assistiu ainda à entrega de certificados a 30 estudantes beneficiários da edição passada, uma iniciativa da Development Workshop.

Durante o seu discurso, João Cadete referiu que este processo se destina a preparar o homem para enfrentar os desafios que a sociedade enfrenta.

"Queremos elogiar o esforço feito pela empresa petrolífera BP Angola e os seus associados do bloco 31 em apostar na formação dos jovens estudantes dentro do seu programa, com o apoio da área social. Esta iniciativa ajuda o Executivo a melhorar as condições sociais das comunidades que têm sido investigadas pelos estudantes", acrescentou.

O director do Desenvolvimento sustentável da BP Angola, Gaspar Santos, destacou a importância dos estágios que são realizados em diversas áreas, por permitirem aos estudantes conhecerem os problemas das comunidades.

"O estágios comunitários vão contribuir para a preparação de políticas destinadas a beneficiar as

zonas de estudos, e assim melhorar o nível social de todo o país", disse o director da BP Angola. Os estudantes que terminaram o estágio são das províncias do Kwanza-Sul, Cabinda, Huambo, Benguela e Luanda.

5.20 Actualização cartográfica está em fase de conclusão

Jornal de Angola
24 de Agosto de 2012

A actualização cartográfica das comunas e bairros periféricos da cidade do Lubango, província da Huíla, está em vias de conclusão, anunciou na quarta-feira o responsável local do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Sobral Katrapila disse ao Jornal de Angola que a actividade resulta do plano de preparação do recenseamento geral da população, previsto para o próximo ano.

O responsável do INE na província da Huíla explicou que a actividade dos agentes cartográficos incide no registo do número de comunas, bairros, aldeias e habitações existentes em cada localidade, para a produção de estatísticas fiáveis que facilitem o censo da população.

Produção de mapas

O alto funcionário do Instituto Nacional de Estatística na Huíla referiu que a actualização cartográfica, como processo preparatório do censo populacional 2013, visa a delimitação das aldeias e bairros nas zonas urbanas e rurais, para fazer o mapa das referidas localidades.

O levantamento realizado concluiu que o Lubango, capital da província da Huíla, é composto por quatro comunas e 19 bairros periféricos, cujos limites entre as povoações estão agora mais claros. Sobral Katrapila afirmou que a informação disponível sobre as diferentes localidades oferece pormenores sobre as zonas habitacionais, agrícolas, industriais e com maior ou menor concentração populacional, o que ajuda à intervenção dos recenseadores durante o censo.

Informações disponíveis

A actualização cartográfica é um trabalho prévio de recolha de informações pormenorizadas sobre as várias localidades da província, uma vez que só deste modo os agentes recenseadores ficam em condições de realizar a sua tarefa em função das informações disponíveis.

De acordo com Sobral Katrapila, a Huíla tem dez equipas, num universo de 60 agentes cartográficos preparados pelo Instituto Nacional de Estatística. O INE conta com a parceria das Forças Armadas Angolanas (FAA), que disponibilizam meios aéreos para apoiar a deslocação dos agentes cartográficos às áreas mais distantes da província.

As estimativas do Governo Provincial da Huíla apontam para mais de três milhões de habitantes residentes na província, metade dos quais no Lubango.

O último recenseamento geral da população em Angola foi realizado no ano de 1970, quando ainda o país estava sob o domínio colonial português. Nos anos 80, foi feito um censo piloto, um trabalho que ficou inconclusivo.

5.21 Executivo descentraliza gestão financeira de Cabinda

Agora

25 de Agosto de 2012

A nova postura das autoridades, segundo fontes, resultou das constantes reclamações de mais apoios financeiros e da insignificância da verba que a província beneficia desde 1995.

Os recentes pronunciamentos públicos do Presidente da República fizeram transparecer as insuficiências financeiras que a região recebe e no comício realizado na cidade de Cabinda, o Chefe do Executivo prometeu rever as atribuições contidas no estatuto especial daquela circunscrição, fundamentalmente a quota das receitas de produção do 'ouro negro'.

A iniciativa é vista como um resultado não apenas propagandista, mas a pressão que o PR tem enfrentado por parte dos quadros locais que garantiram, na sua visita, a necessidade de se rever as políticas financeiras para a região em função dos interesses externos e daquilo que Cabinda produz para a riqueza nacional.

"A medida poderá tornar Cabinda autónoma financeira. É o primeiro passo para a tão desejada autodeterminação. Mais do que uma promessa eleitoralista é fundamental que perceber que já era tempo de mais atenção financeira no enclave, mas não menos importar revelar quantos barris de petróleo são extraídos na região, o valor que o governo local recebe e como está a ser gasto o fundo, visto que no passado houve buracos por onde vazou o dinheiro", garantiu, Balo Buity, activista político.

A região é rica em muitos recursos minerais, mas os benefícios directos para a população local são ainda

exíguos, criando um índice elevado de insatisfação entre a população local, que nada mais vê a não ser o desespero.

A província beneficiará de mais de 1000 milhões de dólares que serão aplicados no sector portuário no decurso dos próximos cinco anos.

5.22 Um olhar sobre as eleições

Inforsambila

31 de Agosto de 2012

Angola irá para a sua teórica terceira eleição desde a independência de Portugal, em 11 de Novembro de 1975. O partido no poder é o MPLA com outras oito coligações buscando os votos dos nove milhões de eleitores registrados do país, sendo o mais forte deles a UNITA a data marcada para a escolha de um novo presidente é o dia 31 de agosto.

As eleições de 2012 serão apenas as terceiras na história de Angola. Houve escrutínios apenas em 1992, depois dos Acordos de Bicesse que interromperam a guerra civil entre MPLA e a UNITA e em 2008, seis anos depois do fim da guerra.

As eleições gerais de 1992

Nas eleições legislativas, o partido governamental MPLA ganhou 54% dos votos válidos e com 129 assentos parlamentares - a maioria absoluta dos 220 deputados. A UNITA ficou com 34% e 70 deputados. O PRS (partido da Renovação Social), um partido tradicionalmente enraizado nas Lundas (leste de Angola), alcançou 2% e 6 deputados. A FNLA (Frente Nacional da Libertação de Angola), o terceiro movimento histórico de independência e da guerra civil, conseguiu 2% dos votos e elegeu 5 deputados.

Em paralelo houve eleições presidenciais, mas não se foi além da primeira volta: José Eduardo dos Santos, que governa o país desde 1979, ficou com 49% abaixo do resultado alcançado pelo seu partido MPLA nas legislativas e sem a maioria absoluta para decidir as eleições já na primeira volta. O seu adversário Jonas Savimbi (UNITA) conseguiu reunir 41 % dos votos. A segunda volta necessária não aconteceu, pois recomeçou a guerra civil entre a UNITA e o MPLA.

Eleições de 2008

Depois da paz alcançada em 2002, a seguir à morte de Jonas Savimbi, os angolanos tiveram que esperar muitos anos até a realização de novas eleições. Estas surgiram, finalmente, em 2008, seis anos depois de se atingir paz no país. Tratou-se apenas de eleições

legislativas, que o MPLA venceu com 82% dos votos, conquistando 191 dos 220 lugares da Assembleia Nacional, portanto uma maioria mais que suficiente para mudar a constituição do país. A oposição ficou literalmente "destroçada": a UNITA perdeu dois terços dos votos e conseguiu apenas 10% e 16 deputados. O PRS (partido da Renovação Social) ocupou o terceiro lugar com 3% e 8 deputados. A FNLA ficou com apenas 1% dos votos e 3 deputados. A coligação Nova Democracia (ND) elegeu 2 deputados. Eleições presidenciais? Nunca mais!

A segunda volta das eleições presidenciais de 1992 nunca foi realizada, nem houve novas eleições presidenciais depois de atingida a paz em 2002. Até 2012, José Eduardo dos Santos governa o país sem ter sido eleito uma única vez durante quase 33 anos. Devido a uma alteração constitucional, promovida pelo MPLA no ano de 2010, as eleições presidenciais foram definitivamente abolidas. A nova versão da constituição de 2010 também determina que o presidente passará a não poder exercer mais de dois mandatos consecutivos, de cinco anos cada. Mas como o novo limite apenas entra em vigor com as eleições de 2012. José Eduardo dos Santos poderá, portanto, em teoria, exercer mais dois mandatos. Caso isso acontecesse completaria 43 anos no poder em 2022.

Polémica marca as eleições de 2012

As eleições marcadas para 31 de agosto de 2012 foram, desde o início, acompanhadas de muitas polémicas. Uma delas foi a nomeação de Suzana Inglês para presidente da Comissão Nacional Eleitoral de Angola (CNE), nomeação essa criticada por ela pertencer ao MPLA.

Realizaram-se várias manifestações exigindo o seu afastamento do cargo. O Tribunal Constitucional acabou por dar razão aos críticos, declarando a nomeação 'inconstitucional' devido ao facto de Suzana Inglês não exercer nenhum cargo de juíza, como exige a lei angolana.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Casas novas para deputados na cidade do Kilamba

O Continente

03 de Agosto de 2012

Os deputados da Assembleia Nacional (AN), do mandato em curso, irão beneficiar de residências na Cidade do Kilamba, em Luanda.

Segundo apurou este jornal, a Casa das Leis terá já adquirido perto de 300 apartamentos onde serão alojados, para além de parlamentares, os funcionários administrativos e não só, daquela instituição.

Os primeiros beneficiários fizeram já a entrega à AN, dos respectivos documentos para a aquisição das moradias, estando os processos a decorrer de forma muito célere, supostamente, porque o seu mandato terminará em Outubro próximo, altura em que os deputados a serem eleitos nas eleições de 31 de Agosto irão tomar posse.

Ao que consta, o assunto está a ser gerido de forma sigilosa, não se sabendo o porquê. Sabe-se, no entanto, que quando estes deputados tomaram posse ficou acordado que cada um residiria na província referente ao círculo eleitoral pelo qual foi eleito, às suas "custas", através de um subsídio que teria sido entregue para o efeito. Recorda-se, igualmente, que muitos destes deputados, que foram reeleitos, haviam já beneficiado de residências, muitos dos quais no Projecto Nova Vida.

Quem continua a ver navios são aqueles, que findaram o seu mandato em 2008, depois de terem sido eleitos nas primeiras eleições gerais e multipartidárias realizadas no país, em 1992.

Entre estes estão perto de 20 ex-deputados que viviam em hotéis, complexo residencial da Vila Alice e em vivendas, cujas rendas eram pagas pela AN e pelo Ministério da Administração do Território (MAT), respectivamente.

Depois de 1997, a AN preocupada com a situação dos deputados, adquiriu casas no Projecto Nova Vida, tendo os que habitavam no complexo residencial da Vila Alice sido os principais beneficiários. Os que estavam alojados nos hotéis Flamingo, Trópico e em residências alugadas pelo MAT, permaneceram aí até serem compulsivamente desalojados porque a AN não honrava com os seus

compromissos. Assim sendo, alguns foram alojados no complexo turístico Imbodex, em Viana, tendo mais tarde, igualmente, sido apeados por não pagamento, por parte da AN, instituição que viria a encontrar um meio-termo subsidiando os deputados para arrendarem casas onde continuam até agora, depois do fim do seu mandato. Muitos estão "atirados" em bairros sem segurança, sem água e luz, há quatro anos.

Estes, por seu lado, defendem que a Casa das Leis, ao adquirir casas na Cidade do Kilamba, deveria dar prioridade a eles, uma vez que o subsídio vitalício que auferem, é considerado ínfimo. Entendem estes ex-parlamentares, que ao beneficiarem das residências prometidas a AN estaria a dar solução a um problema que transporta há muito tempo. Mas, aquela instituição, quando abordada sobre o assunto, diz que a actual presidência, de Paulo Kassoma, nada tem a ver com a matéria. Relembrar que os deputados da actual legislatura, depois da tomada de posse beneficiaram de um subsídio de instalação três vezes superior ao que os primeiros haviam recebido (35 mil dólares), por prestações, claro.

6.2 A miragem da casa propria

Nova Gazeta

4 de Agosto de 2012

A realização de ter casa continua a ser uma luta. O Governo prometeu construir um milhão de casas até 2012, no entanto, ainda não se sabe quantas foram erguidas.

Elisa Preciosa, 28 anos, vive com os pais na Cidade de Kilamba, depois de ter passado a infância no bairro Palanca. A mudança e a adaptação foram fáceis, no entanto, insiste, em declarações ao NG, em realizar o "sonho de ter a minha própria casa". Mas enfrenta os preços altos praticados pelas imobiliárias. "Deveriam baixar mais os preços pois a continuar corno estão, adiam o sonho de muitas pessoas que nem 100 dólares por mês ganham".

Desde 2001, o Governo tem vindo a mobilizar e fazer intervir as instituições públicas e privadas no urbanismo e habitação. Em 2008, anunciou a intenção de construir um milhão de casas, com rendas baixas. A ideia era reduzir o défice habitacional. Renascia a esperança para realização do "sonho da casa própria". De lá para cá, o governo e parceiros não pararam de gizar projectos. Os governos provinciais foram orientados a construir 200 casas sociais em cada município para população de baixa renda, sobretudo jovens que já constituíram família.

Outros projectos no âmbito das parcerias público privadas estão em marcha. Porém, em Luanda e no resto do país as reclamações gravitam em torno da alta dos preços. O preço da casa considerada de baixa renda varia entre os 65 mil a 200 mil dólares.

Os apartamentos em projectos chamados 'nobres' chegam a custar os 600 mil. Adalgisa Padre foi uma das jovens que aproveitou o lançamento do concurso de acesso ao projecto Cidade do Kilamba. É uma das primeiras moradoras daquele projecto e admitiu que a sua vida mudou. Morava no bairro Operário, numa casa arrendada, pequena, de um quarto, sala e cozinha onde pagava 550 dólares por mês. Partilhava o mesmo quarto com os dois filhos e não gostava da proprietária da casa. Ela e o esposo começaram a juntar dinheiro para comprar um terreno e erguer a casa própria, mas depois surgiu o projecto Cidade do Kilamba. Pediram um empréstimo ao banco e compraram um T3, avaliado em 170 mil dólares. A vida do casal mudou e reconhece que as "crianças sentem mais sossegadas, há segurança, luz e água" e que, às vezes, "durmo tranquila e sem necessidade de trancar as portas".

Apesar de satisfeita, reconhece que o preço das "é muito alto" e, por isso, lembra que a maioria das casas está "desabitada". Contudo, acha preferível "comprar uma casa" do que "esperar comprar terreno até construir uma vivenda".

Há vários projectos habitacionais. Um dos destaques vai para o "Nova Vida" localizado em Luanda-Sul, que é o primeiro dos grandes projectos habitacionais construídos pós-independência, em que o Governo promoveu a construção e venda de habitação, sobretudo dirigida aos funcionários públicos e com condições favoráveis. Na primeira fase, foram construídas 434 casas, com capacidade para albergar 20 mil habitantes. A aquisição é permitida com recurso ao crédito bancário e com um prazo de reembolso entre 10 e 20 anos. Os preços variam entre os 170 mil dólares para um TO até aos 440 mil para os T3, sendo a entrada feita com 30% do valor total do imóvel.

Ainda na política habitacional, foi criado pelo Ministério da Juventude e Desporto, o Programa "Angola Jovem" que sorteou, em Luanda, 90 jovens. As condições para a aquisição de uma habitação social, no quadro deste programa, obrigaria a que o interessado fosse residente fosse há mais de dois anos, cidadão Angolano, com idade compreendida entre 25 e 35 anos de idade tivesse ocupação renumerada e não possuísse casa própria.

O preço inicial era 170 mil dólares, com o beneficiário a depositar, obrigatoriamente num banco

uma caução estimada entre 10% á 20% do valor total e amortizar o crédito por um período de 15 á 20 anos. Estas condições afugentaram muitos jovens que tinham no projeto a "tábua da salvação" "sonho da casa própria".

6.3 Imobiliário em Africa atrai investidores

Agora

04 de Agosto de 2012

A economia mundial está em desaceleração, afectando o nível de investimento em África, mas os promotores internacionais continuam a ver boas oportunidades no continente africano a nível do imobiliário.

Os chineses estão a marcar terreno no imobiliário do continente africano, afirma-se no relatório anual de 2011 sobre a região, produzido pela consultora Knight Frank. As cidades africanas continuam, globalmente, a ter pouca oferta de qualidade e, nas regiões produtoras de petróleo e gás natural, a procura é nitidamente superior à oferta. Luanda, em Angola, e Lagos, na Nigéria, estão entre as cidades mais caras do mundo a nível de arrendamento de escritórios. O segmento do retalho continua em expansão no continente, procurando responder a um aumento das famílias de classe média. No entanto, realça a Knight Frank, o sector do comércio continua a ser dominado pela rua. Em contraste, o mercado sul-africano apresenta alguns dos mais modernos espaços de comércio mundiais.

6.4 Crédito dirigido a quem menos tem

Nova Gazeta

04 de Agosto de 2012

O crédito habitacional, específico para estes projectos, destina-se a famílias consideradas de renda baixa ou a casais jovens e destinam-se à aquisição ou construção.

O agregado familiar é um instrumento-chave para o acesso de juros bonificados. Segundo o regulamento, não podem aceder ao crédito os agregados familiares cujo rendimento mensal seja superior ao salário mínimo nacional da Função Pública multiplicado por 42 meses, ou seja, 3600 dólares.

A intenção desta medida visa facilitar o acesso ao crédito por parte das famílias mais carenciadas, uma vez que o pagamento deverá ser em 30 anos. Tem vantagens quem tenha constituído até a data da

publicação do regulamento em DR, uma conta – poupança com montante mínimo de 10% do valor da residência. Os bancos estão autorizados a conceder para primeira prestação 40% do valor da casa.

6.5 Luanda, a mais cara de Africa

Nova Gazeta

04 de Agosto de 2012

Com o mercado residencial a praticar rendas mensais que podem chegar aos 20 mil dólares, Angola volta no topo dos países mais caros do mundo, depois de em 2005, um estudo da consultora Proprime ter apontado já capital angolana como a mais cara para se viver.

O estudo anual da consultora Knight Frank analisou o mercado imobiliário em 33 países africanos e indica que a renda mensal do escritório em Luanda ronda os 150 dólares por metro quadrado. Os valores mais baixos são os praticados em Tunes, na Tunísia, onde arrendar um escritório pode custar nove dólares por metro quadrado, por mês.

O relatório refere que a oferta de espaços de qualidade na capital de Angola continua a subir e que a procura gerada pela indústria petrolífera também aumenta, o que eleva as rendas para valores entre os mais altos do mundo.

No mercado residencial, Luanda destaca-se com rendas de 20 mil dólares mensais, em média praticada em habitações em quatro quartos, quase o dobro dos 11.500 dólares pagos em média, na segunda localização mais cara de África, a cidade de Lagos, na Nigéria.

Em 2005, um estudo da consultora Proprime, sobre o sector imobiliário em Luanda, conclui as Ingombotas é a zona da capital mais cara para se viver, Nesta área nobre, o metro quadrado de um 'apartamento custa, em média, 5716 dólares.

A zona da Camama era apontada como a mais barata com preço médio de 3050 dólares o metro quadrado.

6.6 Municípios erguem o futuro com novas casas

Jornal de Angola

04 de Agosto de 2012

No município de Sanza Pombo estão a ser erguidas 200 casas sociais e dezenas de outras evolutivas. A execução decorre sem sobressaltos e o município sede vai dispor de 20 casas evolutivas, enquanto as comunas do Cuilo, Amba e Alfândega e na aldeia da

Beira Baixa, vão ser construídas 15 em cada. Em Sanza Pombo, o programa contempla uma primeira fase em que estão a ser construídas 100 casas em vias de conclusão, e numa segunda as restantes 100.

"Aproveitámos para investir ao longo da estrada. Decorrem os projectos de construção de casas evolutivas à velocidade que pretendíamos e devem servir para reduzir o défice que existe neste domínio, além de precisarmos de atrair os naturais das aldeias com a criação de condições habitacionais", referiu o administrador de Sanza Pombo, Baptista Bunga. A nível da saúde, o município conta com um banco de Urgência, que tem todos os equipamentos. Dispõe ainda de uma morgue e de um sanatório, já que têm sido registados alguns casos de tuberculose. Parte dos casos, em geral, são provenientes de Milunga e Quimbele.

Do capim ao betão

Relativamente à educação, o município tem estado a investir na edificação de escolas primárias nas aldeias. Na da Beira Baixa, está construída a escola primária número 517 com três salas. A poucos metros de distância, encontra-se uma construção feita de pau e capim. Era ali, naquela construção improvisada, que as crianças entravam em contacto com as primeiras lições.

Hoje, as coisas são diferentes, pois os meninos vão poder estudar, faça sol ou chuva. A nova escola, amarela e castanha, está equipada como merece uma escola digna. Os meninos e meninas da aldeia da Beira Baixa já não vão aprender as lições sentadas em latas de leite em pó, em pedras ou pequenos bancos, porque a nova escola tem carteiras para todos. O cenário repete-se na aldeia do Quitungo, que conta com uma escola primária com três salas. Além do estabelecimento de ensino, a aldeia conta também com um centro médico. Na aldeia Q.Muanza há outra escola também com três salas, um investimento que se estendeu à aldeia do Quiteca Mata.

Vale a pena o sacrifício

Numa das salas da escola, estão muitos alunos em pleno dia de provas. Entre eles, Susana Mendonça chama a atenção. Tem o bebé nos braços, ora calmo, ora agitado, mas Susana prossegue. "Tenho de fazer algum sacrifício, pois vale a pena", sublinhou.

O bebé agita-se. Susana mantém a calma e ainda assim tenta puxar pela cabeça. Tenta escrever umas linhas, mas depois tem de acomodar o bebé e dar-lhe de mamar. Mesmo assim, prossegue e lá vai. Os colegas, numa espécie de solidariedade para com ela, parecem não reparar. "A minha mãe foi à lavra, por

isso tive de vir com o bebé, porque não queria perder a prova. Ela é a única pessoa com quem o bebé tem ficado", explicou ..

A escassos quilómetros dali, na regedoria de Panda Menanga, está construído o mercado da regedoria e um centro médico. Tem uma escola de seis salas, onde são leccionadas aulas da primeira à nona classe. Os 31 quilómetros que vão do bairro da Alfândega a Sanza Pombo estão a ser reabilitados. Na alfândega, a escassos metros da estrada terraplanada e que aguarda por asfalto, desenvolve-se um projecto de construção de casas evolutivas. Ao lado, está a nascer o mercado municipal.

Sanza Pombo vai contar com um magistério primário, com 12 salas e quatro laboratórios, além de 11 casas para professores. "A intenção é reforçar o ensino básico. Queremos pô-lo a funcionar no município", disse o administrador, acrescentando que a execução das obras de infra-estruturas sociais está em 90 por cento.

Desenvolvimento Rural no Puri

O Programa Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza tem influenciado positivamente o modo de vida das populações, afirmou o administrador do município do Puri.

"O seu impacto social foi aplaudido pelas populações, pois as acções atingiram aquelas localidades onde o Governo português nunca tinha construído escolas nem unidades sanitárias", salientou António Cequeira.

No município, foram construídas escolas de raiz nas comunas da Quibala, Quisseque Bendo, Quifutula, Cavua e Cacuto, além de terem sido ampliadas e reabilitadas escolas nas aldeias Quizambi, sede municipal, Quimbunga Lau. No total, estão disponíveis 34 salas, que devem absorver cerca de quatro mil alunos. Outro passo significativo que o município deu no sector da Educação foi a aplicação do programa de merenda escolar, que teve início no segundo trimestre deste ano.

No sector da Saúde, a rede sanitária foi ampliada com a construção de unidades hospitalares, além de terem sido reabilitadas salas de parto dos postos e centros materno-infantis nas aldeias Quinzambi, Quifutula, Quibaba e sede municipal. "Queremos que a população afluja às unidades sanitárias e lá encontre bons serviços, com medicamentos a custo zero", disse o administrador. Ainda neste campo, o município ganhou um hospital construído de raiz com capacidade para 75 camas.

Água para todos

As obras de construção, bombeamento, captação e tratamento de água na sede do município estão concluídas. Já foram feitos alguns ensaios. Outro projecto similar foi concluído na aldeia do Cusso e Quisseque Lulovo, aguardando apenas pela inauguração. Na sede do município foram construídos 17 chafarizes.

6.7 Angola

Rádio Deutsche Welle News

De Janeiro a Dezembro de 2012

1. Há sete anos, vítimas de desalojamentos forçados vivem ao relento em Angola. Em ano de eleições gerais, O G angolana SOS Habitat chama atenção para realidade "desumana" de comunidades. Pelo menos 380 mil pessoas estariam desalojadas. Burocracia incentiva construções ilegais, denuncia organização.

A organização não-governamental angolana SOS Habitat - Ação solidária, convocou na tarde desta terça-feira (05.06), em Luanda, uma conferência de imprensa para informar e denunciar a situação das comunidades vítimas das violações dos direitos humanos em Angola e criticar a impunidade dos autores e mandantes dessas violações. No centro das preocupações esteve a continuação dos desalojamentos forçados dos habitantes de muitos bairros, especialmente na capital, Luanda, mas também em Benguela. Construindo democracias vibrantes e tolerantes (oeste) e Huíla (sul). Para a SOS Habitat, há comunidades inteiras que foram desalojadas há cerca de sete anos e que ainda hoje se encontram ao relento e numa situação desumana e degradante.

Rafael Morais, da ONG angolana, diz que a SOS Habitat aproveita o período que antecede as próximas eleições gerais, marcadas para agosto, para denunciar o problema. A organização quer que "os políticos tenham a consciência sobre as suas promessas não cumpridas". ONG estima número de desalojados em pelo menos 380 mil em todo o país. Por outro lado, "pensamos que, depois das eleições, quando os políticos conseguirem os votos, é claro que as demolições e a retirada compulsiva das pessoas dos locais vão recomeçar, aliás como aconteceu em 2008 [data das últimas eleições gerais angolanas]", disse Morais, em entrevista à Deutsche Welle África.

Para o ativista, o governo angolano e o partido governista MPLA poderão decidir entregar algumas Casas vagas para pessoas que foram desalojadas,

"para anunciar que estão a fazer alguma coisa. O político precisa de votos, mas estaremos atentos", alertou. 380 mil desalojados em todo o país. o que concerne apenas as comunidades com quem trabalha, a SOS Habitat calcula em 380 mil o número de pessoas que se encontram desalojadas em todo o país - porém, poderiam ser mais, de acordo com a ONG.

Segundo Rafael Morais, a tendência é de piora: "Foi realmente surpreendente quando ouvimos falar das casas na nova cidade de Kimbala que iam ser comercializadas uma vez que as vítimas não foram contempladas com alojamentos", relatou. Construindo democracias vibrantes e tolerantes. Morais acrescentou que o governo deveria olhar "com mais atenção para essas vítimas das demolições que, insisto, continuam a viver em condições desumanas. Infelizmente estamos a ver construções de condomínios que até agora não serviram para essas vítimas terem uma habitação condigna", lamenta o ativista da SOS Habitat. Comício do partido governista MPLA em 2008; SOS Habitat aproveita ano eleitoral para denunciar violações Burocracia estimula ocupações e construções ilegais A o. G ainda acredita que, atualmente, o governo angolano constrói casas para uma sociedade média, com um relativo poder de compra, onde se enquadra ainda uma minoria de angolanos.

Por outro lado, a ONG angolana afirma que o governo provincial de Luanda tem sido um dos principais incentivadores de ocupações ilegais de terrenos e de construções ilegais. "Os requerimentos entregues nas administrações solicitando lotes para construção de habitações, a Burocracia ou a falta de zelo faz com que os cidadãos comecem a construir as casas ou ocupem os terrenos sem respeitar as normas legais", explicou Rafael Morais. Segundo ele, um requerimento dirigido à administração do Estado fica sete a oito anos à espera de uma resposta e o cidadão não pode construir durante esse período. "Por exemplo, em 2009, o governo provincial ordenou a demolição do antigo bairro Bagdad, onde hoje se encontra em construção um condomínio de luxo. Os antigos moradores foram obrigados a ocuparem ilegalmente outros espaços", disse Morais. União Europeia de olhos fechados Construindo democracias vibrantes e tolerantes.

Várias organizações, nomeadamente a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch, têm criticado as ações ordenadas pelas autoridades de Luanda. Essas organizações de defesa dos direitos humanos lamentam que "ninguém tenha sido responsabilizado por essas violações". Com burocracia, governo provincial de Luanda contribui com ocupações ilegais de terrenos e construções também ilegais, diz ONG Mas é a União Europeia o alvo das críticas da SOS

Habitat.

"Já estivemos até no Parlamento Europeu para denunciar essas violações em Angola mas até agora pouco ou nada foi feito. Também convidamos, durante uma das demolições, pessoas que fazem parte da diplomacia europeia e que assistiram como o governo estava a demolir e a escorraçar as pessoas dos seus locais de residência. Isto prova que a UE fecha os olhos a esta situação que se vive em Angola", denunciou Rafael Morais.

Mas, se a situação continuar a piorar, a SOS Habitat - que diz não contar muito com justiça em Angola, "por [esta] ser débil" - pensa dirigir-se a outras instâncias internacionais, nomeadamente a Comissão Africana. Por enquanto, porém, a ONG deverá esperar o esgotamento de todas as Possibilidades.

"Se todas as alternativas a nível interno e internacional esgotarem, então cabe ao povo angolano decidir o que vai fazer porque as vítimas já fizeram tudo que estivesse ao alcance. Mas infelizmente a situação continua inalterada, e isso hájá alguns anos", disse Morais.

Autor: António

Rocha

Edição: Renate Krieger

6.8 Casas evolutivas no município de Ambaca

Jornal de Angola

6 de agosto de 2012

A administração municipal de Ambaca, província do Kwanza-Norte, está apostada na criação de um projecto imobiliário, que visa a construção de 50 casas evolutivas. O projecto, segundo o administrador municipal de Ambaca, José Rank Frank, é implementado, numa primeira fase, nos bairros Fuma e kina.

Ainda no quadro dos investimentos públicos em curso no município, está em construção um mercado rural e vários fogos habitacionais.

José Rank Frank adiantou que o município vai ganhar, nos próximos anos, um matadouro industrial com capacidade de abate de mais de 100 cabeças de gado por dia. O administrador de Ambaca disse que se encontram em construção 14 novas salas de aulas nas comunas da Mawa, Tango, Lwinda e Bindo e a reabilitação da via que liga a sede municipal de Ambaca à comuna do Tango e o município do Bolongongo.

O administrador informou que a reabilitação das vias insere-se nas acções da administração local de reforço das trocas comerciais e aumento do escoamento dos produtos do campo para a cidade.

6.9 Sonho da casa própria mais próximo da juventude

Jornal de Angola

06 de Agosto de 2012

Adquirir uma casa na cidade de Saurimo, província da Lunda-Sul, já foi, num passado recente, um sonho difícil de ser concretizado pela maioria da juventude. Os tempos mudaram e a construção de centenas de residências no quadro do programa habitacional "Angola Jovem" é uma realidade.

Hoje, com maior ou menor dificuldade, os jovens da província podem beneficiar das vantagens de viver em casa própria.

De há ano e meio para cá, o bairro Txizaínga-2, nos arredores da cidade de Saurimo, passou a ser um lugar de paz e tranquilidade para a jovem Hilária José, depois de vários anos consecutivos com mudanças constantes de morada.

Professora de profissão, em companhia do marido e dos três filhos, dispõe agora de espaço próprio onde passa a maior parte do tempo, quando não está na escola. Hilária integra o grupo de jovens que conseguiram casa através do programa "Angola Jovem" e reconhece que, desde então, o seu modo de vida tem registado melhorias significativas.

Em conversa com o *Jornal de Angola*, contou que sempre acreditou que um dia havia de ter a sua própria casa, mas esse momento chegou quando menos esperava. Sem disfarçar a satisfação, afirma desejar que o projecto continue, para ajudar outros jovens a realizarem o mesmo sonho.

"Nada se compara ao sentimento de ter um espaço próprio em que podemos criar os nossos filhos longe das maçadas habituais", disse.

Hilária considera que os moradores do bairro Txizaínga-2 têm poucas razões de queixa. Água corrente e energia eléctrica são uma constante, a proximidade do centro da cidade é um facto e a criminalidade não faz morada naquele lugar.

Carvalho Mutunda é outro dos jovens beneficiários e realça que desde que ocupou o seu "cantinho" passou a ter estabilidade financeira e os seus problemas básicos terminaram. Trabalhador estudante, salienta que não teve de recorrer a qualquer esquema.

"Dei entrada dos documentos num grupo de mais de 300 jovens e acabei por ser um dos sorteados", explica.

Para trás, ficaram as dificuldades de criar os filhos em casa alugada, embora na prática, no final de cada mês, tenha de honrar o compromisso que assumiu com o banco para continuar a ocupar a residência.

Por não terem como pagar na totalidade o valor das residências, que ronda os quatro milhões de kwanzas, a maior parte dos jovens que vivem no Txizaínga-2 tem um regime de renda resolúvel. Mensalmente, pagam uma prestação de 26 mil kwanzas.

Quem também não está isento do pagamento é o jovem Araújo Lila-muono. Passados quase dois anos, ainda se emociona quando olha para a fachada da sua residência. Hoje, com 31 anos, a casa dos pais no Bairro Verde, onde chegou a viver co a mulher, passou a ser um lugar de visita. "A aposta do Executivo em facilitar a aquisição de casas, particularmente aos jovens, deve continuar e aqueles que ainda não conseguiram ter uma casa sua não devem perder a esperança", afirma.

Programa faseado

O director provincial do Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) explica que a construção de residências através do programa habitacional "Angola Jovem" está na segunda fase. Por enquanto, encontram-se em construção 100 residências, das quais 65 estão em fase de acabamento. "Temos garantias do empreiteiro que na última semana do mês de Agosto vamos estar em condições de entregar 50 residências", assegurou.

Aníbal Janota recorda que na primeira fase foram entregues 92 residências e não esconde o prazer que sente por, de alguma forma, o projecto ter conseguido dar um novo rumo à vida de muitos jovens que antes não tinham habitação própria para levar uma vida sossegada com as suas respectivas famílias.

Relativamente diferentes e com uma qualidade superior às residências construídas na primeira fase, ficou determinado pelo programa que cada um dos imóveis de Tipo T3 tem o custo aproximado de oito milhões de kwanzas.

À medida que as obras da segunda fase caminham para o fim, aumenta a expectativa e a procura entre os potenciais beneficiários, mas nem todos podem ser contemplados ao mesmo tempo. Para se evitar especulações, Aníbal Janota garante transparência na modalidade de Metade da centena de casas em

construção no acesso. "À semelhança da primeira fase, em princípio a entrega vai obedecer a um sorteio, caso o número de candidatos ultrapasse o número de casas previstas", sustentou.

Neste processo, o Banco de Poupança e Crédito acaba por desempenhar um papel fundamental. Aníbal Janota esclarece que contam, mais uma vez, com a parceria da banca na cedência de crédito aos jovens.

Além de acreditar num futuro habitacional melhor, considera que as próximas etapas podem ser diferentes para a juventude, tendo em conta a nova metodologia que o MINJUD está a imprimir.

"Acreditamos que nos próximos projetos habitacionais, e temos as novas centralidades em construção, o MINJUD pode interagir com os órgãos que zelam pela habitação, no sentido de facilitar o acesso dos jovens a esses projetos", adiantou.

Informação e formação

Nem só com o pensamento virado para as residências vivem os jovens na Lunda-Sul. Aníbal Janota reconhece que há outros aspetos que necessitam de ser melhorados, de modo a corresponderem aos anseios) na capital da Lunda-Sul está concluída ainda antes do final do presente mês de Agosto

6.10 Casas para juventude com fim para este mês

Jornal de Angola
06 de agosto de 2012

A segunda fase das obras de construção de 100 novas casas sociais no bairro da Juventude, nos arredores da cidade de Saurimo, termina dentro de 30 dias, garantiu ontem, nesta cidade, o chefe de Departamento local da Juventude e Desportos.

António Izumbo afirmou que o programa "Angola Jovem" na província da Lunda-Sul inscreve a construção de 200 casas, 75 das quais já concluídas, de 100 programadas na primeira fase no quadro de um contrato subscrito por uma empresa chinesa.

O director provincial de Obras públicas e urbanismo, Orlando Txifaco, disse que o esforço do governo para reforçar o sector habitacional aponta para a conclusão, dentro do mês em curso, de 20 outras casas para alojamento condigno dos técnicos, além de dois centros de saúde, nos bairros de Santo António e Txizainga II, todos na zona suburbana da cidade.

No domínio da construção duas mil casas programadas pelo governo, o responsável precisou

que a direcção local do ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente concluiu o plano de urbanização e levantamento topográfico da reserva fundiária, numa área de cerca de 25 hectares equivalentes a igual número de campos de futebol.

6.11 Inauguradas novas salas em capelo

Jornal de Angola
06 de Agosto de 2012

Os alunos do centro administrativo do Capeio, 55 quilómetros li norte do Culto, contam desde sexta-feira com uma nova escola de sei salas, cujo acto de inauguração foi testemunhado pelo governador da província, Álvaro Manuel de Boavida Neto.

O empreendimento, com a capacidade de acolher cerca de 600 alunos em dois turnos, comporta gabinetes para os diretores, salas de professores, três quartos de banho, entre outros compartimentos.

Na mesma ocasião, foram entregues quatro residências aos professores que leccionam naquela circunscrição, construídas pelo governo local no âmbito do programa de impacto social e custaram aos cofres do Estado 36 milhões de kwanzas.

Numa mensagem, os alunos daquela localidade congratularam-se pela nova instituição de ensino, sublinhando que o empreendimento reforçou a melhoria das condições de aprendizagem e também habitacionais dos docentes.

A localidade de Capeio matriculou neste ano lectivo cerca de 1.500 alunos, da iniciação à 9ª classe e conta com mais de 60 professores.

6.12 A miragem da casa própria

Nova Gazeta
09 de Agosto de 2012

Elisa Preciosa, 28 anos, vive com os pais na Cidade de Kilamba, depois de ter passado a infância no bairro Palanca. A mudança e a adaptação foram fáceis, no entanto, insiste, em declarações ao NG, em realizar o "sonho de ter a minha própria casa". Mas enfrenta os preços altos praticados pelas imobiliárias. "Deveriam baixar mais os preços pois a continuar como estão, adiam o sonho de muitas pessoas que nem 100 dólares por mês ganham".

Desde 2001, o Governo tem vindo a mobilizar e fazer intervir as instituições públicas e privadas no urbanismo e habitação. Em 2008, anunciou a

intenção de construir um milhão de casas, com rendas baixas. A ideia era reduzir o défice habitacional. Renascia a esperança para realização do "sonho da casa própria". De lá para cá, o governo e parceiros não pararam de gizar projectos. Os governos provinciais foram orientados a construir 200 casas sociais em cada município para população de baixa renda, sobretudo jovens que já constituíram família.

Outros projectos no âmbito das parcerias público-privadas estão em marcha. Porém, em Luanda e no resto do país as reclamações gravitam em torno da alta dos preços. O preço da casa considerada de baixa renda varia entre os 65 mil a 200 mil dólares. Os apartamentos em projectos chamados 'nobres' chegam a custar os 600 mil.

Adalgisa Padre foi uma das jovens que aproveitou o lançamento do concurso de acesso ao projecto Cidade do Kilamba. É uma das primeiras moradoras daquele projecto e admitiu que a sua vida mudou. Morava no bairro Operário, numa casa arrendada, pequena, de um quarto, sala e cozinha onde pagava 550 dólares por mês. Partilhava o mesmo quarto com os dois filhos e não gostava da proprietária da casa. Ela e o esposo começaram a juntar dinheiro para comprar um terreno e erguer a casa própria, mas depois surgiu o projecto Cidade do Kilamba. Pediram um empréstimo ao banco e "o preço da casa considerada de baixa renda varia entre os 65 mil a 200 mil dólares. "

compraram um T3, avaliado em 170 mil dólares. A vida do casal mudou e Adalgisa Padre reconhece que as "crianças sentem-se mais sossegadas, há segurança, luz e água" e que, às vezes, "durmo tranquila e sem necessidade de trancar as portas".

Apesar de satisfeita, reconhece que o preço das "é muito alto" e, por isso, lembra que a maioria das casas está "desabitada". Contudo, acha preferível "comprar uma casa" do que "esperar comprar terreno até construir uma vivenda".

Há vários projectos habitacionais. Um dos destaques vai para o "Nova Vida" localizado em Luanda-Sul, que é o primeiro dos grandes projectos habitacionais construídos pós-independência, em que o Governo promoveu a construção e venda de habitação, sobretudo dirigida aos funcionários públicos e com condições favoráveis. Na primeira fase, foram construídas 434 casas, com capacidade para albergar 20 mil habitantes. A aquisição é permitida com recurso ao crédito bancário e com um prazo de reembolso entre 10 e 20 anos. Os preços variam entre os 170 mil dólares para um T0 até aos 440 mil

para os T3, sendo a entrada feita com 30% do valor total do imóvel.

Ainda na política habitacional, foi criado pelo Ministério da Juventude e Desporto, o Programa "Angola Jovem" que sorteou, em Luanda, 90 jovens. As condições para a aquisição de uma habitação social, no quadro deste programa, obrigaria a que o interessado fosse residente há mais de dois anos, cidadão angolano, com idade compreendida entre os 25 e 35 anos, tivesse ocupação remunerada e não possuísse casa própria.

O preço inicial era de 170 mil dólares, com o beneficiário a depositar, obrigatoriamente num banco uma caução estimada entre 10% a 20% do valor total e amortizar o crédito por um período de 15 a 20 anos. Estas condições afugentaram muitos jovens que tinham no projecto a "tábua da salvação" para realização do "sonho da casa própria".

6.13 Luanda, a mais cara de África

Nova Gazeta

09 de Agosto de 2012

Com o mercado residencial a praticar rendas mensais que podem chegar aos 20 mil dólares, Angola volta no topo dos países mais caros do mundo, depois de em 2005, um estudo da consultora Propprime ter apontado já capital angolana como a mais cara para se viver.

O estudo anual da consultora Knight Frank analisou o mercado imobiliário em 33 países africanos e indica que a renda mensal do escritório em Luanda ronda os 150 dólares por metro quadrado. Os valores mais baixos são os praticados em Tunes, na Tunísia, onde arrendar um escritório pode custar nove dólares por metro quadrado, por mês.

O relatório refere que a oferta de espaços de qualidade na capital de Angola continua a subir e que a procura gerada pela indústria petrolífera também aumenta, o que eleva as rendas para valores entre os mais altos do mundo.

No mercado residencial, Luanda destaca-se com rendas de 20 mil dólares mensais, em média praticada em habitações em quatro quartos, quase o dobro dos 11.500 dólares pagos em média, na segunda localização mais cara de África, a cidade de Lagos, na Nigéria. Em 2005, um estudo da consultora Propprime, sobre o sector imobiliário em Luanda, conclui que as Ingombotas é a zona da capital mais cara para se viver. Nesta área nobre, o metro quadrado de um apartamento custa, em média, 5716 dólares.

A zona da Camama era apontada como a mais barata com preço médio de 3050 dólares o metro quadrado.

6.14 Outros projectos habitacionais

Nova Gazeta

09 de Agosto de 2012

Paralelamente a estes projectos, está em curso a construção de 200 casas em cada município, no âmbito do programa de construção de habitação social. Aqui os critérios de aquisição são definidos pelas respectivas administrações.

Existe ainda o "Projecto Pérola Verde", ligado às Forças Armadas Angolanas, que pretende construir; até 2017, 500 mil casas sociais em todas as províncias.

Em Luanda, há ainda o "Projecto de Requalificação urbana do Cazenga e Sambizanga", que visa transferir famílias das zonas suburbanas destas duas circunscrições para o projecto habitacional do Zango. De acordo com o director, o arquitecto Bento Soito, o Governo gasta cerca de oito mil dólares para construção de casa evolutiva. Já foram transferidas 100 famílias.

6.15 A família Angolana esta cansada

Angolense

10 de Agosto de 2012

Estão decorridos mais do que 18 meses de indescritível sofrimento, amargura e asfíxiante desilusão; é impossível acreditar que governados angolanos sejam abusiva e agressivamente maltratados por governantes eleitos ... além do que constatamos e, por isso, escrevemos; seguem-se diversas impressões das vítimas directas que terão sido "escorraçadas como se fossem bois"... Esta é a simples verdade: 37 anos depois da Proclamação da Independência Nacional, nostálgica recordação dum considerável sucesso da Música Popular Angolana criada e interpretada pelo consagrado cantor - Santocas.

Todavia, o caso que abordamos não reflete o mínimo de harmonia porque os horrores do sofrimento continuam perseguindo muitas famílias angolanas.

"Acantonadas: 3 famílias numa só casa"

Determinado "inquilino da desgraça" lamenta: "com a minha família, viver numa casa com outras duas famílias isso me arreia - todos os dias, sinto que tal casa tornou-se uma cova onde vivo como morto; por favor, estamos a pedir que os representantes do

Governo venham cá para nos separar caso contrário o nosso enterro será antecipado".

Não conseguindo conter a impetuosa fluidez das lágrimas de profunda dor, certa moradora revelou-nos: "aqui, vivemos no meio da doença: calhamos com vizinhos estranhos que não conseguem manter a higiene caseira ... queremos viver separados porque somos três famílias diferentes mas forçadas a viver juntos na mesma casa, isso e mais do que desgraça". "Estamos aqui, no Sector 9 onde numa casa estão acantonadas três famílias, cada com os seus hábitos outros vizinhos nem sabem tratar da higiene; utilizamos a mesma casa de banho e, enfim, é horrível porque estamos condenadas a sujeitar vários tipos de doenças ... o membros do Governo prometeram-nos uma estadia provisória, depois cada família teria a sua própria casa mas, postas aqui, deram ordens: três famílias juntam-se para ocupar uma casa.

Conforme nos foi dito pela Arquitecta, aqui, só viveríamos durante três meses. Infelizmente, aqui, já estamos há um ano e 8 meses", revelou-nos outra "acantonada" na desgraça. Além de outros riscos, as desesperadas famílias do Panguila fazem uso corrente da gasolina para venda e utilização no funcionamento de geradores. "Imaginem, cada família com as suas crianças; quando saímos de casa, sentimo-nos apavoradas e se acontecer uma infelicidade? .. as crianças dormem na sala; por isso, o risco é grande", afirmou a evocada.

Contra tanta desgraça

Aqui, já vieram muitos jornalistas mas agentes da Polícia Nacional impedem que os mesmos nos entrevistem. Aqui, não podemos manifestar as nossas inquietações. Por isso, por nós, o Governo deve fazer algo porque está próxima a data das Eleições ... através da TVZimbo, em Março, anunciaram que as nossas casas já estão prontas mas, afinal, só foram bocas".

Dispondo-se, sem receios de retaliações, outra interlocutora Adelina Sebastião disse: "vivi na área favela e, com a minha família, fui transferida para as casas de tecto vermelho onde parecemos entulhos de pessoas ... quando chegamos, aqui, fomos recebidas com agentes da Polícias - todos armados, com cães, enfim, fomos maltratadas como marginais. Ninguém pode se sentir satisfeita com "Eles nos garantiram casas mas, agora, não se importam em saber como estamos a viver; construíram o Kilamba que, afinal, mais parece um histórico museu do que vila residencial; quem é que vive lá? ninguém. O Kilamba foi construído para o estrangeiro ver enquanto o angolano está a sofrer".

Essas condições. Seria bom que os membros do Governo pensassem um pouco; viver aqui, será que um deles aceitaria ... a mãe ou o pai deles nunca aceitariam viver numa casa três famílias".

6.16 Nas aldeias e comunas a situação está muito difícil

Angolense

10 de Agosto de 2012

Sobre tais inquietações, Zeca Taka declarou: "a Família Angolana está cansada, os membros do Governo devem prestar especial atenção aos governados; a situação não está boa. Eles nos garantiram casas mas, agora, não se importam em saber como estamos a viver; construíram o Kilamba que, afinal, mais parece um "histórico museu" do que vila residencial; quem é que vive lá? Ninguém.

"Cá em Luanda, o cidadão está em condições de viver actualizado porque aqui a Informação circula mas, nas aldeias e comunas, a situação está muito difícil; com tudo isso, estamos cansados porque eles governantes prometem mas nunca cumprem; Emprego, nada - Habitação: o próprio agente da Polícia, também, não tem casa ... ", Desferiu Zeca Taka.

6.17 Chicomba fomenta a construção de casas sociais

Jornal de Angola

11 de Agosto de 2012

A construção das moradias, no âmbito do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação do Executivo, já mereceu o reconhecimento das autoridades locais e dos munícipes por ajudar a atrair quadros qualificados e, desse modo, contribuir para o desenvolvimento do município.

As casas, orçadas em 200 milhões de kwanzas, estão projectadas para uma área superior a 90 mil metros quadrados, estando igualmente previstos armamentos, espaços verdes e estruturas de saneamento básico.

O governador da Huíla, Isaac dos Anjos, que verificou o andamento das obras, considerou-o satisfatório e realçou a qualidade das moradias. "As obras das 40 casas decorreram a ritmo acelerado e estão quase concluídas", garantiu.

A trajectória positiva e conveniente das obras de construção das primeiras casas, afirmou Isaac dos Anjos, faz com que a sede do município de

Chicomba conte com mais 60 casas que, em princípio, vão estar a cargo da mesma empresa chinesa. "O conselho de auscultação municipal deve decidir os locais ou comunas para a construção de 20 moradias".

O governador considerou que esta empreitada deve ser entendida pelos jovens como o primeiro gesto do Governo para encorajar as pessoas a construírem a sua habitação, canalizando os seus recursos de poupança para a melhoria das condições de vida da família.

Nas casas que estão prestes a ficar concluídas, "os professores vão poder acomodar-se em grupos composto por cinco ou seis pessoas", afirmou, confiando que, deste modo, a falta de habitações para os técnicos provenientes de vários pontos fique resolvida.

"Nos próximos cinco anos, Chicomba deve construir 3.500 casas para ser considerada cidade e os jovens devem apostar cada vez mais nisso", sublinhou Isaac dos Anjos. O Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza facultou o bem-estar a mais de 85 mil habitantes das localidades do Quê, Cuenda, Libongue, Mbule e outras, segundo a administradora municipal de Chicomba, Lúcia Francisco.

Diversas obras

As diversas obras executadas incidiram na construção de 12 escolas com seis salas cada, seis postos de saúde, cinco casas para os técnicos, parques infantis, campos polivalentes, sistemas de captação e distribuição de água potável e de energia eléctrica. Lúcia Francisco anunciou, ainda, a construção de um cemitério, pontes e pontecos, e de uma biblioteca. O Programa Água para Todos" abrangiu mais de 25 mil habitantes, o que significa que a maioria das pessoas que vive nas três comunas do município está a consumir água canalizada.

Triângulo agrícola

Chicomba, Caluquembe e Caconda figuram como os municípios da província da Huíla considerados como "triângulo produtor" por alguns empresários agrícolas e camponeses desta região, pelas enormes quantidades de cultivo de milho, feijão, ervilha, batata-doce e outros produtos.

Com o alcance da paz, a criação pelo Executivo de programas de impacto socioeconómico e a desminagem dos campos de lavoura de Chicomba resultaram no regresso às zonas de origem de dezenas de famílias que, com o apoio de meios de instalação e início do Crédito de Campanha, reactivaram a lavoura. Há quatro anos, a safra atingiu as 35.238

toneladas de vários produtos e foi subindo até às 55.910 toneladas, na campanha agrícola 2010/2011.

As colheitas caíram, contudo, na campanha 2011/2012, em consequência das estiagens prolongadas registadas um pouco por todo país.

Apesar das quebras na produção, sobretudo de milho, é visível a comercialização de quantidades consideráveis de milho, colhidos na última campanha agrícola, nos pequenos mercados de Chicomba.

O camponês Artur Cahomba disse ao Jornal de Angola que colheu 15 toneladas de milho, das 20 previstas, e que prevê venha a ser boa a presente campanha agrícola, com chuvas regulares e os camponeses a recuperarem a produção.

"A direcção da Agricultura deu-nos sementes, alfaías agrícolas, tractores, fertilizantes para cobrir tudo que se perdeu na época passada", sublinhou.

O jornal de Angola constatou que nas terras do milho, o quilo é comercializado entre 15 a 25 kwanzas e em vários pontos de venda está em sacos de 100 quilos, à espera de clientes. Todas as manhãs, os jovens transportam, através de carroças puxadas por bois, grandes quantidades de milho.

6.18 País tem as rendas mais caras de África

Agora

11 de Agosto de 2012

A falta de regulação no mercado imobiliário tornou Angola, em particular Luanda, num dos lugares do continente em que as rendas de escritórios e casas são as mais caras.

No relatório África Report 2011, a consultora Knight Frank, indica que a renda prime mensal de escritórios na capital, ronda os 150 dólares por metro quadrado (m²), o valor mais alto da lista, seguindo-se Lagos, na Nigéria, com 70 dólares.

De acordo com o estudo que analisou o mercado imobiliário em 33 países africanos, os valores mais baixos são em Tunes, Tunísia, onde arrendar um escritório custa nove dólares por m², por mês. Entre os 'vizinhos' de Angola, os preços mensais variam entre os 45 dólares/m² na República Democrática do Congo, 21 dólares/m² (África do Sul) ou os 16 dólares/m² na Namíbia, "A oferta de espaços de qualidade em Luanda continua baixa, enquanto a procura gerada pela indústria petrolífera continua a ser forte, o que eleva as rendas para valores entre os mais caros do mundo", justifica a Knight Frank no

relatório, que destaca as localizações prime da marginal e de Luanda Sul, área com importância crescente.

Já no mercado residencial, Luanda destaca-se com rendas de 20 mil dólares, média praticada em habitações com quatro quartos, quase o dobro dos 11.500 dólares pagos em média na segunda localização mais cara (Lagos, Nigéria).

Os preços praticados na capital em nada se comparam com a renda de 2.000 dólares de Harare, no Zimbábue, a região mais barata. "Luanda foi recentemente considerada como a cidade mais cara para expatriados, sobretudo devido às suas elevadas rendas", frisa a consultora, dando o exemplo de Luanda Sul, zona com vários complexos habitacionais para quadros de multinacionais.

Por outro lado, Angola lidera ainda no imobiliário industrial, com 16 dólares / m² por mês, mais seis dólares do que o Sudão, o segundo mais caro. Já no que se refere ao retalho, Luanda é a segunda capital africana mais cara. Os 150 dólares pagos por m² mensalmente no Cairo, Egipto, ultrapassam a renda de 100 dólares em Angola, ainda que na capital estejam a surgir novos projectos comerciais.

O conceito de shopping 'está a estabilizar' e o Viana Centre e o empreendimento 'Comandante Gika' trarão novas zonas de comércio à cidade.

Apesar de o abrandamento económico mundial estar a afectar o volume de investimento estrangeiro no continente, a consultora concluiu ainda que "os investidores estrangeiros continuam a ver oportunidades de desenvolvimento no mercado imobiliário do continente africano". "A presença crescente de investidores chineses em África é notável", salienta.

6.19 Cuito aguarda com entusiasmo a nova centralidade

Jornal de Angola

13 de Agosto de 2012

O ambicioso projecto vai resolver grande parte da falta de habitação dos 974 mil munícipes, principalmente jovens, que procuram a todo o custo um espaço para viver. João Paulo é um deles e considera que este projecto veio em boa hora.

"São seis mil casas que estão a ser construídas, por isso estamos esperançados que o projecto resolva parte da situação de falta de habitações no município", diz.

O administrador municipal do Cuito, Moisés Kapapelo Kachipaco, refere que as seis mil casas vão reduzir o défice habitacional na cidade e garante que quem for morar na nova centralidade vai encontrar uma infra-estrutura criada para atender os novos moradores.

"As primeiras 81 casas, a serem entregues agora em Agosto, são o primeiro passo da realização do sonho de casa própria de muitos cidadãos", refere Moisés Kapapelo Kachipaco.

Além do projecto habitacional, está em curso um outro destinado a melhorar o abastecimento de água à cidade, uma vez que o actual sistema de captação beneficia apenas cerca de três mil famílias.

"Temos capacidade de bombear mais de três mil metros cúbicos de água por hora", explica o administrador municipal, acrescentando que estão em curso mais seis mil novas ligações.

A nova centralidade vai ainda receber energia proveniente da Barragem Hidroeléctrica do Gove, na província do Huambo.

Nesta altura, a cidade do Cuito usufrui de electricidade fornecida pela central térmica da Kaluapada, com capacidade de dez megawatts.

Crescimento da rede sanitária

A construção de centros e postos de saúde tem vindo a aumentar de forma significativa. Neste momento, há instalações destinadas para esse efeito em todas as ombalas de maior concentração populacional, com e 60 a 70 camas cada. Um dos centros de saúde de maior referência localiza-se na comuna do Cunje, a sete quilómetros do centro da cidade.

A responsável do centro, Ana Maria do Céu, explica que com a sua entrada em funcionamento houve grandes melhorias na assistência médica e medicamentosa às populações.

"Antes, trabalhávamos em condições não muito precárias, mas que não eram as melhores. Desde que o centro entrou em funcionamento, sentimos que estamos à altura de resolver os problemas da nossa população em termos de assistência sanitária", garante.

O centro de saúde do Cunje, anteriormente instalado num pequeno espaço com apenas 19 camas, tem agora capacidade para 60.

"Diariamente, atendemos entre 40 a 50 pacientes no Banco de Urgência", revela, referindo que o centro também tem realizado dez partos todos os dias.

As actuais instalações dispõem de serviços de medicina, pediatria, maternidade; análises clínicas, puericultura, farmácia, consultas para grávidas e planeamento familiar. Brevemente, deve contar com um bloco operatório, que já existe mas ainda não está equipado. Os pacientes dizem estar satisfeitos com o serviço prestado no centro de saúde do Cunje. Delfina Natália levou as suas filhas gémeas ao centro, por estarem a sofrer de diarreias agudas, e reconhece que o atendimento melhorou significativamente desde a entrada em funcionamento daquele centro de saúde.

"Fomos bem atendidas pelos profissionais que trabalham na unidade hospitalar e estou muito satisfeita com o tratamento prestado às minhas filhas", destaca Delfina.

Antónia Cassova, de 21 anos, referiu ter-lhe agradado o atendimento na recepção, o qual, segundo ela, foi muito ágil.

"Fui bem atendida por todos os profissionais, que tratam as pessoas com muita delicadeza e educação", disse ela, que acompanha o filho de três anos, internado no centro-de saúde para tratamento médico.

Ensino superior

O ensino superior é uma das grandes conquistas da província do Bié. O administrador municipal do Cuito explica que, desde a independência, nunca existiu este nível de ensino na província. Antes, quem terminasse o ensino médio era obrigado a deslocar-se para as cidades do Huambo, Lubango e Luanda, para prosseguir os seus estudos.

"O Executivo conseguiu estender o ensino superior à província do Bié, em particular ao município do Cuito. Hoje, temos Institutos Superiores Politécnicos, com os cursos de Administração e Gestão e Enfermagem, e o Pedagógico, que trata das matemáticas, biologia, sociologia e outras especialidades", diz o administrador municipal.

A nível de outros subsistemas de ensino, foram construídas muitas escolas do ensino primário, do primeiro e segundo ciclo, entre as quais duas de 12 salas, no bairro Chissindo, onde está a ser erguida a nova centralidade do Cuito.

Lar da Terceira Idade

No sentido de resolver os problemas de alojamento dos mais velhos em situação de vulnerabilidade, o Executivo, através do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), construiu um lar com capacidade para receber 156 idosos. Com a obra já

concluída, falta agora mobilar e apetrechar as instalações.

"São 78 dormitórios para duas pessoas cada", explicou ao Jornal de Angola a directora provincial do MINARS no Bié. "Dentro em breve, vamos receber no Lar da Terceira Idade os idosos da província do Bié, que vão ter uma estrutura com todas as condições de habitabilidade", sublinhou Angélica Gomes.

"Vamos agora receber a obra e, numa primeira fase, pensamos arrancar com 50 idosos e, possivelmente em 2013, depois de termos todas as condições, podemos completar a sua real capacidade".

Angélica Gomes diz que, apesar de tradicionalmente as famílias serem responsáveis pelos seus idosos, muitos há que infelizmente os abandonam nas ruas ou até mesmo à porta do actual Lar da Terceira Idade do Cangalo, que alberga neste momento 48 pessoas .

"Alguns deles são abandonados pelas suas famílias, outros são vítimas de violência doméstica e há ainda aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade, por as famílias não terem mesmo condições para os receber e eles viverem sozinhos. Por tudo isso, o MINARS achou por bem recolhê-los e pô-los sob a responsabilidade do Governo", adiantou.

Os idosos que vão passar a viver no Lar da Terceira Idade não têm de pagar absolutamente nada, uma vez que todas as despesas são assumidas pelo Executivo.

6.20 Projecto habitacional de Chibodo começa a entregar casas este mês

Jornal de Angola

13 de Agosto de 2012

A primeira fase do projecto contempla a construção de edifícios, armamentos e serviços básicos como creches, escolas primárias e secundárias, centro de tratamento de águas residuais, iluminação pública e arborização.

Numa área de três hectares, foram já edificadas alguns edifícios com três pisos, dos 35 previstos.

Para constatar a evolução das obras, a governadora interina de Cabinda, Aldina da Lomba, visitou o projecto e ficou satisfeita, porque se trata de uma mais-valia para a província, que vai ajudar a minimizar a carência habitacional da população, sobretudo os jovens.

Aldina da Lomba destacou a importância do projecto de habitação urbana de Chibodo, que possui uma

área de reserva comunitária, onde a população pode construir a sua casa no sistema de autoconstrução dirigida, dentro dos padrões estabelecidos para as novas cidades que o Executivo está a erguer.

O pagamento dos apartamentos no Chibodo, disse, é feito através de renda resolúvel, tal como acontece no resto do país, em que o cidadão beneficiário paga a casa mensalmente e ao cabo de 30, 40 anos o imóvel passa a ser seu.

Um guichet do imóvel é criado para um atendimento personalizado e harmonioso da população, que permite ao interessado fazer a inscrição e obter toda a informação disponível. O responsável do projecto em Cabinda, general Henrique Futi, informou ao Jornal de Angola que o mesmo se encontra numa fase avançada e que até Dezembro são concluídos os 35 edifícios de três pisos cada, perfazendo 1.002 apartamentos.

"Neste momento, trabalha-se no armamento, arborização para manter o equilíbrio ecológico que se pretende dar à área, além da iluminação pública e dos serviços de telecomunicações, como a instalação de Internet banda larga e rede de telemóvel", esclareceu. O projecto dos quais em fase inicial e outros em final de execução. No município madeireiro de Buco-Zau, na localidade de Catabuanga, o governo da província constrói 70 casas e na dos Lites constrói 80, todas de baixa renda e do tipo T3.

No Cacongo estão em construção 140 fogos habitacionais, também do tipo T3, no âmbito do Programa Nacional de Construção de 200 casas sociais em cada município do país e igual número de moradias, abrangendo os municípios de Cacongo, Buco-Zau e Belize. Na cidade de Cabinda, fora desse projecto, já foram construídas 250 moradias no Buco-Ngoio e 150 no bairro Cabassango, vulgo "Vila Olímpica".

6.21 Primeira centena de casas fica pronta até Dezembro

Jornal de Angola

16 de Agosto de 2012

As primeiras 100 casas, das 200 previstas no projecto de construção de fogos habitacionais em cada município da província de Malange, ficam concluídas antes do final deste ano, garantiu ontem o vice-governador para o sector técnico e infra-estruturas.

Conceição Cristóvão falava durante uma visita aos municípios de Caculama e Quela, a 54 e 115 quilómetros da sede provincial, respectivamente, para

constatar o grau de execução das referidas obras, inseridas no Programa Nacional de Urbanismo e Habitação.

O projecto contempla ainda a construção de outros equipamentos sociais, como escolas, unidades sanitárias, creches, instalação de energia eléctrica e passeios.

Em Caculama, onde já estão edificadas 75 residências, o vice-governador deixou ao empreiteiro algumas recomendações relacionadas com irregularidades constatadas. Conceição Cristóvão anunciou a realização, em breve, do encontro de balanço com os administradores municipais para avaliação do projecto, que deve atingir 50 por cento do seu grau de execução antes do final do mês em curso.

As explicações prestadas pelo consultor da empresa construtora, João Silva, dão conta que as casas económicas do tipo T3 custaram ao Estado 4,2 milhões de kwanzas.

6.22 Trabalhadores da Sonangol vem casas pelo binóculo

Jornal Global

17 a 24 de Agosto 2012

A SONIP tem disponíveis cerca de 5 mil imóveis a venda. Porém, o que enfurece os seus trabalhadores está exatamente na modalidade de pagamento optada pela mesma.

Os trabalhadores são obrigados a pagar 15% do valor total do imóvel, e o restante deverá ser liquidado até Dezembro deste ano. Os preços variam em função da localização e da tipologia do imóvel. Por exemplo, uma vivenda T3 num condomínio em Viana custa 350 mil dólares, neste caso, o trabalhador deverá pagar 52,500 dólares no momento correspondentes aos 15% do valor do imóvel, e o restante deverá ser pago até Dezembro deste ano.

Estão ainda postos a venda apartamentos nas Centralidades do Kilamba, Cacucaco, Zango, condóminos Interland, entre outros, e os preços rondam entre os 110.000 dólares aos 350.000 dólares.

Existe um grande descontentamento por parte dos trabalhadores face a essa situação, os mesmos acham ser uma autentica falta de seriedade por parte da SONIP, uma vez que os trabalhadores não dispõem de capacidade financeira para a obtenção dos imóveis nos termos definidos. Os trabalhadores defendem que a SONIP deveria dar a possibilidade de os

mesmos adquirirem os imóveis através de prestações mensais de até 20 ou 30 anos tal como os imóveis do Kilamba. Há trabalhadores que já pagaram os 15% na esperança de que a SONIP recue na sua, caso assim não aconteça, os mesmos prometem avançar com um pedido de devolução dos seus valores.

6.23 Coordenador quer novo soba

O País

17 de Agosto de 2012

Insatisfeito com a forma como decorreu o processo que ditou a transferência do soba e da sua família para o Zango IV; o coordenador do bairro Museu da Escravatura, revelou a este jornal, Terça-feira, 14, a intenção dos moradores se reunirem nos próximos dias para juntos elegerem um novo soba.

"Temos de eleger um novo soba, porque aquele nos abandonou aqui" disse o coordenador, tendo acrescentado que ele e o seu povo se sentem traídos pelo pai do bairro.

O coordenador lembrou que, quando a equipa da administração do município de Belas se dirigiu para o bairro pela primeira vez, alegou que apareceria na Quarta-feira, 8, para negociar com os responsáveis e a população sobre o procedimento do desalojamento.

"Eu tinha pedido ao mais velho soba para não assinar nenhum documento, sem a minha presença", assegurou ter pedido repetidas vezes ao decano.

No dia combinado para as negociações, os moradores do Museu estavam prontos, mas o elenco de Belas não apareceu.

O espanto do coordenador foi observar, por volta das nove horas do Sábado a seguir, o soba e a sua família com as coisas meio-arrumadas, o que o obrigou a questionar os integrantes da administração sobre o que se estava a passar.

"Um deles disse-me que iam precisar da parte onde vive o soba com urgência", contou, tendo informado que ainda inquiriu o homem sobre o porquê da falha no dia em que deviam negociar.

Um momento de silêncio complementado com alegações que tinham a ver com a ocupação da administradora de Belas noutros assuntos foram dados como resposta ao responsável do bairro, que ousou perguntar ao soba o que tinham combinado sobre as negociações.

"Mais velho soba, como é que ficamos então, sem nós nos sentarmos para abordar acerca da vossa

estadia lá, vocês aqui vivem da pesca, mas o soba me disse que já tinha conversado ou negociado sem o meu conhecimento", queixou-se, assegurando que as oito das 64 famílias que controlam eram somente familiares do velho Daniel Francisco.

Quando se apercebeu que ao soba e a sua família não foram dadas as devidas indemnizações, o coordenador tentou contactar o senhor Kiteque mas um suposto colega deste atendeu -o, dizendo que iriam para o bairro a fim de acertar sobre o assunto.

"Até hoje não apareceu ninguém e pessoal lá já está a ressentir-se das consequências", referiu, adiantando que o seu propósito era evitar estas e outras situações.

Há três anos na coordenação do bairro, confessou nunca ter enfrentado um problema do género, mas assumiu que a situação lhe serviu de lição, para acautelar o seu povo a não se envolver em qualquer

negociação sem a intervenção dos coordenadores.

6.24 Decorre a requalificação dos bairros do município

Jornal de Angola

19 de Agosto de 2012

O governador provincial de Benguela, Armando da Cruz Neto, anunciou sexta-feira que todos os bairros do município sede beneficiam de obras de requalificação nos próximos tempos, no sentido de ostentarem infra-estruturas ordenadas e dignas dos seus habitantes.

Neste momento, disse o governador, no município de Benguela, as autoridades estão a fazer a requalificação do bairro Benfica.

Com estas obras, salientou o governante, foram já criados cerca de 80 postos de trabalho directos e 240 indirectos, numa altura em que mais de 400 agregados familiares beneficiam dos rendimentos auferidos pelos funcionários durante a empreitada.

O governador Armando da Cruz Neto falava durante a entrega à população da escola 1.109, no bairro Benfica.

O edifício da antiga escola 1.109 foi totalmente reabilitado e ampliado, passando de sete para 26 salas, cada uma com capacidade de albergar 36 alunos.

Nas salas e noutros compartimentos da instituição foram instalados sistemas de climatização e de iluminação eficazes. As obras na escola 1.109,

construída numa área de 8.200 metros quadrados, a cargo da empreiteira Europa ArLindo Construções Lda, foram executadas num prazo de 11 meses.

O estabelecimento conta actualmente com três áreas para o ensino, com as respectivas secções de apoio, um edifício técnico, campo polivalente, refeitório com capacidade para servir 80 refeições em simultâneo e zonas verdes.

O sistema de ensino e aprendizagem na escola, que tem uma capacidade para 2.808 alunos, é assegurado por cerca de 40 professores.

O governador Armando da Cruz Neto adiantou, durante o acto de inauguração das instalações escolares, que a intenção das autoridades é continuar a ampliar a escola até que ela chegue às 50 salas.

Armando da Cruz Neto disse que o Governo Provincial de Benguela, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, vai continuar a trabalhar para que se construam e reabilitem mais escolas, hospitais e postos médicos, estradas, sistemas de água e energia eléctrica, entre outras infra-estruturas sociais e económicas. O apoio às actividades agrícolas é outra das apostas.

6.25 Comunidade Khoisan recebe casas

Jornal de Angola

21 de Agosto de 2012

O soba da minoria étnica Khoisan, Feliciano Cambinda, afirmou no sábado que as casas de construção definitiva erguidas em 2011 pelo governo provincial estão a permitir a fixação dos membros da comunidade na aldeia de Mbundo.

Feliciano Cambinda afirmou ao *Jornal de Angola* que o seu povo deixou a vida nómada, desde que a direcção provincial da Assistência e Reinserção Social (MINIAS) do Kuando-Kubango construiu oito casas do tipo T2 para acolher as primeiras oito famílias e desde aquela data, muitos outros membros abandonaram as matas e com meios próprios ergueram as suas cubatas ao redor da aldeia.

"Antes era comum mover-nos constantemente nas matas sempre que a comunidade notava a escassez de mel, animais e frutos silvestres. Os Khoisan contam com a assistência dos enfermeiros no posto de saúde construído na localidade e as crianças estão inseridas no sistema de ensino", disse.

A atenção do governo foi enaltecida pela autoridade tradicional ao disponibilizar, com regularidade, bens

de primeira necessidade como produtos alimentares, vestuário, alfaias agrícolas e outros meios que permitem o desenvolvimento da actividade produtiva na aldeia de Mbundo, um mecanismo que, segundo o responsável, está a levar mais membros a abandonar a vida nómada. "Era nosso costume andar de região em região à procura de melhores condições de habitabilidade, mas desde que o governo construiu estas casas nas aldeias nunca mais saímos daqui, porque temos recebido apoios para cultivar localmente", disse.

As condições na aldeia, referiu, estão a atrair os membros dos grupos que estão nas matas para fixar residência na localidade e, por isso, apelou às autoridades governamentais e instituições sociais a continuar a prestar apoio aos habitantes da aldeia de Mbundo e de outras para permitir o crescimento rápido da comunidade em risco de extinção.

Mais de 27 alunos da comunidade Khoisan que se juntaram a 30 outras crianças do povo bantu estão matriculados no ensino primário, numa escola erguida com material local, com o objectivo de promover o ensino inclusivo.

A construção de casas, inauguradas em Fevereiro do ano passado, cujas obras orçaram em 24 milhões de kwanzas, consta de um programa de âmbito central de integração social, protecção e controlo da comunidade Sano

6.26 Municípios do Cuvelai e Namacunde foram contemplados

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2012

Os municípios do Cuvelai e Namacunde, no Cunene, beneficiam, no mês de Setembro, de 100 residências cada, no âmbito do programa habitacional do Executivo, que prevê a construção de 200 casas por localidade.

As moradias, com três quartos, estão a ser construídas numa zona em que são instalados centros de saúde e comerciais, culturais, esquadra policial, escola do primeiro ciclo, pavilhão multiuso e serviço de bombeiros.

No município do Cuvelai, a cerca de 171 quilómetros da cidade de Ondjiva, as residências foram erguidas no bairro Deleme I e as obras encontram-se em fase de acabamento, com a colocação de portas, janelas e pintura do interior e exterior, das residências.

As obras em construção vão mudar por completo a imagem dos município e dar maior dignidade aos habitantes da localidade.

Cuvelai conta com quatro comunas e uma população estimada em 96.352 habitantes, que se dedica principalmente à agricultura de subsistência e pesca artesanal.

Em Namacunde, município que possui uma população estimada em cerca de 111.080 habitantes que se dedicam a agricultura e a pecuária, os trabalhos encontram-se concluídos.

6.27 O mercado de valores mobiliários em Angola e o papel da CMC

Expansão
24 de Agosto de 2012

O projecto do Mercado de Capitais em Angola já remonta a alguns anos e encerra em si um conjunto de iniciativas e de linhas de orientação que não chegaram a ser materializadas pelas mais diversas razões. Trata-se de um processo que pode ser considerado longo e que mexeu em vários momentos, com diversas expectativas, nomeadamente, do Executivo, dos potenciais operadores do mercado, dos potenciais emitentes, dos investidores institucionais, dos pequenos aforradores e dos nossos pares nacionais e internacionais.

O conselho de administração (CA) da Comissão do Mercado de Capitais (CMC), recentemente nomeado, abraçou assim este projecto com a noção clara de que teria um caminho árduo pela frente, que passa necessariamente pelo resgate da confiança - algo corroída pelo tempo e pelas reviravoltas do processo - outrora depositada na CMC, pela leitura rigorosa do momento do mercado local e da conjuntura económica nacional e internacional e por um diagnóstico rigoroso da situação actual da CMC e do seu grau de preparação para os desafios que virão pela frente.

De modo que os meses - cerca de cinco - que se seguiram à institucionalização da CMC via nomeação do seu primeiro CA foram marcados por algum silêncio. Não obstante percebermos que era-grande a curiosidade e voltavam a ser altas as expectativas dos agentes de mercado e da sociedade em geral com relação àqueles que seriam os nossos primeiros passos. Não obstante termos sido convidados algumas vezes para uma ou outra intervenção pública visando descortinar o que estávamos a pensar para o futuro do mercado de capitais em Angola, resistimos

corajosa e propositadamente. Porque entendemos ser necessário este momento de introspeção, reflexão e organização, bem como de interação com o quadro de pessoal afeto ao projecto CMC desde a primeira hora. Havia assim intenso trabalho interno a concretizar antes de estarmos aptos' a partilhar o que quer que fosse com o público em geral. E foi o que fizemos.

Olhámos para dentro (para a própria CMC, para as condições a nível de infra-estruturas, tecnologias, recursos humanos, processos, orçamento, relações institucionais e projetos em curso; assim como para a maturidade de supervisores/reguladores como nós; para o estágio actual da economia nacional; para o nível de preparação dos operadores de mercado e para o grau de conhecimento do mercado e dos diferentes valores mobiliários por parte dos potenciais investidores) e olhamos para fora (para as experiências de praças congéneres e para a forma como supervisores, operadores e investidores internacionais percebem o potencial do mercado de capitais angolano). E foi com base nesta observação que arregaçámos mangas e nos dispusemos a desenhar, até de forma algo ousada dado o tempo e os recursos destinados à iniciativa, aquele que seria o Plano Estratégico da Instituição para o próximo quinquénio (2012-2017), concomitantemente à indispensável manutenção da rotina interna no que diz respeito aos actos correntes de supervisão e licenciamento dos operadores de mercado.

O referido plano assentou em cinco segmentos de mercados, a dinamizar/arrancar de forma faseada e atendendo a um conjunto de acções preliminares devidamente identificadas e calendarizadas. São eles: mercado de dívida pública, mercado de dívida corporativa, segmento dos fundos de investimento, mercado de acções e mercado de futuros. Dispusemo-nos a caracterizar cada um destes segmentos e a desenhar cenários de actuação, alinhados aos diferentes estágios de maturidade dos diferentes intervenientes nestes mercados e do próprio momento da economia angolana. Uma das pedras basilares da nossa estratégia, como não podia deixar de ser, passa pela próxima e ininterrupta articulação com entidades ligadas à gestão do sistema financeiro, como o Ministério das Finanças, o Banco Nacional de Angola e o Instituto de Supervisão de Seguros, assim como outras entidades, cujo papel impacta directamente sobre a nossa actuação e sobre o conjunto de acções que terão de ser levadas a cabo no âmbito da dinamização/arranque dos diferentes segmentos do mercado.

Em linha com as orientações do Executivo, entendemos como prioritário avançar a curto prazo

com a dinamização e desenvolvimento do mercado de dívida pública, com ênfase a ser dada naturalmente ao mercado secundário. Para tal, a articulação e os diálogos acima referidos com o Ministério das Finanças, com o Banco Nacional de Angola e com o Instituto de Supervisão de Seguros revelam-se de importância crucial. Redefinir o modelo actual do mercado de dívida pública por forma a torná-lo mais dinâmico e mais aberto a novos operadores e investidores é um grande desafio da CMC. Outra das iniciativas, igualmente prioritária, passa por assegurar todas as acções do ponto de vista regulamentar e procedi mental que contribuam para o arranque efetivo de um mercado de dívida corporativa e de um segmento de fundos de investimento.

Em todos estes casos, a CMC pretende contribuir, na medida das suas atribuições, para o surgimento de uma figura institucional que assegure toda a componente operacional associada ao funcionamento destes segmentos de mercado. Mas não pretende de todo, substituir-se à iniciativa privada neste quesito, entendendo este como sendo o caminho preferencial para que tal figura emergja do mercado.

Relativamente ao mercado de acções e ao mercado de futuros, a estratégia da CMC está pensada para o desenvolvimento e aprofundamento de estudos e para a promoção de acções que assegurem o seu surgimento a médio e a longo prazos. Entendemos que tão logo estejam criadas as necessárias condições económicas, conjunturais, operacionais, regulamentares, organizacionais, de transparência e boa governação corporativa, assim como de literacia financeira, teremos uma base suficientemente sólida para avançar com aquele que é indubitavelmente um dos maiores veículos de capitalização de empresas, ou seja, o mercado accionista. As iniciativas levadas a cabo pelas entidades competentes visando a defesa dos interesses nacionais em empresas de sectores considerados estratégicos para o País também serão acompanhadas de perto pela CMC, no âmbito da regulação, supervisão e desenvolvimento deste segmento de mercado.

Por outro lado, o surgimento de instrumentos financeiros de cobertura do risco de variação nos preços de determinadas mercadorias e/ou activos financeiros locais também constitui um factor que motiva a CMC a envidar esforços no sentido de ver surgir um mercado de futuros a longo prazo. Pois conseguirá com isso, em última instância, promover o crescimento da produção nacional e aumentar a penetração no mercado, de activos financeiros emitidos localmente, para além de propiciar novas alternativas de investimento.

Em todo este processo, isto é, em todas as fases, a cautela e a auscultação dos diferentes intervenientes do mercado serão tidas em linha de conta, com vista assegurar a segurança jurídica e a legítima confiança daqueles que cabe à CMC proteger. Para o efeito, a CMC conta reestruturar-se internamente, reforçando a sua capacidade de regulação e supervisão, avançando com um ambicioso programa de educação financeira, concebido para fortalecer os potenciais investidores e operadores para os diferentes estágios de funcionamento e fomento do mercado de valores mobiliários e comunicando com o mercado e com a sociedade em geral, de forma rigorosa e regular, com vista a partilhar as diferentes iniciativas que estão a ser levadas a cabo pela instituição no âmbito do desenvolvimento do mercado de capitais e esclarecer algumas das dúvidas que ainda possam persistir no mercado relativamente àquela que é a missão por excelência de uma instituição como a nossa, que pode ser de forma simplista explicada por três palavras: regulação, supervisão e protecção.

6.28 Os inquilinos resolúveis do Kilamba

Expansão

24 de Agosto de 2012

O ensaio do projecto a nível do Nova Vida não foi de todo retumbante pela 'positiva, dependendo o pagamento das prestações muito da boa vontade dos "inquilinos resolúveis"

O termo renda resolúvel voltou a ser uma constante no vocabulário de muitos angolanos, depois de assim o ter sido, nos idos de 2003, quando o projecto Nova Vida ficou atrelado a este tipo de regime de pagamento de habitações, voltado para pessoas com níveis de rendimentos reduzidos.

Por ora, a mesma cena voltou a ecoar quando, há coisa de alguns meses, a Delta Imobiliária anunciou que os interessados à habitação na Cidade do Kilamba, além do acesso ou aquisição por compra. Poderiam fazê-lo por via do arrendamento e do regime de renda resolúvel.

A iniciativa que resulta de um decreto presidencial, abre novas facilidades são os interessados, sendo que até atribui ao Fundo de Fomento Habitacional a possibilidade de gerir determinado número de apartamentos naquela centralidade.

Preocupações, porém, em torno do processo começam a levantar-se em relação às modalidades de venda destes imóveis. O método adotado equipara-se ao utilizado na primeira fase do projecto Nova Vida.

No qual 60% das residências e apartamentos tiveram como destinatário funcionários públicos.

O ensaio do projecto a nível do Nova Vida não foi de todo retumbante pela positiva, sendo que o pagamento das prestações dependia muito da boa vontade dos "inquilinos resolúveis".

Os ministérios e empresas públicas que aderiram ao Nova Vida não tinham argumentos jurídicos para fazer a retenção na fonte da prestação mensal de cada funcionário ao projecto.

A falta de uma legislação apropriada impedia que no acto de processamento de salários dos funcionários públicos "sorteados" na aquisição de apartamentos e residências fossem deduzidos na fonte as respectivas prestações.

Esta fragilidade jurídica embora outra justificação fossem os reduzidos salários que auferiam face às despesas familiares, contribuiu para que os inquilinos pagassem apenas as prestações quando julgassem conveniente.

Diante deste cenário, questiona-se sobre qual deverá ser o posicionamento do Delta Imobiliária para com os candidatos pré-inscritos para a aquisição de imóveis naquela centralidade. Segundo alguns avisados, em matéria jurídica, a Delta antes mesmo de preferir qualquer outro adquirente devia ao abrigo do artigo 414.0 do Código Civil, preferir os primeiros inscritos, sob pena de estar a incorrer numa infração.

6.29 Renda resolúvel foi aplicada no Nova Vida e falhou

Expansão

24 de Agosto de 2012

A modalidade para venda dos apartamentos do Kilamba não deu bons resultados na primeira fase do Nova Vida e teve de ser abandonada porque os inquilinos não pagavam a renda e a lei não permite ao Estado descontar diretamente os valores nos salários. Um problema que parece não ter sido de novo acautelado. A Nova Centralidade do Kilamba, conhecida também de Cidade do Kilamba, na capital do País, começou a receber os primeiros inquilinos no modelo de renda resolúvel.

A renda resolúvel é uma forma de acesso a propriedade imobiliária para pessoas que tenham níveis de rendimento relativamente reduzidos.

Em certos países o modelo funcionou, mas em Angola o primeiro projecto habitacional que abraçou este desafio fracassou nos primeiros três anos,

quando a intenção era de os inquilinos pagarem as habitações em 20 anos.

Os novos moradores do Kilamba, bem como os potenciais nesse modelo, apenas serão proprietários dos apartamentos que habitam ao fim de 30 anos, caso não se furtarem ao compromisso de pagamento de 360 prestações mensais.

A prioridade para a aquisição de um apartamento no modelo renda resolúvel recai para trabalhadores da função pública, cujo cordão laboral está essencialmente ligado às estruturas dos diferentes ministérios e empresas públicas.

Os apartamentos possuem as tipologias T3A, T3A+1, T3B e T 5, cujas especificações estão detalhadas na páginas 4 e 5.

Nas referidas páginas, o Expansão mostra ao leitor os meandros do negócio, desde os preços das moradias que variam de 120 mil USD a 200 mil USD, a dívida de cada inquilino de cinco em cinco anos, dependendo da tipologia do apartamento.

É ainda possível perceber, nas páginas citadas, como as pessoas podem comprar um apartamento a pronto pagamento, beneficiando de um desconto de 7%, bem como adquirir um pela via do crédito fazendo um adiantamento de 5%.

Segundo cálculos do Expansão, na compra de um apartamento da tipologia T3A de 125 mil USD, pela via da renda resolúvel, ilustrada na página 4, ao fim de 30 anos o inquilino pagou 188 856 USD dos quais 125 mil USD do custo da fracção e os restantes 63 856 USD de juros.

O modelo adoptado pelo Executivo para a venda dos apartamentos pela via resolúvel, através da empresa Delta Imobiliária, gestora do projecto Kilamba, é muito similar ao da primeira fase do projecto Nova Vida.

Segundo a Delta Imobiliária, a Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, pois conta com subestações de energia eléctrica e respectiva rede de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos.

A Cidade do Kilamba está numa área total equivalente a 5400 campos de futebol, do qual a primeira fase que agora possui 115 edifícios ocupa uma área aproximada de 900 campos de futebol.

As infra-estruturas albergam 3180 apartamentos para 19 800 moradores, três escolas primárias e igual número de escolas secundárias, bem como quatro creches e 28 lojas.

Este mega projecto habitacional jamais construído em Angola tem, entre outras infra-estruturas, ginásio comunitário e quatro campos desportivos ao ar livre.

Afinal, quais são os prós e contras para se fazer uma aquisição de um apartamento na referida cidade.

Como fracassou a renda resolúvel no Nova Vida

A primeira e a segunda fases do projecto Nova Vida contemplou habitações para a função pública.

As obras arrancaram em 2000 e três anos após a conclusão da empreitada, parte das habitações passou ao regime resolúvel.

No entanto, foi na primeira fase que o Governo definiu a necessidade de beneficiar trabalhadores da função pública após estudo e aprovação do regime de venda, em propriedade resolúvel.

O acordo cingia-se na modalidade de pagamento durante 20 anos, através do fracionamento do valor e sem quaisquer ajustamentos em função da taxa de juro ou da desvalorização da moeda.

Na primeira fase do Nova Vida foram erguidas 2 400 habitações, das quais 60% foram destinadas à função pública, que correspondem 1400 moradias seleccionadas para o regime de renda resolúvel.

A principal avaliação para a compra do imóvel é que só poderia entrar no sistema de renda resolúvel os trabalhadores da função pública que não tivessem antes comprado casa ao Estado.

Na prática, o benefício não poderia recair sobre quem já tivesse comprado anteriormente uma casa ao Estado, e por esta razão havia um trabalho conjunto entre a empresa gestora do projecto e a Comissão Nacional de Vendas do Património do Estado, em representação do próprio Estado.

Caso um funcionário tivesse comprado um imóvel ao Estado, imediatamente era substituído por outro ou o imóvel entrava no regime de venda ao público.

A experiência do Nova Vida não foi de todo um "mar-de-rosa", pois o pagamento das prestações dependia muito da boa vontade dos "inquilinos resolúveis".

Os ministérios e empresas públicas que aderiram ao Nova Vida não tinham argumentos jurídicos para fazer a retenção na fonte da prestação mensal de cada funcionário ao projecto.

A falta de uma legislação apropriada impedia que no acto de processamento de salários dos funcionários públicos "sorteados" na aquisição de apartamentos e

residências fossem deduzidos na fonte as respectivas prestações.

Esta fragilidade jurídica "animou" os inquilinos a pagar apenas as prestações quando julgassem conveniente, nalguns casos conforme apurou o Expansão, embora outra justificação eram os reduzidos salários que auferiam face as despesas familiares.

O Expansão conversou com o empresário Rui Cruz, especialista em imobiliário, que na referida altura acompanhou o processo de renda resolúvel para o referido projecto.

Naquela altura, a decisão de avançar-se para o modelo em questão, "não tinha sido acompanhada dos mecanismos legais para permitir que as pessoas que se comprometeram a compra das casas, nesse modelo, pudessem pontualmente honrar os seus compromissos", revela.

"O que aconteceu é que a grande maioria das pessoas não pagava e registavam-se atrasos muito grande no pagamento das prestações mensais da casa", esclareceu o especialista Cruz.

Na primeira fase houve também residências que foram adquiridas no regime normal de venda por crédito ou por capitais próprios.

Enquanto 60% de 2400 habitações foram destinadas a renda resolúvel, 40% serviram para venda ao público, em geral, mas a preços mais reduzidos.

Por isso é que o Nova Vida aparece como o primeiro projecto habitacional do Governo, desta dimensão, para ajudar a mitigar os problemas habitacionais da função pública e colocar no mercado habitações a preços controlados.

Os apartamentos custavam 41 mil USD e as vivendas rondavam entre 60 e 70 mil USD.

Na altura, a função pública não tinha níveis de rendimentos capazes de fazer com que os bancos concedessem crédito, porque o salário dos trabalhadores era baixo.

Legislação não protege Delta Imobiliária

Devido ao elevado grau de incumprimento de pagamento de prestações mensais, o Governo aboliu a continuidade da renda resolúvel na segunda fase, a partir de 2006.

Ficou acordado que o Governo deveria procurar mecanismos de apoios financeiros como taxas de juros bonificadas e prazos mais dilatados para

trabalhadores da função pública comprarem habitação.

Indagado sobre o novo modelo que se havia projetado, Rui Cruz avançou que seria aplicado o regime de compra e venda normal, mas o Fundo de Fomento Habitacional seria o organismo que iria apoiar as condições de juros bonificados e prazos de pagamentos á aquisição de moradias pela função pública.

"Este processo foi reiterado pelo Executivo em 2010 e 2011, porque o Nova Vida foi definido como sendo do programa habitacional do Governo, mas que deveria basear-se na sua sustentabilidade", ressalta

Em outras palavras, o Estado só deveria participar nas infra-estruturas, e o processo de vendas de casas deve permitir pagar as habitações, ou seja, o Estado contribuiria unicamente no custo da Construção das infra-estruturas.

Actualmente, na segunda fase do projecto Nova Vida o regime de renda resolúvel não é aplicável por causa desta "engenharia financeira" aprovada pelo Executivo.

Tal "engenharia" permite apenas que o grau de intervenção do Executivo se limite somente às infra-estruturas, e as vendas devem permitir pagar os empreiteiros e os vários operadores que estão no processo de conclusão desta segunda fase.

Juristas contactados pelo Expansão afirmaram, categoricamente, que a Delta não está protegida, escrupulosamente, para que as empresas públicas ou ministérios retenham parte de salários dos seus funcionários para pagar as prestações.

"Há um dossiê sobre a mesa há alguns anos sobre este assunto, mas nada indica que seja aprovado nos próximos tempos", assegurou um jurista.

O Estado fazer as casas mas, sim, regular o mercado. Tal sugestão passa, a título de exemplo, por definir as regras do mercado.

No caso que o Estado pretenda construir 10 mil casas cujo preço não pode ultrapassar 50 mil USD, o próprio Estado deve delinear o desenho das casas, conceder o terreno, por isso é que existem as reservas fundiárias, e os materiais de construção e assinar um protocolo com as fábricas para assegurar o fornecimento de materiais.

Neste caso, os privados assinam um acordo com o Estado e quem violar é penalizado com a retirada da

Licença de operar no mercado. "E assim que funciona em todo o mundo", reforçou.

Cidade do Kilamba em números

900 campos de futebol é a dimensão da Nova centralidade do Kilamba.

115 edifícios concluídos na primeira fase com 3180 apartamentos para albergar 19 800 moradores.

125 mil USD é o preço de apartamento mais barato no kilamba, mais pela via resolúvel paga-se 524,60 USD/mês.

3% taxa de juro definida para a compra de apartamentos das seguintes tipologias T3A, T3A+1, T3B e T5.

7% redução do preço de um apartamento de 125 usd se for pago a vista.

6.30 Mais habitações são construídas no próximo ano nos municípios

Jornal de Angola

29 de Agosto de 2012

O ministro do Urbanismo e Construção anunciou que até ao final do próximo ano são construídas 750 casas no município de Menongue e 250 no Cuito Cuanavale, umas T3 e outras T4.

Fernando da Fonseca referiu que o projecto, desenvolvido graças a uma parceria do Executivo com uma empresa chinesa, não faz parte do programa de construção de 200 casas em cada município do país, já iniciado no Kuando-Kubango, com cem fogos habitacionais.

O vice-governador para os serviços técnicos e infra-estruturas, Simão Baptista, elogiou a iniciativa do Executivo de construção de mais mil casas, pois "a maioria dos habitantes" dos dois municípios onde vão ser construídas não vive em casas com as condições desejáveis. "É um motivo de orgulho para a população, pois muitos deles vão ver realizado o sonho da casa própria", disse.

6.31 Rede pública no condomínio Lar do Patriota

Jornal de Angola

25 de Agosto de 2012

A Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) assumiu, desde o dia 16 de Agosto, a gestão das instalações eléctricas do condomínio Lar do Patriota, município de Belas.

A transferência da gestão para a EDEL resulta de um acordo rubricado com a cooperativa proprietária do condomínio, apurou ontem a Angop.

Antes do acordo, o abastecimento de energia eléctrica era feito pela cooperativa, que instalou fontes alternativas para alimentar as moradias, situação que foi ultrapassada com a instalação de um posto de transformação de energia.

O acordo prevê que a EDEL, além da gestão das instalações eléctricas locais, também faça assistência técnica ao condomínio. A Angop apurou ainda que outros condomínios nas mesmas condições vão beneficiar, em breve, da instalação de postos de transformação de energia eléctrica.

6.32 Requalificação do Cazenga e Sambizanga em destaque no Fórum Urbano Mundial

Jornal de Angola

30 de Agosto de 2012

Os programas de requalificação do município do Cazenga e do distrito do Sambizanga, na província de Luanda, vão estar em destaque no sexto Fórum Urbano Mundial e Congresso Mundial das Cidades, a decorrerem, de 1 a 7 de Setembro, na cidade italiana de Nápoles.

De acordo com o director nacional de infra-estruturas do Ministério do Urbanismo e Construção, José Silva, integrante da comissão técnica para a criação de condições materiais para a representação de Angola no fórum mundial, vão ser expostos, igualmente, os detalhes sobre as novas centralidades e infra-estruturas integradas construídas em Angola. O programa de requalificação das cidades angolanas tem como objectivo abrir espaços livres para a construção de infra-estruturas habitacionais e sociais, onde são realojados alguns dos moradores dos primeiros bairros evacuados por más condições, para a edificação de outros novos e que já estão urbanizados.

José Silva disse que o objectivo é dar a conhecer no Fórum Mundial de Nápoles o potencial que Angola possui no ramo habitacional, sendo ele, também, uma oportunidade para troca de experiências entre os outros países que estiverem presentes na sexta edição do evento.

O projecto, afirmou o director nacional de infra-estruturas, é abrangente e deve incluir também as províncias do Huambo, Huíla, Namibe e Bié, cujos projectos de requalificação e de infra-estruturas integradas começam a ser executados no próximo ano.

No espaço de Angola no Fórum Urbano Mundial, com 100 metros quadrados, segundo o arquitecto António Gameiro, membro do Gabinete Técnico do Programa do Urbanismo e Habitação, vão ser criadas três áreas, uma das quais destinada à exibição de imagens do programa habitacional nacional.

7. TERRA

7.1 Condenados ocupantes ilegais de terrenos no Cacuaco

Jornal de Angola
15 de Agosto de 2012

O Tribunal Municipal do Cacuaco condenou a três meses de prisão, com pena suspensa, 117 pessoas por ocupação ilegal de terrenos em reservas fundiárias do Estado naquela área de Luanda.

Os réus, que ergueram casas de chapas à entrada da nova centralidade do Cacuaco, ainda em construção, foram também condenados, cada um, ao pagamento de uma multa de 48 mil kwanzas.

A nova cidade do Cacuaco, que começou a ser construída, em quatro fases em 2008, está localizada no Musseque Sequele, a cerca de dez quilómetros da via expresso.

Além dos fogos habitacionais, AFP a nova centralidade vai ter, entre outros equipamentos, de zonas de serviços, comércio, restauração, instalações sociais e de turismo, indústrias, armazéns e infra-estruturas rodoviárias.

O projecto, orçado em 855 milhões de dólares, destina-se a 60 mil famílias.

O porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, inspector Nestor Goubel, disse, à Rádio Luanda que "os infratores foram detidos durante uma operação" realizada no fim-de-semana.

7.2 Demolição imediata

O País
17 de Agosto de 2012

Por sua vez, José Floriano Capamba, «Catuca», um dos netos do soba Daniel Francisco, disse ter notado que os homens da administração estavam com muita pressa em demolir as casas, de tal modo que apressaram também o pessoal a desarrumar os seus haveres.

"Eles chegaram, partiram todas as casas daquele lado e disseram que já havia casas no Zango v, para onde vão 'todos do Museu", declarou Catuca, que contabilizou uma equipa administrativa composta por oito elementos, incluindo o maquinista.

Segundo Catuca, que ainda não foi ver o novo habitat do avô por questões de trabalho, a sua situação ficará um pouco complicada, pois, a viver no Zango, não conseguirá chegar cedo ao local de trabalho.

"por isso optei falar com o meu chefe para ficar em casa dele, para não perder o emprego", desafogou.

Crianças ficam para estudar

Se José Capanda teve tempo para escolher ficar com o patrão o mesmo não se pode dizer das crianças da família do soba, que se verão obrigadas a voltar para o Museu da Escravatura ou para bairros da cercania, tão logo recomecem as aulas.

"Não temos escolha, os nossos filhos terão de viver próximo das suas escolas, para não perderem o ano lectivo", disse um dos encarregados, alegando que os responsáveis do desalojamento nunca ligam a esses pormenores da educação dos pequenos.

Os pais dos petizes preferirão arrendar uma residência nos bairros mais próximos, nomeadamente, o da Bela -Vista, do Matadouro, flores-ta e Quilómetro 30, uma vez que as crianças estudam na escola primária do Ramiro.

7.3 Desconhecidos causam pânico no condomínio Sólida

O País
10 de Agosto de 2012

Cinco indivíduos não identificados, supostamente pertencentes à Administração do Município de Belas" são acusados de ter invadido seis residências no condomínio Sólida, próximo ao projecto Bem Morar, nas imediações da via expressa Cacucoviana-Cabolombo Benfica.

As 19 horas do dia 25 de Julho os homens chegaram ao complexo, dirigiram-se à casa da moradora Júlia Santiago e solicitaram os documentos do imóvel que ela ocupa actualmente, Diziam que pretendiam saber se ela era realmente a proprietária da referida residência, Funcionários da Administração Municipal do Belas, que não quiseram ser identificados, explicaram a O PAÍS que receberam informações de que algumas casas estavam a ser ocupadas ilegalmente pela população.

"Eu disse, senhor, trabalho deste género faz-se no período da manhã e não de noite. Questionei como ficaria a mobília e o material de construção que se encontra no interior das casas", contou Júlia Santiago.

Segundo ela, um dos homens disse-lhe que alguns morros que delimitam o projecto Sólida devem ser derrubados porque a sua existência não se coaduna com a estrutura do projecto inicial.

O mesmo indivíduo disse-lhe para não se assustar com a presença de um segurança que ainda se encontra no local, porque está aí para proteger a população. Depois disso, o suposto funcionário da Administração do Belas retirou-se prometendo regressar no dia seguinte.

Na Quinta-feira, os indivíduos regressaram às 9 horas, revistaram durante duas horas as seis casas que tinham deixado abertas na noite anterior e retiraram -se.

Quando menos a população esperava, eles reapareceram às 13 horas com um contingente superior ao anterior. Nesta altura, os indivíduos faziam -se acompanhar de uma senhora que os queixosos supunham ser a administradora municipal do Belas.

A desconfiança fez com que Júlia Santiago a questionasse, mas ela retirou-se do local. De acordo com a moradora., o funcionário da Administração Municipal do Belas, identificado como Agostinho, informou aos moradores do condomínio que os homens que apareceram à noite são perigosos e que não se identificam por qualquer coisa.

Foram ainda apontados como indivíduos ao serviço da administradora municipal e que os seus serviços são feitos apenas no período nocturno. Já terão feito trabalhos semelhantes no bairro da Sapú "São indivíduos que trabalham para a administradora e os seus serviços são feitos apenas de noite e que o mesmo acto já foi feito no bairro da Sapu, fazem, desfazem e não prestam serviços a ninguém" contou a nossa interlocutora.

Santiago disse ainda que o vizinho Agostinho Neto os orientou no sentido de que quem quiser defender a sua residência deve "dirigir-se à administração" .

"Estes homens abrem as portas e deixam assim. O que é que eles pretendem?", questionou a senhora.

Mariano Santana, outro morador, também viu a sua residência invadida pelos supostos funcionários da administração. O portão principal foi arrombado, apesar de a casa encontrar-se em reparação.

O jovem pensa que a estadia dos homens no condomínio é motivo de insegurança, porque eles não se identificam. Dizem apenas que são do município do Belas e foram orientados a tirar o pessoal do condomínio.

No dia 27 de Julho, Sexta-feira, os moradores dirigiram-se ao posto policial da Fubu para apresentarem uma queixa sobre o sucedido. Mas foram orientados a procurar a Administração Municipal do Belas, onde foram informados que a direcção não enviou nenhuma circular nem tinha conhecimento de qualquer ordem para a execução do acto.

A administração municipal justificou ainda que se assim acontecesse teriam sido funcionários devidamente uniformizados transportados pelos seus meios.

Por seu lado, Indira Felipe, que também vive numa residência no referido condomínio para melhor controlar a propriedade que tem no local, viu a sua casa invadida e os materiais de construção roubados.

"Roubaram-me o teto falso e outros materiais, como cimento cola, cimento normal e caixas de mosaico. Quem vai devolver", perguntou Indira Felipe.

Segundo a jovem, os invasores disseram que os moradores eram camponeses e que não mereciam viver no local. Ela defende que o suposto trabalho da Administração do Belas deveria ser feito no período diurno para melhor compreensão da população.

Quando se dirigiram ao local segundo uma das moradoras, os homens levaram consigo catanas, picaretas, martelo e Pá para arrombar as portas.

A moradora garante que todas as casas estão documentadas: " Por amor de Deus não queremos confusão aqui. Quando a senhora administradora tiver que fazer estes trabalhos que comunique com antecedência, no período apropriado e bem identificados.

Alarme

Tido anteriormente como um bairro calmo e confortável, o medo começa a apossar-se dos moradores. Há um tempo que a segurança no condomínio tornou -se melindrosa, de acordo com Cristina Santiago.

Em Outubro de 2011 dois indivíduos terão sido mortos nos arredores.

Uma menina que em vida chamou-se Gabi foi levada a uma obra nas proximidades, onde foi violada e posteriormente morta.

Os moradores acreditam que o elevado índice de criminalidade se deve à ausência de energia eléctrica e um posto da Polícia Nacional. Já deram a conhecer a situação ao dono do condomínio e que estão a ser estudadas soluções.

Invasores não se identificam

Os homens apontados como sendo os invasores do condomínio Sólida foram encontrados na Administração Municipal do Belas, mas não aceitaram prestar qualquer informação e muito menos identificarem-se. Disseram que não eram as pessoas indicadas para tal. Um dos supostos invasores disse aos moradores que não tinha havido nenhuma acção ilegal e que a identidade deles era um problema da administração municipal e do Governo da Província de Luanda. E que 'os senhores', no caso os moradores, não deveriam contrariar "o que se está a viver neste momento na Administração e no Governo Provincial de Luanda".

A administração exige que os moradores apresentem os seus documentos para se conferir a legalidade ou não das residências que ocupam.

"Da mesma forma que vocês se queixaram à Polícia, acusando-nos de ser bandidos, a Administração do Belas recebeu a informação de que as casas estão a ser ocupadas ilegalmente e constatou -se uma ilegalidade das residências que não estavam atribuídas. E mandou estes homens", defende-se um dos funcionários da administração.

O condomínio em causa foi construído pela empresa J.J Sólida para albergar os moradores provenientes do Morro dos Veados.

7.4 Populares cobram promessas

A Capital

11 de Agosto de 2012

Queremos as nossas casas, como nos prometeram", disse António Caputo que lembrou que já passam três anos e cerca de oito meses, desde a altura em que notaram a presença de homens e máquinas dispostos a colocar as paredes de suas casas abaixo. Passados estes anos, disse, aguardam ansiosos pelos tectos, conforme a promessa do Executivo.

O tempo passa e a esperança, segundo nos contou, morreu tão logo. O que restou é o desejo de verem transformados em realidade as promessas, segundo as quais teriam as suas casas antes de Agosto, noutras palavras até às eleições. Mas como ainda não sentiram nenhum movimento das autoridades, "decidimos prestar atenção a outras promessas".

Esta reacção foi manifestada ao secretário provincial da Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), Luís Ferreira, quando no dia 04 de Agosto, ele e os representantes municipais de Luanda, participaram de um encontro

de confraternização com os moradores das tendas no Zango.

O acto serviu, igualmente, para Luís Ferreira e a sua comitiva distribuírem os folhetos que contêm o programa estruturante do seu Governo que suscitou curiosidade à António Caputo. Este cidadão disse esperar que caso vença ou consiga alguns assentos parlamentares, a CASA-CE trabalhe para promover emprego para a juventude e não só, já que, como ele, muitos jovens estão desempregados. "Perdi emprego aquando da retirada da Ilha de Luanda", contou, apontando como motivo a distância, com a sua chegada ao Zango, que o separa do local de trabalho. "Às vezes faltávamos ao serviço e os patrões não quiseram entender as nossas justificações", disse.

Por sua vez, Luís Ferreira, garantiu que o voto depositado na sua formação política será decisivo para inverter o actual quadro. Marcados mais alguns passos, os militantes da "CASA" deparam-se com um grupo de jovens que apreciavam atentos todo o movimento, enquanto estes distribuía os materiais de campanha entre folhetos, camisolas e chapéus, num acto realizado sob lema "casa sim, chapa não". De imediato, acataram a palavra de ordem e passaram a fazer parte da campanha, como se o fizessem já, desde antes.

Como cumprir as promessas

"Primeiro me dá a casa, depois voto em ti", foi desta maneira que um jovem apenas identificado por Cristóvão contrapôs a acção dos militantes da Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral CASA-CE. Ele disse que sem uma garantia, mais do que diziam os papéis, não está disposto a mudar a sua ideologia política. A posição do jovem é elucidativa do quanto o país se torna lindo nessa fase da campanha: só boas promessas. "Prefiro continuar a apoiar alguém que, mesmo com mentiras, sabemos como cobrar as dívidas", salientou.

Mas o que os militantes da "CASA" trataram de esclarecer é que, para a concretização de qualquer promessa expressa no programa de governação, "a formação política tem de vencer as eleições, ou, ao menos, ter deputados no Parlamento".

De contrário, não teriam como implementar os princípios estruturantes estampados no programa.

"VOU votar no meu pai"

Enquanto passava a caravana da Coligação Ampla de Salvação de Angola Coligação Eleitoral, rumo ao Zango, alguns moradores da vila de Viana, onde está sedeadada a direcção municipal da CASA-CE, foram

manifestando apreço por aquilo que a Coligação promete fazer, caso, vença as eleições.

Mas, do outro lado, onde se encontravam militantes, simpatizantes do partido no poder, estes questionavam a "CASA" sobre o que já tinha feito por eles, se já lhes tinha dado dinheiro. Mas a caravana agiu em surdina.

Ao lado estava uma senhora visivelmente enfurecida, cuja reacção ecoou nos ouvidos de todos que apreciavam a passagem dos partidários da coligação liderada por Abel Chivukuvuku. "Vou votar no meu pai", disse.

A questão que se coloca é se os eleitores sabem que algumas formações, a exemplo da CASA-CE, emanaram de simbioses de outros partidos e coligações que, com a chancela do Tribunal Constitucional, se habilitaram a concorrer às eleições gerais, e que, nesta condição, não têm capacidade financeira para implementarem os seus programas.

"Quero ser delegado de mesa"

Foi desta forma que Paulo Reis começou por expressar o seu interesse na Coligação Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral. Disse que já se informou e vai poder, então, prestar a sua homenagem à formação política de Abel Chivukuvuku, tendo aproveitado a ocasião para anunciar que "toda a família Reis tornou-se militante da "CASA", disse.

"Eles é que trouxeram"

No entanto, o MPLA também esteve no Zango com os seus brindes eleitorais, tendo criado um ambiente de certa forma estranho entre moradores, mas suportável. Uma placa em que estavam cravados dizeres segundo os quais "O zango está com o nº 2", levou Paulo Reis, militante assumido da CASA-CE, por sinal morador do zango, a declinar a responsabilidade dos referidos dizeres aos jovens que portavam a placa. "Eles é que a trouxeram; não foram os moradores a produzi-la", disse numa tentativa de retirar a aceitação que o MPLA tem naquela zona residencial.

7.5 Polícia desalojada por falta de pagamento

Novo jornal

17 de Agosto de 2012

A 29ª Esquadra da 5ª divisão da Polícia Nacional do Kilamba Kiaxi, situada na rua Miguel Ângelo Lupi, no bairro Neves Bendinha, foi desalojada em Janeiro

último pelo facto de não pagar a renda do imóvel há mais de um ano. O expediente passou a ser tratado na rua, à vista de todos, embora o porta-voz da polícia garanta que a esquadra está a funcionar na Unidade Operativa de Luanda.

De acordo com um familiar do proprietário do imóvel onde estava instalada a 29ª esquadra, a polícia do Kilamba Kiaxi estava naquele espaço em regime de arrendamento, desde 2006, pagando uma renda mensal de 2.000 USD, valor que deixou de ser pago há um ano. "O dono teve de rescindir o contrato com a polícia porque os mesmos não pagavam, o que é muito triste", frisou, acrescentando que o comportamento da Polícia Nacional não foi correcto.

De acordo com a mesma fonte, que solicitou o anonimato, o local onde funcionou a esquadra de polícia será, nos próximos dias, ocupado, por um minimercado para a venda de produtos diversos.

O Novo Jornal apurou que o expediente administrativo é o tratado na rua e, às vezes, os despachos são feitos na rua onde vive o comandante da divisão do Kilamba Kiaxi, Ambrósio Diniz.

Uma moradora da zona, Matilde Peliganga, é de opinião que a polícia deveria colocar uma esquadra móvel no largo da Cimex para atenuar os assaltos que ocorrem diariamente no local. "A nossa polícia é uma vergonha, só estão preocupados em pedir dinheiro aos taxistas. Fazer giro, que é bom, nada. Sinceramente, não sei qual é o trabalho que a comandante de Luanda está a fazer", notou.

A fonte disse ainda que no momento que o país atravessa não é bom as pessoas irem votar com insegurança que se sente em Luanda. "O crime em Luanda está em alta e todo o mundo sabe disso. Não podemos tapar o sol com a peneira, aumentaram os roubos, as violações, os assaltos aos bancos e os assassinatos e a polícia não consegue descobrir quem são esses marginais que estão a tirar o sossego às pessoas", evidenciou, acrescentando que o que é mais triste é o papel que o ministro do Interior, Sebastião Martins, faz. "Todo o mundo sabe que aqueles jovens que apresentam nas operações é só para mostrar. É tudo uma mentira. Todos sabem que prendem e no dia seguinte são soltos, outros ainda são retirados da cadeia. Ele faz isso só para mostrar às pessoas que está a trabalhar", frisou.

O Novo Jornal entrou em contacto com o porta-voz interino da Polícia de Luanda, inspector chefe Nestor Goubel, que afirmou que a mesma esquadra está a funcionar na Unidade Operativa de Luanda, escusando-se a entrar em pormenores sobre os

motivos que estiveram na base da saída da polícia das antigas instalações.

7.6 Governo dividiu terrenos para construção dirigida

Jornal de Angola
18 de Agosto de 2012

O Governo Provincial de Malange procedeu ontem à entrega de 408 lotes de terreno, no âmbito da segunda fase do projecto de autoconstrução dirigida, na zona de expansão do bairro da Catepa.

O programa visa estimular a construção de casas por parte de cidadãos com baixo rendimento. A primeira fase aconteceu em 2010, com a entrega de 446 lotes de terreno.

O projecto, que está a ser desenvolvido numa superfície total de 877 hectares, contempla áreas sociais, comerciais e de serviços públicos.

O governador Boaventura Cardoso pediu aos beneficiários do projecto para construírem as suas casas dentro dos trâmites e prazos estabelecidos pela Administração Municipal e com uma estrutura arquitectónica adequada, pois a zona é um novo espaço de referência da cidade, onde vão ser erguidas as futuras instalações da Universidade Privada de Malange (UPRIMA). A administradora municipal, Rosa Lourenço, referiu que cada lote corresponde a 300 mil metros quadrados, um projecto que vai abranger todos os sectores da sociedade malangina.

Sobre as dificuldades encontradas pelos munícipes relativamente à legalização dos terrenos, na zona da Cangambo, adiantou que foi cancelada, em Janeiro, a emissão dos títulos de terras e licenças de construção, devido aos trabalhos organizativos da área de registo da administração.

Rosa Lourenço solicitou aos beneficiários da primeira fase do projecto que, até ao momento, não começaram com obras, para o fazerem brevemente e darem o seu contributo para o desenvolvimento da cidade. Além disso, pediu a colaboração de todos os beneficiários do projecto com a administração, com vista à concessão dos direitos de superfície.

7.7 Terras aráveis são entregues a agricultores

Jornal de Angola
21 de Agosto de 2012

O presidente da Federação de Cooperativas Agropecuárias de Benguela, Manuel António Monteiro, eleito sábado, apontou a revitalização dos solos da região do Dombe Grande como uma das linhas de força do seu mandato de dois anos.

António Monteiro disse que as terras aráveis da região do Dombe Grande, ainda pertencentes ao Ministério da Indústria, são transferidas para os agricultores da região para que possam ter a sua parcela de terra e revitalizar a agricultura e a pecuária, uma vez que já não são úteis à produção de canade-açúcar.

O líder associativo sublinhou que durante o seu mandato vai trabalhar para a adopção de medidas que vão resultar no aproveitamento do rio Cubal em função do desassoreamento do rio Cavaco. O que se pretende, acrescentou, é a produção agrícola em todo o perímetro agrário, que tem uma extensão de 150 quilómetros, que vai desde o município de Caimbambo até Benguela.

O vice-governador provincial para a Esfera Económica e Produtiva, Agostinho Felizardo, su-

geriu à direcção eleita a visitar a Argentina, para trocar experiências e parcerias com empresários locais, em função dos acordos que Angola tem com aquele país no domínio da agricultura.

A província de Benguela é uma região com tradição agrícola desde o período anterior à independência.

7.8 Panguila em crise

Agora
25 de Agosto de 2012

Muitas famílias realojadas, e que viviam em zonas de risco, enfrentam inúmeras carências naquela povoação do Dande.

Na sua maioria viviam nas barracas da Praia do Bispo. Clamam por viverem em precárias condições.

Manuel Alexandre, coordenador do bairro Tecto Vermelho, sector nove, disse ao AGORA que foram realojadas, em Novembro de 2010, 814 famílias que estão a passar por várias privações.

Desde 2010, já morreram 82 pessoas das quais, 27 homens, igual número de mulheres e 28 crianças. As mortes preocupam a população. Maria António (M.A.) indicou que vive com três famílias num espaço apertado onde partilham a mesma sala e casa de banho.

Por falta constante de água, a higiene é questionável. Um bidon de 20 litros custa entre 50 a 100 kz e "nem sempre temos esse dinheiro". Com isso, não se espera uma boa higiene.

"Na Praia do Bispo não sofríamos tanto. Por causa do mar, tínhamos sempre peixe com fartura às mesas. Desde que nos transferiram estamos a passar mal. Para os filhos comerem somos obrigados a percorrer longa distância até ao Sarico ajudar os pescadores a puxar as redes e recolher peixe cabuena", conta a M.A.

A energia eléctrica também é um outro problema. "Dormimos invariavelmente às escuras", lamentou.

Os moradores agastados, acusam o coordenador do bairro de desleixo e este, por sua vez, aponta as setas a Bento Soito até então responsável pela comissão de transferência da população para o Panguila.

Soito terá dito que as soluções já não dependem de si mas, do governo provincial.

O administrador do Dande conhece as dificuldades existentes. Mateus Diogo garantiu que tudo fará para minimizar os problemas, pressionando o Ministério do Urbanismo e Construção e não só.

7.9 Múncipe e administração disputam terren

O País

24 de Agosto de 2012

Morador do sector 05, rua da Fiaco, frente ao largo S. Pedro, Domingos Pedro jura a pés juntos que o terreno em causa, com uma extensão de 90 metros de comprimento e sessenta metros de largura, é sua propriedade, desde o ano 1980.

Segundo conta, foi com o suporte de uma petição que endereçou ao então comissário municipal do Cazenga, Francisco Bernardo João, para fins de legalização, cujo deferimento lhe deu a autorização para erguer no local um empreendimento.

Só que, como ele mesmo conta, com passar do tempo, valendo-se da boa localização do espaço, propiciando óptimas condições para desenvolver negócios, visto encontrar-se, mesmo, à beira da

estrada principal da Fiaco, o suposto proprietário decidiu erguer nele três estabelecimentos comerciais, que alega estarem devidamente documentados, para venda de diversos produtos.

Convencido de que era dono, autorizou alguns munícipes a criarem barracas no largo que está em frente ao estabelecimento dele. Ali, os convidados vendem comida e bebidas. Ao longo dos mais de 30 anos a residir e cuidar da superfície, Pedro confessa, nunca uma outra pessoa ou instituição reivindicou a titularidade do terreno.

Entretanto, para sua surpresa, em 2010, o administrador comunal do Tala Hady, Simão Ferreira Neto, enviou ao sítio em causa, uma equipa de fiscais ter com ele. Os agentes da fiscalização levavam, então, a missão de certificar se o suposto proprietário possuía, mesmo, todos os documentos que comprovassem que o terreno era sua pertença, de facto.

Os documentos foram apresentados e da sua análise, adiantou o nosso interlocutor, resultou a reprovação pelos fiscais do croquis de localização, tendo-lhe sido formulado o convite para se apresentar à Administração comunal e lá obter um novo mapeamento e actualização da documentação, junto de um técnico da instituição.

Mas como nem água vinha nem água ia, mesmo depois de cumprir com os trâmites exigidos na repartição de Fiscalização da Administração comunal em relação ao referido croquis, no mesmo ano, voltou a remeter a documentação em sua posse à Administração municipal do Cazenga, buscando a legalização do espaço. Contudo, sem sucesso.

O dia da ocupação

Foi na manhã de sexta-feira, 27 de Julho de 2012, que Domingos Pedro, surpreendentemente, é informado pelos seus inquilinos, no caso, as senhoras que comercializavam alimentação no largo de frente a um dos seus estabelecimentos que um grupo de jovens entre angolanos e asiáticos, tinha estado na área a tirar medidas ao terreno à frente do estabelecimento comercial.

Quando se retiraram, disseram aos presentes, sem, no entanto abordarem Pedro, que regressariam no período da tarde para descarregar material para obras naquele perímetro.

Domingos Pedro entra em pânico com tal informação, sobretudo, porque não havia recebido nenhum aviso prévio ou notificação por parte das autoridades.

Também não lhe foi comunicada a existência de planos sobre a edificação de qualquer obra naquela parcela. Em defesa daquilo que há anos considerou seu, Domingos Pedro decidiu vedar o espaço com ferros, e, na retranca, aguardar pelas tais pessoas que prometeram voltar no período da tarde descarregar o material.

Não aparecendo ninguém, e procurasse mais informação devia deslocar-se à Administração municipal do Cazenga.

Assim fez. Acompanhado de seus dois filhos, foram recebidos pelo chefe de repartição de Ordenamento do Território - Urbano e Ambiente, José de Oliveira dos Santos Bastos, que os informou que o documento remetido, anteriormente pelo queixoso, para a solicitação de legalização de uma parcela de terreno, estava suspenso devido a um plano de requalificação da zona, e o documento que justificava tal intervenção da Administração, já estava feito há bastante tempo.

José Bastos teve o cuidado de mostrar aos reclamantes os documentos em referência, tendo estes comprovado que iam assinados pelo administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel de O.G. Narciso, só que, alegam ter notado uma irregularidade. Está datado de 16 de Janeiro de 2011, por sinal um domingo dia que, na óptica de Domingos Pedro, não se exaram despachos.

Documento exarado no domingo?

Domingos Pedro só não chora, mas se pudesse, talvez o fizesse. O que o magoa é o facto de estar há mais de 30 anos "cuidando desta parcela".

"Como é possível a Administração apoderar-se do terreno sem ter em conta quem dela cuidou?", interroga-se, visivelmente revoltado, ao notar que tratou todos os documentos, para legalizar o espaço, e entregou-os a Administração.

"Fiquei à espera este tempo todo, desde 2010. Agora a resposta é um documento assinado pelo Administrador num domingo. A Função Pública não funciona aos domingos!", avaliou Domingos Pedro, considerando que se trata de um jogo visando venderem o terreno do qual reivindica titularidade.

"Isto é malabarismo dos administradores comunais e municipal", acusou, acrescentando que, ainda por cima, a obra em causa está mesmo a frente da loja dele, obstruindo a entrada.

Administrador não sabe de nada

E para tirar tudo a limpo, deslocamo-nos à Administração municipal do Cazenga onde, seu titular, Tany Narciso, alegou desconhecer o caso, até, porque, nunca viu o senhor Domingos Pedro, Entretanto, reconhece ter ouvido apenas calúnias proferidas pelo mesmo cidadão, contra a sua pessoa, feitas através da Rádio Despertar e da Rádio Mais.

"Disse que o administrador vendeu terreno a um general. O que é pura mentira", defendeu-se o governante, observando que o munícipe em questão, nunca pediu audiência ao administrador.

Contudo não deixou de explicar que a Administração municipal do Cazenga não está a dar direito de superfície a nenhum munícipe por causa da requalificação que está ser feita ao município.

"Aquele terreno está localizado num espaço baldio, por isso, é pertença do Estado. Até o munícipe Domingos Pedro provar o contrário", desafiou, para depois notar que o terreno em causa, está situado numa zona onde vão passar as redes técnicas.

De acordo com o administrador, tendo em conta que naquela zona existe uma praça, e por via disso, as pessoas 'que nela comercializar e que para lá se deslocam, defecam no chão.

"O munícipe devia estar contente. Ele tem um terreno grande na rua das condutas, aquele sim, sei que é pertença deste munícipe", asseverou Tany Narciso, informando que a estrutura do balneário em construção terá chuveiros, sanitas para homens e mulheres, luz eléctrica e água canalizada.

7.10 Desconhecidos vendem terronos na barra do Dande

O Continente

31 de Agosto de 2012

Indivíduos desconhecidos estão a ocupar e vender parcelas de terrenos na localidade do Musseque Capari II município da Barra do Dande, província do Bengo. Os preços variam dos 19.000 a 60.000 kwanzas.

A situação tem vindo a ganhar corpo nos últimos tempos. Os infractores garantem aos compradores, que os espaços foram cedidos pela administração municipal da Barra do Dande. O que está a levar um número considerável de pessoas interessadas em adquirir uma parcela de terreno naquela zona, uma vez que o valor ofertado é bastante módico.

Sábado, é um dia em os mesmos se fazem presentes no local, para negociarem com os clientes. Assim sendo, pessoas que residem em Luanda e não só, acorrem para aquele local nesse dia, com a perspectiva de conseguir um espaço.

Ana Cristina que mora nas imediações da refinaria de Luanda, bairro da Petrangol, é uma das pessoas que conseguiu uma parcela de terreno na localidade de Musseque Capari II, por intermédio desses mesmos indivíduos. Pagou 20 mil kwanzas, mas não lhe foi dada qualquer documento que comprove a legalidade da transacção do referido espaço. A interlocutora diz que o registo de compra dos terrenos está a ser feito numa das escolas, próximo do antigo controlo da Barra do Dande. "Depois disto, passei um requerimento que levei na sede municipal da administração do Dande, em Caxito. Neste momento estou à espera pela saída do documento de cedência de posse", contou a cidadã. Quem procedeu da mesma forma é Domingos Pedro, também residente em Luanda, no bairro Uíge:

"Ouvi dizer que estavam a ocupar terrenos, vim até aqui e falei com alguém que me vendeu uma parcela por 19.000 kwanzas", disse.

Já Helena Mulongo teve pouca sorte, após ter obtido uma parcela, foi ocupada por outras pessoas dias depois. "Isto está mal, as pessoas não querem saber dos outros. Cada um só pensa em si", lamentou furiosa.

Para evitar cenas do género, muitos depois de ocupados os terrenos, vedam com paus e ferros. Outros, constroem casas de chapa e colocam nele alguém que tome conta do espaço, enquanto alguns já construíram residências de carácter definitivo.

Não foi possível ouvir o administrador municipal, Mateus Domingos Diogo, porque o mesmo se encontrava ausente na ocasião. Mas um comunicado desta instituição, na qual este jornal teve acesso, refere que já tomou conhecimento da existência de indivíduos que estão a ocupar e vender terrenos na localidade de Musseque Capari II.

O anúncio chama a esses elementos de "oportunistas", alertando aos cidadãos a não comprarem nem ocuparem terreno naquele local, com sede em Caxito. "Pelo que não responsabilizará daqueles que teimam em adquirir terrenos no local em referência".

Este jornal apurou ainda que a administração tem cedido terrenos naquela zona aos populares, desde que siga os parâmetros legais, mas este processo se encontra suspenso desde o passado mês de Junho.

No entanto, no princípio deste ano, foram desalojadas na mesma localidade mais de cem famílias, em virtude de terem construído casas ilegalmente em reservados do Estado.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Nível de água do rio Coporolo está a preocupar os agricultores

Jornal de Angola
03 de Agosto de 2012

Os agricultores do município da Baía Farta, no litoral a 25 quilómetros da cidade de Benguela, mostraram-se ontem preocupados com a redução do nível das águas do rio Coporolo em consequência da estiagem.

Os agricultores entrevistados pela Angop, Victorino Chico e Peregrino Tchitau, que exploram a cintura verde do rio com recurso a motobombas, revelaram que nos últimos dias o nível das águas baixou de cinco para dez metros de profundidade.

Os agricultores disseram que esta situação está a dificultar a actividade agrícola tendo em conta que os custos da perfuração variam entre 18 e 20 mil kwanzas.

Dados recolhidos pela Angop indicam que 16 cooperativas agrícolas e seis associações de camponeses exercem a sua actividade no vale do rio Coporolo, com mais de cinco mil hectares.

Os dados indicam também que no mercado informal do Dombe Grande os preços dos principais produtos do campo subiram, como consequência da falta de água para a irrigação dos campos. Os camponeses esperam fracas colheitas.

8.2 Zonas rurais e subúrbios têm melhor abastecimento

Jornal de Angola
06 de Agosto de 2012

O programa "Água para todos" concluiu 200 novos furos, sistemas de águas e instalou chafarizes em algumas aldeias e povoações das comunidades rurais e suburbanas de Ondjiva, disse, à Angop o ministro da Energia e Águas no Cunene, João Borges salientou a importância da entrada em funcionamento, em Junho, do sistema de captação de Oipembe, que permite que 30 mil habitantes de Ondjiva e dos arredores tenham mais água potável.

A conduta de Oipembe, referiu, pode bombear por dia cem mil litros de água proveniente dos furos de Oipembe e de Chana de Caricoco. O problema do

abastecimento de água, garantiu, vai melhorar-após a conclusão, no próximo ano, do projecto de captação a partir do rio Cunene, em Xangongo, o que permite a distribuição domiciliária.

Esta iniciativa, sublinhou, representa a aposta do Executivo na resolução dos problemas da população, principalmente o da falta de água. O que se pretende é levar água potável a todos municípios, comunas e aldeia do Cunene", disse o ministro João Borges.

8.3 Habitantes de mulenguelo consemem água potável

Jornal de Angola
08 de Agosto de 2012

Os habitantes do Mulenguelo, na comuna do Lucusse, na província do Moxico, já estão a consumir água potável, com a inauguração no sábado do sistema de captação e tratamento de água, construído no âmbito do Programa Municipal Integrado do Desenvolvimento Rural e Combate à pobreza.

Com capacidade para 10 mil litros de água, o sistema vai beneficiar mais de cinco mil famílias da localidade do Mulenguelo e arredores.

O administrador municipal do Moxico, Zaquie Isaac, lembrou que Mulenguelo é uma localidade que tem tido falta de água devido à distância a que está separada do rio mais próximo, daí ter sido instalado o sistema de captação de água potável.

8.4 Problemas de saneamento básico deixam governador preocupado

Jornal de Angola
09 de Agosto de 2012

O governador de Luanda reconheceu na terça-feira, no decurso de uma visita de campo a várias áreas de Luanda, ter ficado preocupado com os problemas de saneamento básico e das vias secundárias e terciárias do distrito urbano do Rangel.

Bento Bento, que visitou os municípios de Luanda, Cazenga, Viana e Cacucaco, na companhia do Ministro do Urbanismo, declarou que o trabalho a ser feito no Rangel deve ser muito mais profundo. No entanto, e apesar da sua apreensão, disse acreditar na resolução dos problemas que detectou a nível do saneamento básico, uma vez que a operadora contratada para a localidade é experiente.

No interior do Rangel, a área que mais chamou a atenção do governador foi a Rua da Vaidade, uma das

zonas críticas da localidade, que pertence ao novo município de Luanda, no quadro da nova divisão política e administrativa da província.

"Conversámos com as pessoas e tranquilizámo-las, porque o trabalho em curso está a ser minuciosamente acompanhado pelo Chefe do Executivo", sublinhou o governador Bento Bento, para quem Luanda está de parabéns, pelo facto de estarem a ser feitas obras no interior dos bairros para que deixe de haver contrariedades sempre que chove.

O governador assegurou que os problemas a nível freático e de drenagem das águas residuais no Rangel vão ser resolvidos, uma vez que, antes das estradas serem recuperadas, estão a ser montadas todas as redes técnicas. Bento Bento considerou positivo o balanço da visita efectuada na segunda-feira por ter verificado que todas as empresas estão a trabalhar.

"Em todos os municípios visitados viu-se que os empreiteiros contratados para a recuperação das vias secundárias e terciárias estão a trabalhar de acordo com as instruções dadas pelo Governo", declarou Bento Bento. Por tudo quanto viu na segunda-feira, afirmou estar seguro de que, até ao fim do ano, muitos dos bairros de Luanda vão ter as condições já existentes no Mártires do Kifangondo, Cassenda e parte do Prenda. Nesses locais realizou-se um trabalho técnico que passou a permitir o escoamento das águas pluviais e residuais e a circulação de viaturas e transeuntes.

Quanto às outras áreas da capital visitadas, nomeadamente Cazenga, Viana e Cacuaco, o governador da província de Luanda, Bento Bento, disse que as obras decorrem a bom ritmo.

8.5 E no Rangel detritos assustam Bento Bento

Agora

11 de Agosto de 2012

O governador de Luanda reconheceu, nesta terça-feira, no decurso de uma visita de campo a várias áreas de Luanda, ter ficado preocupado com os problemas de saneamento básico e das vias secundárias e terciárias do distrito urbano do Rangel!

Bento Bento, que visitou os municípios de Luanda, Cazenga, Viana e Cacuaco, na companhia do ministro do Urbanismo, declarou que o trabalho a ser feito no Rangel deve ser muito mais profundo. No entanto, e apesar da sua apreensão, disse acreditar na resolução dos problemas que detectou a nível do saneamento

básico, uma vez que a operadora contratada para a localidade é experiente.

A área que mais chamou a atenção do edil da capital foi a Rua da Vaidade, uma das zonas mais críticas que pertence ao novo município de Luanda, no quadro da nova divisão política e administrativa da província.

"Conversámos com as pessoas e tranquilizámo-las, porque o trabalho em curso está a ser minuciosamente acompanhado pelo Chefe do Executivo", sublinhou o governador, para quem as obras em curso poderão evitar as contrariedades quando chove. Porém, cá estaremos para conferir.

8.6 Ataque ao lixo

Agora

11 de Agosto de 2012

Várias operadoras de lixo estão empenhadas na limpeza do Cazenga. Embora ainda com muitas limitações, já se notam melhorias em algumas zonas do município mais populoso de Luanda. Na zona dos Kwanzas, reduziram os amontoados de detritos, ao ser contratada a Beselias.

Esta empresa, opera há sete anos no mercado, depois de rubricar o contrato com a Elisal afecta ao governo provincial.

Uma das táticas montadas pela operadora é a recolha diária de resíduos porta à porta, um sistema que tem-se alargado também aos mercados e unidades industriais.

Francisco João, também conhecido por 'Mestre Mataco', disse que a Beselias surgiu na hora certa, tendo em conta as consequências que podiam ocorrer com o acumulado do lixo na época chuvosa que se avizinha.

Já Hélder Salvador, também morador há mais de 20 anos, barbeiro em serviço no mercado dos Kwanzas, agradeceu o gesto afirmando ser notória uma nova imagem no bairro e na via pública.

O director da empresa, disse ao AGORA que no início houve muitas dificuldades porque a população menos avisada deitava lixo em qualquer lugar. Benedito Elias, garantiu que foram criadas todas as condições para dar resposta a demanda.

A Beselias, actua com mais de 40 trabalhadores que labutam em vários pontos dos Kwanzas "Vamos continuar a colocar a nossas estratégias a prova. A luta contra o lixo é a nossa aposta", concluiu o gestor.

8.7 Município vai contar com rede pública

Semanário Factual

De 11 '18 de Agosto de 2012

Moradores do mais recente município de Luanda, Quiçama, vão, em 2013, beneficiar do abastecimento de água potável, a partir de rede de distribuição pública a ser instalada pela EPAL, deu a conhecer, nesta quarta-feira, 8, o delegado municipal da empresa, Elídio António, no âmbito da visita do governador da província, Bento Sebastião Bento.

Neste momento, o município tem sido abastecido de água potável por sistemas de reservatórios, com uma capacidade de 84 mil metros cúbicos e camiões-cisternas.

Segundo Elídio António, está em apreciação um programa de levantamento populacional do município, no sentido de definir a implementação da rede ou o aumento da capacidade da distribuição.

Para o soba grande, Paulo Kikulo, a grande dificuldade das cinco comunas do município da Quiçama é o abastecimento de água potável, bem como o fornecimento de energia eléctrica, situação que, gradualmente, tem sido solucionada pelo Executivo Provincial, com a construção de reservatórios de água ou pelos camiões-cisternas.

Na comuna-sede da Muxima, a Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL) tem uma estação de captação e tratamento da água que abastece a zona baixa da comuna.

Elídio António falou, igualmente, que a mesma estação está a ser reabilitada, desde que o município de Quiçama passou a fazer parte da província de Luanda.

Bento Bento inaugura infra-estruturas

No âmbito da sua visita ao santuário da Muxima, o governador Bento Sebastião Bento aproveitou a oportunidade para inaugurar novas infra-estruturas, com realce para as residências da administradora, professores, médicos, bem como a casa protocolar do administrador e do administrador-adjunto.

O governador falou que o município vai ganhar, igualmente, outras novas infra-estruturas, nomeadamente escolas e centros de saúde, mercado municipal e comunal, hospital municipal, postos de abastecimento de água potável, reabilitação de vias secundárias e terciárias, bem como o melhoramento do saneamento básico.

Relativamente à saúde, o município da Quiçama conta com 15 unidades sanitárias, um hospital, um centro de Saúde, e 11 postos em funcionamento, que têm dado cobro às situações pontuais de saúde a nível do município.

Conforme o soba grande, Paulo Kikulo, a reabilitação da via tem contribuído para a melhoria das condições da população, visto a maioria sobreviver à base da agricultura de subsistência e da pesca.

Para a munícipe Maria António, as dificuldades estão a ser, gradualmente, superadas e apela ao GPL para maior empenho, sobretudo na resolução das dificuldades nas zonas mais recônditas do município, dada a sua extensão.

8.8 Virei está a recuperar fontes de água

Jornal de Angola

11 de Agosto de 2012

Em declarações ao Jornal de Angola, Juliana Fonseca disse que uma das prioridades da administração é levar água potável em quantidade e qualidade a toda população. "A nossa preocupação não é só melhorar o abastecimento na sede municipal, mas lá onde está a população. Estamos a trabalhar, temos recursos disponíveis e com isso vamos resolver as principais dificuldades que a nossa população enfrenta", garante Juliana Fonseca.

A administradora aponta como uma das necessidades pontuais para a instituição a aquisição de viaturas para o acompanhamento das actividades dentro e fora da sede.

Juliana Fonseca referiu que, no âmbito do programa de combate à pobreza no município do Virei tudo o que foi feito em termos de obras de grande impacto social estão concluídas e são entregues na próxima quarta-feira, dia 15. Revelou que foram erguidos aldeamentos rurais nas povoações do Khande, Munda, Kuitikuiti e Kavelokamwe. Foram construídas escolas, postos médicos e seis casas evolutivas para cada uma dessas localidades.

A administradora do Virei assegurou estar a negociar com o Banco de Poupança e Crédito (BPC) para a necessidade da abertura, na sede municipal, de uma agência com vista a reduzir o êxodo massivo de funcionários para a sede da província para o levantamento dos seus salários. Juliana Fonseca frisou que as negociações estão bem avançadas. Outra negociação tem a ver com as unidades panificadoras,

sobretudo a Tropicália, para a produção de pão para reforçar a merenda escolar.

A empresajá mostrou o interesse em instalar-se no Virei, disse a administradora. A preservação do património cultural, monumentos e sítios, não deixa de ser responsabilidade da administração municipal, mas técnica e metodologicamente depende muito da direcção provincial da Cultura, realçou a administradora do Virei.

Juliana Fonseca, ciente dos estudos feitos no município aquando da recente realização de um seminário tutelado pela Cultura, aguarda as tipologias de intervenção a serem feitas nas pinturas rupestres do Tchitunduhulo, principalmente, que actualmente estão a ser vandalizadas. No entender da administradora do Virei, vedar o perímetro das pinturas rupestres do Tchitunduhulo seria uma saída para que o acesso fosse controlado, mas "os especialistas dizem que não. Vamos aguardar que terminem os estudos para sabermos qual será o tratamento ideal a dar ao local para a sua preservação", concluiu.

8.9 Maior oferta de água na Quilemba e Bibala

Jornal de Angola
12 de Agosto de 2012

Dois novos sistemas de abastecimento de água entraram em funcionamento na sexta-feira, na sede do município de Bibala e na localidade de Quilemba Velha, província do Namibe.

Na Quilemba Velha, o sistema, inaugurado pelo secretário de Estado das Águas, Luís Filipe da Silva, está orçado em nove milhões de kwanzas e vai beneficiar mais de mil habitantes. Com capacidade para bombear 45 metros cúbicos a empreitada durou cerca de 90 dias.

No quadro da sua visita, o secretário de Estado inaugurou ainda, na comuna do Mamue, município da Camucuí, um outro sistema de bombeamento.

8.10 Novo sistema de água em fase de conclusão

Jornal de Angola
12 de Agosto de 2012

A construção da estação de tratamento e distribuição de água, que vai abastecer os bairros 4 de Fevereiro, Campo de Aviação, Calanga e 25 de Abril, fica concluída em Setembro, anunciou ontem, ao Jornal

de Angola, o administrador municipal de Caluquembe.

A estação, na localidade de Sófrio instalada pela direcção provincial de Águas da Huíla, no âmbito do Programa "Água para Todos", afirmou Emílio Tchitacumbe, vai abastecer mais de 200 famílias.

O novo sistema, abastecido pelas nascentes de Sanoloti e Samutu, tem capacidade para bombear 20 mil metros cúbicos por hora, que pode ser aumentada. Emílio Tchitacumbe recordou que há no município mais de 90 famílias a consumirem água potável proveniente da antiga estação de tratamento, que já não corresponde às necessidades.

Os habitantes das localidades de Vatuku, Lomba Alto, Cacomba, Vila Branca e bairro de Alunhanha, referiu, também já consomem água potável.

O director provincial das Águas, Abel da Costa, declarou que as obras da nova estação estão terminadas e que apenas decorre a construção da infra-estrutura onde vai ser instalado o gerador.

8.11 Governadora da província inaugura novo fontanário

Jornal de Angola
15 de Agosto de 2012

A população do bairro Manauto, arredores de Saurimo, passou a dispor na segunda-feira de um fontanário com dez torneiras, inaugurado pela governadora Cândida Narciso. O presidente da empresa responsável pela instalação do fontanário, António Cunha, disse que a infra-estrutura é um equipamento artesiano que vai funcionar 24 horas por dia e adiantou a construção, ainda este ano, de mais um fontanário e uma lavandaria, na outra extremidade do bairro.

A governadora Cândida Narciso agradeceu o gesto da empresa Sete Cunhas e felicitou a população, principalmente mulheres e crianças, que percorriam longas distâncias e escalavam montanhas em busca de água.

"A partir de agora vocês estão de parabéns, pois já não têm de ir buscar água aos rios para consumo", salientou. O tempo que as mulheres gastavam para obter água pode agora ser usado para se dedicarem à alfabetização, a cuidar melhor dos filhos e da saúde da família, acrescentou Cândida Narciso.

O soba Celestino Sayasswa agradeceu à empresa a iniciativa, pois desta forma a população deixa de ter

medo do risco das ravinas, que vitimaram na época chuvosa uma criança, que saiu em busca de água.

8.12 Programa Água para Todos já chegou às três comunas

Jornal de Angola

16 de Julho de 2012

Mais de 16 mil pessoas do município do Ambriz, província do Bengo, estão a beneficiar do programa "Água para Todos", através da construção de quatro sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

O administrador municipal do Ambriz, Januário Bernardo, disse ontem à Angop que o programa chegou às três comunas que compõem o município, estando neste momento a beneficiar dez mil habitantes da sede comunal do Ambriz, cinco mil da Bela Vista e dois mil do Tabi.

As populações da sede do município, explicou, estão bem servidas, com dois sistemas de água que funcionam de forma alternada, distribuindo água em quantidade e com a qualidade desejada.

O problema de fornecimento de água potável na sede do município e arredores, segundo Bernardo Januário, melhorou substancialmente, apesar de algumas pessoas que residem em aldeias mais recônditas ainda consumirem água não tratada. O município tem como lema "trabalhar para crescer", que reflecte o esforço da administração, porque não há crescimento sem trabalho e, no Ambriz, é evidente o crescimento em quase todos os sectores, com destaque para as áreas da saúde, educação, vias de acesso, energia e água. Corpo do texto. Corpo do texto.

8.13 Lembelele reclama falta de água potável e energia eléctrica

Angolense

17 de Agosto de 2012

Com uma população estimada em cerca de dois mil habitantes, o bairro surgiu nos finais de 1999, numa vasta zona antes considerada propícia para o cultivo de produtos para a subsistência de algumas famílias. As primeiras residências, segundo contam, começaram a ser erguidas próximo a estrada que separa o bairro da Caóp -Viana e a com una da Funda. A zona é habitada por cidadãos oriundos de vários pontos do país. Para dar vivacidade ao bairro e

suprir as suas necessidades, a população recorre à água vendida por camiões cisternas e tanques.

Entretanto, no interior do bairro é possível vislumbrar jovens com motorizadas que fazem prestação de serviços diversos, com maior destaque para cidadãos que comercializam água em recipientes de 20 litros. "Por causa da distância, somos obrigados a contratar jovens motoqueiros (kupapatas), porque estes acabam por facilitar a vida de muita gente que não encontra este bem indispensável", contou Agda Samuel, uma das moradoras.

O recipiente de 25 litros de água é comercializado ao preço de 90 Kwanzas, ao passo que o de cinquenta litros é vendido a 150 kwanzas. Segundo os habitantes daquela circunscricção de Luanda, quanto se regista a falta de água na capital, os preços também alteram, muitas vezes, são obrigados a percorrer longas distâncias para adquirirem a água.

Durante a nossa permanência no bairro, deparamo-nos com Germana Abílio, a jovem que diz percorrer cerca de seis quarteirões a pé, a procura de água num dos bairros. A mesma, lamentou o facto de certos políticos incentivarem a depositar o voto a seu favor quando nunca se interessaram com os seus problemas. "Esses senhores quando ganharem vão voltar a se esquecer do povo que bem os elegeu, sendo que as promessas são apenas para ganhar a confiança do eleitorado. A título de exemplo, foram as promessas feitas pelo secretário provincial do partido no poder, Bento Bento, em 2008, onde prometeu melhorias para a população. Mas este apenas fintou-nos, e já estamos agastados com isso", desabafou a jovem Germana.

Marta Filipe, outra moradora, disse não conseguir entender a situação, principalmente por se tratar de um bairro que tem fonte de tratamento de água. "Existem muitas condutas, será que essas novas condutas vão abastecer os condomínios de luxo e as empresas dos governantes?", Questionou-se, sugerindo que os políticos dessem maior importância aos pobres, com vista a merecer a confiança de todos os cidadãos. "Ninguém se sente bem quando sabe que

o próximo vive mendigando, por isso, eles devem resolver os problemas de todos para vivermos a efectiva paz social", clamou. De acordo ainda com aquela moradora, quando se regista a falta de água na cidade capital, a vida naquele "musseque" torna-se um inferno, pois para tomar banho e cozinhar recorrem à compra de água mineral, inclusive em famílias de oito elementos.

Como frisaram, o bairro não possui escolas da rede pública, sendo que a maioria das crianças estudam em

escolas privadas e algumas explicações que foram surgindo no bairro, o que segundo lamentaram, alarga as despesas no seio familiar.

8.14 Água em abundância nas torneiras de Tomboco

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2012

Os mais de 40 mil habitantes do município do Tomboco, província do Zaire, têm todos acesso a água potável devido à construção, nas sedes comunais e aldeias, de estações de captação, tratamento e distribuição, no âmbito do "Programa Água para Todos".

Tomboco, que é grande produtor de laranja, banana, abacaxi, mandioca e genguba, possui três comunas: Quinzau, Quichimba e a sede municipal.

Até há quatro anos, Ana Teixeira, de 28 anos, era obrigada a percorrer longas distâncias com a bacia à cabeça para acarretar água do rio. "Era um calvário andar por caminhos perigosos para tirar água", conta ao *Jornal de Angola*, ao recordar as peripécias por que tinha de passar na mata para chegar ao rio.

Em 2011, a rotina diária de Ana Teixeira mudou com a construção de uma estação de captação, tratamento e distribuição de água a poucos metros da sua casa, na sede municipal de Tomboco.

"Demorou mas chegou, finalmente temos água próximo das nossas casas", diz Ana com a satisfação de quem viveu na pele as dificuldades de ter de ir buscar longe.

Agora, caminha com passos firme, na certeza de que os tempos de maior dificuldade dificilmente vão voltar, pois a rede de abastecimento continua a crescer e até as ligações domiciliárias estão em curso.

"Hoje temos água a partir dos fontanários, mas temos a certeza que amanhã ela vai chegar a nossas casas", afirma convicta.

Tal como Ana Teixeira, também a vida de Elisa Fernandes mudou, porque a água que jorra dos chafarizes veio resolver os problemas de saúde derivados do consumo de água não tratada dos rios.

"A água que consumíamos não tinha condições e tínhamos de ir buscá-la ao rio ou à cacimba", explica Elisa, que não vai voltar a ter de levar a filha ao hospital devido ao consumo de água imprópria.

Na sede municipal foram construídos dois sistemas de captação, tratamento e distribuição de água potável, enquanto nas aldeias Casa da Telha, Quioa e Santa estão a funcionar infra-estruturas semelhantes e outras devem começar a fornecer água às populações ainda este mês. "Nas duas sedes comunais, sobretudo na comuna do Quinzau, temos um centro de captação, tratamento e distribuição já em pleno funcionamento, no âmbito do Programa Água para todos", explica o administrador municipal, Silva Pedro.

Na mesma comuna, mais precisamente na aldeia do Mucula, o Executivo também construiu um centro de captação e distribuição de água para a população e na aldeia de Quenguele vai entrar em funcionamento um sistema de água que vai beneficiar outras três aldeias do município de Tomboco.

O administrador municipal considera que são "projectos pequenos", mas importantes na sua dimensão, porque têm permitido o acesso à água potável a milhares de pessoas. Água e energia são duas áreas que andam quase sempre de mãos dadas, por isso, a população de Tomboco beneficia de electricidade proveniente de uma central térmica construída na localidade. "A sede, sobretudo, beneficia de energia eléctrica. Também evoluímos para mais sete aldeias que estão abrangidas pelo sistema de energia eléctrica e que passam a ter luz este mês", garante o administrador municipal, acrescentando que as comunas do Quinzau e Quichimba nunca tiveram electricidade. "Com o alcance da paz, estas duas sedes comunais hoje têm energia eléctrica".

Apesar dos enormes investimentos nestes dois sectores, a população de Tomboco quer mais infra-estruturas de energia e água. O chefe das autoridades tradicionais, José Pedro, considera ser necessário construir uma mini-hídrica a partir do rio Mbridge, que fica a 19 quilómetros da sede municipal, para se reduzir os custos de produção.

"O Executivo envida esforços para a compra de geradores, mas a energia produzida pelos geradores é uma alternativa, por isso queríamos pedir a construção de uma mini-hídrica a partir do rio Mbridge, no sentido de se poupar dinheiro para outros investimentos", diz José Pedro, reconhecendo que têm sido dados passos, apesar das dificuldades para se resolver esta questão.

As autoridades locais acreditam que a mini-hídrica vai impulsionar o desenvolvimento do município a vários níveis, além de ser a principal fonte de produção de energia naquele ponto do país.

Mais salas de aulas e centros de saúde

A semelhança do que se passa noutras regiões do país, Tomboco viu crescer a sua rede de estabelecimentos de ensino. Com apenas seis escolas antes da conquista da paz, em 2002, possui hoje 30, que perfazem um total de 140 salas de aulas disponíveis. "Outras estão para entrar em funcionamento com a inauguração de mais escolas este mês", garante Silva Pedro, que há quatro anos encontrou no município mais de mil crianças fora do sistema de ensino.

"Hoje, esse número não deve atingir as 200 crianças", diz, referindo que com a abertura de novas escolas pode deixar de haver crianças fora do sistema de ensino.

Silva Pedro explica que devido à alta taxa de natalidade em Angola, que é de 3,5 por cento, vai haver sempre uma certa pressão no sistema de ensino. Mas, apesar disso, não tem dúvidas quanto à capacidade do Executivo para resolver essas situações com a construção de novas escolas. "Acreditamos que no próximo ano lectivo, em 2013, vai haver novos alunos a completar seis anos. Olhando para essa taxa, vai haver sempre uma certa pressão, mas temos capacidade para resolver, por isso é que temos em andamento o Programa de Investimentos Públicos (PIP), no âmbito do qual já temos previsões sobre aquilo que se vai fazer olhando para as nossas estatísticas oficiais", explica.

Para estudar é preciso saúde e foi a pensar nisso que a rede sanitária também registou um grande crescimento. Em todas as aldeias de Tomboco foram construídos dos postos médicos, enquanto nas sedes comunais foram erguidos centros de saúde para uma melhor assistência médica e medicamentosa às populações.

"Temos três médicos estrangeiros e dois angolanos. Um número razoavelmente satisfatório, se tivermos em conta o passado, em que não tínhamos médicos. Graças à paz, e ao esforço do nosso Executivo, temos de momento estes cinco médicos", diz regozijado Silva Pedro. O abastecimento de medicamentos aos postos e centros de saúde e ao hospital municipal é feito de forma regular, por isso, a mortalidade materna e infantil reduziu drasticamente.

"Isto, porque estamos a trabalhar na questão da prevenção, que é a luta anti-vectorial, eliminando focos de transmissão de doenças, mas também na assistência médica e medicamentosa, porque sabemos que a malária, sobretudo o paludismo, tem feito muitas mortes, na sua maioria crianças", refere. A

circulação rodoviária foi dos primeiros ganhos da paz em Angola. No município do Tomboco é possível circular sem grandes problemas, por o município se localizar ao longo da Estrada Nacional 210, que liga a cidade de Luanda a M'Banza Congo e possui sinais horizontais e verticais.

"Já se vai com grande normalidade de Tomboco ao município do Nzeto, com uma estrada totalmente asfaltada", diz Silva Pedro. Além da via principal, o município viu também serem reabilitadas as estradas secundárias e terciárias, numa extensão de 30 quilómetros. "É muito importante termos vias secundárias e terciárias em boas condições porque permite à nossa população escoar facilmente os seus produtos, principalmente nos meses de grandes colheitas", explica o administrador municipal.

Silva Pedro sublinha que é desejo da Administração fazer mais em termos de reabilitação de estradas, mas reconhece que também é um trabalho muito oneroso e fora das suas competências. "Há trabalhos visíveis naquilo que é a interligação que existe entre o Tomboco e a província de Luanda, onde se vende a maior parte dos produtos do nosso município", frisa.

A juventude também não foi esquecida. A pensar nela está em reconstrução um pavilhão gimnodesportivo. A Administração local tem distribuído materiais desportivos aos jovens de forma gratuita para a massificação do desporto.

"Durante as festas da cidade, realizámos um quadrangular de futebol, para o qual foi distribuído gratuitamente material desportivo aos nossos jovens", afirma Silva Pedro.

Numa área de 25 hectares, uma nova centralidade de 200 fogos habitacionais está a ser erguida. Os trabalhos já começaram e acredita-se que as empresas contratadas vão cumprir os prazos estabelecidos nos contratos.

"No âmbito do Programa de Combate à Pobreza, estão a ser erguidas 50 casas evolutivas e acreditamos que a maior parte delas deve ser entregue ainda neste mês de Agosto", garante o administrador municipal.

8.15 Mais água potável nas comunidades

Jornal de Angola
17 de Agosto de 2012

As comunidades de Gingambo, Bingue, Terra Nova e Matombe, na comunado Kota, em Kalandula, passaram desde ontem a contar com fontanários de água potável construídos no quadro programa "Água

para Todos" e inaugurados pelo governador Boaventura Cardoso.

Os fontenários vão encurtar as longas distâncias que antes as populações percorriam para encontrar o precioso líquido. Boaventura Cardoso entregou, igualmente, uma ambulância adquirida com fundos destinados ao Programa de Municipalização dos Serviços de Saúde.

A chefe de repartição municipal da saúde de Kalandula, Domingas Manuel, garantiu que as localidades de Kateco-Kangola e Kuale também vão, proximamente, receber ambulâncias.

8.16 Habitantes da capital do país vendem lixo às autoridades

Jornal de Angola
21 de agosto de 2012

Moradores do município do Cazenga começaram ontem a venda de lixo doméstico às autoridades, no quadro do programa "Luanda limpa" do Governo Provincial de Luanda (GPL).

O lançamento do programa no Cazenga, um dos municípios mais populosos de Luanda, decorreu na comuna do Tala Hady, onde foi criado um posto de transferência de resíduos sólidos que, depois de acondicionados, são enviados para o aterro sanitário do Mulenvos. No posto de transferência, na Rua Rei Pele, bairro Calawenda, há um balcão do Banco de Poupança e Crédito (BPC) que efectua os pagamentos.

O administrador da comuna do Tala Hady, Simão Ferreira, disse ontem à Rádio Nacional de Angola que o projecto, além de proporcionar uma cidade cada vez mais limpa, tem o objectivo de combater a pobreza de muitas famílias.

Às pessoas que aderem ao projecto, depois de inscritas, são dados sacos de depósito de lixo que depois colocam no posto de transferência, onde recebem um valor monetário consoante a quantidade.

O gestor do posto de transferência, Agostinho Kioza, afirmou que houve um número considerável de pessoas a aderir ao projecto, a avaliar pela quantidade de sacos entregues.

O coordenador da comissão de moradores do bairro Grafamil, José Dinis, disse que "a população está mobilizada para aderir ao projecto de grande impacto social".

8.17 Água potável corre nas torneiras de Quiongua

Jornal de Angola
23 de Agosto de 2012

O administrador municipal de Cacuso, Furtado Azevedo, referiu que , o abastecimento de água potável à população faz com que os cidadãos locais deixem de percorrer longas distâncias à procura do líquido.

Margarida João, moradora do bairro da Quiongua, afirmou que, com a , construção do novo chafariz, reduziu-se o sofrimento da população, que tinha de se deslocar à região de Cassassa para acarretar água, que até era considerada imprópria para consumo.

A jovem explicou que a água antes consumida era proveniente de uma escavação feita por algumas pessoas, o que provocava doenças diarreicas, principalmente nas crianças. Ana António Nunes, de 22 anos, agradeceu o esforço do Executivo por fornecer água potável à povoação e solicitou à Administração Municipal de Cacuso para agora fazer chegar a luz eléctrica.

O soba de Quiongua, António Simão Gomes, salientou que o chafariz alivia a vida da população, avaliada em 350 habitantes, e pediu à administração para asfaltar a via que dá acesso à circunscrição.

Além disso, expressou a sua preocupação com a ausência constante do professor que lecciona na única escola existente na povoação, e argumentou que o mesmo não dá aulas durante muito tempo, alegando residir no município de Calandula, localizado a muitos quilómetros da povoação. A ausência do docente implica que as crianças permanecem sem estudar até que se confirme o seu regresso, acrescentou.

O director provincial das Obras Públicas de Malange, João Miguel Correia, afirmou que a nova Biblioteca Municipal, que aguarda pela inauguração, já está a receber material enviado por Luanda. Referiu, ainda, que os hospitais de Malange, Cangandala e Caculama já funcionam e atendem diariamente os pacientes que solicitam os seus serviços. As obras dos hospitais de Calandula, e Cacuso estão em fase conclusiva. A província de Malange possui centros médicos em construção em vários municípios.

8.18 Senhoras lideram o negócio

O país

24 de Agosto de 2012

Ao contrário do que acontecia normalmente em muitas localidades da capital ou do país, os adultos passaram a substituir as crianças desde que se aperceberam que o simples depósito de lixo passou a ser uma actividade com fins lucrativo.

Entidades ligadas à iniciativa realçaram que muitas pessoas acreditam que este dinheiro vai servir para resolver alguns problemas dos vendedores, embora o principal propósito do Governo Provincial de Luanda passe pela redução do lixo e não o volume de dinheiro a ser pago.

O Governo pretende colaborar com o cidadão e que este colabore com o Governo. Isso serve também para tirar as pessoas da letargia de depositarem o lixo onde quer que seja. Mesmo que ganhe mil Kwanzas, desse jeito saímos todos a ganhar", contou António Kiosa.

8.19 Rede de distribuição beneficia de obras

Jornal de Angola

25 de Agosto de 2012

Mais de 600 mil pessoas vão ter acesso à água potável na província do Uíge, após a conclusão de acções que o Executivo leva a cabo no domínio da construção de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água potável na região, revelou ontem à Angop, o director provincial de Energia e Águas.

Eduardo André disse que a rede de distribuição de água potável à cidade do Uíge vai receber, em breve, obras de requalificação para permitir também o estabelecimento de ligações domiciliárias.

O sistema de Loe, para captação, tratamento e distribuição de água à cidade do Uíge, está em pleno funcionamento, com uma capacidade de bombagem de 14 mil metros cúbicos por dia.

O responsável referiu que o único problema é o estado obsoleto da rede de distribuição de 150 quilómetros, que abastece água a mais de 53 mil habitantes da parte urbana e periferia da cidade do Uíge. "Estamos a fazer um esforços para ultrapassarmos a situação, substituindo a antiga rede de distribuição", disse.

Eduardo André precisou que 10 das 16 sedes municipais já têm a água canalizada, faltando as sedes

municipais da Damba, com acções numa fase conclusiva, e Bungo, Milunga, Kimbele e Maquela do Zombo, cujas obras já passaram por concurso, no quadro do programa "Água para todos".

"Os concursos foram feitos e este mês começam as obras", disse. Outros 52 sistemas de abastecimento de água foram construídos em 12 comunas e povoações, fornecendo a água a mais de 392 mil consumidores.

Em construção estão 11 outros sistemas que, após concluídos, vão elevar para 600 mil o número de consumidores directos de água potável, a partir das redes de distribuição, na província.

Eduardo André afirmou não existirem grandes problemas quanto ao fornecimento de electricidade, que está assegurado pela barragem de Capanda, com uma oferta de 12 megawats para Uíge, 12 para Ngage, oito para Maquela do Zombo, e reservados outros 24 para as minas de Mavoio.

As outras sedes municipais recebem energia eléctrica de fontes alternativas (grupos geradores), numa potência operacional de 1 000 Kv. "Neste momento, estamos preocupados com as sedes comunais que não têm essa alternativa instalada. Está em execução um projecto para a instalação de 600 postes com painéis solares", sublinhou. A província tem ainda em construção uma mini-hídrica, a de Lukixe II, que vai colmatar o défice provocado pela avaria na barragem hidroeléctrica de Lukixe.

8.20 GPL paga 50 kz por 50 kg de lixo

O País

24 de Agosto de 2012

O município do Cazenga foi o escolhido para o início do projecto do Governo Provincial de Luanda que prevê a compra de lixo produzido pelos próprios municípios da capital

Luanda Limpa é a denominação atribuída ao projecto do Governo Provincial de Luanda que se dispõe a comprar o lixo nas comunidades da capital para que ela se torne mais limpa, cujo arranque ocorreu esta semana no município do Cazenga.

Para a sua concretização, as autoridades de Luanda, encabeçadas pelo governador Bento Sebastião Bento, criou alguns pontos de transferência onde os municípios deverão depositar o lixo, que posteriormente será transferido para o aterro sanitário.

A informação foi avançada pelo gestor do Ponto de Transferência do Kalawenda, no Cazenga, localidade pioneira no projecto em causa.

A iniciativa começou a ser implementada na passada segunda-feira, 20 de Agosto, em colaboração com a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (EUSAL). O projecto Luanda Limpa deverá contar com 60 trabalhadores, entre operadores, micro-operadores e fiscalizadores.

A população teve conhecimento dos objectivos do projecto por intermédio das comissões de moradores, a quem foi incumbida esta responsabilidade meses antes da sua implementação. Segundo apurou O PAÍS, a remuneração dos vendedores de lixo será feita consoante a quantidade que cada um deles depositar nos postos de transferência.

O lixo será depositado em sacos atribuídos pelas próprias administrações municipais. Cada um deles, cheio de lixo doméstico produzido diariamente, custa 50 kwanzas.

"Os vendedores serão remunerados três dias depois de efectuarem o depósito do lixo", assegurou António Kiosa.

O técnico da Administração Municipal do Cazenga contou que se notou uma grande afluência de populares interessados em vender lixo no posto de transferência deste município, que já foi tido como um dos mais populosos da capital.

No primeiro dia, 67 pessoas deslocaram-se ao posto de transferência para vender lixo.

O responsável do Posto do Kalawenda, António Kiosa, acredita que o número será superior nos próximos dias, porque o dia do lançamento serviu apenas para aquecer as baterias.

Kiosa é de opinião que uma semana depois a informação vai chegar a outros interessados e o projecto terá maior adesão por parte da população.

"O projecto é vantajoso porque a população vai ganhar dinheiro com a venda do lixo e o Governo ganha porque vai conseguir cumprir com um dos seus compromissos que é a liquidação do lixo. O projecto veio para ficar", acredita o responsável da Administração do Cazenga.

Ele acredita que o projecto Luanda Limpa surgiu para minimizar o surgimento de lixo nas principais avenidas do município e da própria cidade capital. Isso vai permitir igualmente que as pessoas tenham a

possibilidade de conseguir algum dinheiro, ao mesmo tempo que participam na limpeza dos seus bairros.

Kiosa lembra, por exemplo, que "o lixo tem uma grande produtividade, mas as pessoas não gostam de estar junto e pretendem livrar -se dele".

Estima-se que possivelmente entre 100 a 120 pessoas serão atendidas diariamente no Posto transferência do Cazenga, onde as operações começam às sete e terminam às 18. horas Esta unidade conta com três contentores de sete metros cúbicos que serão desovados assim que estiverem cheios.

O sistema de recepção do lixo começa no portão da própria instituição através de três fiscalizadores. Posteriormente, o vendedor terá direito a uma senha e uma outra documentação, que deverá ser entregue a uma instituição bancária para o devido registo e pagamento.

Só serão permitidos vendedores que tenham uma conta bancária, bilhete de identidade e o cartão de Contribuinte.

De acordo com António Kiosa, o referido projecto que teve início no município do Cazenga, será estendido a outras localidades. Mas ainda não existem informações sobre-as localidades que virão a seguir, segundo apurou este jornal.

"Ainda não sei quanto vou receber" Uma das primeiras vendedoras de lixo ao Governo foi a senhora Maria Congo, 61 anos de idade.

Ela, segundo contou, sentiu a necessidade de colaborar com o Governo Provincial de Luanda na redução dos resíduos sólidos no seu bairro e obter algumas receitas para o seu sustento.

Depois de receber a informação de uma vizinha, Maria Congo muniu-se dos requisitos solicitados e dirigiu-se ao Ponto de Transferência do Kalawenda, no Cazenga. Depositou dois sacos de 50 quilogramas cada e a recompensa seria paga apenas ontem, Quinta-feira, 23.

Ela acredita que o dinheiro vai servir para suprir algumas necessidades básicas.

"Eu sou inocente. Só vim mesmo depositar o lixo e já não tenho. Outras informações sobre o assunto. Ainda não sei quanto vou receber. Disseram - me apenas para vir levantar os valores na Quinta - feira", contou Maria Congo.

8.21 Bento Bento lança programa de limpeza

Jornal de Angola

24 de Agosto de 2012

O governador da província de Luanda, Bento Bento, procedeu ontem ao lançamento do Programa Luanda Limpa com a inauguração do Ponto de Transformação de lixo do Cazenga, numa jornada de campo que serviu para inaugurar também o Centro de Saúde dos Mulenvos, da Escola Primária do Primeiro Ciclo do Ensino Secundário n.º 5113 e visitar a Igreja Presbiteriana de Angola em Viana.

Com o lançamento do Programa Luanda Limpa, que surge por orientação do Presidente José Eduardo dos Santos, a população da cidade capital já pode participar na limpeza da cidade, ao recolher o lixo das ruas e levá-lo ao Pontos de Transformação (PT), onde poderão vendê-lo ao Governo da província.

Bento Bento lembrou que o lixo recolhido pela população e vendido ao governo, faz parte de um programa que visa a dar a possibilidade às famílias de conseguirem obter algum dinheiro para minimizar as carências. O governador de Luanda apelou aos municípios para fazerem apenas a recolha do lixo que pode ser reciclado, como plásticos. "Mais tarde o lixo recolhido será vendido às operadoras que no futuro vão passar a assumirem a respirabilidade de o reciclar", disse.

"Com este processo vamos passar a ter as nossas ruas mais limpas e as casas que ficam no interior dos bairros também vão ficar limpas", sublinhou.

8.22 Capital produz quatro milhões de quilos diários

Agora

25 de Agosto de 2012

Luanda produz cerca de quatro milhões de quilos e resíduos por dia o que tem levantado, ao longo dos anos, diversas dificuldades às autoridades em relação à sua recolha e tratamento. Com a inauguração do Aterro Sanitário dos Mulenvos, em 2007, a cidade deu saltos qualitativos na recolha e tratamento dos seus resíduos. A melhoria das viaturas de recolha e da própria rede viária também tem contribuído para a redução do lixo acumulado nas ruas, tornando mais fácil e eficaz a sua limpeza. No entanto, muito há ainda por fazer, designadamente no campo da sensibilização.

O Centro de Educação Ambiental de Luanda, inaugurado em 2009, é considerado um instrumento central do programa de educação ambiental, pois chega a diversas escolas do ensino primário da rede pública de Luanda e desenvolve dezenas de campanhas de sensibilização, essenciais na consciencialização da população para o problema dos resíduos.

Maiores lixeira do planeta.

Há muito que entusiasma investigadores e situa-se no mar, estende-se do Japão ao Havai e é considerada a maior lixeira do mundo, com cem milhões de toneladas de resíduos flutuantes. Ainda não há estudos conclusivos sobre a forma exacta como se forma, embora se pense que cerca de um quinto dos resíduos é proveniente das descargas dos navios e plataformas petrolíferas e o restante resulta de despejos feitos em terra.

A lixeira foi descoberta em 1997 pelo oceanógrafo norte americano Charles Moore, quando participava numa regata entre o Havai e Los Angeles, num local com pouca circulação oceânica. Os investigadores chamam-lhe sopa de plástico:

"Inicialmente as pessoas pensavam que era uma ilha de lixo plástico, sobre a qual se podia andar, mas não é bem isso. É mais como sopa de plástico", afirmou um dos cientistas que já estudou o fenómeno

8.23 Água potável a jorrar das torneiras de Cahombo

Jornal de Angola

29 de Agosto de 2012

Mais de três mil habitantes da sede municipal de Cahombo, na província de Malange, beneficiam, desde segunda-feira, de um sistema de abastecimento de água potável com capacidade para bombear 28 mil litros de água por hora, a partir do rio Muola, cerca de um quilómetro da vila.

Construído no âmbito do Programa Municipal Integrado de Desenvolvimento Rural e de Combate à Pobreza, o sistema possui reservatório com capacidade para 50 mil litros.

O chefe do departamento provincial da Energia e Água, Luís Neto, disse que com o novo sistema, a sede municipal do Cahombo passa a ter uma rede de distribuição de água de cinco fontanários.

O vice-governador para o Sector Técnico e Infra-estruturas, Conceição Cristóvão, explicou que a recuperação do sistema que esteve paralisado há 30 anos

faz parte das preocupações do Executivo para a melhoria das condições de vida das populações. Com a entrada em funcionamento do sistema de abastecimento de água potável, disse o responsável, a população deixa de consumir água imprópria que retirar directamente das cacimbas ou percorrer longas distâncias a procura do precioso líquido.

Em Cahombo, Conceição Cristóvão inaugurou duas residências do T3 para enfermeiros e uma T6 para os funcionários da Administração Municipal, e inspeccionou as obras de construção de uma escola com 12 salas, do primeiro ciclo e dos 200 fogos habitacionais.

O vice-governador deixou orientações expressas aos empreiteiros para a conclusão das obras que registam um ligeiro atraso.

O município de Cahombo, que integra a vasta região da Baixa de Cassange, tem uma população estimada em 18 mil habitantes que na sua maioria dedica-se a agricultura. Possui uma extensão de 5.295 quilómetros quadrados e faz fronteira com os municípios de Marimba, Kiwaba Nzonge, Kunda-dya-Base e Calandula.

8.24 Demorou mas chegou!

Ecos do Henda

Agosto de 2012

O acto de abertura do projecto 'Sábado/Azul e Amarelo' foi presidido pelo Administrador municipal Tany Narciso defronte à panificadora Sopão, a quem também coube a honra do corte da fita.

No seu discurso o Administrador afirmou o engajamento do Executivo, "hoje vamos inaugurar 17 Pts que vão beneficiar 7035 (sete mil e trinta e cinco) famílias. O projecto garante a construção de 113 PTs, que irão beneficiar um total de 40 mil famílias ", avançou, para mais adiante salientar que uma das maiores necessidades da população tem a ver com a energia eléctrica, "é um dia muito especial para os populares que doravante vão consumir energia da Edel", frisou.

O governante salientou por outro lado que o projecto vai atingir áreas que nunca tiveram energia da rede pública e zonas onde a energia chega com muitas dificuldades, como é o caso dos bairros "Terra Vermelha e Angolano Vala, respectivamente", que vão beneficiar também do projecto.

"Para o reforço da capacidade actual, serão construídas duas sub-estações, uma junto a Elisal e outra no bairro da Mabor Malha", sustentou.

Tany Narciso apelou aos beneficiários a cuidarem os bens ora inaugurados e efectuarem o pagamento regular, "caros moradores vamos preservar e conservar os meios, evitem as puxadas, não cortarem os cabos para venderem, não arranquem os fusíveis e paguem com regularidade a energia", acautelou, ao concluir que o projecto orçou muito dinheiro aos cofres do estado não adiantando valores monetários.

De acordo com a engenheira Maria Clara Sanges, o projecto 'Sábado/ Azul e Amarelo' no Cazenga conta com a parceria da Empresa Nacional de Energia (Ene) e é supervisionada pelo Ministério da Energia e Águas.

"O projecto não será sustentável simplesmente a nível do fornecimento, mas também na qualidade de serviço. Os PTs, serão inaugurados por fases, porque pretendemos analisar a forma de alimentação que os mesmos terão", assegurou. Maria Sanges, representando o Presidente do Conselho de Administração da Edel disse que o projecto, "a nível do Cazenga está orçado em cerca de 500 milhões de kwanzas", revelou. Aquela responsável afirmou, "que é preciso um retomo dos investimentos feitos, "para que os beneficiários fiquem satisfeitos com a qualidade dos serviços e esperamos que a população siga os critérios estabelecidos pela Edel,

A voz dos beneficiários

Paulo Gabriel, morador do bairro Tira Pistola há mais de 20 anos, satisfeito com a colocação e inauguração dos Pts disse, "antes consumíamos uma energia que vinha do distrito do Sambizanga de um Pt privado e pagávamos dois mil kwanzas por mês, mesmo não consumindo a luz com regularidade. Esperamos que a energia da Edel, seja melhor e traga muitos benefícios", concluiu. Madalena António é moradora da rua Porto Santos há oito anos. Ela, por sua vez, defende que com a inauguração dos Pts, "vamos deixar de consumir energia dos Pts privados que cobram valores exorbitantes e reduzir os gastos na compra de combustível para os geradores", sublinhou.

De salientar que os restantes 96 Pts serão inaugurados dentro de dois meses. Saiba que o projecto 'Sábado/Azul e Amarelo' é a jornada extraordinária que envolve os serviços comerciais e de atendimento ao público realizado pela Edel, num determinado município.

O seu objectivo é garantir em tempo record a oferta de energia eléctrica nas zonas carenciadas e melhorar onde é deficiente.

9. GÉNERO E VIOLÊNCIA

9.1 Incumprimentos de prestação de mesada lideram causas de conflitos familiares

O país

03 de Agosto de 2012

O incumprimento de mesada, com 118 casos registados, lidera a lista das causas dos 333 conflitos no género registados, de Janeiro a Junho do ano em curso, pela Direcção da Família e Promoção da Mulher no Kwanza Norte.

Dados do relatório semestral da instituição, a que a Angop teve quarta-feira acesso, indicam ainda que entre os casos registados constam 58 abandonos de lar, igual número ofensas morais, 29 ofensas corporais, 20 fugas à paternidade, sete ameaças de morte, seis adultérios e seis despejos e usurpação de bens.

Entre os casos listados constam ainda abandonos de menores, injúrias, chantagem, difamação e calúnia, em que foram vítimas 53 homens e 256 senhoras. Dos casos registados, 42 foram transferidos aos órgãos de justiça por transcenderem as competência Direcção Provincial das Famílias quanto 291 outros tiveram sol nível da sala de aconselhamento instituição.

No quadro das acções de moção da sociedade sobre as conse cia jurídicas da violência dom a instituição realizou várias pa em empresas, escolas e nos cen maior concentração populacio quais versaram sobre o papel na educação dos filhos, deveres ponsabilidades dos pais e oriei dos pais face ao fenómeno da i lização. A instituição empenl: ainda na promoção de evento ménicos, traduzidos na realiza vigílias e orações para a unida famílias, bem como de festivais ca gospel animados por coros d rentes confissões religiosas.

9.2 Governos devem aumentar a participação das mulheres na resolução de conflitos

O país

03 de Agosto de 2012

O secretário de Estado para os Assuntos Políticos, Manuel Augusto, encorajou esta semana, em Luanda, os governos africanos a aumentar a participação das mulheres nos órgãos de tomada de decisão e nos processos de resolução de conflitos.

O governante, que falava numa palestra sobre as perspectivas para os próximos 50 anos da Organização Panafricana das Mulheres (OPM), em alusão ao 50º aniversário da sua fundação assinalado esta terça-feira, exortou os africanos a unirem-se em torno dos esforços de desenvolvimento da democracia e luta contra a fome e a pobreza que o continente enfrenta. Saudou calorosamente todos os cidadãos de África, em particular a mulher africana, por serem as que ainda em maior número são as vítimas da exclusão social, violência familiar e privação de direitos fundamentais.

"O Dia de África é um dia importante para os povos africanos e associa-se à Organização da Unidade Africana (OUA), criada a 25 de Maio de 1963, em Addis Abeba, Etiópia, tendo sido substituída a 9 de Julho de 2002 pela União Africana (UA)", lembrou. Afirmou que a mulher africana continua a lutar incansavelmente para conseguiu alterar os conceitos errados da sociedade em relação aos direitos da mulher, na erradicação da pobreza, fome, analfabetismo e no desenvolvimento.

A palestra, que foi animada pela cantora angolana, Tonicia Miranda, contou com as participações das mulheres da OMA, OPM e outras personalidades.

9.3 Marginais sem tempo de agirem

Semanário Angolense

03 de Agosto de 2012

O 27 de Julho foi mais um dia em que a polícia da Unidade Especial Anti-Crime entrou em acção, desta feita no distrito da Maianga, em que homens e meios da polícia estavam em prontidão para mais uma missão de busca e captura de marginais.

Com ajuda de cães farejadores que detectam ingenhos explosivos e drogas escondidas, os efectivos da polícia tiveram como ponto de partida a Unidade Operativa de Luanda acompanhados pela imprensa. Depois da Unidade Operativa, seguiu-se para o "ponto

de ordem", na divisão da Maianga, bairro do Catintom.

Na primeira paragem, durante a operação, na avenida Ho-chi-Mi, os efectivos da Brigada Especial de Trânsito interpelaram um casal que se fazia transportar numa viatura de marca Carina E, mas em estado de embriaguês. Na sequência, foram detidos e levados para a Divisão do distrito da Maianga, onde acabaram por pernoitar até passar o estado de embriaguês.

Na avenida Revolução de Outubro, paragem que se seguiu, às 1 hora e 23 minutos, um cidadão de aproximadamente 30 anos foi interpelado pelos agentes da Brigada de Trânsito, apresentava sinais de embriaguês .. Resoluto com os agentes da ordem, o cidadão, que disse chamar-se Bruno, não aceitou que a sua viatura fosse revistada, tendo alegado ser filho de um brigadeiro, apesar de ter a viatura com vidros fumados. "Não me podem mexer, o meu pai é brigadeiro", disse Bruno aos agentes da polícia.

A polícia, por não se fazer acompanhar do bafómetro para dectetar o nível de álcool no corpo do cidadão, teve de liberá-lo e aconteceu por volta das 01 hora e 23 minutos.

A chegada do Ministro do Interior, Sebastião Martins na divisão do distrito da Maianga, foi mais um conforto para os efectivos e para os profissionais de comunicação social, o responsável teve uma conversa com os jornalistas. Seguidamente, no bairro Cassequel, da Terra Vermelha, jovens que, supostamente, tiravam o sossego da vizinhança foram capturados e levados para a Divisão do distrito da Maianga.

Entretanto, a operação não terminou por aí. No seguimento, seis jovens que na semana passada, supostamente furtaram 6 milhões de kwanzas a um cidadão de nacionalidade chinesa.

Segundo soube este jornal, tudo começou quando as vítimas saíam da rádio Vial com o referido dinheiro e, ao dar conta do dinheiro que os chineses levavam, o motorista da viatura telefonou para os seus amigos para fazer uma emboscada a viatura e ele fingir de vítima. Falando à imprensa, o motorista disse que meteu-se na emboscada para conseguir dinheiro e fazer o acabamento da sua casa e enviar dinheiro para a sua esposa que se encontra em tratamento médico no exterior.

"Eu não ganho muito bem, por isso tive que fazer este desvio de dinheiro que serviria para mim e para a minha família, confessou.

Por sua vez, o seu comparsa de nome Day, revelou que foi ele quem contratou os outros amigos para fazerem o assalto à mão armada. Nelson é outro convidado a fazer parte do assalto, o único que tinha uma moto do tipo rápida e que facilitaria a embosca.

Com 20 anos de idade, Nelson conta que participou do roubo para ajudar os seus amigos, apesar de já ter passado pela prisão há um ano por suposto roubo de motorizada. Desse roubo, Nelson comprou uma viatura de marca Chevrolet Spark, tendo depois vendido a um vizinho ao preço de 7 mil dólares.

Pepe Rodrigues, de nacionalidade santomense, 24 anos de idade, é outro convidado a participar do roubo, tendo dito que tinha recebido a mochila do dinheiro. "Eu não sabia o que tinha dentro da mochila que o Nelson me tinha pedido para guardar, isso deve ser azar logo mesmo no dia em que eu tinha vindo de Benguela depois de uma semana de trabalho?".

"Estou arrependido por estar metido com estes tipos de amigos que me fizeram ir preso, eu não sabia do que se passava, meu Deus .. suspira Pepe, com lágrima aos olhos.

De realçar que as zonas do Xaaba e Catambor foram as que mais casos registaram durante a operação.

Segundo a moradora do Catambor, Arlete António, não se pode parar com este trabalho, uma vez que Luanda no geral ainda está melindrosa e dentro do seu bairro o abuso por parte dos assaltos tem sido constante.

Já ao período das 6 horas, ainda ao distrito da Maianga; uma jovem foi interpelada e a mesma tinha os documentos da sua viatura com a data de validade fora do prazo, afirmando ter se esquecido de ver a data de validade, tendo ficado assim por pagar uma multa.

Falando à imprensa, a jovem disse que situação do género já não iria voltar a acontecer e louvou o trabalho da polícia com a presença do titular da pasta do Ministério do Interior, Sebastião Martins.

Um outro jovem que não quis se identificar foi interpelado e multado por conduzir embriagado, e os seus acompanhantes também estavam no mesmo estado, fez o teste do bafómetro, tendo como resultado 2.47 de nível de álcool. A multa que lhe foi passada foi de 21 .120 kwanzas, e a detenção da Carta de Condução de dois a 24 meses, uma vez que, por lei, só pode estar com 0,6 de álcool.

Por volta das 8 horas do dia seguinte, depois da apresentação dos supostos marginais e dos artigos

recuperados pelos agentes da Unidade Anti-Crime, o segundo Comandante da Polícia Nacional para a Ordem Pública, Paulo de Almeida, fez o balanço final do número de detidos que ronda 210 detenções, três viaturas, 32 armas de fogo, 38 quilos de liamba, doze quilos de cocaína, telemóveis e alguns geradores entre outros artigos. O comandante-geral acrescentou dizendo que o trabalho não estava só a acontecer em Luanda, uma vez que em Benguela também já se estava a fazer o mesmo trabalho. As outras províncias já estão agendadas. "A nossa agenda é estender por toda Angola, uma vez que Benguela é a segunda província, e as outras vão seguir", informou.

9.4 Polícia põe 70 mil nas ruas

A Capital

04 de Agosto de 2012

O oficial enquadrou esse aumento de actividades como parte de um pacote de medidas a serem adoptadas pelas autoridades policiais angolanas nesta fase final do processo eleitoral.

Orlando Bernardo, que é quadro do comando provincial de Luanda mas que, na ocasião, falava em nome de toda a corporação, incluiu, entre estas medidas, a segurança das entidades políticas envolvidas na campanha, seja em comícios, desfiles e manifestações que possam ser organizadas no decurso das mesmas.

Para esta empreitada, incluindo para a fase posterior à votação, a corporação conta envolver 70 mil homens que serão repartidos pelas 18 províncias. À excepção de Luanda, que é a maior praça eleitoral, as demais províncias serão servidas, cada uma, com dois mil efectivos da Polícia. Para a capital angolana, estará destinada uma força policial de 12 mil efectivos.

Segundo Orlando, esse plano policial tem sido desenvolvido muito antes das eleições e contempla três fases. A primeira, já executada, consistiu na realização de operações com o objectivo de diminuir os índices de criminalidade, com maior incidência para a criminalidade violenta, assim como também foram eliminadas as bolsas de vandalismo e se recolheram armas de fogo em posse da População civil.

Além do trabalho de reacção, as forças da ordem, conforme referiu Orlando Bernardo, fizeram ainda trabalhos de sensibilização junto da população para que, estas, percebam a delicadeza do momento que Angola vive e apelou, ainda, a uma maior colaboração entre cidadão e a Polícia.

Nota de destaque é que os 12 mil membros que estarão envolvidos no asseguramento das eleições receberam formação específica, conforme recomendação da legislação em vigor. Nomeadamente, eles receberam treinamento sobre a postura a adoptar neste período específico da vida nacional.

Além da formação, esses efectivos estarão, ainda, equipados com meios adequados, para

a garantia da ordem pública, embora entre eles estejam membros de distintos ramos da Polícia Nacional, como sejam a investigação criminal, trânsito e intervenção rápida.

Esse efectivo não estará apenas envolvido em acções de patrulhamento. Orlando Bernardo referiu, durante a conferência, que são estes mesmos profissionais que se encarregarão de garantir a segurança nas assembleias, nas mesas ou dos próprios membros em serviço nestes locais.

A Polícia, referiu, vai continuar a desenvolver as suas actividades, detendo todos os que se envolvam em situações marginais ou os que, simplesmente, violem as disposições em matéria de propaganda, por exemplo.

A ideia, reforçou o oficial, é garantir que cada cidadão angolano exerça o seu direito de votar em paz, em segurança em termos de criminalidade "ou de qualquer outra situação que surgir".

As autoridades continuam "vigilantes" e assim vão continuar "até que termine o período eleitoral" como garantia de que haja condições para que se baixem as medidas de segurança e se possa regressar à vida normal. Apelou, por fim, aos dirigentes partidários para evitarem mensagens que incitem ao ódio e à violência.

9.5 Angola é o décimo país no mundo com mais mulheres nos órgãos de decisão

O Independente

4 de Agosto de 2012

A Organização Pan-africana realizou no dia 31 de Julho em Luanda um encontro alusivo ao Dia da Mulher Africana, no Hotel Baía, em Luanda. Durante o acto, a vice-presidente da Organização Pan-africana das Mulheres (OPM), Carolina Cerqueira, falou do papel da mulher angolana em especial durante a luta de libertação nacional: "o principal problema há 50 anos era a independência e

as mulheres fizeram parte dessa luta ao lado dos homens com armas na mão pela independência nacional".

Carolina Cerqueira aproveitou o encontro para prestar homenagem às mulheres africanas que já naquela altura" souberam olhar para o futuro e hoje como prova disso temos uma mulher, Dlamini Zuma, no comando da União Africana. O nosso sonho é que daqui a 50 anos as nossas filhas e netas

olhem para nós como promotoras de um futuro melhor para África".

A secretária geral da OMA, Luzia Inglês, disse que" o secretariado executivo nacional da OMA deseja que os governos africanos continuem a reforçar os mecanismos em tomo da luta contra a pobreza, a violência doméstica, a desigualdade no género e façam esforços para garantir um maior envolvimento das mulheres na resolução de conflitos".

Angola é o décimo país no mundo com mais mulheres nos órgãos de decisão e essa conquista deve ser preservada, disse Luzia Inglês.

"A nossa organização congratula-se porque nas últimas décadas as sociedades africanas registaram profundos avanços na área jurídica social da mulher, o que reflecte o progressivo acesso da mulher africana a postos de responsabilidade e de tomada de decisão "

9.6 Recolhidas mais de 200 armas de fogo

Agora

04 de agosto de 2012

A comissão Nacional de Desarmamento da População Civil recolheu durante este mês apenas em Luanda 207 armas de fogo e 30 carregadores de diversos calibres.

De acordo com um relatório da subcomissão de desarmamento a que o AGORA teve acesso, os populares já não estão a proceder à entrega voluntária de armas.

O documento refere que no período em análise foram recebidas de forma coerciva mais 100 armas em relação ao mês de Junho.

Das 207 armas recolhidas, destaque recai para as divisões de Viana com 60, Cazenga 38, Cacuaco 30, Kilamba Kiaxi 21, Sambizanga 17, Rangel 16, Maianga 12, Samba 09 e Ingombota 03, para além dos carregadores.

Quanto as marcas, foram desarmadas armas do tipo AKM, Macarov, Star, Walter, Gericho, Tt, Mini-Uzi, Galili, P-15, Bareta, G-3 e Carabina.

O relatório assinado pelo Comissário Dias do Nascimento Fernando Costa, informa que durante o período em referência foram cometidos um total de (193) mais (41) crimes de natureza diversa.

Garante igualmente que a actividade continuará para sensibilizar a população nos locais de maior concentração a fim de alcançar um maior nível de entrega voluntária de armas, bem como proceder a recolha coerciva do armamento ainda em posse ilegal da sociedade civil, para garantir a segurança das pessoas, lê-se no relatório.

9.7 Galardoadas mulheres sindicalistas

Agora

04 de Agosto de 2012

O acto visou homenagear as mulheres sindicalistas da primeira a terceira geração, tendo em atenção o trabalho sindical que exercem no actual contexto visando prestigiar o género feminino, facto que tem servido de mola impulsora na tomada de consciência do seu papel na sociedade.

Na ocasião, o secretário-geral da Unta-Confederação Sindical, Manuel Augusto Viage, referiu que" a importância da igualdade do género esta enfatizada no programa de acção da instituição que dirige, no qual tem uma secção que sublinha o combate ao assédio sexual nos locais de trabalho e contribuiu na promoção da mulher e dos seus direitos", sublinhando que " a presença da mulher nos órgãos Deliberativos, executivo e de fiscalização da Unta aumentou o poder de intervenção das mulheres na sociedade e, desta forma, se tem uma pirâmide social muito mais equilibrada,

A data de 31 de Julho, Dia da Mulher Africana foi instituída em 1962, em Dar-Es-Salaam, Tanzânia, por 14 países e oito movimentos de libertação nacional, na Conferência das Mulheres Africanas.

9.8 Parque eólico é instalado no Tômbwa

Jornal de Angola

9 de agosto de 2012

O Ministro da Energia e guas, João Baptista Borges, anunciou, para breve, a construção, na região

do Tómbwa, província do Namibe, do primeiro parque eólico do país.

Ao discursar na terça-feira, em Luanda, no lançamento do livro "Primeira Comunicação Nacional", o ministro disse que o parque, previsto para produzir cerca de 100 megawatts de energia limpa, vai ser um dos maiores em África.

O parque, acrescentou, vai funcionar também como centro de formação sobre novas tecnologias.

Quanto ao sistema nacional de abastecimento de energia no país, o titular da pasta da Energia e Águas disse estar a ser criada uma capacidade de produção adicional com a instalação de novas centrais e a reabilitação dos sistemas de distribuição com vista a proporcionar aos consumidores uma energia de qualidade e satisfatória.

O livro "Primeira Comunicação Nacional" define as características políticas, sociais e geográficas do país e aponta o Cunene, Namibe, Huíla e Luanda como as mais afectadas pelas alterações climáticas. A Agricultura, Construção, Economia e Petróleos, segundo especialistas na matéria, Citados pela agência de notícias Angop, são os que mais contribuem para as alterações climáticas em Angola.

9.9 Conflito Familiar: Mesada Irregular pode Justificar Causa

Nova Gazeta

09 de Agosto de 2012

A Direcção da Família e Promoção da Mulher, no Kwanza Norte, refere que, mais de 110 conflitos no seio de algumas famílias estão relacionados com o incumprimento de mesada.

De acordo com a Promoção da Mulher, entre outros casos, fazem também parte da lista "abandonos de lar, ofensas morais e corporais, fugas "à paternidade, ameaças de morte, adultérios, despejos e abandonos de menores".

Para a moralização da sociedade sobre os efeitos jurídicos da violência no lar, a Direcção da Família realiza palestras em instituições públicas, escolas e em centros de grande concentração de pessoas, a fim de mostrar o papel do pai na educação dos filhos, os seus deveres e responsabilidades bem como a sua orientação perante a globalização

9.10 Ele tirou-me o olho

Ecos do Henda

Agosto de 2012

A jovem Carla de Fátima Garcia Sita, de 21 anos está em vias de perder um de seus olhos devido a uma cirurgia mal feita efectuada por um suposto médico no posto de saúde da Igreja Evangélica Baptista em Angola (IEBA), localizado na Zona 17, comuna do Hoji-ya-Henda, bastante concorrido, sobretudo no que ao tratamento oftalmológico diz respeito. Tudo começou quando no ano passado Carla Sita começou a sentir alguma comichão no olho esquerdo. Dia após dia a dor foi piorando ao ponto de aparecer um corpo estranho no olho. Foi assim que aconselhados por um vizinho dirigiram-se ao centro médico acima referido onde a menina começou a ser tratada.

Fató, como é também carinhosamente chamada pelos mais próximos, disse nunca ter sofrido de qualquer conjuntivite, pelo que desconhece a origem da doença que a vai deixar defeituosa. "Fui operada no dia 22 de Maio de 2011 no IEBA, pelo senhor Jóia Vacanda. Mas mesmo depois de tanta medicação as dores não param nem aferida cura. O meu pai foi ter com o médico para saber as razões que fazem com que o meu olho não melhore", ao que o médico respondeu, como contou a jovem, que não era sua intenção operá-la só que, sentiu-se forçado a fazê-lo, devido às fortes dores de que ela se queixava. "Estou irritada porque vou perder o olho por causa de um falso médico que anda a tratar e a operar ilegalmente, pessoas no centro da IEBA na Petrangel", manifestou.

Em busca de melhores soluções os pais de Fató decidiram levá-la ao hospital oftalmológico de Benguela.

"Fomos cerca de sete vezes à Benguela. Na última consulta concluiu-se que o olho tinha que ser retirado", explicou a jovem, porque daí em diante tinha que passar a usar um olho postiço.

"Não aceitei. O médico, lá, disse, mesmo, que a falha foi do médico que me operou", sublinhou, acrescentando que, de acordo com o mesmo médico, quem a operou deveria deixar o problema desenvolver e só depois poder-se determinar o que era, "só depois é que deveria ser operada ", reforçou, aos choros. Actualmente, Fató tem feito as consultas no hospital oftalmológico de Luanda situado na Cidadela, "com a doutora Teresa", que de acordo com Fató, conhece o Jóia Vacanda, não como médico, porque o mesmo apenas estagiou no hospital da Cidadela como enfermeiro.

"Lamento o facto do mesmo estar a operar pessoas. A doutora mandou-nos fazer um tipo de exames de biopsia no Hospital Militar. Já o fizemos e agora estamos apenas a espera dos resultados", adiantou a jovem que nutre esperanças de que com a ajuda da doutora Teresa, o Hospital da Cidadela possa fazer um relatório médico desde o período em que o senhor Vacanda esteve lá em estágio, no sentido de responsabilizá-lo.

"A doutora garantiu-me que se eu quiser, com a ajuda dela, o Hospital pode passar um relatório médico sobre a trajectória do suposto médico, caso queiramos responsabilizá-lo", informou a lesada que desde já só pede às autoridades que prendam o senhor que lhe tirou o olho, já que, para os seus pais, como disse o peso é enorme. Dorcas Garcia, mãe da jovem, está arrependida por ter aceite levar sua filha ao Centro médico da IEBA. "Maldita hora em que fui levar a minha filha àquele centro quando a deveria levar à Cidadela. Aquele homem deveria ser preso antes que estrague mais pessoas", alertou, lembrando que, de acordo com a médica que observa Fató hoje, se não se retirar o olho o mais depressa possível, o mal pode afectar outras regiões da cabeça da doente.

"Falso" médico confessou tudo Os esforços envidados para ouvir a versão do suposto médico que atende pelo nome de Jóia Vacanda, não resultaram tal como nós pretendíamos. É que chegados ao local de serviço dele, fomos informados pela sua assistente, que não se quis identificar, que Jóia Vacanda só estaria de serviço no sábado.

Contudo, não querendo ficar por aí, antes do fecho desta edição, conseguimos contactar o suposto doutor, por telefone, que confrontado com a situação da rapariga não se reservou. Mostrou-se conhecedor do caso, porém, acusa a jovem de, para além de não ter cumprido com a medicação, fazer recurso a tratamentos tradicionais. "Reconheço ter operado a Carla de Fátima e sei que o olho até agora ainda não está sarado. Mas de certa forma a culpa é dela por não ter cumprido com o tratamento, preferindo o tratamento tradicional", acusou-a, prometendo mais detalhes num encontro em pessoa com a nossa equipa de reportagem.

9.11 Violência doméstica faz mais de 120 vítimas

Semanário Factual

De 11 a 18 de Agosto de 2012

Dados oficiais, dão conta que, só no último primeiro semestre do passado ano, foram notificados, na cidade do Sumbe, mais de 120 casos.

A título de exemplo, Sandra da Cruz foi batida pelo esposo, Pedro Quiambidi, por ter chegado às 23 horas a casa, enquanto a sua hora de entrada tem sido às 18. Com a cara totalmente machucada, preferiu nada dizer às pessoas.

"Pela próxima, vou recorrer à Polícia", prometeu Sandra Cruz, justificando que chegou tarde por ter passado a casa da sua mãe no bairro Cinco, arredores da cidade do Sumbe, província do Kwanza-Sul.

Quiambidi, que trabalha numa empresa privada de segurança vem desconfiando, há muito, da parceira. "Esta surra já devia ter acontecido," refere o jovem de 28 anos de idade.

Embora Sandra nada ter revelado, a notícia chegou ao ouvido dos seus familiares. Ela tem um sobrinho muito violento e planificou ajuste de contas contra Quiambididi.

Às 17 horas de uma quarta-feira do mês de Junho, o sobrinho de Sandra surpreendeu Quiambididi numa lanchonete na Marginal do Sumbe. Numa troca de palavras, ocorreu uma verdadeira batalha que culminou com a perda de dentes do marido da tia.

Segundo o sociólogo José Almeida, tendo em conta a Lei Sobre Violência Doméstica, "a prisão do infractor é relevante sob dois aspectos: primeiro, devido ao sofrimento indescritível que imputa as suas vítimas, muitas vezes silenciosas e, em segundo, porque, comprovadamente, a violência doméstica, incluindo a negligência precoce e o abuso sexual, pode impedir um bom desenvolvimento físico e mental da vítima".

A violência doméstica, segundo entendidos na matéria, é o resultado de agressão física ao companheiro ou companheira. Para outros, o envolvimento de crianças é devido ao fenómeno.

"A vítima de violência doméstica tem, geralmente, pouca auto-estima e encontra-se atada na relação com quem agride, seja por dependência emocional ou material", esclareceu.

A família da jovem Malonga Maquete, ainda no bairro Cinco, decidiu-se a destruir o lar em pouco tempo de casamento. "Estão há dois anos de casamento, mas já bateu sete vezes na esposa", reclama a mãe Joana Maluta.

O marido da jovem, Orlando Kadifiety, é contra a decisão da família da esposa. "Nunca bati na minha esposa. Desde o tempo de namoro, nunca gostaram desta relação", denunciou.

A violência no lar tem sido um obstáculo à concretização dos objectivos da igualdade de género, desenvolvimento e paz nas famílias.

As ofensas corporais e morais lideram a lista de crimes de violência doméstica, seguindo-se-lhes a recusa ao reconhecimento da paternidade, o abandono do lar, o desalojamento e a privação de bens.

A visão dos sociólogos

Na opinião dos sociólogos, a origem da violência doméstica em Angola deve-se às mudanças das sociedades, porque, quando isso acontece, surgem problemas de adaptação para um novo modelo.

"Na actualidade, a mulher optou por não ficar só em casa, o que tem criado problemas em adaptar esses conceitos: explica o sociólogo António Malembe.

Acrescentou que a falta de diálogo também tem sido um dos factores principais para a propagação da violência.

"A violência só vem para destruir qualquer sociedade, pelo que a família deve empenhar-se em primar pelo diálogo, pois "uma sociedade se espelha na família e, se tivermos uma família estruturada, também teremos uma sociedade bem estruturada", explicou.

Na opinião do estudante Ramos Paulo, estudante de Sociologia, a violência doméstica em Angola é uma questão preocupante para a sociedade.

"Com o consentimento da lei, haverá diminuição dos casos de violência no género, um passo importante para resgatar os valores educacionais e culturais, no sentido de se dar maior dignidade às famílias", afirmou.

Segundo o académico, as famílias que mais sofrem com este problema, na sua maioria, têm uma auto-estima muito reduzida e grande parte delas não tem condições económicas para sobreviver.

"As condições económicas e a luta pela sobrevivência não têm ajudado para que exista equilíbrio nas famílias", afirmou.

O que a Lei diz

Desde que foi aprovada a Lei contra a Violência Doméstica, submetida ao Parlamento em Dezembro de 2010, depois duma ampla discussão pública, os actos de violência reduziram.

A Lei é a oportunidade de sancionar e responsabilizar os actos que atentem contra a mulher grávida, o menor, o idoso e as pessoas psicológica, física e,

economicamente, vulneráveis e práticas tradicionais que ferem a dignidade humana.

A adequação procurou delimitar o objecto e ampliar o âmbito da lei, visando dar resposta célere à realidade social actual e evitar atentados aos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Na mesma perspectiva, foi clarificado o conceito de violência doméstica e as suas manifestações no domínio familiar, patrimonial, sexual, verbal, físico e psicológico, bem como o seu impacto na sociedade.

O diploma adopta um conjunto de medidas de apoio e protecção da vítima e do agente, das quais se destaca a possibilidade de encaminhamento para espaços de abrigo, sempre que a gravidade da situação determine a restrição de contactos entre a vítima e o agente do crime, sempre que a segurança da vítima ou interesse processual o justifique.

A prestação de apoio gratuito, entre outros, psicológico, social, médico e jurídico, bem como a consagração do estatuto da vítima para efeitos legais, é outra das medidas.

Na lógica da reconciliação das famílias, são instituídos mecanismos de resolução de pequenos conflitos que comportem actos de violência doméstica que admitam perdão.

No domínio da responsabilidade criminal, evita-se a duplicação de preceitos penais no ordenamento jurídico e são criados novos tipos penais públicos e as respectivas sanções, tais como a ofensa à integridade física ou psicológica grave e irreversível, a falta de prestação de alimentos à criança e de assistência devida à mulher grávida.

A Lei condena, igualmente, o abuso sexual a menor de idade ou idoso sob tutela ou guarda, a apropriação indevida de bens da herança que, pelo seu valor, atente contra a dignidade social dos herdeiros, a sonegação, a alienação ou oneração de bem patrimonial da família, tendo em conta o seu valor pecuniário, bem como a prática e a promoção de casamento tradicional de menor de 14 anos de idade.

A lei assegura a legitimidade de queixa ou denúncia à vítima e a todo o cidadão que tenha conhecimento de factos ligados à violência doméstica, ou seja, esta prática constitui crime público.

Alerta sobre os riscos

Na 1ª Conferência Angolana sobre a Mulher e a Violência Doméstica, realizada em Julho deste ano, o ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, alertou sobre os riscos que a

violência doméstica trazem para a saúde das vítimas, tanto física como psicológica.

De acordo com o ministro Kussumua, o impacto emocional que gera esta situação tem sido factor de desequilíbrio para a saúde mental, quer da vítima, quer das pessoas à volta de si.

"Estamos diante de um problema complexo, tanto na sua gênese como no seu desenvolvimento, que causa consequências graves de índole física, psicológica e de relação social com as pessoas afectadas e aos seus círculos familiares e comunitários", sustentou.

Para si, ao abordar-se a questão da violência contra a mulher nos lares, deve-se ter presente que se trata de um fenómeno multidimensional e que a intervenção da sociedade só será efectiva caso se trabalhe em coordenação com todos os sectores que intervêm na sua solução.

João Baptista Kussumua chamou, igualmente, atenção à necessidade de as pessoas não se esquecerem de que a prevenção deve ser baseada num modelo de desenvolvimento das comunidades que contribuam para as mudanças de atitudes, valores e comportamentos a favor de um ambiente de relações mais igualitário entre homens e mulheres na sociedade.

O interlocutor lembrou que o futuro da intervenção de todos os actores vai ser construído à altura dos desafios sociais do momento, na construção de uma estrutura social e num conjunto de valores, tradições e costumes com justiça e equidade.

9.12 Depois de um aborto mal feito Enfermeiro mata gestante na Sonefe

Ecos do Henda

Agosto de 2012

O incidente ocorreu recentemente no bairro da Sonefe, ao Cazenga, por volta das 23 horas, depois de Gália João Matutuca, a malograda, não medir meios para procurar o tal 'profissional', quatro horas depois de ter sentido fortes dores abdominais e uma intensa hemorragia.

Dados apurados por este jornal dão conta que a mesma só mais tarde se apercebeu do erro que cometera ao contactar o enfermeiro identificado papá Enoque, mais conhecido no bairro como 'Assistant'. Consta, de acordo com familiares, que apenas um dos fetos foi retirado, ao passo que o segundo permaneceu no interior da barriga da agora vítima

mortal, sem que a mesma notasse. O mal continuou e ela regressou ao posto médico Sedeco-ONG, na esperança de que o enfermeiro pudesse fazer algo que lhe aliviasse as dores, revelou João Matutuca, o pai, visivelmente abalado com a situação.

De acordo com o mesmo eram 19 horas quando a filha se dirigiu ao referido posto médico, mas até às 23 horas não tinha sido assistida. "Ele, o falso médico, deveria, ao menos aconselhar a minha filha a dirigir-se à um hospital, já que não estava a dar conta do recado. Mas limitou-se a dizer para as pessoas rezarem", sustentou.

'Assistant', conhecido também ironicamente como o 'tira tudo', conforme contaram os moradores daquela parcela do Cazenga, encontra-se foragido da Polícia. Conta que não se trata da primeira vez que o mesmo submete a este tipo de exercícios pouco ortodoxos e que acabam com a morte de parturientes. 'Ao que sabemos esta é a quarta vez que tal aconteceu e que, inclusive, até já esteve detido. Mas não sabemos como é que ele saiu e voltou a abrir o posto médico e a fazer vítimas', contaram, acrescentando que o mesmo (Assistant) usa o pretexto de que o posto médico pertence a uma organização não governamental, facto que, segundo os moradores, não condiz com a realidade. "Ele sumiu do bairro, abandonou a casa e pôs-se em fuga. Agora a família tem o cadáver da jovem em mãos sem saber onde recorrer para pedir contas", lamentou o pai.

O noivo 'evaporou'

Por outro lado, Matutuca, o pai, diz que o noivo da filha, um suposto pastor da Igreja Pentecostal Centro Palavra da Vida (ICV), identificado apenas por Yannick, está desaparecido desde o dia que Gália Matutuca foi dada como morta. "Não sabemos se foi ele quem a influenciou a tirar a gravidez ou o que se passa com ele. Sabemos apenas que ele nunca mais apareceu cá em casa, mesmo com a notícia do óbito a circular todo bairro", uma atitude que, como referiu, denota cumplicidade. Apela, por isso, o reforço do trabalho de investigação tendente a localizar o suposto médico e o então noivo, com vista a apurar-se o que se passou e, desta forma, colocar-se um fim à actividade ilícita de alguém que de enfermeiro se revelou ser apenas curioso. De recordar que Gália deixa um rapaz de cinco anos órfão e um pai inconsolável adoentado cometido de Acidente Vascular Cerebral (AVC) há já algum tempo.

9.13 Menina de 15 nos disposta a ter a criança

Ecos do Henda

Agosto de 2012

Passados mais de quatro meses desde que a mãe de Ana Maria José António se apercebeu que a filha estava em período de gestação, já não havia dúvidas de que ela estava realmente grávida do pastor da sua igreja.

De acordo com Dona Otilia, tia da menor, foram feitos todos os exames possíveis. Mas, se a isso acrescentarmos o facto de ter sido violada e acabar grávida pelo pastor da sua igreja, já não passará tão despercebida como antes. Ao que o Ecos do Henda apurou, a menor deslocou-se, há três meses, à Igreja Evangélica Nova Aliança do bairro dos Ossos, dirigida por Daniel Lucas, o suposto violador, também conhecido pelos crentes por 'Dr. Dany Trombeta de Deus', com a sua mãe, numa altura em que esta se encontrava adoentada. "Fui à igreja para o pastor fazer-me oração, porque ele disse que tinha espírito de jibóia e que tinha marido no sono. Depois de ter feito a oração, levou-me num quarto, onde ele disse que me iria fazer outra reza, mas, ao invés, disso, mandou-me estender um pano no chão, despejou azeite doce na vagina e fez sexo comigo", denunciou, para mais adiante: dizer que aquela cena aconteceu sem o seu consentimento e acobertado por outro pastor, foragido da justiça. "Ele fez sexo á força comigo, eu não queria e estava a gritar muito. Mas ele estava lá apenas com o seu ajudante, o profeta John, mais conhecido por 'Profeta John Erva de Fogo', que me tapou a boca e infelizmente, ninguém veio acudir-me", contou, visivelmente abatida com a situação.

De acordo com a menina, aquela foi a primeira vez que o pastor se envolveu com ela e sem usar preservativo, mas mesmo assim recorreu a uma mulher, a quem chamam mãe da igreja, esposa do suposto fundador daquela ceita religiosa, mas esta exigiu sigilo. "Mas quando demos conta que estava grávida, fomos queixar à Polícia. O pastor Dani é o único até agora que está preso, o profeta John e a mãe da igreja fugiram", notou.

"Quero justiça" Antónia Tchilombo é uma mãe inconformada com o que aconteceu à filha. Tudo porque foi por sua causa, que a filha saiu da Igreja Católica, de que eram crentes, para receberem o tratamento dos furúnculos que lhe surgiram nas pernas. "Foi o próprio pastor que exigiu que fosse para lá rezar. Felizmente fiquei curada, mas tenho um problema maior". Ela diz ter-se apercebido que a filha estava concebida, devido ao aumento do ta-

manho dos seios da menor. "Vi que não era normal o facto de estarem a crescer muito rápido. Desconfiei logo, levei-a a fazer o exame e descobrimos que estava grávida há dois meses", salientou.

Para ela, o facto de Daniel já estar a contas com a justiça é um passo, "espero agora que o profeta John e a mamã da igreja também sejam detidos, porque eles eram cúmplices do colega deles dormir com as miúdas da igreja e não fizeram ou disseram nada para evitar isso", denunciou.

Acredita, por isso, na possibilidade dos outros comparsas do pastor violador terem feito também outras vítimas sexuais, "isso apenas reforça o silêncio do profeta no momento em que o pastor estava a violar a minha filha e o pedido de sigilo da mãe da igreja", defendeu. "Quero apenas que se faça justiça, porque ele é maior de idade e não sei se tem alguma doença contagiosa", apelou a mãe

9.14 Populares fazem justiça por mãos próprias

Ecos do Henda

Agosto de 2012

Sofrimento João Matias, morador do bairro Angolano vala garantiu que os moradores aperceberam-se do infausto acontecimento por volta das 3 horas, quando foram despertados pelos gritos de socorro por parte de um suposto marginal. "Alguém estava a pedir socorro, mas como os gritos eram intensos despertamos e fomos ver o que se passava. Encontramos um jovem a dar os seus últimos suspiros, dizendo apenas que se chamava 'Sebilson', e que vivia nas redondezas", explicou.

De acordo com ele foram colocados dois pneus sobre o jovem e de seguida despejaram gasolina e atearam fogo, "foi queimado sem piedade e apenas os membros superiores não ficaram totalmente queimados", notou.

Dado que o acto ocorreu á calada da noite, num período considerado crítico, os moradores mantiveram-se no interior das residências, temendo, obviamente, o pior.

E tinham razão: "primeiro não sabíamos de quem, na verdade, seriam os gritos dolorosos que ouvíamos no silêncio da noite, nem tão pouco o que estaria a acontecer".

Em face dos sucessivos apelos da vítima, um grupo de moradores ganhou coragem e decidiu testemunhar o que de facto acontecia. Souberam, por exemplo, após uma minuciosa observação, que o mesmo não

vivia naquele bairro. Alias, esta é uma situação que já prevalece faz tempo. Ou seja, geralmente surgem àquele bairro para assaltos á residências indivíduos provenientes doutras zonas. E este foi apenas mais um desses casos.

Maria Filipa, garantiu à nossa reportagem, existir no bairro um grupo de pessoas que se juntaram com o objectivo de colocar um ponto final à constante onda de assaltos registados

acabou surpreendido pelo grupo criado pelos moradores encarregue pelo assecuramento do bairro.

E quando tal acontece o resultado, este, ganha contornos inimagináveis.

E este caso não foi excepção: depois de apanhado, naquela circunscrição.

"O índice de assaltos às residências e o roubo às pessoas em plena luz do dia tem-nos deixado muito agastados. Parece-me que este jovem tentou assaltar uma casa, mas o jovem seria impietosamente torturado e queimado.

Por outro lado, dados apurados por este jornal dão conta que o alto índice que se vive naquela zona do município do Cazenga faz com que os populares unam esforços, no sentido de contrapor as acções criminosas, o que, segundo alguns moradores, não raras vezes, a solução encontrada não seja das melhores, como se verificou, alias, neste caso.

Na ausência de uma forma melhor de defesa contra os marginais e confrontados com o fraco patrulhamento por parte da Polícia Nacional, os populares afectados por esta onda de assaltos passaram a optar por fazer justiça por mãos próprias, conforme notou Marisa de Fátima, uma outra moradora, para quem, segundo sublinhou, neste tipo de acções podem acabar queimados não apenas meliantes, mas também pessoas inocentes. Este caso é apenas um minúsculo reflexo daquilo que se tem tornado numa prática quase diária, sobretudo nas zonas periféricas.

No mês de Março, por exemplo, dois jovens foram também encontrados mortos no mesmo bairro (Angolano Vala) em plena via pública. E o 'modus operandi' usado foi o mesmo. Além de espancamento e tortura, os supostos meliantes foram também queimados, com a técnica que já ficou conhecida como o 'colar ardente.

9.15 Marginais assaltam escolas

Jorna de Angola

14 de Agosto de 2012

Produtos que se destinavam à confecção da merenda de três escolas do município do Bocoio, província de Benguela, foram roubados na semana passada por um grupo de marginais, ainda não identificados pela Polícia Nacional.

O director municipal da Educação e da Ciência e Tecnologia, Mateus Chiaca, disse ontem à Angop que os assaltos ocorreram nas escolas de Alenço, Fasil e Manga, abrangidas pelo Programa de Merenda Escolar. O gestor disse que a situação pôs em alerta as autoridades locais da educação, que encaminharam o assunto à Polícia Nacional para que sejam localizados os autores da acção criminosa.

O director pedagógico da escola de Alenço, Afonso Bongue, disse que os marginais roubaram a farinha de soja fornecida pela organização não governamental JAM e ainda uma botija de gás utilizada para a confecção de merenda escolar.

Nas escolas de Fasil e Manga, os marginais levaram também farinha de soja fornecida pela mesma organização não governamental para alimentar alunos dos cinco aos 15 anos.

A merenda escolar é um programa materializado pelos governos provinciais com o objectivo de diminuir os níveis de desistência escolar e proporcionar às crianças produtos alimentares com alto poder nutritivo.

9.16 Polícia do Zaire impõe controlo do armamento das empresas

Jornal de Angola

17 de Agosto de 2012

Os participantes no primeiro encontro Metodológico dos responsáveis das empresas privadas de segurança, concluíram na quarta-feira, em Mbanza Congo, Zaire, a proibição da exibição inadequada de armas de fogo, sirenes e outro tipo de material letal, susceptíveis de inquietar os cidadãos.

O uso destes meios só deve ser utilizado com a autorização das autoridades competentes e são também proibidos, em sistemas de auto-protecção, agências bancárias, estabelecimentos comerciais e bombas de combustíveis.

O encontro foi orientado pelo segundo comandante provincial da Polícia Nacional para protecção e

intervenção no Zaire, o sub-comissário Aniceto Sancho Paulo, que recomendou a necessidade de se exercer maior controlo do armamento à posse das empresas de segurança.

Os participantes defenderam a proibição dos protectores das empresas de segurança e sistemas de auto-protecção, bem como o uso de equipamentos quando não estiverem no exercício das suas funções, atenção da selecção e recrutamento do pessoal deve ser cautelosa, para ai evitar indivíduos com comportamentos anti-sociais nas instituições. O segundo comandante provincial do Zaire para protecção e intervenção, Aniceto Sancho Paulo, referiu a necessidade de aprimorar os métodos e técnicas de trabalho das referidas instituições por serem também consideradas forças auxiliares da corporação na manutenção da ordem e tranquilidade." As empresas de segurança privada constituem hoje um dos pilares de apoio às forças policiais".

9.17 Delinquentes atacam Zango

Folha 8

18 de agosto de 2012

As respectivas investidas dos jovens meliantes as lojas de cidadãos serra leoneses ocorreram nos dias 28 de Julho e 3 de Agosto de 2012. O último assalto ocorreu na passada Sexta- feira, por cerca das 1h:45 minutos e foi perpetrado por um grupo de jovens compostos por 4 elementos que, derrubaram os vidros da loja do cidadão Siefá Ahomod Boh (Mohamed).

O referido cidadão serra-leonês foi surpreendido enquanto dormia na loja em que também reside e, na sequência do assalto a vítima foi "brutalmente" espancada, contraindo seis ferimentos na cabeça com 5 pontos de coseduras cada. Da respectiva loja os jovens "delinquentes" retiraram mais de 3 mil dólares, uma moto rápida de marca Jog e um computador Portátil. Após a fuga dos meliantes o cidadão serraleonês ligou para a Polícia Nacional pelo número 113 e, o referido órgão apareceu no local do incidente duas horas depois.

E face a gravidade do ferimento, os agentes da Polícia levaram a vítima até ao Hospital de Viana, mas já não voltou naquela zona mesmo após ter Prometido e, "as coisas continuam na mesma, as pessoas aqui estão todas com medo e face a isso estão a colocar a gradeamentos nas janelas e portas"; contou Siefá Ahomod Boh (Mohamed). E, fazendo fé as afirmações de Maria Bernardo, moradora da zona, os populares do Zango III "só

estão a colocar gradeamento nas residências porque a Polícia local não tem capacidade de garantir a tranquilidade pública".

Agentes da Polícia "Nadam" em cervejas

Vários agentes da Polícia da Ordem Pública e PIR são considerados irresponsáveis por consumirem bebidas alcoólicas durante o período de serviço. Os respectivos agentes são vistos diariamente nas casas aonde comercializam tais bebidas no período entre as 8 horas e ao pôr-do-sol. "Eles (PIR) bebem as cervejas mesmo fardados não têm vergonha, se preocupam com a bebedeira e as casas e lojas dos cidadãos são assaltadas e não se faz nada, aqui já não pode ser como no Sambizanga", desabafou a jovem Fató. De acordo os moradores do Zango III os agentes da Polícia de Intervenção Rápida (PIR), ao chegar nas residências aonde se comercializa as bebidas alcoólicas, colocam a viatura da Polícia ao meio (entre as casas) "para esconder a viatura porque, se o carro da PIR estiver estacionado próximo ao passeio será visto pelos chefes que volta e meia circulam nos arredores", disse um dos moradores que preferiu o anonimato. Segundo os moradores a viatura da PIR que dia após dia é visto naqueles arredores é de marca Iveco, matrícula LD-26 ... Os moradores pedem a imediata intervenção da hierarquia do Ministério do Interior para Segurança civil.

9.18 A violência gera violência

Semanário Angolense

25 de Agosto de 2012

O nosso país é fértil em situações de violência de todo o tipo (física, psicológica e moral). De resto, basta estarmos atentos às manchetes dos diversos órgãos de informação para constatar que a realidade quotidiana é extremamente grave no que este capítulo diz respeito, sobretudo nas zonas Periféricas da cidade de Luanda, a capital.

As pessoas vivem inseguras, dramatizadas e traumatizadas, em função da onda de violência perpetrada pelos amigos do alheio em qualquer canto ou hora do dia. São mesmo destemidos. A cadeia, para muitos deles, é sinónima de aventura, já se tendo tornado mesmo num local «aprazível» para lá se estar.

Tanto é assim que as medidas correcionais que lhes são aplicadas se tornam meras «carícias», sem qualquer efeito prático em termos de reeducação. Pelo contrário, quando postos na rua mais uma das muitas vezes, descarregaram o rancor que acumulam

durantes as suas estadas na cadeia sobre os pacatos cidadãos.

E a violência, dia após dia, vai subindo em espiral aqui mesmo na «nguimbó», com cenas terríveis e revoltantes.

Dos «cirnezitos» mais comuns nas zonas periféricas, avultam os roubos de telemóveis (com preferência puseiros mais pomposos) e botijas de gás doméstico (que depois as revendem), assim como as violações sexuais em criancinhas, em jovens, em adultas e até, pasme-se, em ... velhinhas!

Por conseguinte, as ameaças à integridade física de cada cidadão estão à espreita em qualquer ruela ou beco dos «desordenados» bairros da periferia. Num piscar de olhos, um indivíduo pode ser vítima de um «ernpacotamento» dos meliantes, o que significa ser todo «desmontado» dos seus pertences, muitas vezes, dando graças a São eles se o visado escapar com vida, tal é a fúria com que os bandidos se apresentam.

As vítimas chegam mesmo a «agradecer» aos meliantes por lhes terem «despachados» com um par de galhetas e algumas ofensas à criação de cada um, deixando-lhes com o seu bem mais precioso: a vida. O resto que se lixe, já que se pode comprar. A vida, esta, não.

São eles, os bandidos, que mandam na «área». «Sabes quem eu sou?», asseveram alguns com uma Petulância de bradar aos céus. «Eu te mato e vou te cumprírl», realçam outros, numa atitude sobranceira de quem tira a vida dealguém como se de um animal se tratasse. O mundo, cá por estas bandas, até parece que não conhece limites para os meliantes!

Até mesmo em casa, os cidadãos não estão seguros. A psicose traumática acompanha o cidadão em todo o lado, indo inclusive com ela até ao leito. Nessa altura, o sono nunca é profundo. Um estrondo no quintal, o mínimo que seja, descompõe de imediato os neurónios do pacato cidadão. Que entra em alvoroço. Porque vive assustado. Anda atormentado.

Assaltos à mão armada, roubos, agressões físicas, violações, entre outras práticas violentas são o quotidiano tenebroso que tem atormentado os sofridos cidadãos, fundamentalmente os da periferia urbana, a despeito dos esforços que as forças policiais têm empreendido no sentido de tentarem estancar o fenómeno, ante um verdadeiro «exército» de delinquentes que tudo fazem para manter a desordem até às últimas consequências, provocando intranquilidade total na sociedade.

E isso, obviamente, revolta a população, cansada de muito «aperto» e de humilhação diante dos meliantes

assassinos que a ato violentam. E daí a fazerem «justiça» por mãos próprias, diante da relativa omissão de quem devia impedir que isso fosse sequer sugerido, tem ido um pequeno passo. É a violência a gerar cada vez mais violência, enquanto não se coloca um ponto –final este estado de coisas.

É que está demais suportar essa terrível e dura realidade. De noite ou mesmo à luz do dia, os amigos

do alheio matam, agridem, roubam ou violam. E curiosamente, é que «ninguém acode ninguém» ta idade dos demais cidadãos diante da desgraça do «azarado» que estiver a ser vítima dos violentos

Bandidos.

Eles actuam geralmente em grupo. Espalham o terror e a cultura do medo. E violam tudo e todos.

Há que se colocar um fim nesta espiral de violência que se abate sobre os cidadãos comuns, sob pena dela vir a se tornar incontornável, uma vez que estes, por instinto de conservação, podem arranjar mecanismos de auto-defesa que ultrapassem os marcos da lei, como se tem visto já em alguns bairros da periferia de Luanda, onde alguns bandidos são queimados com pneus sobre o corpo, o que não é bom para um Estado de Direito.

Se bem que todos tenham de fazer algo para evitar que a sociedade se torne cada vez mais violenta, a bola está do lado das autoridades, a quem cabe o maior quinhão da responsabilidade nos esforços por uma sociedade pacífica, ordeira e tranqüila.

9.19 O Drama dos agentes de protecção física

O Continente

31 de Agosto de 2012

Agentes de protecção física das diversas empresas de segurança privada que funcionam na capital do país, ouvidos por este jornal, reclamaram, principalmente, dos baixos salários e da ausência dos subsídios de transportes, saúde e alimentação, factores que os coloca numa situação extrema e de desespero.

Falando sob anonimato, um dos agentes de segurança afecto à empresa Riansil Segurança, denunciou os inúmeros sacrilégios que a referida empresa impõe aos seus funcionários, dentre os quais os baixos salários.

A fonte preferiu não revelar a quantia que aufere, porque considera "vergonhoso", sendo chefe de família.

As refeições, tal como acrescentou, além de mal cozidas, resumem-se, constantemente, a arroz com feijão preto ou massa composto de um pedaço de frango frito. Caricato ainda, é que durante as 48 horas de actividade laboral, são fornecidos apenas uma refeição e a qualquer hora do dia.

O também antigo combatente das extintas F APLA, então braço armado do MPLA, alega que há vários anos que tem lutado para colocar documentos no Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, a fim de passar a beneficiar de uma assistência social, subsídios de desmobilização e, conseqüentemente ser inserido no mundo do emprego, mas a burocracia imposta pela referida instituição, impossibilita alcançar os seus objectivos. Perante essas adversidades, questionou porquê razão deu o seu suor pela pátria. A idade avança, estando já na casa dos cinquenta, o que constitui motivo de preocupação porque cada vez mais, vê adiado o seu sonho de um dia possuir um emprego favorável.

Uma vez que os dirigentes da empresa em que trabalha, serem individualidades ligadas ao poder político, no entanto, apelou aos mesmos a velarem pela melhoria dos salários. "Devem igualmente examinar a situação dos antigos combatentes", sublinhou.

Entretanto, perguntados como tem sido possível sustentar as suas famílias, quanto aos baixos salários que auferem, pelo que um outro segurança da empresa AngoSeguro justificou que, praticamente são as esposas que aguentam não só a cozinha, como também a escola dos filhos e até mesmo os próprios maridos, "do pouco dinheiro que elas ganham vendendo na zunga". Para ter algum dinheiro que não seja do salário, no caso de muitos seguranças, os que trabalham na baixa de Luanda optam por fazer "biscates", guardando os negócios das zungueiras e viaturas dos moradores dos edifícios, para cobrarem 100 a 200 kwanzas por noite. Só assim conseguem ter alguns valores para suportar os gastos nos táxis, contaram os nossos interlocutores. É, portanto, devido ao debilitado quadro que se apresentam as empresas de segurança privada, muitos seguranças destas mesmas empresas acabam envolverem-se em assaltos a organismos onde prestam serviços, tendo como enfoque as dependências bancárias. Mas nem todos têm o mesmo espírito, reconheceu ainda um outro segurança por nós entrevistado. Assim sendo, alegam que o sofrimento que estão sujeito os obriga a clamarem pela criação urgente de uma organização sindical, com o fim de apoiar e defender os interesses dos profissionais deste sector.

10. AMBIENTE

10.1 Nível de água do rio Coporolo está a preocupar os agricultores

Jornal de Angola
03 de Agosto de 2012

Os agricultores do município da Baía Farta, no litoral a 25 quilómetros da cidade de Benguela, mostraram-se ontem preocupados com a redução do nível das águas do rio Coporolo em consequência da estiagem.

Os agricultores entrevistados pela Angop, Victorino Chico e Peregrino Tchitau, que exploram a cintura verde do rio com recurso a motobombas, revelaram que nos últimos dias o nível das águas baixou de cinco para dez metros de profundidade.

Os agricultores disseram que esta situação está a dificultar a actividade agrícola tendo em conta que os custos da perfuração variam entre 18 e 20 mil kwanzas.

Dados recolhidos pela Angop indicam que 16 cooperativas agrícolas e seis associações de camponeses exercem a sua actividade no vale do rio Coporolo, com mais de cinco mil hectares.

Os dados indicam também que no mercado informal do Dombe Grande os preços dos principais produtos do campo subiram, como consequência da falta de água para a irrigação dos campos. Os camponeses esperam fracas colheitas.

10.2 Petrolífera inicia consulta pública para estudos de impacto ambiental

Jornal e Angola
09 de Agosto de 2012

A empresa petrolífera BP Angola realizou no Soyo, província do Zaire, uma consulta pública sobre o impacto ambiental da construção de um gasoduto que ligará os blocos 31 e 15 do "offshore" (mar) angolano à unidade de processamento de gás natural liquefeito (LNG) daquele município, em terra.

O projecto de construção do gasoduto, integrado no sistema de exportação do Projecto Angola LNG, situa-se a uma profundidade entre 700 e 1.800 metros, numa extensão de 56 quilómetros.

O estudo de impacto ambiental, foi concebido por uma empresa especializada e, nesta fase, visa dar a conhecer o projecto à população.

A directora da área de Conformidade e Ambiente da BP, Maria Martins, afirmou que o estudo foi encomendado para prevenir quaisquer eventualidades ou fugas de gás durante a fase de operação da fábrica.

"O estudo visa mitigar os impactos ambientais negativos ao longo do troço em que vai ser construído o gasoduto. Daí a realização da consulta pública na região onde vai ser instalado", acrescentou.

Maria Martins reconheceu que o gasoduto pode implicar impactos negativos e positivos. "Para os impactos negativos, a BP vai tentar encontrar as melhores práticas para diminuir os efeitos nocivos contra o ambiente", notou. Maria Martins indicou, por exemplo, que as âncoras dos navios que farão parte do processo de produção do gasoduto em alto mar podem danificar a estrutura e o leito marinho, pelo que, "ao invés de usarmos barcos a âncora, usaremos os que têm um sistema de posicionamento dinâmico, de forma a evitar impactos ambientais negativos".

A actividade que envolve a presença de barcos e de seres humanos em alto mar causa sempre algum impacto negativo, uma vez que se usam cozinhas e casas de banhos. ABP propõe-se utilizar planos de gestão de resíduos para reduzir a possibilidade de contaminação do ambiente.

O técnico do Gabinete do Ambiente e Segurança do Ministério dos Petróleos, Manuel Pinto, afirmou que o estudo permite colher opiniões das populações mais visadas da região, pelo facto de serem as que podem ficar mais expostas em caso de um incidente.

O responsável pelo estudo, o ambientalista Valdemiro Russo, declarou que estão a ser identificados, através de auscultação e consultas públicas, os impactos ambientais e sociais que poderão ser mais significativos e implicar alterações técnicas e exigir a tomada de decisões sobre a construção do gasoduto. O estudo enquadrará medidas para reduzir a poluição, a perturbação ambiental e outros impactos negativos durante a fase de construção.

Participaram na consulta pública técnicos dos Ambiente e Petróleos, representantes de empresas petrolíferas que operam na região, estudantes, autoridades tradicionais e público.

10.3 Parque eólico é instalado no Tômbwa

Jornal de Angola
9 de agosto de 2012

O Ministro da Energia e guas, João Baptista Borges, anunciou, para breve, a construção, na região do Tômbwa, província do Namibe, do primeiro parque eólico do país.

Ao discursar na terça-feira, em Luanda, no lançamento do livro "Primeira Comunicação Nacional", o ministro disse que o parque, previsto para produzir cerca de 100 megawatts de energia limpa, vai ser um dos maiores em África.

O parque, acrescentou, vai funcionar também como centro de formação sobre novas tecnologias.

Quanto ao sistema nacional de abastecimento de energia no país, o titular da pasta da Energia e Aguas disse estar a ser criada uma capacidade de produção adicional com a instalação de novas centrais e a reabilitação dos sistemas de distribuição com vista a proporcionar aos consumidores uma energia de qualidade e satisfatória.

O livro "Primeira Comunicação Nacional" define as características políticas, sociais e geográficas do país e aponta o Cunene, Namibe, Huíla e Luanda como as mais afectadas pelas alterações climáticas. A Agricultura, Construção, Economia e Petróleos, segundo especialistas na matéria, Citados pela agência de notícias Angop, são os que mais contribuem para as alterações climáticas em Angola.

10.4 Exploradores ilegais multados na Quibala

Jornal de Angola
15 de Agosto de 2012

A representação do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) no município da Quibala, Kwanza-Sul, vai sancionar, com multas equivalentes a seis mil dólares, os cidadãos que continuarem a explorar, ilegalmente os recursos florestais.

O chefe de fiscalização municipal do IDF, Domingos João, disse ontem que a instituição pretende, com esta medida, desincentivar a prática. Entre as grandes preocupações, destaca-se a exploração anárquica de carvão vegetal e a caça furtiva na região. Domingos João sustentou que a procura do lucro fácil e o

índice de pobreza são factores que concorrem para a queima de carvão e caça furtiva.

Anível do município estão a exercer a actividade, de forma legal, apenas seis concessionários, que é um Número insignificante, dada a extensão do município.

Outra questão que inquieta o chefe de secção de fiscalização do ID F tem a ver com o facto de a instituição contar apenas com dois fiscais, quando necessita de 12 Domingos João apelou ao fim das queimadas, uma vez que estas são responsáveis pela deterioração dos solos, prejudicando igualmente a agricultura, que é fonte de rendimento e de sobrevivência das famílias camponesas.

A nível da Quibala, as infrações ocorrem, com maior incidência, nas comunas de Cariango e do Lonhe, onde se regista a caça em grande escala de animais, principalmente de cabras do mato, veados e lebres.

10.5 Meteorologia divulga em setembro informações sobre o estado do clima

Jornal de Angola
15 de Agosto de 2012

O comportamento do clima durante a época chuvosa em Angola, que começa hoje, somente é conhecido em Setembro, revelou ontem, em Luanda, ao Jornal de Angola o director técnico do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INAMET).

Francisco Neto referiu que se aguarda pelas conclusões de um fórum regional sobre o clima, que decorre no Zimbabwe para, uma previsão geral do tempo na África Austral, para "a divulgação do comportamento climático" em Angola.

As conclusões do fórum, que termina no dia 24, declarou, "vão ser refinadas pelo INAMET para serem feitas as previsões do tempo no país durante a época chuvosa".

Enquanto se aguardam pelas conclusões do fórum, em que participa um especialista angolano, prosseguiu, o INAMET continua a fazer previsões meteorológicas diárias, com antecedência de três dias.

A partir do dia 15 de Agosto, lembrou, assiste-se por norma em Angola ao aumento gradual da temperatura do ar, à diminuição da pressão atmosférica e da humidade relativa e à alteração dos regime e dos padrões do vento e da nebulosidade.

Em algumas províncias do país, disse, os sintomas da mudança de estação manifestam-se mais tarde, como é o caso de Luanda, onde as alterações são mais notórias a partir de Outubro ou de Novembro. Angola está geograficamente na zona climática tropical (quente) entre as latitudes 50 e 180 Sul. Estudos estatísticos das séries climatológicas de vários elementos meteorológicos, que incluem, entre outros, temperatura, pressão atmosférica, ventos, precipitações e nebulosidade, revelam que a época chuvosa no país ocorre entre 15 de Agosto e 15 de Maio.

Os mesmos estudos referem que os meses de Março e Abril são os mais chuvosos. Angola passou por um período recente de estiagem, principalmente no litoral, entre de Outubro de 2011 e Abril de 2012. A estiagem do ano passado, sublinhou Francisco Neto, deveu-se ao fenómeno climático que se convencionou chamar La Niña, "caracterizado pelo esfriamento anormal da temperatura das águas superficiais do mar e, conseqüentemente, pelo aumento da pressão atmosférica, que altera outros factores" do clima.

A estiagem registada até Abril levou o INAMET a prever para este ano uma época seca menos fria, mas as mudanças de hábitos e procedimentos, que habitualmente se registam em função das alterações climáticas, foram notórias durante o Cacimbo. A venda de refrigerantes, por exemplo, baixou substancialmente em vários estabelecimentos comerciais, contactados pelo Jornal de Angola.

O preço da cerveja nacional em algumas zonas da província de Luanda caiu de 75 para 55 kwanzas, a procura de roupas para época fria aumentou e a afluência às praias reduziu significativamente.

Ontem, último dia oficial do Cacimbo, as praias da Ilha de Luanda estavam desertas.

10.6 Chuva de Luanda prevista para Novembro

Jornal Folha 8

18 de Agosto de 2012

A primeira chuva em Luanda do segundo período de verão no País, iniciado no passado dia 15 de Agosto está prevista para o próximo mês de Novembro, segundo previsões do Instituto Nacional de Geofísica e Meteorologia, INAMET que atribuiu o mesmo cenário para mais algumas províncias do País. Noutras províncias, fazendo ainda fé ao INAMET, a primeira chuva cairá já entre Setembro e Outubro.

Se para o caso de algumas províncias, o aparecimento de chuvas apenas em Novembro pode representar alguns transtornos devido ao potencial agrícola das mesmas, em Luanda representa retardamento dos problemas geralmente provocados pela chuva. Esta que, se dependesse apenas da vontade dos munícipes, poderia ficar sem cair em Luanda, enquanto permanecer as devidas condições de saneamento básico.

Por outro lado, o INAMET informou que mudanças significativas nos elementos meteorológicos que consubstanciam-se na subida gradual da temperatura e humidade do ar começam a verificar-se no País desde o dia 15. "A pressão atmosférica vai diminuir, o regime e os padrões do vento e da nebulosidade vão alterar-se na estação chuvosa", informa.

O Inamet lembrou que Angola situa-se numa zona climática tropical quente entre latitudes 5 e 18 a sul e que este posicionamento confere-lhe duas estações climáticas distintas no ano, que são a época chuvosa ou húmida que vai de 15 de Agosto a 15 de Maio e a época isenta de chuva denominada cacimbo que

ocorre de 15 de Maio a 15 de Agosto. Estas datas foram fixadas a partir de um estudo estatístico climatológico de vários elementos meteorológicos (temperatura, pressão atmosférica, vento, precipitações e nebulosidade) num período relativamente vasto na determinação de tipos de climas. De acordo com estes estudos os meses de Março e Abril são os mais chuvosos em Angola.

10.7 INAMET prevê subida gradual da temperatura

Agora

25 de Agosto de 2012

Mudanças significativas nos elementos meteorológicos que consubstanciam-se na subida gradual da temperatura e humidade do ar começaram a verificar-se a partir 15 de Agosto em todo território nacional.

Uma nota do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (Inamet), a que o AGORA teve acesso refere que a pressão atmosférica vai diminuir, o regime e os padrões do vento e da nebulosidade vão alterar-se na estação chuvosa.

O documento diz também que em algumas províncias do país a época chuvosa vai começar mais cedo e noutras mais tarde, isto é, em determinadas zonas começará a chover em Setembro e Outubro, enquanto que em outras em Novembro, como será o

caso de Luanda. O Inamet lembrou que Angola situa-se numa zona climática tropical quente entre latitudes 5 e 18 a sul e que este posicionamento confere-lhe duas estações climáticas distintas no ano, que são a época chuvosa ou húmida que vai de 15 de Agosto a 15 de Maio e a época isenta de chuva denominada cacimbo que ocorre de 15 de Maio a 15 de Agosto.

Estas datas foram fixadas a partir de um estudo estatístico climatológicas de vários elementos meteorológico (temperatura, pressão atmosférica, vento, precipitações e nebulosidade) num período relativamente vasto na determinação de tipos de climas.

De acordo com estes estudos os meses de Março e Abril são os mais chuvosos no país .

10.8 Inaugurado Centro Regional no Huambo para estudo das alterações climáticas

Jornal de Angola
29 de Agosto de 2012

A ministra do Ambiente, Maria de Fátima Jardim, inaugurou sábado na cidade do Huambo o primeiro Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC), destinado ao estudo e investigação das alterações climáticas e preservação dos recursos hídricos e climáticos.

O centro, construído de raiz, possui dois pisos completamente equipados e comporta dois laboratórios de testagem de solos e água, igual número de secções de ecologias animal e vegetal, secção da qualidade ambiente, departamento de alterações climáticas e de gestão de ecossistemas e custou aos cofres do Estado 5.150 mil dólares.

Conta ainda áreas de recursos humanos, secretaria, secção de estagiários em investigação, biblioteca, sala de reuniões, restaurante, entre outras divisões.

O centro é o primeiro no país e foi erguido no quadro do programa do Executivo para o relançamento do projecto de investigação científica e estudo das alterações climática da região, para o desenvolvimento sustentável das províncias, em particular do Huambo, que aspira à Cidade Capital Ecológica. Fátima Jardim afirmou que, além dos quadros do Huambo, Benguela e Bié, o CETAC vai atender especialistas de outras províncias para favorecer o intercâmbio no processo de investigação.

O aproveitamento das águas residuais, valorização dos solos degradados, constituição de equipas de

investigação e apoiar a elaboração e implementação de políticas e programas de

preservação do ambiente, constituem entre outros, os objectivos para qual foi criado o centro. O centro erguido na zona adjacente à estufa-fria, no centro da cidade, vai permitir aos especialistas, estudantes dos institutos médios e superiores ligados à área aproveitar as possibilidades oferecidas para melhorar as condições de vida das populações, através da utilização racional dos recursos hídricos e climáticos.

